Universidade Aberta

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA
coordenador

JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, doutorado em Sociologia (Sociologia do Desenvolvimento) pela Universidade Técnica de Lisboa, através do ISCTE, e agregado em Sociologia pelo ISCTE, é actualmente professor catedrático no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). As principais áreas de pesquisa a que se tem dedicado incluem os processos simbólico-culturais, a pobreza e a exclusão social, as classes, a avaliação de projectos.

Entre os principais livros publicados são de mencionar:

- *A Investigação nas Ciências Sociais* (em col.) – Lisboa, Presença, 1976.
- *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura* (em col.) – Lisboa, Presença, 1976.
- *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste* – Lisboa, ICS, 1986.
- *Valores e Representações Sociais* (em col.) – Lisboa, FCG, 1990.
- *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal* (em col.) – Lisboa, Celta Editora, 1992.
- *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento?* – Lisboa, CAIS/CIES, 1994.

João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado,
Luís Capucha, Anália Cardoso Torres

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Universidade Aberta
1994

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: Objectivos e Estratégia do Curso

1. CIÊNCIAS SOCIAIS E SOCIOLOGIA

13 1.1 **O Campo das Ciências Sociais**

19 1.2 **E a Sociologia?**
19 1.2.1 *Obstáculos*
23 1.2.2 *Construções*
29 1.2.3 *Fronteiras*

2. PROCESSOS SOCIETAIS E INSTITUIÇÕES

39 2.1 **Globalização e Desenvolvimento**
41 2.1.1 *Comunicações e o sistema mundo*
42 2.1.2 *Empresas e corporações transnacionais*
44 2.1.3 *Estados-Nação e organismos internacionais*
46 2.1.4 *Problemas sociais de nível global*
49 2.1.5 *O problema ambiental*
53 2.1.6 *Desenvolvimento e sub-desenvolvimento*
56 2.1.7 *Portugal: uma sociedade de desenvolvimento intermédio*

63 2.2 **Divisão do Trabalho e Empresa**
63 2.2.1 *Distribuição da população pelos sectores de actividade económica*
67 2.2.2 *A divisão do trabalho nas organizações industriais e as culturas profissionais*
71 2.2.3 *Sindicatos e associações patronais*
73 2.2.4 *Desemprego e emprego feminino*
76 2.2.5 *Novas tecnologias e divisão internacional do trabalho*
80 2.2.6 *Empresas e cultura de empresa*

84 2.3 **Migrações, Urbanização, Terciarização**
85 2.3.1 *Migrações, emigração, imigração*
90 2.3.2 *Urbanização, cidades, vida urbana*
96 2.3.3 *Terciarização*

101 2.4 **Família e Escola**
101 2.4.1 *Família*
103 2.4.1.1 Famílias de outras latitudes
104 2.4.1.2 Mudanças familiares nas sociedades ocidentais
108 2.4.1.3 Casamento e divórcio, tendências contemporâneas
112 2.4.1.4 Mudanças na sociedade portuguesa contemporânea
114 2.4.1.5 O outro lado da família
116 2.4.1.6 A família como unidade de análise

117 2.4.2 *Escola*
117 2.4.2.1 Educação, sociedade e desenvolvimento
122 2.4.2.2 Instituição escolar e desigualdades sociais

3. DESIGUALDADES, IDENTIDADES E VALORES

134 3.1 **Classes, Mobilidade Social e Acção Colectiva**
134 3.1.1 *Elementos de definição do conceito de classe social*
136 3.1.2 *Estrutura de classes e mobilidade social*
140 3.1.3 *Estrutura de classes e mobilidade social em Portugal*
144 3.1.4 *Classes, práticas e estilos de vida*
147 3.1.5 *Classes, acção colectiva e novos movimentos sociais*

152 3.2 **Género, Etnicidade e Pobreza**
152 3.2.1 *Género*
159 3.2.2 *Etnicidade*
165 3.2.3 *Pobreza*

172 3.3 **Valores e Representações**
172 3.3.1 *O campo simbólico*
177 3.3.2 *Religião*
177 3.3.2.1 Auto-identificação e prática religiosa
183 3.3.2.2 Valores religiosos e prolongamentos sociais

4. O TRABALHO DA SOCIOLOGIA

193 4.1 **Metodologia da Pesquisa Empírica**
197 4.1.1 *Estratégias de investigação*
199 4.1.2 *Procedimentos e fases de pesquisa*
199 4.1.2.1 Definição da questão de partida e fase exploratória
202 4.1.2.2 Definição da problemática, das hipóteses e do modelo de análise
205 4.1.2.3 Selecção e aplicação dos instrumentos de observação e recolha de informação
206 4.1.2.4 Análise das informações recolhidas, significância e conclusões
210 4.1.3 *Classificação das técnicas de pesquisa em ciências sociais*

214 4.2 **Contributos Sociais da Sociologia**
214 4.2.1 *Sociologia, sociedade e reflexividade*
219 4.2.2 *Desenvolvimento e profissionalização da sociologia em Portugal*

225 GLOSSÁRIO

233 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Introdução: Objectivos e Estratégia do Curso

A partir do século XVIII as estruturas sociais e as condições de vida do mundo ocidental sofreram modificações muito extensas. Modificações nos planos social, político, económico, que transformaram globalmente os modos de funcionamento e regulação das sociedades europeias e também o modo como elas a si próprias se pensavam.

As ciências do mundo físico desenvolviam-se rapidamente e aumentavam a sua credibilidade «racional». O século XIX assistiu, por seu turno, à procura sistemática de novas intelegibilidades para um mundo social que perdera antigas configurações e referências e por isso gerava problemas nunca dantes enfrentados.

A institucionalização efectiva e alargada da sociologia só vem a acontecer, contudo, a partir do segundo pós-guerra, no nosso século portanto. Foi também a partir de então que se generalizou a velha preocupação comteana de conhecer para se tornar possível prever e controlar. E essa preocupação de conhecer para agir pôde também alargar-se progressivamente. Deixou de ser restrita às elites para ir atingindo camadas mais amplas da população em geral.

O curso que agora se apresenta constitui um convite a acompanhar alguns dos caminhos que a disciplina percorre ao enfrentar o seu objecto.

Como é normal numa obra introdutória, tentou-se ir exemplificando cada passo da exposição, de modo a clarificar enunciados mais abstractos. Os exemplos escolhidos, por seu turno, foram buscar-se, sempre que possível, a pesquisas feitas sobre a sociedade portuguesa.

A sociologia que se pratica em Portugal tem uma história ainda curta, por razões sócio-políticas bem conhecidas. Mas tem vindo, também no plano da investigação, a produzir resultados de qualidade em diversos horizontes empíricos de análise. Por isso não é já demasiado árdua, ao contrário do que aconteceria há poucos anos atrás, a tarefa de ilustrar exemplificativamente com os seus resultados os passos da exposição.

A disciplina ocupa-se ou pode ocupar-se de todos os tipos de processos sociais. Significa isso que a escolha dos temas que constam duma introdução à sociologia tem sempre uma larga margem de arbitrário.

Numa **primeira parte** debatem-se questões relacionadas com o nascimento e alguns dos desenvolvimentos do campo das ciências sociais. Isso ajudará a localizar a sociologia, os seus protocolos de trabalho e os seus objectivos globais. O que implica também apresentar alguns problemas de ordem epistemológica, ou seja, problemas relacionados com as condições do conhecimento sociológico.

A **segunda parte** desdobra-se na análise de processos societais e instituições. Trata-se, por um lado, de identificar algumas das dinâmicas estruturais mais importantes na configuração das sociedades modernas, como sejam a globalização de um número cada vez maior de dimensões da vida social, as mudanças na divisão social do trabalho, a urbanização ou as migrações. Por outro lado, discutem-se as transformações sofridas e o papel actual de instituições como a família, a escola ou a empresa.

A caracterização de formas diversas de desigualdade social e a identificação de uma das componentes principais do campo simbólico – os valores – preenchem a **terceira parte** deste volume. Problemáticas como o das classes e da mobilidade social, da etnicidade, da pobreza ou das desigualdades socialmente construídas em torno da diferença sexual – o género – são objecto de análise. Quanto ao tema dos valores, faz-se um enquadramento geral da problemática do campo simbólico, especificando-se depois, em particular, a dimensão religiosa.

Na **quarta e última parte** foca-se o trabalho da sociologia enquanto disciplina científica e prática profissional. Começa-se por explicar os métodos que orientam a investigação sociológica e caracterizar as técnicas de recolha e tratamento de informação utilizadas para esse fim; termina-se identificando o leque de realizações e papéis profissionais através dos quais os sociólogos intervêm na sociedade, bem como o contributo da sociologia para o desenvolvimento da reflexividade social, ou seja, a capacidade das sociedades se pensarem a si próprias.

Um **glossário** de conceitos fundamentais e uma **bibliografia básica** de títulos de referência geral, complementada por referências bibliográficas sobre temas específicos indicadas ao longo da exposição, completam o material escrito, que encontra reforço e prolongamento na sequência de vídeos ilustrativos que acompanha este curso.

Os primeiros contactos com uma nova disciplina não podem evitar as dificuldades de iniciação. Fica um apelo à paciência para repetir a leitura de um parágrafo mais obscuro, para não se deixar vencer por uma passagem menos aliciante. A esperança é que os obstáculos inevitáveis não impeçam, apesar de tudo, de entrever o fascínio que pode ter a decifração da realidade social.

1. Ciências Sociais e Sociologia

1.1. O campo das Ciências Sociais

Pelo menos desde o século XVI foram sendo desenvolvidas, embora de forma nem unilinear nem sistematicamente cumulativa, as práticas que associamos à ciência moderna.

A última entrada nesse vasto campo científico foi o das ciências sociais, o das disciplinas que se ocupam da realidade social.

É claro que a reflexão das sociedades sobre si próprias, sobre as suas configurações, os seus condicionalismos e possibilidades, os seus processos, é bem anterior à estruturação do campo das ciências sociais. Essa reflexão recua provavelmente tão longe quanto a formação dos primeiros colectivos humanos de uma certa dimensão. Viver socialmente implica, com efeito, alguma avaliação dos envolvimentos e dos contextos, dos constrangimentos gerados em parte pela natureza, em parte pelas próprias sociabilidades e as interrelações nelas implicadas.

Na sua feição moderna, contudo, o estudo das sociedades passou a procurar dotar-se dos protocolos da cientificidade, ou seja, formular teorias cujas proposições, logicamente articuladas, pudessem ser avaliadas pela sua fecundidade explicativa em confronto com a evidência empírica, bem como desenvolver sistematicidade nos métodos e nas técnicas utilizadas.

O primeiro e mais evidente caminho das ciências sociais no percurso da sua formação foi o de recorrer aos modelos que, antes delas, as ciências da natureza tinham vindo a forjar.

Eram modelos que diziam respeito a questões epistemológicas, isto é, que postulavam certo tipo de possibilidades, limites e condições para atingir o conhecimento. O estatuto da teoria, ou os protocolos da prova, constituem, entre muitos outros, exemplos de problemas epistemológicos.

Os modelos aprendidos pelas ciências sociais em formação tinham também a ver com questões mais propriamente metodológicas, com questões postas pelos caminhos críticos da pesquisa. Aqui residiu, com efeito, outro esforço de adaptação daquilo que as ciências da natureza praticavam em termos do conjunto de procedimentos que vão da formulação de hipóteses de pesquisa à exploração sistemática de resultados em conexão com a teoria, passando pela selecção, articulação e efectivo emprego das técnicas de investigação. Dessas mesmas técnicas, designadamente das de tipo quantitativo, se foi aproveitando o que ia ficando disponível a partir do trabalho científico de conjunto para aplicar instrumentalmente aos objectos específicos do campo das ciências sociais.

Finalmente, mesmo os instrumentos estritamente teóricos, mesmo os conceitos e as relações entre conceitos formulados a partir das ciências da natureza e das matemáticas, foram nalguns casos importados pelas ciências sociais.

Pense-se, para dar apenas um exemplo, no conceito de função.

Função tem, como é sabido, um sentido partilhado na linguagem de todos os dias: a palavra denota quer o conjunto de tarefas ligadas a um lugar, a um posto de trabalho, a uma profissão, quer o estatuto global dessa profissão ou dessa posição. Entende-se imediatamente o que se quer dizer quando se fala das funções do professor, do marceneiro, do médico, mesmo quando não se conheça em pormenor o conteúdo de tais funções.

A partir do século XIX, porém, o termo passou a ter usos e sentidos específicos no campo científico. É assim que, na matemática, função designa correspondências sistemáticas entre duas classes de objectos, de tal modo que a modificação num elemento implica modificação em outro. E nas ciências biológicas, quando em sede da fisiologia se procura estudar a totalidade orgânica e as condições de funcionamento dos organismos vivos, função é justamente o conceito que denota as actividades desenvolvidas pelos aparelhos e cuja coordenação é essencial para a conservação da vida.

A noção matemática de função passou a ser utilizada no campo das ciências sociais na sua instrumentalidade externa de coadjuvante técnico quantitativo. Já o conceito tal como a fisiologia o forjou foi importado, em particular para a sociologia e a antropologia, arrastando com essa importação certas concepções da sociedade configuradas por analogia com os organismos estudados pela biologia.

Spencer, Comte, Durkheim, Malinowski, Radcliffe-Brown, são autores que utilizaram o conceito, bem como outros como o de organismo, de estrutura, de meio, de evolução, todos eles transportados analogicamente da biologia para o estudo das sociedades.

O final do século passado assiste assim ao surgimento do funcionalismo como paradigma teórico, cujas variantes até hoje se prolongam na sociologia e na antropologia. O conceito de função, articulando as instituições sociais e as suas actividades com o que se considerava serem as necessidades do organismo social, ganha uma grande centralidade. E penetra naturalmente, por assim dizer, no meio científico, assim como encontra utilização num público mais vasto, dada a sua conotação eminentemente utilitarista que se conjugava com as preocupações da época. Falar de funções é, com efeito, apelar à indagação sobre a utilidade dos comportamentos, das crenças, das instituições, induzindo sistemáticas perguntas do tipo: para que serve?

E para que serve este exemplo? Não apenas para ilustrar como na primeira juventude das ciências sociais elas recorriam a instrumentos conceptuais elaborados noutros campos científicos. Também para mostrar duas coisas de alcance mais vasto. A primeira é que essas «contaminações» no interior dos campos científicos continuam a acontecer e que elas são inevitáveis, normais e até desejáveis. Elas acontecem também a partir da linguagem comum, de todos os dias, já que, excluídas as componentes mais formalizadas do discurso científico, é aquela linguagem que constitui o alimento instrumental por excelência desse discurso.

A outra coisa que o exemplo sugere, finalmente, é que a importação, a tradução de linguagens de um campo para outro, não é nunca inocente. Ela envolve, de forma nem sempre consciente, a importação de fragmentos conceptuais ligados às suas utilizações de origem.

O conceito de função, com proveniência na biologia, pode ainda ilustrar o problema.

Os seres vivos, entendidos como sistemas unitários, estão dependentes, como vimos, de funções desempenhadas por aparelhos e por órgãos. É essa actividade conjugada que permite a continuidade da vida.

Ao transportar-se o conceito de função para o estudo das sociedades existe a possibilidade de lhes atribuir analogicamente as características dos organismos biológicos. Aos aparelhos corresponderiam, na sociedade, as instituições. As funções, por elas desempenhadas, permitiriam também manter viva a sociedade. Não poderá, se se usar acriticamente a noção, fazer-se passar uma teoria implícita, conservadora, que recuse a mudança, a favor da preservação das sociedades tal como elas existem? A utilização, nesse contexto, do conceito de função, não poderá indirectamente legitimar todas as funções existentes e, com elas, quer as instituições que as desempenham, quer a sociedade como um todo que constituiria a razão de ser de instituições e de funções?

O modelo analógico eventualmente transportado de contrabando na bagagem do conceito de função ilustra, assim, o risco que se corre se se prescindir de analisar cada específica utilização, em cada quadro teórico preciso, dos instrumentos necessários à pesquisa. Não se trata, claro, de tentar evitar importações e transferências desses instrumentos. Apenas de explicitar, com o rigor possível, a denotação dos conceitos e as implicações das teorias utilizadas.

Indo portanto buscar a atitude científica e alguns recursos às ciências mais avançadas, os nascimentos das ciências sociais na sua feição moderna foram ocorrendo a partir do século XVIII e em particular no século passado.

Tais surgimentos verificaram-se em ordem dispersa, à medida de procuras sociais com diferentes incidências e diferentes intensidades.

Não se estranhará, por exemplo, a precoce evolução da demografia, se se recordar a importância que desde muito cedo teve o conhecimento sobre quantas pessoas e quais deveriam pagar impostos, ou quantas e quais poderiam ser mobilizadas para os exércitos.

Nem admira o rápido desenvolvimento da ciência económica, se se tiver em conta a urgência que havia, após a Revolução Industrial, de entender lógicas e mecanismos de regulação, substancialmente diversos dos anteriores.

No século passado, em todo o caso, estava-se ainda longe do fraccionamento interior ao campo das ciências sociais que viria a manifestar-se depois. É certo que já se dava nome ao que se pode designar por ciências sociais clássicas. Mas quem nelas trabalhava não queria dar-se ao luxo de ignorar perspectivas e

instrumentos que hoje chamaríamos transdisciplinares. Marx, Weber, Durkheim, os pais fundadores da sociologia, eram certamente também historiadores, economistas, cientistas políticos, demógrafos...

A desigualdade das procuras socialmente formuladas contribui para explicar, como já se mencionou, a ordem dispersa de entrada em cena das ciências sociais e também os diferentes ritmos da sua institucionalização e do seu desenvolvimento.

Esse desenvolvimento é, por sua vez, tributário do modo como as práticas científicas se inserem na sociedade. Na verdade, a configuração das instituições em que elas se abrigam – como é o caso das universidades – ou o tipo de pessoas que a elas se dedicam, constituem factores interferentes naquilo que tais ciências vão sendo capazes de ser e de fazer ao longo das suas histórias localizadas.

Tipos de procura, inserções institucionais, características dos actores, não são senão exemplos do vasto e heterogéneo conjunto de condições sociais presentes no desenvolvimento científico.

O desenvolvimento das ciências depende, por outro lado, de um diferente conjunto de condições, internas, estas, ao próprio campo científico.

Quando se mencionava a importação, por parte das ciências sociais, de noções, conceitos, teorias, a partir quer do senso comum e da linguagem quotidiana, quer das ciências da natureza, estava a designar-se uma parte dos recursos que foram especialmente necessários nas fases iniciais de desenvolvimento.

Todos os meios desse tipo designam o segundo conjunto de condições também presentes na configuração de cada ciência: as condições teóricas da produção científica.

As condições teóricas representam, assim, o ponto de partida e de referência do trabalho que em cada momento é possível fazer num determinado campo. Elas exprimem, simultaneamente, os resultados de pesquisa, os saberes acumulados que a disciplina produziu ao longo da sua história. E envolvem, não apenas toda a instrumentalidade teórica, metodológica e técnica disponível, como os problemas de investigação que constituem a agenda dessa disciplina. É claro, então, que novos desenvolvimentos e resultados susceptíveis de serem obtidos estarão directamente dependentes de tais condições.

Quanto a todo o conjunto de factores que se referem aos contextos de enquadramento do trabalho científico – a que chamámos condições sociais – só indirectamente interferem nos produtos da actividade de investigação.

Dizer que a interferência é indirecta, não corresponde, repare-se, a minimizar-lhe a importância dos efeitos.

Pense-se, por exemplo, no que pode fazer a favor do desenvolvimento de um qualquer campo científico ou de um dos seus segmentos, o facto de lhe ser atribuída prioridade em termos políticos e sociais e, por força disso, apoios e investimentos. Pense-se, em contrapartida, no definhamento inevitável dos que ficam secundarizados na hierarquia das prioridades socialmente definidas.

A luta que as várias disciplinas travam no sentido de ganhar visibilidades positivas, de atrair reconhecimento acerca dos seus méritos e utilidades, tem portanto também por objectivo mobilizar todo o tipo de recursos de que carecem para a sua actividade própria.

O que vale a pena deixar sugerido, nesta fase, é que se quisessemos indagar cabalmente por que formas e por que razões a sociologia se distingue de outras ciências sociais, teríamos provavelmente de examinar não apenas os diferentes instrumentos e produtos, mas de percorrer as condições sociais que presidiram à história da formação de cada uma dessas ciências bem como às que hoje nelas interferem.

A questão é, assim, um pouco mais complexa do que poderia parecer.

À primeira vista, e à força de se falar em realidade económica, realidade política, realidade demográfica, realidade linguística e muitas outras "realidades" da ordem social, é-se levado a pensar que as sociedades se compartimentam em todas essas realidades. Se assim fosse, ter-se-iam então encontrado razões "naturais" para a existência individualizada de cada ciência social. Economia, ciência política, demografia, linguística, seriam evidente contrapartida, no plano científico, desses sub-conjuntos, dessas fatias da realidade social.

O que acontece, no entanto, é que os fenómenos sociais são indesignáveis previamente de forma separada. Eles são sempre, para usar uma expressão clássica, "fenómenos sociais totais", ou seja, são simultaneamente económicos, políticos, etc.

O vector não vai, nesse sentido, da realidade para o conhecimento, mas sim do conhecimento para a realidade. Dito de outra maneira, são os processos de conhecimento que nomeiam e qualificam a realidade social no próprio movimento da análise; são as disciplinas que instituem dimensões dessa realidade ao examiná-la.

A realidade social é então estudada pelas diferentes disciplinas segundo perspectivas parcialmente diferentes. O desdobramento de interesses, interrogações e olhares – por vezes contraditórios mas também complementares – eis o que singulariza as diferentes disciplinas e tornou historicamente plural o campo das ciências sociais.

Este tipo de afirmações é o que decorre de posições epistemológicas racionalistas.

As posturas epistemológicas empiristas tenderão a atribuir ao conhecimento, pelo contrário, as características de um registo passivo da realidade. Obter saberes científicos sobre ela exigiria, apenas, observadores treinados e inteligentes.

Na perspectiva racionalista o conhecimento é sempre um processo activo, de construção, com os seus protocolos próprios. A realidade não fala por si, é necessário interrogá-la para obter respostas. E o tipo de intelegibilidade obtida está sempre ligado à forma do questionamento.

Se é assim, se a prioridade vai para a formulação de perguntas, se as respostas só se obtêm no campo delimitado por essas perguntas, então pode também dizer-se que uma disciplina cientifica se define globalmente, antes de mais, pela sua problemática teórica, ou seja, pelo conjunto estruturado de questões que formula.

Quando a invenção do microscópio permitiu pela primeira vez a visibilidade material de microrganismos, não estava disponível teoria de acolhimento para essa visibilidade material. Ela foi, então, escândalo. Teve de se esperar pela formulação de novas interrogações e teorias para que a visibilidade puramente material passasse a envolver também visibilidade teórica, intelegibilidade efectiva.

Alguma coisa de análogo acontece no campo das ciências sociais.

Os problemas sociais – as contradições, dificuldades, situações, processos – não se transcrevem de forma mágica ou automática para o interior do campo. É preciso haver interrogações adequadas que abram domínios de visibilidade para tais problemas e, ao fazê-lo, suscitem conceitos, relações entre conceitos, teorias, com capacidade para os explicar de modo mais ou menos adequado.

Qualquer disciplina científica – a sociologia, por exemplo – pode então ser entendida como uma matriz que dispõe de linhas representativas de dimensões da sua problemática e de colunas correspondentes às dimensões dos problemas tornados visíveis por essa problemática.

Formular perguntas corresponde a um conjunto de operações de tradução, corresponde a dar visibilidade no interior da disciplina a certos problemas sociais convertendo-os também em problemas sociológicos.

A matriz disciplinar é ela própria constituída pelos conceitos e relações entre conceitos que ela foi forjando e que, sendo suscitados pelas interrogações da problemática, procuram responder aos problemas científicos enfrentados.

A matriz teórica disciplinar implica, portanto, que os conceitos utilizáveis estão duplamente referenciados, a problemáticas e a problemas.

Ela envolve, além disso, a pluralidade de elementos operatórios que a disciplina, num certo momento, pode mobilizar. O que significa que tem de dispor de diversos tipos de conceitos.

Inclui, por um lado, conceitos de alto nível de abstracção e com funções de enquadramento, a par de conceitos que se constroem com o objectivo de dar mais directamente conta da realidade empírica a examinar. Uns e outros, por pretenderem reportar-se a essa realidade, podem designar-se por conceitos substantivos. Relacionados, agrupados e organizados segundo certas lógicas, eles instituem as teorias, que são, como se sabe, o instrumento essencial da pesquisa: resultado do conhecimento e instrumento de produção de novos conhecimentos.

Se a matriz teórica representa o conjunto de disponibilidades instrumentais de que a disciplina se pode servir para construir saberes, ela há-de igualmente incluir, finalmente, conceitos processuais. Ela há-de incluir os métodos e as técnicas utilizáveis nesse quadro disciplinar. Métodos e técnicas são também meios de

trabalho científico, mas de outro nível, já que não se referem à realidade a analisar, antes constituem recursos auxiliares, procedimentos e meios mais ou menos estandartizados de que a ciência se serve para testar as suas hipóteses, para pôr à prova e para desenvolver as suas teorias.

Construir amostra significativa de uma população, aplicar um inquérito por questionário, tratar estatisticamente resultados de pesquisa, desenvolver uma entrevista aprofundada, fazer a análise de conteúdo de um texto, eis alguns dos procedimentos a que frequentemente os sociólogos recorrem no curso das suas pesquisas. Trata-se aqui dos tais conceitos e relações entre conceitos de tipo processual, dos métodos e técnicas de pesquisa.

A distinção entre as ciências sociais há-de encontrar-se então, em suma, na configuração das suas matrizes: nas interrogações que formulam, nos problemas que trabalham, nos conceitos e teorias que constroem, nos métodos e técnicas que accionam.

Como já se deixou referido, e é evidente, o ambiente de desenvolvimento de cada disciplina, as condições sociais da sua inserção, interferem também constantemente no que ela vai sendo.

Pense-se em certos problemas sociais mais generalizadamente sentidos de forma negativa e de que são exemplo hoje a toxicodependência ou o Sida, a violência ou o desemprego, a pobreza ou a exclusão social.

É claro que tais questões, pela mera pressão implícita da sua difundida visibilidade, tendem a candidatar-se a rechear a agenda das prioridades analíticas de cada ciência social que com elas eventualmente possa lidar.

Essas interpelações, por outro lado, também geram directamente procuras, pedidos financiáveis de pesquisas específicas.

A capacidade diferenciada que as ciências sociais tenham de a elas responder e corresponder, além de influir nas orientações prioritárias de cada uma dessas ciências, repercute-se no respectivo desenvolvimento e vitalidade globais. E todas essas influências externas se acrescentam às inércias próprias de cada disciplina resultantes da construção permanente e activa dos seus objectos científicos próprios, a partir do accionamento dos instrumentos que está em condições de mobilizar.

1.2 **E a Sociologia?**

1.2.1 *Obstáculos*

A sociologia nasceu, como se viu, com a modernidade, para a entender e lhe auscultar contornos e evoluções. Ao analisar práticas e contextos sociais nas sociedades contemporâneas, ela continua a poder contribuir para a respectiva inteligibilidade.

Uma das condições para que funcione com eficácia o fascinante alargamento de entendimentos sobre os espaços de vida contemporâneos que a sociologia pode propor tem a ver com a capacidade que ela revele de se demarcar em relação às nossas concepções mais familiares e imediatistas.

Claro que as pessoas, os grupos, as sociedades, reflectem sobre as suas próprias condições de existência. Fazem-no, e isso institui o domínio do simbólico, a partir inclusivamente de uma necessidade prática de localização e de controlo. E se essa reflexão não contivesse elementos de adequação à realidade analisada, perderia evidentemente a possibilidade de eficácia que está na sua origem.

As representações, noções e julgamentos que constituem o que se designa habitualmente por senso comum não são, portanto, nem inadequados, nem forçosamente equivocados. As nossas sociedades generalizam até, progressivamente, um senso comum informado em grande parte, aliás, pelas ciências sociais.

Com proveniência nessas ciências são utilizadas, com efeito, de forma cada vez mais alargada, inúmeros termos e expressões – como inflação, sociedade civil, motivação, classe social – cujo entendimento, ao menos aproximativo, não carece hoje de qualquer formação especializada. E já se vê que a transposição dessa linguagem para o discurso de todos os dias veicula igualmente informações factuais e interpretações a que o trabalho científico não é alheio. É todo esse fluxo e apropriação que caracteriza o que tem sido designado por reflexividade, a qual está claramente em crescimento nas nossas sociedades.

Verificamos pois, de resto sem surpresa, que entre a linguagem quotidiana e a linguagem da sociologia há trocas e influências nos dois sentidos. Isso não significa, contudo, coincidências genéricas entre ambas: entre o senso comum e as práticas científicas existem diferenças quanto aos objectivos e ao âmbito, bem como quanto aos protocolos e procedimentos, mesmo quando se apresentam como idênticos os horizontes empíricos a que se referem.

A insistência na necessidade de ruptura com as evidências do senso comum começa por ser uma exigência do princípio crítico que está na base de qualquer ciência.

A prática científica tem de se criticar a si própria, tem de testar recorrentemente os resultados a que já chegou e os novos processos de pesquisa que desenvolve. O efeito securizante que a partilha intersubjectiva de convicções produz, mesmo no contexto da investigação, tende a associar-se, com efeito, à reprodução rotineira de resultados e de processos e por aí impedir a progressão dos saberes.

O senso comum, no entanto, em função do seu próprio modo de funcionamento, tende a ser ainda mais vulnerável a obstáculos ao conhecimento, os quais, do lugar da sociologia, importa evitar e superar.

Desde logo, sabe-se que as representações e os valores dos indivíduos e dos grupos são fortemente influenciados pelas respectivas situações no espaço social, bem como pelos trajectos que aí percorreram.

O que pensam e o que desejam um estudante universitário de Coimbra, um alfaiate de meia idade do Porto, ou uma empregada hoteleira do Algarve, têm certamente a ver com as características mais estritamente pessoais – psicológicas, se se quiser – de cada um deles. Mas sofrem igualmente um vasto conjunto de condicionantes sociais que não são idênticos, que actuam ao longo do tempo por intermédio de dispositivos variados e que contribuem também para explicar as distinções a esse nível existentes entre os três personagens imaginários.

É essa parte, não negligenciável, das características e das posições atribuíveis a condicionalismos sociais que precisamente é mais difícil terem em conta os interessados eles próprios.

Repare-se que, em termos de eficácia quotidiana, os saberes do senso comum tendem a ser perfeitamente adequados e suficientes. Ao ignorarem os condicionalismos presentes na sua génese e nas suas configurações, os limites das suas aplicações, a assistematicidade dos seus procedimentos, tais saberes comportam, porém, igualmente, alguns tipos de obstáculos que a construção do conhecimento sociológico precisa, então, de ultrapassar.

Aquilo que tem sido designado obstáculo individualista é provavelmente o mais resistente e o mais recorrente de entre todos.

Certas dimensões da vida, em especial as que têm uma forte componente de afectividade, são daquelas em que cada um de nós gosta de pensar que exerce opções verdadeiramente livres, ditadas apenas pelos nossos sentimentos, as nossas apreciações, os nossos valores.

É o caso, por exemplo, do enamoramento, da escolha do parceiro amoroso.

A sociologia mostra, pela observação e a explicação de regularidades sociais, como são múltiplas as interferências nessa escolha.

Constrangimentos de socialização presidem à formação dos nossos gostos, competências e valores. Através de inculcações continuadas e muito frequentemente não explícitas, vamos sendo feitos aquilo que somos, ou seja, esses dispositivos delimitam desde logo o âmbito possível das nossas escolhas e torna-as diferentes das de grupos sociais com outras socializações e experiências. É ainda o contexto social em que nos movemos que nos deixa abertas certas oportunidades ao mesmo tempo que nos impede, ou dificulta, outras. E seria possível prolongar exemplos desses condicionamentos múltiplos. Eles não eliminam, como é óbvio, a nossa capacidade de opção, inscrevendo-a, porém, entre balizas mais apertadas do que gostaríamos de admitir. Dir-se-á que sempre existe a história do príncipe e da gata borralheira. Mas, justamente, por real que a história pudesse ser, ela não deixa igualmente de constituir um caso limite exemplar, uma projecção imaginária de como o amor romântico, descomprometido e puro, pode vencer todas as assimetrias e improbabilidades sociais.

A experiência e a afirmação da individualidade tende, assim, a ignorar ou a contestar a própria existência de condicionamentos sociais. Eles parecem

ameaçar a liberdade, a intensidade e a valorização dos sentimentos pessoais, parecem expropriar a individualidade, transferindo a nossa qualidade de actores na cena social para a de meros figurantes.

Em outras circunstâncias, o senso comum contenta-se com explicações inadequadas ou simplificadoras.

As causalidades sociais, além de terem uma incidência probabilística, são geralmente multidimensionais, identificam, ainda que com pesos diferenciados, uma pluralidade variada de factores.

Ainda uma vez, na vida de todos os dias, a complexidade tem de ser reduzida. Um dos modos habituais de operar essa redução consiste em naturalizar os fenómenos sociais: ignora-se a tal pluralidade de determinantes sócio-culturais para se eleger um factor simples e pseudo explicativo.

"Diferentes resultados dos estudantes devem-se às suas diferentes aptidões intelectuais e capacidade de trabalho". "Certos povos são mais pobres porque a raça dos seus naturais se caracteriza pela indolência". "Ser atribuído às mulheres o essencial das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos justifica-se pelas diferenças biológicas entre os sexos". Todos ouvimos exprimir, de forma mais ou menos sofisticada, saberes espontâneos deste tipo que, por reduzirem a complexidade a um factor natural, caracterizam o que se chama o obstáculo naturalista.

Por último, vale a pena chamar a atenção para que o centramento e a limitação das experiências produzem saberes adequados a circunstâncias particulares, mas não conferem elementos de comparação que permitam relativizá-los. O senso comum não é homogéneo. Ele varia as formulações em função dos seus grupos suporte e das respectivas condições de vida. Mas verifica-se a tendência mais global para que cada um desses grupos generalize sem controlo as suas visões limitadas tomando-as por universais e trans-históricas.

Medir os outros pelos nossos próprios padrões, tomar por normal ou mesmo por única a nossa experiência de grupo, de classe, de nação, de raça, eis o que caracteriza o último obstáculo que interessava mencionar, o obstáculo etnocêntrico.

Afirmar, como se fez, que a construção sociológica supõe a superação dos obstáculos do senso comum não corresponde a propor uma qualquer hierarquização de saberes, com a ciência no topo. A legitimidade e a utilidade das diversas formas de apropriação cognitiva do real não estão em causa. Mas porque são diversas, têm também diferentes funções e diferentes protocolos.

Chamou-se a atenção, por outro lado, para as trocas continuadas entre o que se designa por senso comum e a prática científica. Essa espécie de promiscuidade permanente faz que não se trate de denunciar e combater obstáculos exteriores à ciência. A "ilusão da transparência" de que falava Durkheim, o excesso de familiaridade com os fenómenos que gera essa ilusão ao gerar automatismos acríticos de interpretação e de acção, localizam-se no interior da prática científica. A necessidade de ruptura exprime-se contra essas "evidências", contra

essas "verdades" que se impõem com tanto maior tenacidade quanto ignoramos as condições da sua produção.

Contra as generalizações sem controlo, as reduções simplificadoras, as normalidades intemporais e universais, a ciência dispõe de alguns recursos que lhe são próprios. Nos seus domínios de pesquisa, a sociologia critica, relaciona, compara, sistematiza, testa, para tentar ficar em condições de contextualizar, distinguir, relativizar e, nos melhores dos casos, explicar os fenómenos sociais.

1.2.2. *Construções*

Embora de forma ainda abstracta, vale a pena ilustrar um pouco o tipo de trabalho de pesquisa que a sociologia faz.

Uma das questões recorrentes que é hábito pôr ao abordar a disciplina é a das ligações indivíduo sociedade, do relevo a atribuir às dimensões individuais e às colectivas em termos de investigação.

Alguns termos importados do teatro fizeram mesmo carreira na sociologia, transformaram-se em conceitos que ela continua a utilizar – como é o caso do conceito de actor e do conceito de papel – e conotam já uma certa interpretação da questão enunciada.

A localização global do problema não parece poder deixar de ser a de que os seres humanos fazem a sua própria história social a partir de condições que não criaram, de um sistema de heranças que se traduz em limites e potencialidades. São, por isso, simultaneamente livres e condicionados. Produzem realidade e são produzidos por ela.

A questão de saber o que se reproduz e o que se cria nos processos sociais, como irrompe o novo a partir de certas lógicas estruturais, passa então do terreno da filosofia para o da análise científica das evidências empíricas.

Se fosse necessário, em todo o caso, continuar a utilizar metáforas representativas do social, seria melhor, em vez de recorrer ao teatro mais habitual, com os seus autores, actores e figurantes, recorrer antes à *Commedia dell'Arte*.

Ela nasceu no Renascimento Italiano, espalhou-se pela Europa e entrou em decadência no século XVIII. De que se tratava? De uma forma teatral específica, capaz de expressar a nova atitude do século XVI, atitude de recusa do fatalismo, atitude de abertura, de curiosidade, de questionamento, de crítica, de sátira.

A *Commedia* repousava, essencialmente, na capacidade e na arte de improvisação dos actores. Não havia autor. A partir de um cenário rudimentar que dava o tom e localizava a acção, os actores combinavam movimento e discurso, mimando a vida através de personagens e enredo que iam desenvolvendo, através dos improvisos, ao longo da representação.

Para que a improvisação resultasse eficaz, cada actor especializava-se, geralmente desde cedo, num único personagem, com o qual, num certo sentido, acabava por coincidir. Mas a verosimilhança dessa imitação da vida exigia dos actores, além da intimidade com o personagem representado, o conhecimento profundo da realidade social e política envolvente, dos contextos em que se localizava a acção.

No curso da representação as incompreensões e incomunicabilidades entre as personagens – que eram frequentes – retraduziam também diferenças e distâncias interclassistas na sociedade.

Esta descrição sumária chegará para mostrar a razão pela qual a *Commedia dell'Arte* representa uma boa metáfora do social.

Não tem autor, ao contrário do que acontece com o teatro convencional – e mesmo, ao tempo, da *Commedia Erudita*, que dispunha de um texto escrito integral. Também as sociedades não têm autor, ou, como a *Commedia dell'Arte*, têm autor colectivo. Os indivíduos, na sociedade representam papéis não, escritos nem finalizados. Improvisam, portanto. Mas em certas condições que não criaram e que lhes impõem restrições e limites.

Se se quiser designar os observáveis sociológicos, simplificando-os ao máximo, diríamos então, a partir da metáfora proposta, que eles são, simultaneamente, o sistema de condicionamentos e o sistema de improvisações sociais.

Mas prolongue-se um pouco mais o exercício de saber o tipo de objectos gerais que a sociologia pretende descrever e explicar.

Desde logo, comportamentos e práticas sociais, procurando aí encontrar regularidades e inovações. Tanto as práticas recorrentes – institucionalizadas – como as que anunciam a irrupção do novo, têm de ser sujeitas a escrutínio, relacionadas com as outras e, sobretudo, com as causas ou os factores que se lhes associam.

Objecto, igualmente, do trabalho sociológico, são as dimensões simbólicas do social. O que é próprio das ciências sociais, aliás, é estudar comportamentos que incluem o sentido que lhes é atribuído por quem os pratica. Representações e valores referem-se, ver-se-á adiante, aos modos como a sociedade pensa e se pensa, e bem assim à expressão de preferências elas próprias organizadoras de acção.

A sociologia analisa ainda identidades sócio-culturais. Do que se trata aqui, muito esquematicamente, é do modo como segmentos sociais de diversos tipos se distinguem entre si e como perduram no tempo, no plano simbólico, material e estratégico, essas características distintivas.

Suponhamos ainda, para continuar o exemplo, que se pretendem explicar comportamentos, ou valores, ou identidades, no quadro de pesquisas específicas. O que faz o sociólogo?

Traça, claro, um plano de pesquisa, e mobiliza teorias, métodos e técnicas que encontra disponíveis, de modo a accionar a recolha e o tratamento da informação que julga pertinente.

Essa recolha e tratamento de informação tem forçosamente de dirigir-se, em primeiro lugar, às variáveis dependentes, ou seja, àquilo que se pretende explicar. Na nossa pesquisa hipotética serão comportamentos, valores ou identidades. Há que analisar características e configurações dos objectos precisos que foram seleccionados.

Admitamos, por exemplo, que se tratava de estudar os valores e representações dos portugueses a respeito da vida e da organização da família, da divisão de tarefas e funções dentro e fora de casa, dos papéis masculinos e femininos, da educação dos filhos, em suma, a respeito dos modelos dominantes de família na nossa sociedade actual. Admitamos ainda que tínhamos já recolhido elementos comparativos, no tempo e no espaço, a respeito de todos esses indicadores. Teríamos já informação sobre as características e as evoluções desses modelos em diversas regiões portuguesas, as opiniões de diferentes grupos sociais a respeito das alternativas de organização familiar e ainda as coincidências e descoincidências entre o que as pessoas dizem, a esse respeito, ser desejável – os seus valores – e aquilo que efectivamente fazem, o modelo que realmente praticam.

Esses elementos de informação que, de acordo com os objectivos de pesquisa, estariam completos, bem estruturados e seriam fiáveis, não esgotavam, como é evidente, o trabalho a fazer. Haveria, agora, que procurar interpretá-los, que procurar explicações.

Os padrões diferenciados de valores e comportamentos que a informação disponível revelasse teriam de ser confrontados com as características dos seus portadores. Um primeiro esforço interpretativo consistiria, assim, em verificar eventuais regularidades de distribuição entre as variáveis dependentes e as condições objectivas dos que exprimiam certos valores.

Que condições objectivas? Aquelas que, além de evidentemente estarem contidas na informação acessível, constituíssem boas hipóteses para as questões formuladas na pesquisa. Verificar-se-ia se as diferenças encontradas nos valores corresponderiam, ao menos parcialmente, a diferenças nos grupos em que tais valores enraizavam. Ver-se-ia, por exemplo, se seria relevante o facto de se viver no campo ou na cidade, de se ser homem ou mulher, de se ser jovem ou adulto, de se ser mais ou menos escolarizado, de se pertencer a tal ou tal classe.

Em todos os casos o que se procuraria, portanto, era entender em que medida diferentes condições objectivas, diferentes sistemas de recursos, contribuiriam para a explicação dos tais padrões de valores igualmente diferenciados.

A hipótese, que inúmeros estudos a respeito de múltiplas dimensões sociais confirmaram já, é aqui a de que os recursos de diferentes tipos que as pessoas podem mobilizar – económicos, culturais, sociais, políticos – definem probabilidades e limites para os respectivos comportamentos.

Um exemplo apenas. Sabe-se que os filhos das famílias operárias acedem em número crescente às universidades portuguesas, mas sabe-se também que a per-

centagem em que o fazem é acentuadissimamente mais baixa do que a dos que provêm das famílias de profissão liberal. Haverá dúvidas de que são recursos diferenciais das famílias de origem que estão na base dessas enormes distâncias?

O percurso que descrevemos já daria alguns frutos para o nosso problema a respeito da família. Teríamos provavelmente encontrado certas combinações de recursos articuladas, mais frequentemente do que outras combinações, a certos tipos de valores e comportamentos referidos a modelos familiares.

O esforço de explicação, já com resultados parciais, não deveria, porém, ficar por aqui.

Não são só as condições objectivas actuais, os recursos disponíveis num momento determinado, que, com efeito, contam para o entendimento das situações. É igualmente importante auscultar as condições passadas e verificar efeitos de trajecto.

Um outro exemplo pode ilustrar com clareza o que se pretende dizer. Porque se fala habitualmente de novos ricos? Que especificidades se encontram nos seus valores e comportamentos que os distinguem dos que são ricos há mais tempo? O que se pensa, em geral, é que os novos ricos digerem mal os recursos que obtiveram demasiado depressa, que os ostentam sem gosto nem propósito. E isso não pode evidentemente ser explicado por serem ricos, já que aqueles com que são comparados terão idênticos recursos económicos. Será explicado, precisamente, por serem novos na sua riqueza.

A explicação residirá, então, nos efeitos de trajecto.

Intervém aqui uma questão importante que a sociologia analisa com cuidado crescente e que tem a ver com o que se chama processos de socialização.

As condições de existência, ao longo da história das pessoas, dos grupos, das classes sociais, inscrevem-se como marcas nos respectivos sistemas de disposições. Através de aprendizagens institucionalizadas como as que se fazem na escola e na família, ou de aprendizagens espontâneas e difusas como as que se fazem por contacto e por imitação, vão-se inculcando, nas pessoas e nos grupos, as suas experiências de vida. É essa inculcação, essa interiorização, que predispõe para um certo tipo de reacções, de comportamentos, de valores.

Significa isto que as condições objectivas e as experiências de vida só operam a este nível, só constituem agora elementos explicativos de valores e comportamentos, quando têm por mediação um complexo processo de socialização produtor do sistema de disposições. A socialização, a aprendizagem, é algo que, embora tenha momentos fortes, acompanha a vida dos indivíduos. O nosso novo rico age como age, tem os valores que tem, simultaneamente porque foi pobre e agora é rico. Não chega ter em conta os seus recursos actuais. É necessário ter em conta os efeitos de trajecto, e em certas circunstâncias são mesmo os efeitos de trajecto que podem constituir contributo explicativo essencial dos processos sociais observáveis.

Finalmente, no percurso da pesquisa sociológica também não é lícito fazer a economia de análise das componentes conjunturais.

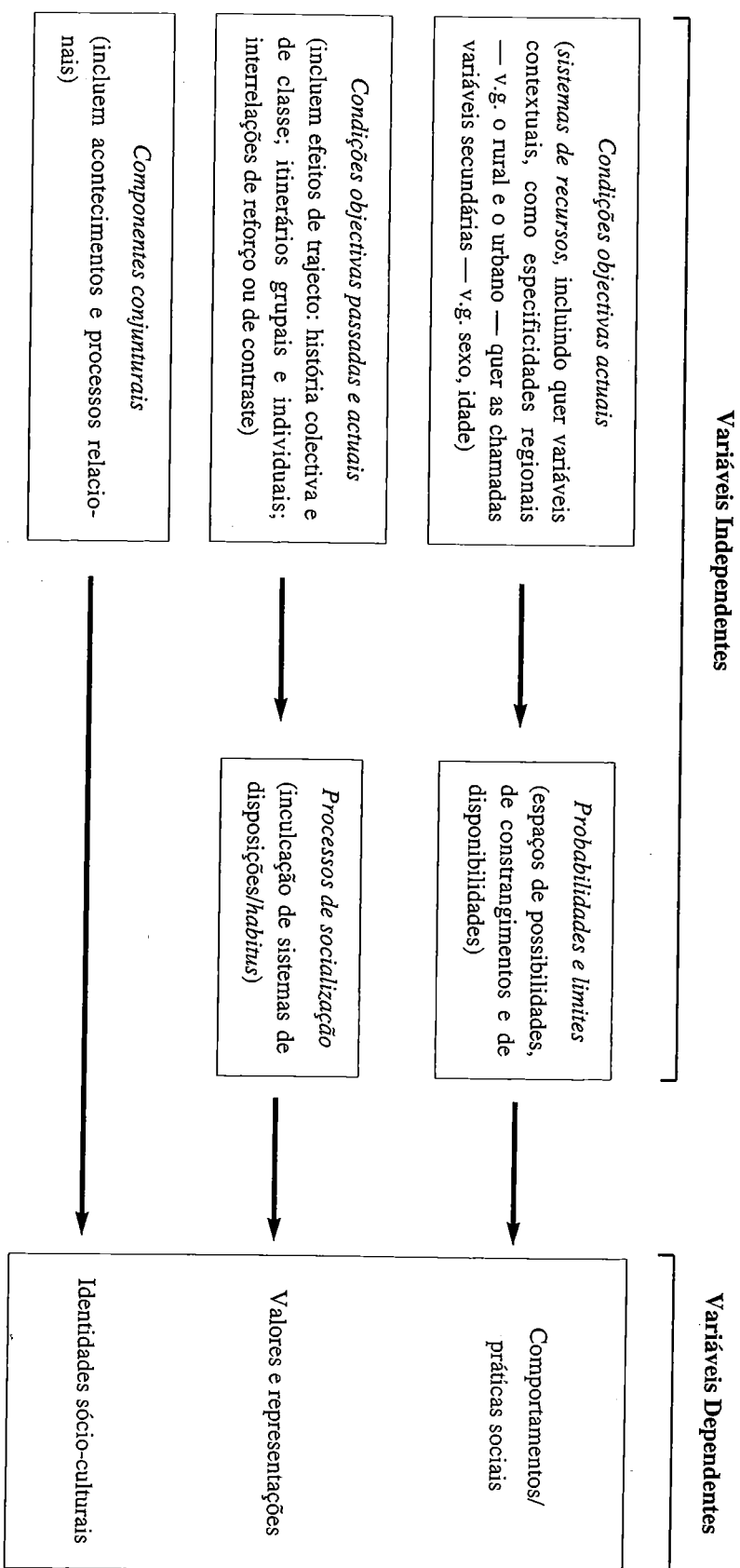
É sempre por referência a um momento no tempo e no espaço que as acções se desencadeiam, os juízos e os discursos se exprimem, as identidades se afirmam e evoluem.

Os acontecimentos, os processos relacionais, desenvolvem-se em conjunturas diferentes e, uma vez mais, tais diferenças reagem directamente sobre as situações. Uma conjuntura de guerra, por exemplo, suscita comportamentos e manifestações totalmente diversos dos que se verificariam em tempo de paz. Mesmo sem contrastes tão dramáticos, no entanto, não é difícil admitir que a análise comparativa de conjunturas constitui contributo essencial para a explicação das variáveis dependentes, na nossa investigação imaginária. Agora, com a acentuada feminização da frequência universitária e do emprego em Portugal não haverá mais tendência, entre mulheres e homens, para afirmar que esse emprego e essa escolarização femininas são, tudo visto, uma boa coisa?

Esquemática embora, a descrição que se propôs terá permitido entender melhor alguns passos que a sociologia pode fazer na procura de variáveis independentes ou explicativas, na tentativa de descrever e explicar certos elementos dos processos sociais.

O Quadro 1 resume o esquema apresentado.

QUADRO 1

Esquema de pesquisa

1.2.3. *Fronteiras*

A sociologia foi forjando os seus próprios caminhos a partir de um programa analítico muito ambicioso, dotando-se de um horizonte empírico que não exclui nenhuma das dimensões nem dos processos sociais configuradores da modernidade.

Não hesita, por exemplo, em recuar no tempo, quando aí procura raízes e explicações para os processos actuais: chama a isso sociologia histórica. Lança também olhares sobre os modos como as sociedades produzem, distribuem, gerem os bens de que precisam: chama a esse olhar sociologia económica. Quer comparar, para melhor entender, sociedades e culturas diferentes com aquelas que constituem o lugar do seu nascimento e o horizonte privilegiado da sua pesquisa: coisa que a etnologia e a antropologia desde sempre fizeram. Interessa-se pelo Estado e pelos fenómenos de poder, no quadro do que chama sociologia política e por aí partilha objectos com a ciência política. Dedica-se a avaliar os nascimentos, as mortes, os casamentos, os divórcios, as distribuições etárias e de género, as migrações de todos os tipos: chama-lhe sociologia da população, a qual trabalha sobre fenómenos que a demografia, pelo seu lado, estuda. Pesquisa a espacialização das relações sociais, todo o variado tipo de relacionamento – fixações, movimentos, referências simbólicas – que as pessoas e os grupos estabelecem com o espaço e designa esse domínio, que a geografia humana também aborda, sociologia do território. Analisa a dimensão individual e interindividual dos fenómenos sociais, o que certamente a aproxima da psicologia social.

São apenas exemplos. Mas servem para ilustrar algumas questões a respeito da sociologia e do seu posicionamento actual.

Desde logo por aqui se confirma não ser o objecto empírico que define a disciplina, já que todas as dimensões do social que possam ser consideradas relevantes são igualmente susceptíveis de entrar na agenda da sociologia, de constituir ponto de aplicação e horizonte do seu trabalho.

Por outro lado, não deixa de impressionar a quantidade de sociologias especializadas que se vão desdobrando. Os exemplos que deixámos dizem apenas respeito a áreas em que alguma sobreposição é visível com outras ciências sociais. Mas muitas outras se desenvolveram, adoptando geralmente uma designação correspondente à referência empírica principal da respectiva pesquisa, como é o caso da sociologia urbana, do trabalho, da família, das organizações e tantas outras.

Esse desdobramento corresponderá a um verdadeiro fraccionamento disciplinar, a uma real pulverização dos saberes sociológicos?

Não necessariamente.

Os sub-conjuntos servem, comodamente, o aprofundamento de certas linhas de investigação e isso constitui a sua justificação mais nobre, já que não se perde forçosamente por aí a articulação de resultados parciais na referência mais ampla da disciplina sociológica. O fraccionamento explica-se, também, por

conveniências pedagógicas, visto que tais designações correspondem frequentemente ao título de cadeiras servidas nos anos ou semestres a partir da progressiva consagração universitária da disciplina. Em alguns casos, finalmente, há razões mais distanciadas da produtividade científica e pedagógica e que têm sobretudo a ver com o resultado de estratégias vitoriosas de auto-valorização de pessoas e de grupos.

É evidentemente não só legítimo, mas também necessário, desenvolver e aprofundar pistas de pesquisa variadas em torno das múltiplas dimensões do social exploráveis pela sociologia. A dispersão comporta riscos, no entanto, de "especialização caótica", em particular de negligenciar ou abandonar a matriz disciplinar comum. Será certamente esse o limite de não utilidade, uma vez que ficariam então perdidas as amplas e cruzadas estimulações e aprendizagens que constituem condição da vitalidade científica. Perder-se-ia, nesse caso, aquilo que define a sua própria matriz disciplinar: a cumulatividade dos saberes que produz.

Vimos algumas razões e eventuais consequências da aparente tendência de fraccionamento da sociologia para dentro, por assim dizer, do próprio campo disciplinar.

O primeiro grupo de exemplos que propusemos chama também a atenção, no entanto, para certos efeitos de desdobramento disciplinar para fora da sociologia.

Desde logo esses efeitos parecem resultar de uma tentação imperial. Os sintomas estariam, precisamente, na aparente invasão feita a todos ou quase todos os terrenos ocupados pelas outras ciências sociais.

Pode discutir-se se, no passado, terá ou não havido alguma cedência a essa tentação hegemónica através da tentativa de construir uma ciência social, no singular, reservando papeis secundários aos parceiros real ou aparentemente mais fracos.

A questão tem hoje, de qualquer modo, interesse reduzido. A sociologia não renunciou à sua ambição de abranger horizontes empíricos vastos. Mas o que está na ordem do dia em relação ao campo das ciências sociais é a coexistência, associada à sistemática exploração de complementaridades.

Isso mesmo resulta provavelmente da conjunção de duas preocupações essenciais que a sociologia partilha com todas as disciplinas científicas.

Uma delas é a da fecundidade. E a história das ciências tem mostrado que, em geral, é precisamente nos espaços de fronteira, nas zonas que por vezes suscitam a sobreposição ou a convergência de olhares disciplinares diferentes, onde maior inovação e progressão científicas se obtêm. O isolamento, bem como a centração continuada em regiões já exploradas, tendem, pelo contrário, ao definhamento produtivo.

A outra preocupação tem a ver com a já referida cumulatividade. Nenhuma ciência se pode permitir o eterno retorno gerado pelo esquecimento de passos

anteriormente dados. Abrir portas abertas por amnésia de caminhos já percorridos, modas que ressuscitam ciclicamente teorias e conceitos sem lhes acrescentar novas vitalidades, são exemplos de desperdício que a própria dispersão das ciências sociais demasiadas vezes facilita.

A especialização só pode justificar fronteiras em nome da produtividade e se essas fronteiras são provisórias, abertas e susceptíveis de permanentes transgressões. Quer se refira a domínios científicos, quer a cada específica pesquisa, essa especialização tem, de qualquer modo, de encontrar compensações pela prática de hibridações e cruzamentos sistemáticos.

É possível encontrar para as transgressões fronteiriças patamares, por assim dizer, institucionalizados. Costuma falar-se, a este propósito, de pluridisciplinaridade, de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade.

Talvez valesse a pena, no entanto, um pouco provocatoriamente, referir igualmente a intradisciplinaridade. É que sendo tão intensa a tendência da sociologia, como se deixou entender, para se fraccionar em múltiplos sub-campos, então torna-se necessário começar logo a ter a preocupação de manter comunicáveis esses campos de modo a assegurar fecundidade e cumulatividade para o conjunto.

O menos exigente dos patamares que referimos, e que já diz respeito ao relacionamento da sociologia com outras disciplinas, é o da pluridisciplinaridade.

De que se trata?

No essencial, de conseguir um primeiro nível de debate e de informação recíproca. Para enfrentar problemas referentes a domínios em que têm competências próprias, diversas disciplinas aceitam dar contributos que permitam desdobrar, e por isso enriquecer, os pontos de vista sobre esses problemas.

Mais exigente é o nível a que se chama interdisciplinaridade. Aqui já se supõe ultrapassada a fase de justapor informações e contribuições das especialidades. Trata-se agora de construir uma abordagem teórica global.

Ou seja, sem prescindir de contributos variados e complementares, tais contributos são valorizados numa unificação coerente que constitua a referência para conduzir pesquisas integradas.

Um último nível de relacionamento é o da transdisciplinaridade. Ele apenas se distinguirá da interdisciplinaridade pelo facto de supor maior fluidez e facilidade na construção da abordagem global. O hábito já longo de trabalho conjunto de diversas ciências sociais sobre um mesmo tipo de problemas pode permitir que sejam directamente convocados elementos conceptuais e metodológicos dessas diversas proveniências disciplinares no quadro de cada projecto de pesquisa. E para esses temas, tal convocação directa passa a ser o procedimento mais normal e partilhado. Passa-se, por assim dizer, dos convívios ocasionais para as coabitações estáveis.

Para dar um exemplo de práticas de investigação, referentes a Portugal, em que a transdisciplinaridade também ocorre, poderiam, entre outras, mencionar-se as

que têm por horizonte empírico o espaço rural. Estudá-lo exige, com efeito, partir de um conjunto relativamente vasto de pesquisas que se fizeram à luz da sociologia, da história, da antropologia, da ciência económica, da geografia, da agronomia. Mesmo que cada nova pesquisa que se pretende desenvolver continue a ter na origem um campo disciplinar preciso, o imprescindível recurso a informações, teorias e métodos que constituem já património comum e indescartável acaba forçosamente por traduzir reais situações de transdisciplinaridade.

Este último exemplo permite também mostrar que a distinção dos patamares propostos tem um alcance de clarificação analítica mas não supõe compartimentações rígidas nos processos reais de pesquisa. Aí, de facto, pluri, inter e transdisciplinaridade tanto se sucedem como se sobrepõem ou confundem.

Quando se olha globalmente para as modalidades de colaboração da sociologia com outras ciências não deixa de surpreender, no entanto, o conjunto de dificuldades e obstáculos que continuam a oferecer-se no caminho dessa colaboração e que a limitam e fragilizam. A surpresa deriva, nomeadamente, de parecer esperável que a pluridimensionalidade do social suscitasse, quase automaticamente, a complementarização dos olhares e abordagens, quer nos aspectos mais estritamente teóricos, quer nos aspectos metodológicos e técnicos.

Essa estranheza leva-nos à última ordem de razões para o fraccionamento, à explicitação das dificuldades.

A sociologia, como aliás as outras ciências sociais, tem sido por vezes rotulada de pré-paradigmática, o que corresponde, de facto, a considerá-la numa fase ainda pré-científica. O rótulo, quando é posto, tem origem nas ciências da natureza e traduz, inadequadamente, uma das diferenças reais entre elas e as ciências sociais.

Nas primeiras, com efeito, o desenvolvimento das pesquisas faz-se sempre por referência a um corpo central de conhecimentos e resultados. Claro que, como a história bem o mostra, as ciências da natureza não estão ao abrigo de revoluções, de descontinuidades, de transtornos globais que põem em causa saberes anteriores e obrigam a reconfigurações das respectivas matrizes disciplinares. Mas a "ciência normal" pratica-se aí a partir de um núcleo duro – embora não imutável, repita-se – relativamente unificado.

Ora a sociologia, como as outras ciências sociais, não dispõe de um núcleo unificado desse tipo. Pelo contrário, ela é atravessada – sempre foi atravessada – por grandes configurações teóricas distintas, parcialmente sobreponíveis e parcialmente contraditórias.

As pesquisas concretas desenvolvem-se assim à luz de diferentes paradigmas que conservam zonas de especificidade e, também por isso, podem desembocar em resultados e explicações rivais da realidade que analisam. Funcionalistas, marxistas, weberianos, interaccionistas constituem designações que exemplificam diferenças de perspectiva, sem impedir, aliás, hibridações e convergências.

A sociologia não é, portanto, pré-paradigmática. Tal como as outras ciências sociais, ela é antes uma ciência pluriparadigmática, por razões que se ligam, de resto, às condições sociais do seu exercício e à especificidade do seu objecto.

O pluriparadigmatismo não deve ser dramatizado. É certo que, num passado próximo, ele conduziu sobretudo a bloqueamentos, por força da crispação e isolamento a que se remetiam os paradigmas rivais. Mas a defesa dos grandes sistemas fechados perdeu claramente terreno. Vai-se reconhecendo cada vez mais frequentemente que a diversidade pode ser virtude. A condição é que se definam programas de investigação abertos e consistentes que avaliem os vários corpos teórico-metodológicos não como fortalezas com um fora e um dentro perfeitamente definidos, mas como sistemas de recursos disponíveis a que se vai buscar o que se julga necessário.

Tinha-se deixado sugerido, a propósito das fronteiras entre disciplinas, que funcionavam hoje movimentos compensatórios potenciando trocas e fecundações recíprocas.

No interior do campo das ciências sociais, e da sociologia em particular, agora a propósito das fronteiras entre paradigmas, entre grandes teorias, podem também notar-se movimentos compensatórios da antiga rigidez.

Parece razoavelmente claro, com efeito, que a esses entricheiramentos e irredutibilidades no seu próprio interior, vai a sociologia substituindo coexistências mais pacíficas, melhores vizinhanças, troca amistosa de recursos.

Talvez a própria habituação às mobilidades do seu objecto e à indispensável adaptação permanente dos seus instrumentos tenha contribuído para atenuar, na sociologia, o desconforto com a incerteza.

De qualquer modo, se o diagnóstico de tendência não erra, estará a passar-se, na disciplina, de um pluriparadigmatismo de combate a um pluriparadigmatismo de convivência, já com alguns fecundos exemplos de transparadigmatismo operacional.

2. Processos Societais e Instituições

Como vimos no ponto anterior, a sociologia estuda os fenómenos sociais. Os assuntos que lhe interessam são os que resultam do facto de as pessoas orientarem os seus pensamentos e as suas acções umas para as outras. Numa palavra, os que resultam da interacção social. Essa interacção processa-se a diversos níveis, desde a menor troca de olhares entre duas pessoas até a acontecimentos que afectam toda a vida na terra.

O olhar sociológico dirige-se para a compreensão quer do que se passa num encontro de rua quer de grandes organizações mundiais ou de fenómenos que têm lugar em todo o planeta, passando ainda pela escala intermédia de uma sociedade nacional ou do quadro de interacção num bairro, numa cidade ou numa empresa.

Tomemos o exemplo de uma categoria de pessoas que será tema de um dos capítulos deste manual: os emigrantes.

Um qualquer emigrante, a sua família, a empresa que o emprega no país de acolhimento e os novos vizinhos desse emigrante formam um quadro susceptível de constituir objecto do trabalho de um sociólogo. Esse sociólogo, ou colegas seus, podem para além disso estudar os processos de recomposição do tecido social de uma cidade ou de um bairro onde veio instalar-se o emigrante e, provavelmente, muitos outros conterrâneos seus. Podem, também, estudar os mecanismos de poder que estão na origem das leis que regem a imigração no país de acolhimento.

Mas desde sempre a sociologia dedicou grande importância ao estudo da forma como certos fenómenos sociais possuem âmbito ainda mais vasto, verificando-se em todo o mundo e influenciando todas as sociedades ou boa parte delas. No nosso exemplo, poderiam investigar-se as tendências que se verificam nos processos migratórios. Porque é que, em certas circunstâncias, países ou zonas da Terra acolhem pessoas vindas de fora, enquanto outras zonas vêem fugir os que nelas residem? Que relações existem entre os fenómenos migratórios e outros fenómenos sociais, políticos e económicos? Estas e muitas outras questões do mesmo tipo exigem uma análise global de processos que, pela sua extensão, podemos designar por processos societais.

Para além dos processos migratórios do nosso exemplo, muitos outros poderíamos utilizar como ilustração. Não queremos, porém, deixar de esclarecer desde já um possível equívoco. Quando nos referimos a certos fenómenos como processos societais não significa isso que os pequenos acontecimentos singulares e quantas vezes repetidos do quotidiano – por exemplo, o primeiro encontro entre um emigrante e o seu potencial empregador – deixem de estar relacionados com todo o sistema social mundial. Pelo contrário, deve notar-se que as grandes instituições e os movimentos mais vastos se fundam e são constituídos pela teia dos inumeráveis encontros entre as pessoas e, em boa verdade, o sistema no seu conjunto influencia cada situação concreta.

Nenhuma razão especial nos levou a escolher um exemplo referido aos processos migratórios. O nosso objectivo é mostrar que muitas das coisas que se pas-

sam no quotidiano das pessoas se integram em fenómenos que têm importância em todo o mundo e constituem tendências marcantes das transformações que ocorrem modernamente e que configuram as nossas sociedades.

As correntes migratórias são um desses fenómenos globais. De igual nível de globalidade e importância na criação e desenvolvimento das sociedades modernas são fenómenos como a urbanização, as formas de divisão internacional do trabalho, a emergência das empresas como actores institucionais, a terciarização das actividades económicas, a expansão das chamadas novas tecnologias, a criação de uma rede densa de relações entre os diversos países desenvolvidos e sub-desenvolvidos a que chamamos "sistema mundo", ou o surgimento e progressiva generalização das preocupações ecológicas, reacção aos perigos ambientais que, conjuntamente com a guerra, a fome e os desrespeitos dos direitos humanos, constituem problemas a resolver solidariamente por toda a humanidade.

Interessante é verificar como novas realidades, inexistentes até à emergência das sociedades modernas, como as já referidas ou como as extraordinárias potencialidades da comunicação e dos transportes ao nível de todo o planeta, a evolução do conhecimento científico e da inovação tecnológica, ou a constituição de organizações supra-nacionais de nível mundial, como a ONU, se interligam com instituições e formas de organização social muito mais antigas e possuidoras de uma importância igualmente global.

Quando falamos de instituições falamos de conjuntos relativamente estabilizados de práticas e relações sociais, dotadas de uma lógica organizativa relativamente autónoma, de sistemas de normas e representações próprias e providas de mecanismos de reprodução que as prolongam no tempo.

Abordaremos, nesta parte do curso, instituições como a família e a escola. De uma se pode dizer que, embora o respectivo cruzamento com as dinâmicas da modernidade tenha introduzido modificações nas formas e modalidades que conheceu ao longo dos tempos e na diversidade das culturas, a sua importância global manteve-se praticamente intacta. Já a respeito da escola dir-se-á que, para além de idêntica transformação de formas e conteúdos de intervenção – apontando no sentido de alguma uniformização institucional –, a sua importância nas sociedades modernas tem crescido sistemática e significativamente.

Os próximos capítulos tratarão de alguns desses "processos societais" actuais, que se traduzem em fenómenos como a "globalização dos sistemas sociais", as diferenças de desenvolvimento dos países, as novas formas de divisão do trabalho e o papel que as empresas desempenham nesse processo, as migrações, a urbanização e a terciarização. Abordarão, ainda, a título de exemplo, as instituições escola e família.

Ao tratarmos as questões da globalização e do desenvolvimento faremos uma rápida referência a um actor institucional de grande importância: o Estado-Nação. O Estado-Nação cristaliza e dá corpo a relações de poder. Do seu estudo se ocupa especificamente a ciência política. No entanto, no sentido em

que é usado na sociologia, o poder não se reduz à dimensão especificamente política, isto é, à actividade desenvolvida no sentido de ocupar posições no sistema estatal.

O poder expressa a capacidade para interagir e para influenciar as acções dos outros. A acção pressupõe a definição – e aceitação – de regras e a produção e afectação de recursos. É de regras e recursos que falamos quando utilizamos a expressão "poder" em sociologia. Neste sentido, ele é muito mais difuso do que aquela parte que se cristaliza em aparelhos e organizações como o Estado[1]. Ele atravessa toda a textura social, aos seus diversos níveis.

Ele existe, por exemplo, ao micro-nível da família do nosso emigrante exemplificativo. As relações entre pais e filhos, marido e mulher, agregado doméstico e outros familiares e vizinhos contêm uma dimensão que traduz o exercício de relações de poder, dominação e influência.

Mas o poder circula difusamente, como um plasma, ainda a muitos outros níveis. Na verdade, quanto mais ampla o âmbito dos relacionamentos que consideramos, mais complexas as regras e maiores os recursos envolvidos e, portanto mais complicadas as decisões tomadas e as influências exercidas. Assim, existirão também relações de poder e dominação na relação da família migrante com a escola bem como com as famílias das outras crianças que frequentam a escola, e por aí adiante. Mas elas serão apenas uma parte – eventualmente ínfima – das relações que influenciam as políticas de ensino, as estratégias de planeamento urbano, as decisões de localização de actividades por parte das empresas transnacionais que por sua vez influenciaram a criação de um novo mercado para a emigração. Daí poderíamos passar às relações entre países ricos e países pobres, e à contínua deterioração do ambiente e delapidação de recursos naturais, ou à terciarização das actividades económicas.

De facto, como veremos de seguida, uma grande transformação nas condições de exercício do poder, tanto dessa capacidade difusa e circulante de agir que temos referido, como da própria actividade dos Estados e dos aparelhos políticos, consistiu na vastidão dos contextos em que tais poderes são exercidos. É que, agora como nunca, quando se age, age-se sabendo-se das consequências da acção e, muitas vezes, podendo observar directamente tais consequências em locais próximos ou remotos. E age-se mobilizando informações e jogando com dinâmicas que ultrapassam largamente o contexto presencial, dado que o âmbito de alcance das relações sociais é cada vez mais global. Vejamos o que quer isto dizer.

[1] Um exemplo de interpenetração em zonas de fronteira entre o poder difuso e os aparelhos políticos pode ser encontrado em JUAN MOZZICAFREDDO, ISABEL GUERRA, MARGARIDA A. FERNANDES e JOÃO G. P. QUINTELA, *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher, 1991.

2.1 Globalização e Desenvolvimento

Ao contrário do que durante algum tempo se pensou, desde sempre as sociedades humanas estabeleceram algumas relações entre si, quer fossem de ordem social (por exemplo, ao nível de trocas matrimoniais), militar (com guerras, incursões e invasões mais ou menos frequentes) relações políticas ou comer-

ciais e ainda de vários tipos simultaneamente. Essas relações eram, porém, muito parcelares e limitadas, tanto na frequência quanto, principalmente, na densidade de relacionamentos que cada sociedade estabelecia com outras. Não apenas a falta de transportes e as formas de comunicação dificultavam o acesso de umas sociedades a outras, como as relações raramente se estabeleciam em múltiplas direcções. A esmagadora maioria das pessoas vivendo numa determinada sociedade não tinha qualquer conhecimento da existência ou das características de outras formas de organização social, ou apenas tinha de algumas delas uma ideia vaga e geralmente fantasiada.

Essa situação começou a modificar-se decisivamente a partir da altura dos descobrimentos e do período de grande intensificação das trocas comerciais, das incursões militares e do estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento político – que recobriram quer a forma do colonialismo quer da diplomacia regular entre estados distantes quer, ainda, outras modalidades – que se lhes seguiu.

A invenção da máquina a vapor e a instalação de meios de transporte de longo curso, como os comboios ou os navios transatlânticos, vieram dar novos impulsos ao processo de criação de um sistema mundial onde se tornava possível a qualquer pessoa, com um mínimo de recursos, pôr-se em contacto com qualquer outra civilização num espaço de tempo impensável antes. A "volta ao mundo em 80 dias" de Júlio Verne é uma obra que se tornou clássica na representação dessa nova realidade. Porém, nem mesmo os mais imaginativos ficcionistas poderiam prever o que se passaria na actualidade.

As fotografias tiradas à Terra a partir do espaço vieram dar visibilidade acrescida e alertar as consciências das pessoas para uma realidade que até então apenas algumas delas, mais curiosas ou mais informadas, tinham entrevisto: o Planeta terra é uma grande bola, una, sem barreiras intransponíveis nem refúgios isolados.

Por outro lado, essa consciência reforçava-se com a crescente globalização da vida social que tinha vindo a ser construída desde há 450 anos e que se acelerou decisivamente nas últimas décadas. É uma transformação de tal forma importante que torna cada dia mais difícil falar de sociedades referindo-nos apenas a Estados-Nações ou a países e povos concretos, embora muitas vezes ainda o façamos. Na verdade, sob muitos aspectos e pela primeira vez na história, vivemos hoje numa autêntica sociedade global, planetária.

Um conjunto de factores contribuem para a criação de uma sociedade coincidindo com o planeta. Alguns deles merecem um pouco mais de atenção. É o caso dos novos sistemas de comunicação, das grandes organizações económicas transnacionais, das organizações inter-estados, dos organismos não estatais de carácter internacional, de alguns problemas sociais e ambientais, dos processos de evolução das sociedades nacionais.

2.1.1 *As comunicações e o sistema mundo*

Como dissemos atrás, mesmo os mais ousados futuristas do século passado ou das duas primeiras décadas do nosso século ficariam espantados com a facilidade com que uma pessoa pode deslocar-se, hoje em dia, de um lado para outro. A própria chegada de homens a outros planetas deixou de ser um sonho. É certo que ainda não conseguimos permanecer no espaço por longos períodos e que apenas muito poucas pessoas se poderão gabar de ter pisado solo da Lua. Mas vão sendo cada vez mais raras as que nunca fizeram uma grande viagem. Bem se pode dizer que mesmo as regiões mais inóspitas têm sido locais de visita regular e de permanência.

É muito fácil hoje, na verdade, uma pessoa deslocar-se, dado o desenvolvimento dos meios de transporte, quer os terrestres – com cada vez melhores e mais estradas, automóveis, comboios suburbanos e de alta-velocidade, etc.–, quer os marítimos e, principalmente, os aéreos. Por exemplo, em Portugal, o número de famílias que dispõem de automóvel ligeiro, que era de 31,1% em 1988, passou para 52,7% em 1992[1]. O aeroporto de Lisboa registou no ano de 1993 um tráfego comercial de 63 905 movimentos, foi pisado por 5 647 809 passageiros (mais de metade do número de residentes em Portugal) e verificou 43 323 voos internacionais e 15 582 domésticos[2].

O tráfego aéreo no mundo inteiro é de facto impressionante e, em menos de 80 anos, passou-se do voo como aventura – civil ou militar – para uma actividade normal e banalizada. Algumas pessoas, para além dos próprios funcionários das companhias aéreas comerciais, fazem mesmo das deslocações permanentes e quotidianas entre diversos países do mundo o seu "modo de vida". Esse é apenas um exemplo da profunda transformação que ocorre nas possibilidades de relacionamento entre os habitantes de todas as regiões do globo e na vida de cada um em função dessas novas possibilidades.

Para além da multiplicação das deslocações, aumentando exponencialmente as trocas sociais entre pessoas oriundas de sociedades cada vez menos estranhas umas às outras, os meios de comunicação permitem estar ao corrente do que se passa em qualquer ponto da terra no preciso momento em que as coisas se passam.

Em quase todo o mundo é cada vez mais fácil utilizar o telefone para falar com qualquer outra pessoa no planeta. Pode-se, aliás, não apenas falar, mas também enviar documentos para qualquer distância em fracções de segundo. As consequências deste facto para a vida das pessoas são extraordinárias. Por exemplo, o emigrante que ilustrou a parte introdutória do presente capítulo já não deixará a família durante uns dias ansiosa pela carta dando notícias, como acontecia ainda há algumas décadas, porque poderá comunicar imediatamente por telefone. E poderá beneficiar, se for caso disso, do envio de um documento em fax a partir dos serviços de emigração, se ele for necessário para obter o emprego que procurava.

[1] Cf. Departamento Central de Planeamento do Ministério do Planeamento e Administração do Território, *Portugal em Números — situação socio-económica*, 1992.

[2] Cf. ANA — Aeroportos e Navegação Aérea, EP, *Aeroporto de Lisboa — Relatório de Actividades 1993.*

[1] Ver, para aprofundamento da temática, DAVID LYON, *A Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

A comunicação tem, de facto, um lugar central nas sociedades modernas[1]. Os sistemas de comunicação são, mesmo, um traço distintivo dessas sociedades. No nosso século, as possibilidades técnicas de produzir, armazenar, tratar e difundir informação intensificaram decisivamente a globalização da sociedade. Boa parte dessas possibilidades assentam em inovações tecnológicas como as da micro-informática, e na utilização de satélites e de novos condutores, entre uma multiplicidade de novos objectos que rapidamente invadiram o nosso quotidiano e nos obrigam a permanentes "reciclagens" de linguagem e de competências.

Uma das principais consequências da nova comunicação é que nós não apenas podemos entrar facilmente em contacto com alguém pertencente ao nosso círculo de relações, como também com acontecimentos e pessoas que não têm relação directa connosco. Simultaneamente, a quantidade de informação facilmente disponível, referente ao passado, ao presente e, em parte, ao futuro de qualquer zona da terra, modificou significativamente a nossa vida em sociedade.

Um golpe de estado num país distante, as pessoas envolvidas num acontecimento ocorrido há séculos atrás, a descoberta da cura para uma doença, um jogo de futebol disputado a milhares de quilómetros, o volume do nosso saldo bancário, o prognóstico dos resultados de umas eleições ou as propostas dos diversos partidos para essas eleições, tudo pode estar imediatamente acessível através dos meios de comunicação de massa.

A massificação e globalização da informação e da comunicação provocam possibilidades muito alargadas de aumentar a quantidade e actualidade da informação que utilizamos e com que trabalhamos e vivemos no nosso dia a dia, influenciando assim muitas das nossas práticas – desde logo as referentes ao tempo que passamos a utilizar os meios de comunicação – e das nossas crenças e atitudes. Na verdadeira acepção da expressão, actualmente nada do que se passa no mundo nos é estranho.

Para tal concorrem as grandes companhias de correios, telefones, telégrafos, etc., mas também redes de bases de dados e de armazenagem e transmissão de informação computorizadas e meios de comunicação de massas cada vez mais poderosos e influentes – até pelo monopólio da produção e divulgação de notícias que detêm – como os jornais e revistas, as rádios e, particularmente, as televisões.

2.1.2 *Empresas e corporações transnacionais*

O controlo da comunicação e dos grandes meios de informação/entretenimento de massas (aqueles que detêm uma maior influência na produção e divulgação de notícias e informações) está a passar, cada vez mais, para as mãos de grandes empresas ou corporações que são, na verdade, agentes muito poderosos no "sistema mundo". Cada vez mais as empresas dedicadas à comunicação e à informação de carácter regional e, até, nacional, estão dependentes ou forte-

mente conectadas com as grandes companhias de âmbito transnacional, mesmo que por vezes mantenham fortes laços com os Estados nacionais. Quer dizer, representam grandes negócios.

Algo de muito semelhante se passa, aliás, no campo da produção e distribuição económica. A "Companhia das Índias" criada em Portugal na sequência dos descobrimentos, é uma precursora muito menos poderosa das grandes empresas e "trusts" transnacionais, cujos volumes de negócios ultrapassam largamente os Produtos Nacionais Brutos de países como Portugal, e que controlam boa parte da indústria, do comércio e dos serviços no mundo inteiro. Essas grandes companhias e "trusts" são outra categoria de actores fundamentais deste novo "sistema mundo", com forte influência nas formas que ele assume.

As companhias transnacionais operam não apenas dentro de vários países, mas acima dos próprios países. Algumas podem mesmo encontrar-se representadas em todos os países do mundo[1]. Exemplos disso são as companhias produtoras de certas bebidas ou comidas, ou de automóveis, ou de comércio em grandes superfícies, ou de aparelhos eléctricos, ou de informática, etc.

[1] Uma análise do poder das corporações transnacionais referida ao caso europeu pode ser encontrada em DAVID PINDER (org.), *Europa Ocidental — desafios e mudanças,* Oeiras, Celta Editora, 1994.

Para se ter a noção da importância e do peso das companhias transnacionais, basta ver que das cem maiores entidades económicas do mundo, cerca de cinquenta são países e as outras cinquenta são grandes companhias. As duzentas maiores companhias industriais e de serviços têm volumes de vendas equivalentes a um terço de toda a produção mundial. A maior companhia em 1981 tinha um volume de vendas igual ao produto nacional bruto total da Indonésia. A segunda maior vendia mais do que se produzia na Argélia, Peru e Líbia juntos. A companhia que era a 10.ª maior vendia tanto quanto o Egipto produzia.

Estas empresas podem influenciar os Estados e jogar com as vantagens existentes em cada país, em cada momento, para decidir sobre a localização das suas unidades e dos seus investimentos. Uma das maneiras de manterem longe do controlo dos Estados as suas actividades consiste em dividir e espalhar por diferentes zonas do planeta as diversas partes do processo de produção. Por exemplo, para produzir um automóvel, uma empresa transnacional pode fazer os pneus num país, os motores noutro, as carroçarias num terceiro, o sistema eléctrico ainda num quarto e fazer a montagem num quinto país. Por vezes, a produção de um único produto pode envolver mais de uma dúzia de fábricas espalhadas por outros tantos países.

A influência das transnacionais é tanto maior quanto mais ganham participações e compram partes ou a totalidade de outras empresas e quanto mais reforçam a tendência para manterem no interior do sistema de negócios, que estabelecem entre si, os acordos de cooperação e de desenvolvimento de projectos comuns.

A economia tem vindo a ser grandemente concentrada, isto é, cada vez mais dominada por um relativamente pequeno número de companhias transnacionais. Aliás, elas tenderam a fazer da sua actividade inicial – por exemplo, a refinação e comercialização de petróleo, ou a produção de máquinas eléctri-

cas –, apenas uma parte dos seus negócios, que se diversificam, se complexificam e abrangem sectores cada vez mais variados.

Um suporte importante das estratégias das empresas transnacionais é o funcionamento dos mercados de capitais, os quais, para além de uma lógica autónoma de funcionamento no plano financeiro – e também da especulação – permitem a globalização dos grandes negócios.

O sistema mundo tem, pois, os seus actores económicos mais representativos, as empresas transnacionais, capazes de interferir mesmo no mais recôndito lugarejo de qualquer país e nas possibilidades e oportunidades dos outros agentes económicos, nomeadamente através da sua capacidade para influenciar os Estados e, principalmente, pelo controlo do funcionamento do mercado a nível mundial. Porque tendem a constituir monopólios e oligopólios, porque têm capacidade de influenciar a formação dos preços e porque podem aproveitar diferenças no valor dos salários e no tipo de regalias sociais, entre outras possibilidades de actuação que também possuem, as corporações transnacionais são, na verdade, entidades dotadas de um grande poder no sistema mundo.

2.1.3 *Estados-Nação e organismos internacionais*

O sistema mundo possui, igualmente, os seus actores políticos típicos: os Estados-Nação e os Organismos Internacionais.

Desde a Revolução Francesa tem vindo a desenvolver-se um modelo de organização política que se designa por Estado-Nação. Esse modelo caracteriza-se, genericamente, pela existência de um aparelho governamental que administra um território determinado e identificado com um conjunto de símbolos nacionais. O governo exerce o poder em nome do Estado de acordo com um conjunto de leis formalizadas que o legitimam e sustenta a sua autoridade no monopólio do uso legítimo da violência, através dos exércitos e das polícias. Nascido e primeiro desenvolvido na Europa e na América do Norte, este modelo de Estado expandiu-se por todo o mundo, mesmo nos casos em que se sobrepôs – e se impôs ou foi imposto – a outras formas de organização política das sociedades.

O sistema mundo é, para além de uma unidade economicamente cada vez mais integrada, um sistema de relações entre Estados-Nação. Essas relações podem ser de aliança, cooperação ou conflito, mais ou menos extenso e grave, e cobrem diversos domínios, desde o económico ao militar, ao controlo da circulação das pessoas, à cultura e à investigação científica, entre muitos outros.

A globalização da sociedade mundial tem uma das suas facetas na complexificação das relações entre Estados, bem como na multiplicação e diversificação de organismos internacionais cada vez mais importantes. Uma parte desses organismos trata de organizar a cooperação entre os diversos países em certos domínios de interesse comum. Tais são os casos de organizações como os

Correios Universais e a União Internacional de Telecomunicações, que fixam tarifas para serviços internacionais.

Outras organizações têm uma lógica que não respeita aos Estados, nem sequer ao relacionamento entre eles. As suas referências são a problemas supra-nacionais. Os Médicos Sem Fronteiras ou a Cáritas Internacional são organizações deste tipo. No campo económico, podem-se citar estruturas de enorme influência, tais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional.

Noutros casos, as organizações têm um centro e "delegações" ou organismos de nível nacional. As Igrejas são organizações deste tipo, com influência e peso decisivos na vida das pessoas.

Outro tipo de organizações internacionais têm uma dimensão mais regional ou parcelar. Trata-se de organismos criados para defender os interesses de um conjunto de países, normalmente no que respeita ao comércio e aos assuntos com ele relacionados. A EFTA (organização de carácter económico envolvendo um conjunto alargado de países da Europa do Norte e Ocidental), a OPEP (organização que representa os interesses dos países exportadores de petróleo) ou a CONCACAF (organização de cooperação comercial de vários países da zona do Pacífico e Caraíbas) são exemplos deste tipo de organismos. A União Europeia também teve no seu princípio objectivos de facilitação do comércio entre países europeus. Essa organização, porém, ganhou um carácter cada vez mais amplo, estendendo-se à produção económica e à cooperação em quase todos os domínios entre um número sempre crescente de países europeus, e revela mesmo tendências para adquirir o carácter de união política supra-nacional.

Pode ainda citar-se outro exemplo de organizações internacionais criadas para assegurar a defesa militar entre grupos de países. Até há pouco tempo dois grandes blocos dividiam a influência militar no mundo. Um era o chamado "Pacto de Varsóvia" e agrupava os países socialistas da Europa Oriental. Com a queda dos regimes socialistas nesses países, o Pacto de Varsóvia diluiu-se. Um poder ainda maior passou a ter a NATO, bloco militar liderado pelos EUA que agrupa vários países do Ocidente, entre os quais Portugal. O Movimento dos Países Não-Alinhados surgiu como movimento de Estados menos poderosos do que os que integravam a NATO e o Pacto de Varsóvia, como reacção a esses dois blocos.

A mais importante das organizações internacionais nasceu, exactamente, da guerra. Trata-se da Organização das Nações Unidas (ONU). Logo depois da I Guerra Mundial apareceu um primeiro organismo internacional que pretendia prevenir a eclosão de novos conflitos daquelas proporções. Mas a II Grande Guerra foi ainda mais vasta e destruidora do que a primeira. Nessa altura os países vencedores criaram a ONU, que rapidamente passou a acolher os outros países do mundo e que acabaria por ganhar uma importância tal que mesmo a criação de novos países carece do reconhecimento dessa comunidade das nações.

Pode discutir-se e discute-se a sua eficácia, dado que muitas vezes ela é mais um palco de representação de interesses nacionais do que de interesses comuns, e não tem meios militares para interferir onde se verificam conflitos importantes. As suas tropas (os chamados "capacetes azuis") são, na verdade, tropas de países membros que as cedem. Pode-se, ainda, não concordar com uma divisão de poderes e capacidades de influência que favorece alguns países em relação a outros, por exemplo por causa dos direitos de veto no Conselho de Segurança, que só os países mais poderosos detêm.

Mas isso não põe em causa o trabalho de organismos da ONU como a UNESCO e a Organização Mundial de Saúde, ou a influência de declarações como a dos Direitos Humanos. Nestes planos – o da cultura, da saúde e dos direitos das pessoas – a ONU tem tido intervenção decisiva em muitos aspectos. É justo referir que a sua influência e prestígio, apesar da escassez de recursos para exercer coacção, produziram também importantes efeitos de regulação das relações entre os Estados que compõem o sistema mundo. Independentemente de considerações a respeito da eficácia da organização, a ONU constitui exemplo dessa nova realidade que é a globalização das relações sociais ao nível do planeta.

2.1.4 *Problemas sociais de nível global*

Muitas das organizações de que temos vindo a falar assemelham-se a embriões de um governo mundial, com os seus Executivos, polícias e tribunais – Conselho de Segurança, "capacetes azuis" –, os seus departamentos financeiros – Banco Mundial, FMI, etc., – os seus departamentos de comunicações, saúde, educação, entre outros. Tal ideia faz todo o sentido, dada a dimensão igualmente mundial dos problemas com que todas as sociedades humanas actualmente se defrontam e que ameaçam, de alguma forma, a própria sobrevivência do planeta, como é o caso da guerra, da intolerância religiosa, da explosão demográfica, da fome e da pobreza, da degradação do ambiente e do subdesenvolvimento de vastas regiões do mundo.

Falemos primeiro do problema da guerra[1]. A partir da II Guerra Mundial passou a haver a consciência clara de que um novo conflito de carácter mundial poderia significar a destruição de toda a vida humana, a extinção da espécie. Durante muito tempo os blocos militares predominantes detiveram o controlo dos principais meios bélicos e, ameaçando-se mutuamente, foram acumulando e sofisticando armamento. O poder respectivo era, porém, equilibrado, e a consciência das consequências de um conflito de grandes proporções foi permitindo que ele fosse sendo evitado.

Hoje em dia mais países possuem armamento nuclear e aparelhos bélicos muito sofisticados e o controlo não é tão fácil. Por outro lado, se a diluição do Pacto de Varsóvia veio aliviar o perigo imediato de um conflito mundial, tem-se assistido à proliferação de importantes conflitos ditos regionais que, para além das

[1] Para desenvolver este tema, bem como outros dos tratados neste capítulo ver, por exemplo, ANTHONY GIDDENS, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

consequências – incluindo genocídios – nas regiões onde se verificam, constituem permanente ameaça de generalização e de escalada. Por outro lado, outros focos de tensão, envolvendo países com potenciais bélicos importantes, reforçam os perigos que a paz corre.

Certamente a compreensão de que apenas existe uma terra e das consequências que a guerra – qualquer guerra – traz, bem como a criação de estruturas e instâncias de regulação e concertação de interesses entre os diferentes países, constituem factores capazes de contribuir para o evitamento de novos conflitos e para a solução dos actualmente existentes.

Outro grande problema que a humanidade enfrenta e que tem uma dimensão global, que aliás está na origem de algumas guerras, é o da intolerância religiosa. Nomeadamente o fundamentalismo islâmico, contraponto de muitos anos de intolerância católica, agita toda uma região do globo de importância estratégica, prolongando uma conflitualidade que dura há mais de mil anos e da qual os povos árabes têm saído, geralmente, dominados, tal como tem acontecido em muitos outros casos em que o cristianismo justificou e serviu de camuflagem a conquistas coloniais.

Outro exemplo muito referido, e justamente, de perseguição religiosa combinada com ambições de ordem colonial é o que se verifica actualmente em Timor Leste com a perseguição ao povo Maubere, que é católico, por parte do regime ditatorial de Jacarta.

Um fenómeno do mesmo tipo se verifica na Europa, na Irlanda do Norte, onde parte da população autóctone, católica apostólica romana, se opõe ao colonizador inglês, assumindo essa oposição também o carácter de confronto com os protestantes da igreja anglicana.

Seria possível, de resto, encontrar mais exemplos em que as fronteiras entre a intolerância religiosa e a oposição política se combinam e entrecruzam fortemente. A intolerância religiosa aliás reforça-se em geral com outros factores, como o económico – por exemplo a ambição de domínio sobre os bens de determinada região – ou o político – por exemplo, o nacionalismo – aos quais por vezes apenas serve de bandeira ideológica. Ela pode assumir, aliás, várias outras formas. Por exemplo nas situações migratórias – cujas tendências constituem actualmente um outro problema global, que analisaremos num capítulo separado – a nem sempre fácil convivência entre pessoas de credos diferentes não reveste carácter de conflito nacional, mas facilita a eclosão de certos movimentos racistas e xenófobos que constituem ameaça real às democracias dos países que acolhem emigrantes, bem como, naturalmente, à situação dos próprios emigrantes.

A convivência entre pessoas de credos diferentes não gera necessariamente conflito. Pelo contrário, pode gerar factores de aprendizagem cultural importante. Tudo depende dos outros factores com que a religião vem combinada. Não é por acaso que, nos países desenvolvidos, onde um maior número de

problemas das pessoas estão resolvidos, a tolerância religiosa tende a crescer, principalmente entre as camadas mais escolarizadas e urbanizadas.

Prova complementar de que a religião, por si só, não constitui factor de confrontos, é a tentativa desenvolvida actualmente pelas igrejas e hierarquias religiosas de todas as confissões de acertarem as suas relações, pretendendo desenvolver a cooperação e a amizade. Esse é um sinal sem dúvida positivo.

Outro problema importante com que a comunidade mundial se defronta é o da existência de grande número de sociedades onde os direitos humanos não são respeitados. O desrespeito dos direitos humanos assume várias formas. Algumas têm a ver com a existência de perseguições e prisões por razões políticas, como acontece nos países dominados por regimes totalitários. Um exemplo desses regimes é o da Indonésia que, em relação ao povo de Timor Leste, pratica outro tipo de violação dos direitos humanos, que é o direito à auto-determinação e à independência. Violações dos direitos humanos deste género existem em muitos outros locais, está claro. Também existem várias outras situações igualmente condenáveis, embora de menor importância, de que são exemplo os maus tratos recebidos por prisioneiros comuns por parte de polícias em que se incluem as de países desenvolvidos.

No entanto, talvez a forma mais expandida de violação dos direitos humanos tenha a ver com a pobreza e a fome que continuam a existir no mundo, tanto mais quanto normalmente lhes andam associadas carências várias nos domínios da saúde, da habitação, do ensino, etc. [1]

[1] Cf. ANTHONY GIDDENS, "The Globalization of Social Life", in *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1989, pp. 519-530.

A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de dez milhões de crianças com menos de 5 anos estão cronicamente sub-nutridas, no limiar da inanição. Por razões desse tipo mais de dez milhões de crianças morrem por ano. O mesmo organismo afirma que cerca de 700 milhões de adultos estão sub-nutridos. Podemos ficar chocados com imagens dessas pessoas e dessas crianças na televisão, mas raramente temos a noção exacta da extensão e gravidade do fenómeno.

São os países mais pobres, aliás, que mais contribuem para o contínuo crescimento da população mundial. O chamado mundo ocidental há muito restringiu drasticamente o seu. Isso contribui, também, para tornar os países ocidentais excedentários de bens alimentares. No chamado Terceiro Mundo, pelo contrário, os recursos são escassos mas, apesar disso, a população cresce a ritmos tão acelerados que põe em sério risco não apenas o futuro desses países, mas o equilíbrio entre os recursos e os consumidores em termos globais. Esse é outro dos problemas actuais da humanidade que, combinado com as dificuldades de produção de alimentos em continentes que foram muito penalizados pela destruição de antigos equilíbrios económicos e ambientais, tende a reforçar e prolongar o flagelo da fome.

Também nos países desenvolvidos da Europa e da América existem extensas situações de pobreza. Essas situações, aliás, têm vindo a crescer em função, entre outros factores, da crise de emprego que afecta as economias desenvolvi-

das. Apesar desses países terem atingido níveis de vida relativamente elevados, muitas pessoas não beneficiam das condições criadas e, em muitos casos, ficam mesmo privadas, ou excluídas, dos padrões mínimos exigíveis para a participação na vida da sociedade. Nalguns casos extremos a própria sobrevivência física das pessoas fica em causa. O fenómeno da pobreza é mais extenso do que geralmente se pensa. Por exemplo, só na Europa dos 12, cerca de 15% das pessoas são pobres. Isto é, perto de 50 milhões de residentes na Europa desenvolvida são pobres. Em Portugal esse número andará perto de 3 milhões, estando em situação de exclusão social cerca de 30% dos nossos concidadãos.

Apesar da gravidade da pobreza nos países desenvolvidos, ela não se compara com a extensão e intensidade com que a fome atinge as mais vastas camadas da população em vários países da África, Ásia e América Central e do Sul, onde quase se pode dizer que apenas pequenas elites lhe escapam.

A problemas como os do ambiente, por outro lado, ninguém, em boa verdade, escapa. E é certamente um problema global, na medida em que, seja em que ponto da Terra for, afecta toda a gente nas consequências, e envolve também quase toda a gente nas causas.

2.1.5. *O problema ambiental*

As agressões ao ambiente são praticadas por "grandes poluidores", como os fabricantes e comercializadores de produtos nocivos para a camada de ozono. Por vezes revestem a forma de crimes em larga escala, como a destruição das florestas ou o depósito no fundo dos mares de resíduos tóxicos e nucleares. Mas encontramos muitas vezes agentes poluidores em cada um de nós, nos mais simples gestos quotidianos e corriqueiros, como andar de automóvel, utilizar um "spray", ou usar um pesticida, que acaba por ser arrastado pelas águas pluviais ou por se infiltrar nas nascentes subterrâneas.

Na verdade, a questão ambiental[1] está profundamente relacionada com os mais arreigados hábitos de vida dos cidadãos do nosso tempo e com os processos de desenvolvimento que as sociedades modernas têm vindo a construir. Sabe-se hoje que a Terra já sofreu, no passado, rupturas ambientais importantes. A que deu origem à extinção dos dinossauros, por exemplo, é bastante conhecida. Mas essas transformações tiveram sempre, ao que se sabe, causas cósmicas. Nos nossos tempos a ameaça é bem mais próxima. Tem a ver com a própria organização das sociedades.

[1] Para desenvolver o tema ver STEVEN YEARLEY, *A Causa Verde — Uma Sociologia das Questões Ecológicas*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

O desenvolvimento da industrialização assentou na crença de que os recursos naturais são inesgotáveis e que a natureza seria capaz de absorver os lixos, detritos e efluentes de toda a espécie, que a indústria, a agricultura orientada para o mercado e o consumo iam produzindo. O principal critério de aferição da riqueza dos países e dos aparelhos produtivos era a produção económica tão elevada quanto possível e conseguida aos mais baixos custos. Do lado do sis-

tema económico estavam, pois, reunidas as condições para proceder à exploração intensa dos recursos naturais, ninguém se preocupando quer com os resíduos poluidores quer com as limitações dos recursos naturais, quer, ainda, com o equilíbrio ecológico. Do lado das famílias, o bem estar era concebido como o acesso ao consumo de toda a espécie de produtos que, se a montante tinham sido produzidos sem preocupações ambientais, a jusante eram igualmente não recicláveis.

Ao mesmo tempo, nas regiões do mundo não-industrializadas, a mesma postura produtivista ligava-se a formas de explorar a terra com base nas monoculturas, mais rentáveis no plano da economia imediata das nações e das elites locais, mas que acabaram por produzir danos irreparáveis ao ambiente – como a desertificação – e ao habitat de muitas espécies animais e vegetais.

Ao fim e ao cabo, o modelo de desenvolvimento marcado pelo produtivismo, pelo consumismo e pelo economicismo acabou por calcular mal os custos dos produtos, pois não incluía a factura a pagar no futuro, em termos de qualidade – ou da própria possibilidade – de vida e de sustentação do desenvolvimento.

Na verdade, particularmente a partir da crise do petróleo de 1973, ganhou-se consciência de que os recursos eram limitados, que muitos deles corriam o risco de se esgotarem rapidamente e que a poluição ameaçava tornar impossível a vida na terra. Tal noção generalizou-se e divulgou-se a amplos sectores da população quando se começou a falar do buraco na camada de ozono.

Algumas medidas começaram a ser tomadas, nomeadamente ao nível do controlo mais apertado das actividades poluidoras, da imposição de regras de fabricação tendentes a proibir as práticas mais nocivas para o ambiente, da utilização de novos produtos – nomeadamente os recicláveis – e tecnologias não poluentes, dos acordos de cooperação e dos compromissos entre Estados, ao mesmo tempo que se lançaram grandes campanhas de sensibilização e educação para a preservação da qualidade ambiental e para a recuperação possível dos malefícios entretanto já produzidos.

Os perigos ambientais estão longe, porém, de se encontrarem em vias de extinção. Três ordens de factores provocam a persistência do problema ecológico.

Em primeiro lugar, a perspectiva economicista e produtivista continua a ter preponderância em muitas decisões nas actividades económicas. A ideia de produzir mais com menores custos, sem incluir nestes a delapidação de recursos e a degradação da qualidade ambiental, continuam a dominar as ambições de muitos investidores e muitas das decisões – ou omissões – dos poderes públicos.

Em segundo lugar, muitos países do terceiro mundo e do Leste europeu são tentados a persistir numa política de exploração intensiva dos recursos como forma de atingir os níveis de eficácia económica dos países desenvolvidos ou como forma de fazer face às situações de dependência e de carência que enfrentam. A exploração até ao limite de centrais nucleares no Leste europeu ou a destruição da selva da Amazónia no Brasil são dois exemplos actuais, e de grande visibilidade mundial, deste tipo de prática.

Por fim, existem hábitos, em todo o mundo, de que as pessoas dificilmente vão prescindir. Para mais, certas práticas e estilos de vida tornaram-se símbolos de bem-estar e fazem a referência para as ambições de vastas camadas da população mundial. É difícil negar o direito das pessoas ao conforto e bem-estar material, ou levá-las a ambicionar outro modo de viver, e é igualmente difícil encontrar alternativas ecológicas para a conservação desse conforto e bem-estar.

O bem-estar, ou a qualidade de vida, correm assim sérios riscos de degradação para uns ou de nunca virem a ser alcançados por outros.

Sete grandes questões são mais frequentemente apontadas como pondo em causa o ambiente e o futuro da vida na terra.

A primeira, que tem sido muito divulgada e tem provocado alerta generalizado, é o chamado buraco na camada de ozono. O ozono é um gás raro que forma, normalmente, uma camada à volta da terra, entre 20 e 50 km distante da superfície. Essa camada protege a terra das radiações ultra-violetas do Sol, fatais para a vida. A camada de ozono tem vindo a ser destruída, por diversos processos – incluindo a utilização de aerosóis em muitas embalagens sob pressão, talvez o mais conhecido e corriqueiro de todos – apresentando já dois "buracos", nas zonas mais perpendiculares aos pólos terrestres. Esses buracos ameaçam abrir ainda mais, a não ser que muitas práticas e hábitos sociais do quotidiano se modifiquem rapidamente.

A rarefacção da camada de ozono tem efeitos ao nível do segundo grande problema ambiental dos nossos tempos. Trata-se do aquecimento global. O planeta está a subir a temperatura média a ritmos que se tornam alarmantes, dado que os seres vivos e as dinâmicas atmosféricas conhecidas estão adaptadas a determinados níveis de temperatura. O principal factor deste aquecimento global é atribuído à destruição de florestas tropicais e consequente desertificação de superfícies cada vez mais vastas. Esse fenómeno é difícil de travar enquanto os países onde essas florestas existem estiverem em situação económica difícil, vendo na madeira e na extensão de terrenos agrícolas uma possibilidade insubstituível de crescimento económico.

Com a destruição das florestas, muitas espécies animais e vegetais correm perigo de extinção. A destruição de habitats e de espécies é o terceiro grande problema ambiental que as sociedades modernas enfrentam. Claro que a desertificação de zonas tropicais é apenas parte do problema. Na verdade, muitos outros fenómenos integram este perigo. Uns são menos intencionais e vão da progressiva expansão urbana até à destruição da economia camponesa e sua substituição por uma agricultura mais "racionalizada", com a correlativa destruição de ecossistemas. Outros são mais intencionais e podem ser exemplificados com a caça sistemática de certas espécies animais. A destruição de espaços, combinada com a introdução de doenças e pragas em zonas que não estão para elas preparadas e com a perseguição pela caça industrial, tornam muitas vezes impossível a sobrevivência de espécies que quase só resistem ainda por estarem guardadas em

cativeiro. Ao longo dos anos, entretanto, muitas espécies foram já extintas, o que constitui uma perda importante para o património genético da terra.

Ao mesmo tempo, a alimentação encontra-se ameaçada. Como vimos, grande parte da humanidade vive sob o risco da fome, ou é mesmo por ela atingida. Isso tem como causa, parcialmente, o sistema de divisão internacional do trabalho que destruiu as economias tradicionais dessas regiões e impôs a produção dos produtos que interessavam, como matéria prima, aos países mais desenvolvidos. Nestes, entretanto, foram-se gerando excedentes alimentares resultantes da racionalização da actividade agrícola, cujas consequências ecológicas não são, ainda, totalmente conhecidas. Sabe-se, por outro lado, que a população mundial continua a crescer e que, mesmo sem saber até que ponto as regiões actualmente muito férteis poderão resistir, as carências alimentares tenderão a aumentar no futuro.

As águas, entretanto, estão seriamente ameaçadas. As descargas de resíduos e efluentes industriais nas linhas de água, o depósito de resíduos tóxicos e nucleares nos oceanos, os esgotos domésticos, a entrada de pesticidas e outros venenos nas águas subterrâneas, são alguns dos factores que fazem rarear a água limpa, utilizável no quotidiano.

O modelo de desenvolvimento industrial e de consumo, entretanto, continua a produzir sistematicamente resíduos e descargas residuais que se acumulam e começam a esgotar os limites de armazenagem, constituindo a quinta grande ameaça ao equilíbrio ambiental.

Um sexto elemento decisivo para o futuro do ambiente tem a ver com a produção de dióxido de carbono, um gás venenoso, a qual continua a subir ao ritmo a que cresce a utilização de máquinas e veículos consumidores de hidro-carbonetos. As descargas de gases de escape dos veículos na atmosfera, mesmo em zonas onde aparenta estar controlada a emissão de gases das unidades industriais, contaminam o ar que, em muitos lugares, se está a tornar irrespirável. Este problema e muitos dos anteriormente referidos, como a alteração dos processos de produção de alimentos e a degradação da qualidade da água, provocam efeitos mais ou menos invisíveis, como o aumento de ocorrência de certas doenças, que cada vez mais preocupam as pessoas e representam um custo não calculado na altura em que as práticas poluentes se verificam.

Por fim, já entraram na linguagem comum expressões como a das "chuvas ácidas", resultantes da acumulação na atmosfera de resíduos que, com a chuva, se precipitam na superfície causando grandes prejuízos. Boa parte das chuvas ácidas são resultado da utilização de recursos energéticos que libertam gases ácidos. Algumas políticas energéticas têm vindo entretanto a substituir o petróleo, enquanto principal fonte de energia, pelas fontes atómicas. Se esse recurso permite uma resposta económica ao possível esgotamento das reservas petrolíferas, ou ao aumento do preço do crude, não deixa de criar outros perigos ecológicos, como as chuvas ácidas ou acidentes em centrais nucleares, de que Chernobyl infelizmente não é, de modo algum, exemplo isolado.

Os problemas ambientais, que não conhecem fronteiras, constituem uma ameaça para as sociedades. Não admira que tenham dado origem, assim, a um dos movimentos sociais mais importantes dos nossos tempos, o movimento ecologista. Tal movimento tem a sua expressão mais radical em grupos activistas cuja acção tem, pelo menos, o mérito de alertar as consciências para o problema. Mesmo que não se adira a propostas de organização social que alguns desses grupos advogam, não deixa de ser importante o peso que as preocupações ecológicas vão ganhando nas crenças, nos valores e nalgumas das práticas quotidianas de muitas pessoas. Reciclar papel ou vidro, recusar aparelhos nocivos à camada de ozono, são algumas das coisas que as pessoas começam a fazer.

O movimento ecológico teve também, certamente, o mérito de obrigar os detentores do poder estatal a considerar, de uma forma mais responsável, a necessidade de preservar o ambiente. As políticas e os modelos de desenvolvimento criaram o problema. Será no desenvolvimento futuro da sociedade e das economias, com uma ajuda por parte das ciências naturais e sociais, que se devem procurar as soluções para a recuperação do equilíbrio ambiental. Aos governos e aos organismos internacionais cabe a definição de políticas que ajudem a encontrar esses caminhos. Desde logo, exige-se-lhes uma atitude coerente que ponha travão às agressões ambientais que ainda vão sendo impunemente praticadas.

2.1.6 *Desenvolvimento e sub-desenvolvimento*

Como vimos atrás, os países localizados em vastas áreas de África, Ásia e América do Sul e Central são fortemente atingidos pela fome. Eles são, também, os mais atingidos por toda a espécie de violações dos direitos humanos, estão mais sujeitos às ditaduras, às guerras e aos genocídios, têm menos peso nas organizações internacionais, entre um conjunto de factores estruturais e duradouros de subalternização e subordinação no contexto mundial.

Na verdade, outro dos grandes problemas que o sistema mundo enfrenta hoje é o da diferença de desenvolvimento entre os chamados países do Norte e os do Sul[1]. É certo que outras clivagens, por exemplo entre o Leste e o Oeste, ou entre continentes ou partes deles, se verificam. Mas as diferenças entre os países desenvolvidos e os países sub-desenvolvidos atingem níveis intoleráveis e perturbadores do próprio relacionamento mundial.

Os países sub-desenvolvidos estão situados em zonas que foram colonizadas ou fortemente influenciadas por decisões impostas pelos países colonizadores da Europa, decisões cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir.

Embora nem sempre se tenham produzido genocídios, como aqueles de que foram vítimas os índios americanos, os sistemas sociais das regiões colonizadas foram desarticulados e destruídos, sob pressão de administrações que impunham comportamentos e modelos organizativos estranhos e desadaptados em

[1] Para uma discussão da problemática do desenvolvimento ver RUI P. P. PIRES, *Teorias do Sub-desenvolvimento – uma Introdução*, ISCTE, 1986. Para uma visão actualizada de algumas das dinâmicas que actualmente interferem nas configurações do desenvolvimento, que igualmente interessa para a análise especializada do papel das novas tecnologias (ponto a abordar no próximo capítulo), ver Commission Européenne, *Croissance, Compétitivité, Emploi – Les Défis et les Pistes Pour Entrer Dans le XI^e Siècle (Livre Blanc)*, Bruxelas, CECA-CE-CEEA, 1994.

relação a essas sociedades. Uma dessas imposições foi a de fronteiras administrativamente fixadas, sem respeito pelos territórios de povos que, muitas vezes, se viram divididos ou a partilhar com outros, nem sempre amigos, o mesmo Estado.

Algo semelhante aconteceu com os sistemas económicos. Os países colonizadores impuseram um esquema de trocas e de divisão do trabalho altamente desvantajoso para as regiões colonizadas. Numa primeira fase, tratou-se de trazer as riquezas dessas regiões, extorquidas pela pilhagem. Depois, o mundo desenvolvido da Europa e da América do Norte (mais tarde também o Japão) industrializou-se e impôs às outras regiões o papel de fornecedores de matérias primas, menos valorizadas do que os produtos manufacturados. Muitas vezes este esquema de trocas levou à adopção de sistemas de monocultura ou de exploração até à exaustão de certos recursos, que produziram desertificações e que puseram as regiões atingidas em situação de total dependência, apesar de terem atingido a independência política formal.

Mais tarde alguns países das regiões sub-desenvolvidas também se industrializaram. Mas, nessa altura, o processo de industrialização já era comandado pelas estratégias das multinacionais. O controlo do capital, da informação e do saber, os principais recursos dos nossos dias, ficaram entretanto nas mesmas mãos: as dos países desenvolvidos. Por outro lado, muitos dos processos de industrialização foram conseguidos à custa de pedidos de empréstimo por parte de países que contraíram dívidas insusceptíveis de pagamento e, por aí, aumentaram ainda mais a sua dependência.

É certo que alguns países do Sul parecem ter tido sucesso. Certos países asiáticos passaram a estar entre aqueles que mais exportam produtos industriais, mas ainda não se sabe se o desenvolvimento que apresentam é sustentado e perdurável e, além disso, não se sabe se aproveitarão a actual situação para corrigir alguns problemas que, aliás, contribuíram até aqui para a industrialização. Falamos dos baixos salários, da utilização de trabalho infantil, da desprotecção social dos trabalhadores, entre outros aspectos.

As diferenças entre o Norte e o Sul continuam bem marcadas. Alguns indicadores dessas diferenças são o que cada país produz – medido normalmente pelo Produto Nacional Bruto (PNB) por pessoa – a esperança de vida à nascença e a mortalidade infantil. O quadro que se segue mostra algumas diferenças significativas.

Em 1990, o rendimento médio no Bangladesh era quase 180 vezes mais pequeno do que nos EUA. No Egipto, o país do terceiro mundo com melhores indicadores dos aqui apresentados, cada pessoa tinha por rendimento, em média, 22,5 vezes menos que nos EUA ou em França. Mesmo na Indonésia ou na Bolívia a distância em relação aos países desenvolvidos é notável.

Por outro lado, no mundo desenvolvido as pessoas vivem, em média, muito mais tempo. A esperança de vida à nascença era muito inferior nos países do

QUADRO 2

Indicadores de desenvolvimento em 10 países

País / *Ano*	PNB/Pessoa*		Esperança de vida à nascença		Tx. Mortalidade Infantil (‰)	
	1982	*1990*	*1982*	*1990*	*1982*	*1990*
Bangladesh	140	200	40	52	132	119
Bolívia	570	624	50	55	124	110
Egipto	690	971	56	60	97	50
Etiópia	140	121	40	46	143	137
Haiti	300	380	52	56	108	97
Índia	260	358	50	59	118	91
Indonésia	580	580	49	62	87	75
Zaire	190	232	47	53	107	83
França	11 680	21 020	74	76	10	7
USA	13 160	21 861	74	76	12	9

* US Dólares
Fonte: UNESCO

terceiro mundo do que nos EUA e em França, variando essa diferença entre os 16 anos menos do Egipto e os 30 da Etiópia. Para menores esperanças de vida contribuem muito maiores índices de mortalidade infantil nos países do Sul. Nos exemplos do quadro, a Etiópia aparece outra vez com os piores níveis, embora seguida de perto pelo Bangladesh e pela Bolívia. Nesse país, em cada 1 000 crianças nascidas, 137 morrem antes de perfazer um ano de vida. Em França, apenas morrem 7, nível de que ficam muito distantes todos os outros países, à excepção, naturalmente, dos EUA.

As diferenças entre países ricos e países pobres tendem a acentuar-se, de uma forma global. O nosso quadro torna clara a melhoria verificada entre 82 e 90, nos países do Sul a respeito da mortalidade infantil e da esperança de vida. Isso deve-se, em grande parte, aos efeitos de programas internacionais de ajuda sanitária sobre níveis que eram muito maus e que, por isso, facilmente poderiam melhorar. Em contrapartida, o fosso quanto ao rendimento per capita aumentou. Ele subiu 80% em França, 66,2% nos EUA e apenas entre 9,5% e 42,9% nos outros países. Na Etiópia o rendimento caiu mesmo 13,6%. As diferenças tornaram-se, de facto, abissais e chocantes. Reparemos apenas no seguinte: nos EUA, entre 1982 e 1990, o rendimento de um cidadão médio subiu 9340 dólares. Ora, se somarmos não os aumentos, mas os montantes absolutos dos rendimentos do cidadão médio do

Bangladesh, Bolívia, Egipto, Etiópia, Haiti, Índia, Indonésia e Zaire, não chegamos aos 3500 dólares. Quer dizer, o aumento do rendimento nos EUA em oito anos é quase triplo do rendimento total daqueles países somados.

O mundo desenvolvido, tudo o indica, vai continuar a manter o controlo e o comando sobre o sistema mundial. Para isso conta não apenas com maior poderio militar, mas também com uma grande vantagem em termos de qualificação da sua população, com uma incomensuravelmente maior capacidade de produzir inovações e conhecimento e, ainda, com o controlo sobre os grandes centros financeiros e económicos. Na verdade, as principais empresas têm as suas sedes no mundo desenvolvido, para onde canalizam a maior parte dos lucros. Para além disso, apesar da globalização das relações económicas, estas são muito mais intensas entre os países do centro, os quais por essa via reforçam mutuamente as suas vantagens de partida.

Os países da Europa Ocidental destinavam, em 1986, cerca de 10,3% das suas exportações para os Estados Unidos da América, 1,5% para o Japão, 68,9% para a própria Europa Ocidental e 1,4% para outros países desenvolvidos. Para países subdesenvolvidos não iam mais de 13,2% das exportações. As importações, por sua vez, vêm apenas 11,3% de países ditos em vias de desenvolvimento e 7,1% dos EUA, 4,2% do Japão, 71,3% da própria Europa Ocidental e 1,0% de outros países desenvolvidos. Quer dizer, o próprio comércio dos países desenvolvidos faz-se, em grande parte, entre eles, ao mesmo tempo que se marginalizam as zonas mais periféricas, a não ser nos produtos em que as vantagens para os primeiros são evidentes. O caso do petróleo é paradigmático a esse respeito. Por outro lado, o facto de as principais universidades e empresas do mundo desenvolvido estabelecerem preferencialmente as suas relações e os seus acordos de cooperação umas com as outras, tende a reforçar esta tendência. As reuniões do chamado G7, o grupo dos 7 países mais industrializados do mundo e os mais poderosos economicamente, é o exemplo mais acabado de como os países desenvolvidos conservam as capacidades de comandar e controlar o conjunto do sistema.

Esses países constituem aquilo a que o sociólogo E. Wallerstein chamou o centro do sistema mundo[1]. Os países do Sul, globalmente subdesenvolvidos, são os países da chamada periferia. Entre uns e outros, exercendo funções de mediação e apresentando níveis de desenvolvimento intermédio, estão os países da semiperiferia, em que Portugal se inclui.[2]

2.1.7 *Portugal: uma sociedade de desenvolvimento intermédio*

Portugal é um país de desenvolvimento intermédio[3]. O sistema produtivo, se bem que mais diversificado e industrializado do que acontece no terceiro mundo, possui modalidades de industrialização e níveis de modernização tecnológica e organizacional bastante inferiores, por exemplo, aos dos nossos

[1] Cf. IMMANUEL WALLERSTEIN, *O Sistema Mundial Moderno*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

[2] Para uma discussão do conceito de semi-periferia e da qua adequação ao caso português, ver CARLOS FORTUNA, "Desenvolvimento e Sociologia Histórica: Acerca da Teoria do Sistema Mundial Capitalista e da Semiperiferia", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 3, p. 163.

[3] Acerca deste tema ver, BOAVENTURA SOUSA SANTOS, *O Estado e a Sociedade em Portugal, 1974-1988*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

parceiros do Norte europeu. Os nossos cerca de 3500 dólares de rendimento per capita (em 1987) revelam tal posição intermédia.

O país tem igualmente taxas de analfabetismo inferiores às do terceiro mundo, mas muito superiores às da restante Europa. O mesmo se passa quanto às qualificações profissionais, à cobertura por infraestruturas básicas e em quase todos os parâmetros sócio-económicos. A sociedade portuguesa ocupa, de facto, posições intermédias no sistema mundo.

O contraste entre as pessoas com melhores e piores condições de vida é menos marcado em Portugal do que nos países da periferia, mas mais importante do que nos países do centro. Mas outros dualismos, para além das desigualdades sociais, marcam a sociedade portuguesa.

Vejamos alguns exemplos. Um é o que divide o litoral do interior, sendo este muito menos dinâmico do ponto de vista económico, demográfico e social. Igualmente contrastantes são as ambições que as pessoas desenvolveram e o sistema de direitos que adquiriram, por um lado e, por outro lado, as estruturas produtivas que influenciam a concretização de uns e outros, as quais se mantiveram mais atrasadas. Esta é uma das razões para, como vimos atrás, ser bastante mais extenso o fenómeno da pobreza em Portugal do que em outros países da Europa.

O padrão de desenvolvimento da sociedade portuguesa apresenta ainda algumas outras características que importa mencionar.

Em primeiro lugar, as actividades económicas apresentam um padrão de especialização dependente e vulnerável[1]. A agricultura, que ocupa ainda uma proporção relativamente importante da população activa, pese embora o rápido declínio do emprego agrícola, é em grande parte de tipo tradicional e de subsistência, pouco produtiva, praticada em explorações mal dimensionadas e fragmentadas. A actividade agrícola que se pratica em quase todo o interior do país, aliás, tende a não resistir à pressão exercida pela concorrência no espaço europeu, o que contribui para a desertificação demográfica e económica de todo o interior rural[2]. Uma defesa que as famílias camponesas têm encontrado é a pluriactividade na indústria e nos serviços nos locais onde as deslocações pendulares são possíveis. Mas, mesmo nesses casos, tal não se traduz em modernização do sector agrícola. Pelo contrário, muitas vezes ajuda à manutenção de baixos níveis salariais na indústria e nos serviços, sem dinamizar efectivamente a agricultura.

Também a indústria é maioritariamente constituída pelos sectores mais tradicionais, como o têxtil, o calçado, o mobiliário e a construção civil, actividades praticadas quase sempre em pequenas e muito pequenas empresas, grande parte delas de carácter familiar[3]. É muito limitada a produção de bens de equipamento e isso, conjugado com a ausência de fontes energéticas nacionais suficientes e com a extroversão – direccionamento para a exportação sem influência real sobre os mercados –, reforça a dependência e a fragilidade do nosso tecido industrial. Tecido esse que apresenta pequena densidade, fraca articulação e grande

[1] Ver MARIA JOÃO RODRIGUES, *O Sistema de Emprego em Portugal – Crise e Mutações*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

[2] Ver JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, JOÃO FERREIRA DO AMARAL, ALEXANDRE BORREGO, JOÃO FERRÃO E LUÍS CAPUCHA, *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento?*, Lisboa/ /Vilar Formoso, CIES/CAIS, 1994.

[3] Ver JOÃO FERRÃO, "A Indústria em Portugal: Estruturas Produtivas e Sociais em Contextos Regionais Diversificados", *Finisterra*, XXIII, 45, pp. 29-54.

debilidade a nível da concorrência nos mercados internacionais. A competitividade que existe não assenta na modernização tecnológica e organizacional, nem na concentração de factores produtivos e de serviços de apoio às empresas, mas principalmente nos baixos salários, na precarização dos vínculos contratuais e no aproveitamento de oportunidades para a exportação dependentes de flutuações conjunturais.

Por seu turno, o sector dos serviços ocupa proporções crescentes da população activa. Esse fenómeno acompanha uma tendência mais geral nas sociedades modernas. No caso português, porém, apenas parte do crescimento do sector se deve ao aumento de actividades de cariz avançado, de serviços económicos e às empresas. A par de algumas melhorias neste capítulo verificam-se, ainda, grandes pesos dos ramos tradicionais da administração, da hotelaria, turismo e restauração, de serviços pessoais e domésticos e do comércio ambulante que, muitas vezes, constituem apenas soluções de recurso para pessoas que não encontram outra actividade.

Portugal apresenta, ainda no plano do sistema económico, um peso importante da chamada economia informal ou subterrânea, isto é, toda a actividade económica que não é contabilizada pelo Estado[1]. A existência de um sector informal extenso, embora não predominante, é um dos traços mais característicos das economias semiperiféricas. Calcula-se que a economia informal deverá representar cerca de 22% do total da produção portuguesa.

[1] Ver MANUEL VILLAVERDE CABRAL, "A Economia Subterrânea Vem ao de Cima: Estratégias da População Rural Perante a Industrialização e a Urbanização", *Análise Social*, 76. p. 109. Ver, também, ISABEL SOUSA LOBO, "Estrutura Social e Produtiva e Propensão à Subterraneidade no Portugal de Hoje", *Análise Social*, 87-88-89, pp. 527-563.

A economia informal recobre situações bastante diversas, que vão do prolongamento de actividades tradicionais que nunca chegaram a formalizar-se e, assim, a organizar-se e modernizar-se, como são o comércio ambulante, parte do artesanato e dos serviços de reparação e domésticos e grande parte da produção agrícola dos camponeses, até situações ilegais como a fuga ao fisco, ou o assalariamento de pessoas – algumas vezes incluindo crianças – sem qualquer espécie de contrato ou de protecção social, passando ainda por actividades marginais de diversos tipos e com incidência económica.

Pelo nível de liberdade que oferecem e pelos resultados que apresentam – o que não se paga em impostos e em segurança social entra directamente no rendimento do trabalhador e no lucro do empregador – algumas destas situações parecem ter ajudado a impulsionar processos de industrialização e de trabalho na construção civil e nalguns serviços. Também tendem a esconder ou mesmo a fazer diminuir o desemprego. Quando as famílias ou os indivíduos exercem dupla actividade, num lado através de um emprego formal que garante a protecção social, e noutro lado através de um emprego informal, este permite evidentemente aumentar os rendimentos das famílias. Mas, em contrapartida, esse tipo de actividades só se expande porque aproveita vantagens de redução imediata de custos, nomeadamente com a mão-de-obra, e não se moderniza nem organiza, o que limita significativamente as possibilidades de desenvolvimento económico e social globais.

Por outro lado, nos casos em que as famílias complementam os rendimentos oficiais com um emprego informal, troca-se muitas vezes esse último rendi-

mento – geralmente mais baixo do que o mínimo legal – pela subalternização do investimento na escolarização dos filhos e da valorização pessoal dos adultos. Porém, nos casos em que o salário informal é a única fonte de rendimentos o futuro é ainda mais comprometido, dada a desprotecção em termos de saúde e segurança social, que se acumulam com a desprotecção e a desregulação da relação contratual.

Uma característica dos países desenvolvidos é a existência de um Estado democraticamente legitimado e capaz de assegurar protecção social e bem estar ao conjunto dos cidadãos. Em Portugal não se chegou a atingir esse ponto. O regime democrático deu efectivamente origem a um aparelho institucional e de leis que consagram um conjunto de direitos que têm vindo a institucionalizar-se em domínios como os da segurança social, da saúde e do ensino. No entanto, os níveis e montantes das prestações e a qualidade dos serviços a que o Estado se obrigou, os quais acabam por não atingir toda a gente que a eles tem direito, são muito limitados. Tudo se passa como se o Estado-Providência estivesse completamente montado, mas não conseguisse senão resultados escassos, em termos de efectiva protecção e bem-estar dos cidadãos.

Ao mesmo tempo as pessoas tendem a saber cada vez mais quais são os seus direitos e a aumentar o nível dos seus desejos e das suas exigências, o que, conjugado com as dificuldades de financiamento do sistema, gera tensões de legitimação do sistema político.

Os níveis de desenvolvimento económico relativamente baixos e a inexistência ou atraso de um Estado de bem-estar eficaz, contribuiram para o prolongamento, durante todo o século XX, de um traço estrutural duradouro da sociedade portuguesa: a propensão para a produção de fortes fluxos migratórios. Nos últimos anos (a partir dos anos 60, nomeadamente), tais fluxos dirigiram-se basicamente para dois destinos: por um lado para a Europa do Norte e, por outro lado, para o litoral do país. Se é certo que os emigrantes e os migrantes internos, em muitos casos, obtiveram sucesso e saíram das situações de precaridade que os levaram a migrar, acontece que por vezes foram mal sucedidos e vieram engrossar as manchas de pobreza das grandes cidades. Por outro lado, acabaram por produzir a desertificação demográfica nas zonas rurais, de que boa parte deles era originária, as quais ficaram extremamente envelhecidas e pobres. É certo que as remessas permitiram aliviar um pouco a pobreza dos que ficaram, mas essas remessas não foram utilizadas, regra geral, para produzir desenvolvimento.

Algum desenvolvimento verificou-se, porém, após a chegada de cerca de 500 000 pessoas regressadas das ex-colónias portuguesas em África. Com os apoios que receberam, e pelo facto de serem relativamente jovens e qualificadas, realizaram investimentos que acabaram por ter efeitos de dinamização e por contrabalançar positivamente o impacto inicial da chegada. Outro contributo para o desenvolvimento português dão os imigrantes africanos, que tendem a chegar cada vez em maior número. Fugindo da situação de carência que se verifica nos países de expressão oficial portuguesa, empregam-se em sectores que exigem menores qualificações, são pior remunerados e têm forte

incidência de instabilidade contratual. Ocupam, pois, os postos pior compensados do mercado de trabalho em Portugal e o seu contributo para o desenvolvimento do país, embora nem sempre reconhecido, é importante.

Apesar da persistência de baixos rendimentos, da precaridade do emprego e das inserções profissionais, das debilidades e lacunas do sistema de protecção social, as condições de vida da generalidade das pessoas em Portugal não é comparável às das pessoas que habitam nas regiões da periferia do sistema mundo. Mesmo a pobreza, sendo extensa, só nalguns casos relativamente raros atinge o dramatismo da fome. E, apesar de tudo, a pobreza é menos extensa do que o fariam prever os indicadores económicos.

Tal facto deve-se à interferência de laços de interajuda e de solidariedade que a sociedade vai reproduzindo e que são ainda relativamente fortes em Portugal. Eles vão permitindo limitar os efeitos das situações de precaridade. O peso das redes de entreajuda é diferenciado de região para região. Mas um pouco por todo o lado elas fazem-se sentir em coisas tão importantes, no quotidiano das pessoas, como o acesso a um emprego, o cuidado dos filhos, a obtenção de apoio material, afectivo ou emocional em situações de maior necessidade, a fuga à marginalização na velhice, o suporte em caso de desemprego ou doença ou o apoio a uma decisão de emigrar, entre tantas outras possibilidades.

A modernização pode ter efeitos sobre estas redes de solidariedade e sobre o seu modo de funcionamento, cujas consequências não são bem determinadas. Algumas transformações modernizantes são susceptíves de destruir laços existentes, sem se saber exactamente que alternativas – mais formais ou doutro tipo – serão criadas. Não serão de menosprezar, de qualquer forma, as possibilidades de combinar intervenções formais do Estado com mecanismos espontâneos de solidariedade no desenvolvimento de sistemas da protecção e de promoção da qualidade de vida dos cidadãos.

A descoberta desses novos mecanismos pode ser decisiva no actual contexto de recomposição demográfica e social. Um dos componentes dessa recomposição, no qual o nosso país acompanha de perto outros países da Europa, é o processo de envelhecimento da população, com a redução do número de jovens e o aumento do número e da proporção das pessoas idosas e muito idosas. A prazo será mais desfavorável a relação entre os activos e as pessoas não activas (relação essa que se designa por "rácio de dependência"). Os problemas da protecção da velhice assumirão peso crescente nas dinâmicas de desenvolvimento da sociedade portuguesa e comparável, em termos de problemática, aos do desemprego.

Para a recomposição do tecido social português terão igualmente influência futura as dinâmicas de terciarização da economia, com o crescimento dos lugares pouco qualificados dos serviços, em boa parte ocupados por mulheres. No entanto, é verosímil que continuem a ser as mulheres que mais contingentes de desempregados forneçam e que continuem a ocupar maior proporção de lugares pior remunerados e menos qualificados.

Ao mesmo tempo, a escolaridade das gerações mais jovens continuará a aumentar a ritmos muito acelerados. Paralelamente tenderão a generalizar-se práticas de formação profissional e de pré-profissionalização de jovens. Por outro lado, os diplomas tem tendência a perder valor e novas formas de distinção das competências escolares aparecerão. Também o insucesso e o abandono escolares, fenómenos muito marcantes dos desempenhos das escolas no nosso país, tenderão a crescer substancialmente. O aumento do analfabetismo funcional (expressão que designa a não utilização ou a incapacidade de utilização prática dos conhecimentos adquiridos) será outro aspecto importante das tendências que ocorrem actualmente na estrutura das qualificações. Este conjunto de fenómenos produzirá novas clivagens sociais, porventura ainda mais marcadas, entre as pessoas profissionalmente bem integradas e o grupo dos que, sem qualificações, tenderão a ficar marginalizados.

O último traço estruturante da sociedade portuguesa que aqui abordaremos tem a ver com as diferenças e desequilíbrios regionais.

Portugal é um pequeno país, mas comporta grande diversidade interna[1]. A sua dimensão é semelhante à de algumas regiões da Europa e, por referência a esta, não existe nenhuma sub-região globalmente desenvolvida. Isso não impede, porém, a existência de contrastes marcados em aspectos como o dinamismo demográfico e da actividade económica, o padrão do tecido produtivo, as tradições e identidades socio-culturais, as composições sociais, as práticas simbólico-ideológicas, entre muitos outros.

[1] Ver JORGE GASPAR e outros, *Ocupação e Organização do Espaço – Retrospectiva e Tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

A principal clivagem de cariz regional, hoje em dia, é a que se estabelece entre o interior rural em desertificação, globalmente empobrecido e deprimido, e o litoral, que continua a atrair pessoas e actividades, pese embora a concentração urbana e a modernização do tecido produtivo muitas vezes se fazerem acompanhar de problemas como o desemprego e a precarização do emprego, os baixos salários ou as bolsas urbanas de pobreza.

Esta clivagem cruza-se com uma outra que distingue as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, grandes centros administrativos e de serviços com influência de âmbito nacional e internacional, do resto do país. Por outro lado, coexistindo com as linhas de diferenciação regional referidas anteriormente, persiste a mais tradicional segmentação entre o Norte e Centro, tradicionalmente marcados pela pequena propriedade e pela predominância do campesinato e, mais recentemente, pela industrialização muitas vezes difusa e assente em pequenas e médias empresas, e o Sul, caracterizado pela predominância do assalariamento como situação profissional exclusiva, quer nas grandes unidades industriais e de serviços da Região de Lisboa e Península de Setúbal, quer na grande propriedade alentejana ou na indústria hoteleira algarvia.

Noutros países da semiperiferia europeia, como em Espanha, existem igualmente clivagens regionais importantes. Mas algumas das regiões estão mais próximas, em termos de desenvolvimento, dos países desenvolvidos do centro

do sistema mundial do que das regiões vizinhas no mesmo país. Uma grande diversidade entre os níveis de desenvolvimento das regiões é, aliás, uma característica dos países menos desenvolvidos.

O sucesso das políticas e intenções de integração e de aproximação dos níveis de desenvolvimento entre as diversas regiões será um contributo importante para o futuro desenvolvimento de Portugal[1]. Não há real desenvolvimento em países com regiões subdesenvolvidas e atrasadas. A aproximação entre as regiões é, pois, tão importante para a promoção do desenvolvimento, como a modernização económica, os sistemas de protecção social e de representação política democrática ou a elevação dos níveis qualificacionais e dos níveis de vida da população.

Há uns anos atrás, os indicadores de crescimento económico eram razoavelmente favoráveis no nosso país. Foi significativo o esforço de modernização da economia e os rendimentos das pessoas subiram. Construíram-se infraestruturas básicas, como as de transportes. Os níveis de escolarização melhoraram e os cuidados de saúde fundamentais estenderam-se a praticamente toda a população. Grande parte desses resultados foram facilitados ou induzidos pelo processo de integração europeia.

No entanto, as vulnerabilidades do tecido económico não foram superadas, como se viu nos últimos anos com nova crise de desemprego e encerramento de empresas, quebras na taxa de crescimento, falta de competitividade da indústria, da agricultura, das pescas. O próprio sector terciário, muito heterogéneo, mantém fragilidade mesmo nas suas componentes mais modernizadas, como a banca e os seguros. E a extensão de alcance do Estado-Providência – por exemplo na educação e na saúde – está longe de ser acompanhada de melhorias de qualidade.

As pessoas, por seu turno, tendem a manter elevadas as aspirações, a ser cada vez mais exigentes nas suas reivindicações e mais conhecedoras dos seus direitos. Algumas expectativas foram goradas. A modernização também trouxe consigo alguma acentuação das desigualdades sociais.

Numa palavra, os últimos actos da integração de Portugal na cena europeia, lugar escolhido para a participação no sistema mundo, têm produzido efeitos parcialmente contraditórios e, em todos os casos, ambivalentes. Dessa forma Portugal tende a preservar, embora numa posição mais vantajosa do que há umas décadas atrás, a sua posição intermédia entre o mundo desenvolvido e a periferia do sistema mundial.

[1] De uma literatura extensa mas relativamente dispersa sobre o tema das políticas de desenvolvimento para Portugal, ver, pela actualidade do tema e por abordar um conjunto vasto de problemáticas, de AUGUSTO SANTOS SILVA "Produto Nacional Vivo – Uma Cultura Para o Desenvolvimento", in Vários, *Atitudes, Valores Culturais, Desenvolvimento*, Lisboa, SEDES, 1988. Ver, ainda, ROGÉRIO ROQUE AMARO, ISABEL DUARTE, SUZETE LARANJEIRA, M. CLEMENTINA HENRIQUES, RUI BRITES SILVA E ANSELMO CUNHA, "Desenvolvimento Local e Regional", *Sociologia – Problemas e Prática*, 10, pp. 157-230.

2.2 Divisão do Trabalho e Empresa

Desde os seus primórdios a sociologia abordou as formas como as sociedades saídas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa se organizam para a produção económica ou, dito de outra forma, como dividem o trabalho.

Tal é um dos assuntos mais importantes de obras clássicas da sociologia, como *O Capital* de Karl Marx[1], *A Divisão do Trabalho Social* de Durkheim[2] ou *Economia e Sociedade* de Max Weber[3], para citar apenas três dos principais autores fundadores da disciplina.

Esta centralidade do tema resulta, em boa parte, da importância do sistema económico, isto é, do sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços para o conjunto da vida social, não apenas porque a permite e sustenta, mas também porque produz efeitos de estruturação, quer dizer, de diferenciação das posições sociais.

O desenvolvimento da sociologia e as transformações ocorridas nas sociedades originaram diversificações e evoluções temáticas após as primeiras abordagens e, hoje em dia, o problema da divisão do trabalho engloba tópicos tão diversos como a repartição da população activa pelos diferentes sectores de actividade, a organização do trabalho industrial, os conflitos laborais, as culturas profissionais, as mudanças tecnológicas, a segmentação dos mercados de trabalho e a empresa como novo protagonista social, entre muitos outros.

É deste conjunto vasto de assuntos que nos vamos ocupar, sucintamente, neste capítulo.

[1] Cf. KARL MARX, *Le Capital* (3 Vols), Paris, Éditions Sociales, 1972 (ed. original 1867-1895)

[2] Cf. ÉMILE DURKHEIM, *A Divisão do Trabalho Social*, (2 vols), Lisboa, Editorial Presença, 1977 (ed. original 1893)

[3] Cf. MAX WEBER, *Economy and Society* (2 vols), Berkeley, University of California Press, 1978 (ed. original 1921).

2.2.1 *Distribuição da população pelos sectores de actividade económica*

A forma como vivemos hoje em dia resulta de uma ruptura radical operada em relação aos modos e padrões de vida que caracterizaram as sociedades durante milénios. Pode dizer-se, mesmo, que a sociedade conheceu uma transformação tão profunda que nós hoje estamos mais longe dos nossos antepassados que viveram há duzentos ou duzentos e cinquenta anos, do que eles estavam em relação às pessoas que viveram há 5000 anos.

Essas rupturas têm, certamente, dimensões políticas, simbólicas, culturais e sociais. Mas uma boa parte delas passa pelas novidades introduzidas nos sistemas de produção económica.

A vida humana seria impossível sem sistemas de trabalho organizado, de que dependem todos os homens e mulheres e de que a maior parte deles se ocupam. Convém esclarecer que quando falamos de trabalho referimo-nos ao desempenho de tarefas consumidoras de esforço e energia física e intelectual, com vista à produção de bens e serviços destinados a suprir necessidades humanas. De todas

essas actividades apenas nos referimos aqui àquelas que se traduzem numa "ocupação" económica, isto é, que se realizam a troco de um rendimento.

Durante milénios as economias dos diversos tipos de sociedade tradicional assentaram na produção agrícola e pecuária, em boa parte comandada pelos próprios ritmos da natureza. Mesmo os casos em que esses ritmos não eram largamente respeitados, como aconteceu com certas formas de monocultura extensiva dos tempos coloniais, são insignificantes se comparados com que se passou depois da Revolução Industrial.

Assente em novas formas de organizar o trabalho e, por extensão, a própria sociedade, na utilização de novas energias e novas máquinas não mais dependentes da força animal, usando novas matérias primas e novas possibilidades de comerciar, a organização industrial da produção não apenas permitiu produzir muito mais coisas em muito menos tempo e com custos muito inferiores, como possibilitou a produção de coisas muito diferentes, impensáveis noutros tempos.

Estas novas capacidades baseiam-se numa enorme complexificação e diversificação do tipo de actividades, ou profissões, presentes nos sistemas produtivos. Nas sociedades tradicionais, ou pré-industriais, dificilmente se encontrariam mais de uma centena de profissões. Numa sociedade moderna é possível encontrar mais de duas dezenas de milhar. E a diversificação não se fica pelo aumento do número de profissões. Profissionais do mesmo ofício podem, ainda, fazer coisas completamente diferentes. Assim, por exemplo, um electricista pode não se ocupar senão da instalação de um prédio, enquanto o seu colega não se ocupa senão de certo tipo de máquinas, e por aí adiante. Por outro lado, a interdependência entre os profissionais de cada ofício é hoje muito maior do que foi noutros tempos. Um camponês de uma sociedade tradicional produzia na sua casa boa parte das mobílias, das roupas e muitos outros objectos de que necessitava. O ferreiro que lhe tratava dos animais de tiro, a troco de produtos ou dinheiro, também era independente em muitos aspectos. Uma situação de tamanha independência é impensável hoje em dia. É ínfima a parte que nós próprios produzimos das coisas que consumimos diariamente.

A enorme complexidade dos sistemas económicos modernos só pode ser apreendida, porém, se procedermos a algumas simplificações. Uma dessas simplificações, pensada com o objectivo de permitir a análise da realidade, consiste em dividir as actividades económicas em três grandes "sectores de actividade": primário, secundário e terciário.

O sector primário agrupa actividades como a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a pesca e as indústrias extractivas. Tem a ver, pois, com a produção de alimentos e de matérias primas. O sector secundário, por seu turno, agrupa a construção e obras públicas e as chamadas indústrias transformadoras, isto é, as actividades de transformação das matérias primas em mercadorias manufacturadas. O sector terciário é o sector dos serviços e é, dos três, o mais complexo, englobando tanto actividades de natureza económica como actividades de natureza social. Estão no sector dos serviços ramos como o comércio, os trans-

portes, as comunicações, a actividade bancária, dos seguros e das transacções financeiras e outros serviços a empresas (como o *marketing*, os despachos alfandegários, etc.), os serviços pessoais e domésticos, os serviços de protecção, os serviços culturais, de segurança social, da saúde, do ensino, da administração pública, serviços religiosos e outros serviços à colectividade.

Uma primeira consequência da industrialização na divisão do trabalho foi o abandono quase maciço da actividade agrícola. Dois séculos passados sobre a Revolução Industrial, a proporção de pessoas que se dedicam à agricultura ou a outras actividades relacionadas com a produção de alimentos e matérias primas nos países industrializados é muito diminuta. No Reino Unido, local onde essa revolução primeiro se deu, há cerca de 150 anos atrás, a parte da população que vivia da agricultura era cerca de 22%. Agora, não ultrapassa os 2%.

A tendência para a diminuição do emprego no sector primário atravessa todo o mundo desenvolvido.

QUADRO 3

Distribuição da população activa por sectores de actividade na Europa dos 12 mais Suíça, Suécia, Dinamarca e Noruega

	Primário	**Secundário**	**Terciário**
1950	19%	42%	39%
1970	15%	41%	44%
1986	7%	33%	60%

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 1988

Como se vê, o sector primário decresce acentuadamente entre 1950, altura em que já representava menos de 1/5 do emprego da população activa, e 1970. Continua a decrescer ainda mais aceleradamente até 1986, quando atinge escassos 7%. O sector secundário manteve o peso relativo nos primeiros 20 anos em análise, perdendo expressão depois. Ambos os sectores fornecem efectivos para os serviços, que se tornaram de longe o sector de maior dimensão, passando de 39% em 1950 para 60% em 1986.

Por esta razão, alguns analistas afirmam que as sociedades modernas deixaram de ser sociedades industriais. Outros autores, porém, contrapõem que a indústria continua a ser o sector motor do desenvolvimento das sociedades modernas. Referem também que, pese embora a localização de certas fábricas em países menos desenvolvidos no contexto da economia mundial, a verdade é que a produção industrial, bem como a produção de alimentos e matérias primas, cada vez depende mais do funcionamento de certos serviços, que apoiam ou

criam novas tecnologias consumidoras de menos mão-de-obra industrial ou agrícola e mineira, pelo que os serviços crescem em termos de emprego sem que a importância da produção de bens materiais diminua.

Portugal tem uma estrutura de divisão do trabalho que se aproxima rapidamente, apesar de algum atraso, da dos outros países europeus.

QUADRO 4

Evolução da distribuição da população activa por sectores de actividade em Portugal (milhares)

	1960	%	1970	%	1981	%	1992	%
Primário	1445	43,6	1003	31,7	756	19,7	522	11,6
Secundário	959	28,9	1021	32,3	1480	38,7	1500	33,2
Terciário	912	27,5	1140	36,0	1592	41,6	2491	55,2

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (INE); Inquérito ao Emprego (INE)

Como se pode ver, apesar de ter começado muito mais tarde a perder peso, o sector primário tende a ver reduzidos os seus efectivos a ritmos notáveis. Em 1960 ainda 43,6% das pessoas se empregavam nesse sector, mas ele conheceu uma quebra de cerca de 32% em apenas trinta e dois anos.

O sector secundário registou uma subida importante entre a década de 60 e a de 80. Esse foi, de resto, o período (bastante tardio) de mais forte industrialização do país. Entre 1981 e 1992 o sector terá perdido peso relativo, apesar do número absoluto das pessoas nele empregadas ter conhecido um ligeiro aumento.

O sector terciário tem crescido de forma apreciável. Há pouco mais de 30 anos não representava senão 17,5% da população activa. Estávamos então numa altura em que o país era essencialmente agrícola. Agora, pelo contrário, mais de metade das pessoas trabalham nos diversos serviços. Nesse aspecto, aliás, estamos bastante perto dos países mais desenvolvidos da Europa. A diferença é que em Portugal os serviços têm uma proporção menor de actividades muito qualificadas e de apoio às empresas, e maior de pessoas no comércio e na administração pública.

Apesar de, como vimos no capítulo anterior, o nosso país não estar a par dos níveis de desenvolvimento dos países centrais da Europa, a evolução recente no plano da distribuição da população activa tem sido favorável.

2.2.2 *A divisão do trabalho nas organizações industriais e as culturas profissionais*

A importância das actividades industriais nas sociedades modernas é uma das razões porque a organização do trabalho dos operários tem sido um dos temas mais estudados pelos investigadores interessados nas questões da divisão social do trabalho[1].

Antes da Revolução Industrial os produtores conheciam os segredos técnicos e profissionais para manufacturar as mercadorias, desde a fase da matéria prima até ao produto acabado. Por exemplo, o carpinteiro aparava a madeira, concebia o móvel ou o barco e construía-o até ao fim. O camponês produzia o linho ou a lã que eram fiados na sua própria casa, onde se teciam as roupas. Os exemplos poderiam prosseguir. Nas oficinas dos artesãos as pessoas dominavam o processo produtivo no seu conjunto. Tal estado de coisas seria, porém, totalmente modificado.

A transformação capitalista das actividades económicas começou por se efectuar pelo lado da comercialização. O mercador obtinha a matéria prima, que distribuía pelos artesãos, recolhendo depois os produtos acabados. Ao longo do processo, os mercadores foram acumulando capital e os artesãos foram sendo obrigados a vender os meios de produção – as máquinas com que trabalhavam – ao mercador, mas elas permaneciam nas suas casas, onde decorria o processo produtivo. Numa fase posterior, o trabalho foi separado da vida privada: o capitalista colocou os vários artesãos que para si trabalhavam debaixo do mesmo tecto. Assim nasceram as fábricas. Durante este tempo a maioria dos artesãos – e dos camponeses também – foram desapossados dos meios de produção e passaram a vender a sua força de trabalho aos capitalistas, a troco de um salário.

Entretanto, o artesão continuava a controlar o saber profissional e os segredos da produção. O desenvolvimento da fábrica e a invenção de máquinas cada vez mais sofisticadas introduziriam, porém, uma transformação profunda neste campo, através da introdução da chamada "organização científica do trabalho". Esta expressão foi inventada por um engenheiro, Taylor, nos finais do século XIX. Ele desenvolveu a ideia, já conhecida desde finais do século XVIII, de que haveria vantagens assinaláveis na divisão das tarefas no processo produtivo.

A chamada organização científica do trabalho consistia na decomposição das tarefas necessárias para a produção de determinado objecto, dividindo-as até aos elementos mais simples. Por exemplo, para produzir uma cadeira, uma tarefa é cortar a madeira, outra apará-la, outra medir as peças a serrar, depois serrar, ainda aparelhar e polir, meter a cola nos encaixes, a seguir montar as partes, depois pregar as partes, e por aí adiante. Reduzidas as actividades às tarefas mais simples, tratava-se, na perspectiva taylorista, de medir o tempo de execução de cada tarefa e de encontrar a "melhor maneira de todas" ("*The one best way*") para executar cada tarefa e para encadeá-las a todas.

Assim, ganhar-se-ia em produtividade e em tempo de aprendizagem. Cada trabalhador não teria que aprender todos os segredos de um ofício, mas apenas a

[1] Para uma análise mais aprofundada ver João Freire, *Sociologia do Trabalho – Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

executar uma tarefa simples. Simultaneamente, o conjunto dos trabalhadores eram desapossados do antigo saber técnico, pois cada um apenas sabia da sua parte, não fazendo ideia do conjunto de tarefas necessárias para a produção de uma mercadoria. Isto é, cada qual sabe o que se faz no seu posto de trabalho, talvez na sua secção, mas não sabe que voltas dá o produto na fábrica em que ele executou apenas uma parte do trabalho.

O sistema taylorista de organização e divisão do trabalho tornou-se muito expandido – embora em muitas indústrias o saber operário de certos ofícios tenha resistido, embora parcialmente – dadas as vantagens que possuía em termos de produtividade. Porém, Henry Ford inventou para a sua fábrica de automóveis um sistema de super-especialização das tarefas. Ele especializou não apenas o trabalho a executar pelo operário, mas também as máquinas, de forma a produzir "linhas de montagem". O sistema permitia grande rapidez e precisão nas tarefas e, assim, níveis ainda mais elevados de produtividade.

O fordismo, contudo, tem as suas limitações. Por um lado, as linhas de montagem só são rentáveis para a produção de produtos em larga escala, muito standartizados. Elas são caras e, pese embora a maleabilidade que a robótica e a informática vieram trazer, a mudança no produto implica grandes custos na readaptação ou substituição da linha de montagem. Além disso, a tecnologia é fácil de copiar e, por isso, a concorrência é grande.

Por outro lado, o trabalho torna-se extremamente monótono, estupidificante e repetitivo. Daí os elevados níveis de absentismo e *"turn-over"* (rotação dos trabalhadores que ocupam determinado posto de trabalho) que sobrevêm. O trabalhador não tem qualquer espécie de controlo sobre o produto, não sabe como é feito, só conhece a sua parcela, por vezes ínfima. Do resultado final só toma conhecimento nas lojas. O trabalho assim repetitivo e simplificado torna-se monótono e perde sentido, não oferecendo oportunidades à criatividade e à iniciativa.

Esta forma de organizar o trabalho estendeu-se modernamente a outras áreas do trabalho para além do operário. Abrangeu, nomeadamente, muitas das tarefas administrativas desempenhadas nos escritórios e nas empresas de serviços. As pessoas passam a só arquivar papéis, ou só dactilografam, ou só atendem chamadas, ou só carimbam, ou só verificam as datas, etc. A simplificação e parcelarização das tarefas decalcada do trabalho fabril foram levadas tão longe quanto possível nos serviços administrativos, cujos conteúdos, para larga fatia dos trabalhadores, se tornaram tão monótonos, repetitivos, desinteressantes e alienantes como os dos operários das linhas de montagem.

Num caso e noutro as pessoas sentem que perderam a capacidade de controlar o seu ritmo de trabalho, a forma de o executar ou de exercer qualquer controlo e influência sobre o que fazem. Pelo lado contrário, pessoas que desempenham tarefas no topo das escalas de qualificação valorizam o trabalho como componente da sua realização pessoal, na medida em que ele permite independência, criatividade e responsabilidade, o que aumenta o contraste e a intolerabilidade da organização taylorista do trabalho.

A organização taylorista e fordista do trabalho, ao desvalorizar as capacidades das pessoas, contribui fortemente para a ocorrência de problemas como o absentismo, o *"turn-over"* e defeitos de fabrico ou piores níveis de qualidade. Várias são, por isso, as tentativas para resolver o problema. Uma delas ficou conhecida pela "escola das relações humanas" e a figura que melhor a representou foi Elton Mayo. Na sua perspectiva, as prestações dos trabalhadores melhorariam se alguns cuidados fossem tidos com a qualidade do ambiente de trabalho, com a sua limpeza, estética, luminosidade, etc., e se, ao mesmo tempo, se melhorassem alguns aspectos do relacionamento entre as pessoas. Não se tocava, porém, nos conteúdos técnicos e organizacionais do trabalho, pelo que os efeitos das melhorias introduzidas não foram tão bons como se esperava.

O sucesso da indústria nipónica levou, porém, a que as formas de organização do trabalho nas fábricas japonesas fossem olhadas com maior atenção, na medida em que diferiam em muitos aspectos do que se passa no Ocidente. Nomeadamente, é muito diferente o nível de responsabilização dos operários, muito qualificados, pelo seu trabalho e da empresa pelos seus empregados. Dessa forma, algumas soluções têm vindo a ser ensaiadas no sentido de modificar as formas de divisão e organização do trabalho na indústria dos países da Europa e da América. Sendo relativamente inovadoras nos países desenvolvidos, essas tentativas têm um carácter muito embrionário em países como Portugal.

Uma dessas formas tem conteúdos muito técnicos e passa pela automação e robotização de muitas tarefas. Os trabalhadores que restarão deverão ser altamente qualificados e as suas funções, de controlo e manutenção, serão provavelmente mais gratificantes. Outra das soluções que têm sido experimentadas é a da criação de "grupos de produção", os quais são constituídos para resolver de forma cooperativa os problemas ligados às actividades que lhes estão destinadas. Cada membro deve saber desempenhar qualquer das tarefas destinadas ao grupo, pelo que o seu trabalho pode ser diversificado. Têm sido igualmente desenvolvidos os chamados "círculos de qualidade", constituídos por 5 a 20 pessoas, que trabalham em equipa e que reunem periodicamente para debater os seus problemas de trabalho e para participar na concepção e organização do processo produtivo.

Os círculos de qualidade são formas embrionárias e pouco desenvolvidas de "democracia industrial", noção que tem sido experimentada na forma de cooperativas, ou de sistemas de auto-gestão (cujo modelo mais avançado foi o da antiga Jugoslávia), ou ainda de mecanismos de "controlo da produção". A forma mais expandida de democracia industrial passa, porém, pela audição regular das organizações dos trabalhadores por parte das administrações. Deve notar-se, contudo, que mesmo esta modalidade suave de democracia industrial não é sempre e sistematicamente praticada, dada a resistência de empresários e, também, de sindicatos.

Empresários e sindicatos constituem actores de uma relação tipicamente industrial que retomaremos mais à frente. Para já, vamos permanecer nas situações de trabalho.

Até aqui temos visto como o trabalho operário – com uma curta incursão no trabalho administrativo – tem sido organizado. Mas pode-se olhá-lo de uma outra perspectiva. Numa fábrica ou escritório as relações entre as pessoas são, também, relações de poder e relações de comunicação. Essas duas dimensões das relações de trabalho criam as condições, ou o ambiente, em que se processam aprendizagens que não são apenas técnicas. Não se aprende apenas a fazer coisas. Aprende-se também a estar, a pensar, a apreciar, a preferir, enfim, adquire-se uma determinada "cultura profissional"[1].

Várias pesquisas têm sido efectuadas a respeito das culturas profissionais em diversos países. Em Portugal também já se realizaram algumas[2]. O que elas revelam é que, ao contrário do que se poderia pensar quando se fala em taylorização ou fordismo, isto é, em homogeneização das condições de trabalho, as culturas de diversos grupos de trabalhadores são claramente distintas e, por vezes, até divergentes entre si.

As identidades culturais são desenvolvidas nos meandros do poder da organização, no reconhecimento de si por parte de cada trabalhador e no conhecimento adquirido em relação ao meio técnico, físico e social da empresa.

As identidades culturais operárias definem-se em função de um conjunto de factores, como: (i) a quantidade das relações duais, afectividade, cognitividade e grau da aceitação da diferença em relação a colegas e outros membros da organização; (ii) as relações colectivas, a maior ou menor homogeneidade do grupo profissional a que se pertence, a forma mais unanimista ou mais individualizada de tomar decisões, a aceitação de clivagens, das minorias e da negociação ou a tendência mais ou menos marcada para a separação em relação aos outros; (iii) as relações hierárquicas ou de autoridade, tais como a forma como se aceita o chefe e que tipo de chefe se prefere (autoritário, liberal ou hierárquico), ou como se aceita a hierarquização dentro de um grupo de colegas e amigos; (iv) por fim, são levadas também em linha de conta as situações de trabalho concretas, quer na dimensão sócio-profissional quer na dimensão técnica.

Com base neste critérios têm sido encontradas culturas profissionais que têm sido designadas da seguinte forma: (i) "solidariedade democrática", bastante presente entre os operários de ofício (por exemplo, os das oficinas de manutenção das empresas); (ii) "unanimismo", frequente nas situações de linha de montagem e de trabalho indiferenciado e pouco qualificado; (iii) "separatismo", frequente entre os operários que controlam painéis de comando de sistemas complicados, e cuja função é bastante elaborada tecnicamente; (iv) "retraimento", que caracteriza certas categorias de trabalhadores cujas referências são mais externas do que internas em relação às organizações de trabalho, como os jovens, as mulheres e os imigrantes; (v) "integração", cultura comum entre o pessoal de enquadramento, como os encarregados e as chefias intermédias; (vi) "rivalidades/individualismo", entre os empregados de escritório de qualificações baixas ou intermédias; (vii) "rivalidade democrática", entre os quadros superiores; e (viii) "estratégia", entre os quadros médios.

[1] Sobre este tema ver o trabalho percursor de RENAUD SAINSAULIEU, *L'Identité au Travail*, Paris, FNSB, 1984.

[2] Ver, nomeadamente, ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, MARIA DAS DORES GUERREIRO, FRANCISCO DA SILVA FREITAS e MARIA HELENA FERREIRA, *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*, Lisboa, CIES/ /ISCTE, 1984. Ver, também, JOAQUIM BERNARDO, "Perfis Culturais numa Empresa Mineira", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, pp. 73-90.

O estudo destas culturas é muito importante para a compreensão dos comportamentos dos diferentes grupos de trabalhadores, nas diversas situações sociais e profissionais que o trabalho proporciona. Normalmente, essas situações ligam-se ao desempenho, cooperativo embora com níveis diferenciados de colaboração ou de atrito, de um trabalho pela organização. Mas essas relações também comportam o conflito.

2.2.3 *Sindicatos e associações patronais*

O conflito laboral constitui outro dos temas importantes a que a sociologia do trabalho tem dedicado atenção.

Os chamados conflitos laborais vêm de longa data e sempre tiveram uma grande importância nas sociedades industriais. Nos primeiros tempos da organização capitalista da produção, os operários, que se haviam visto desapossados dos seus bens, tais como a propriedade camponesa ou a oficina artesã, e que viviam em condições de grande precaridade, revoltavam-se contra os empresários e muitas vezes os seus protestos, turbulentos, mal organizados e envolvendo manifestações e combates de rua, culminavam com a destruição de máquinas e matérias primas.

Os movimentos contra a fome e as condições de vida e de trabalho miseráveis e contra o despotismo na gestão das fábricas foram-se organizando e dando origem ao sindicalismo. Enquanto organizações que associam trabalhadores de uma mesma profissão num determinado país ou região, ou trabalhadores de uma empresa ou grupo de empresas, com vista à defesa dos interesses desses trabalhadores – mesmo que a maior parte não seja sindicalizada –, representando-os na negociação de condições de trabalho e de salários, os sindicatos adquiriram poderes avultados não apenas na relações de trabalho, mas também no próprio sistema político.

Nalguns países a acção dos sindicatos ultrapassou mesmo a área tradicionalmente sindical, a da reivindicação salarial e das condições de trabalho junto dos empresários, para se instituir em suporte de interesses políticos e como componente da acção governativa. Tal foi o caso dos países socialistas. Noutros casos, nomeadamente em locais onde não existe liberdade política, a actividade dos sindicatos centra-se na defesa dos direitos humanos, desde logo do próprio direito à greve e à sindicalização. Mas, nos países onde o sindicalismo é mais desenvolvido e organizado, nomeadamente através da formação de centrais sindicais, ele tem um poder significativo resultante da representação dos interesses das pessoas que vivem do trabalho assalariado na negociação, já não apenas com os empregadores, mas também de políticas sociais e económicas. A participação dos sindicatos é, aliás, decisiva para a formação dos acordos em que assenta o Estado-Providência, bem como para a discussão de modelos de desenvolvimento, reconversões de empresas e de regiões industriais, entre outras matérias.

O poder dos sindicatos assenta, principalmente, na capacidade de mobilizar as pessoas e de organizar greves que por vezes afectam toda a vida dos países onde se dão. Nalguns sectores, como os da produção de energia, dos transportes e comunicações ou de outros serviços públicos, as greves chegam mesmo a provocar crises sociais e políticas de grandes proporções.

O poder dos sindicatos varia, naturalmente, com a conjuntura económica e política. Por exemplo, o aumento do desemprego costuma coincidir com períodos de menor poder sindical. Nessas alturas os sindicatos reforçam a sua estratégia mais comum, que é de defesa de direitos e do poder de compra conquistado.

Ao mesmo tempo, os sindicatos tendem a estender a sua acção a outros campos, como a instituição de seguros ou actividades de lazer várias, bem como à promoção sistemática de formação profissional.

Apesar da sua importância, algumas críticas têm sido dirigidas aos sindicatos, nomeadamente devido à sua excessiva burocratização e à despreocupação com sectores da população que não são trabalhadores, embora também sejam desfavorecidos, como os idosos, as domésticas, as pessoas sem emprego nem qualificações profissionais, entre outras.

Em Portugal o sindicalismo tem uma história recente[1]. Por um lado, a industrialização tardia e, depois, o regime ditatorial que impediu o exercício dos direitos (sindicais e outros) dos trabalhadores fizeram que apenas no início da década de 70 se formasse a primeira Central Sindical na clandestinidade, assente em sindicatos que a custo tinham rompido com a tutela do regime e que não eram muito fortes. Depois do 25 de Abril, a situação mudou e a actividade sindical desenvolveu-se normalmente.

[1] Para uma análise mais circunstanciada, ver ALAN STOLEROFF, "Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, pp. 147-164.

Dessa forma, existem hoje em Portugal duas centrais sindicais e alguns sindicatos não integrados em centrais. Os sindicatos eram, em 1992, em número de 407, 162 dos quais têm a sua sede em Lisboa. Mas os sindicatos marcam presença em todas as capitais de distrito e em todos os ramos de actividade.

Apesar de contarem com um ambiente social e cultural favorável à afirmação dos seus interesses e, durante muito tempo, com o apoio activo das autoridades políticas, administrativas e policiais, os patrões também adaptaram as suas formas de actuação aos costumes das sociedades democráticas, formando associações patronais, cujo papel e objectivos estão ligados à defesa dos seus interesses sócio-económicos.

As associações patronais são, naturalmente, os primeiros interlocutores dos sindicatos e, como estes, estendem a sua acção muito para além das estritas "relações industriais". Elas também promovem formação profissional, planeiam o investimento, financiam estudos e pesquisas, debatem planos de desenvolvimento e de reconversão de empresas, regiões ou sectores, opinam e influenciam as políticas sócio-económicas dos governos e exercem pressão e movem influências (actualmente sob a designação de "lobbies") com vista a conseguir dos poderes públicos as medidas que melhor sirvam os seus interesses.

A força das associações patronais resulta, exactamente, desta capacidade de exercer influência sobre as decisões políticas, em função quer do poder económico dos associados, quer do prestígio da função empresarial e do papel atribuído às empresas no desenvolvimento económico.

Em 1992 existiam em Portugal 337 associações patronais, nove uniões, nove federações e três confederações (a do Comércio, a da Indústria e a da Agricultura). Mais de duzentas mil pessoas estavam na altura filiadas nas associações, que se distribuem por todo o país. As uniões estão, por seu lado, concentradas em Lisboa e Porto e as Federações e Confederações apenas em Lisboa. Estas associações representam patrões de todos os ramos de actividade.

2.2.4 *Desemprego e emprego feminino*

A análise da divisão do trabalho não dispensa uma incursão sobre dois assuntos que, de comum, apenas têm o facto de serem "casos notáveis". Um tem a ver com o facto de o sistema económico produzir um contingente de pessoas que não têm emprego, embora o desejassem. O outro tem a ver com a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho, onde disputam com os homens, cada vez mais, os mesmos lugares. A principal relação existente entre os dois fenómenos talvez sejam os efeitos da feminização do mercado de trabalho nos níveis de desemprego.

A ciência económica há muito vem afirmando a funcionalidade da existência de uma parte da população activa que não encontra emprego. Em traços largos, diz-se que enquanto se mantiver a procura de trabalho maior do que a oferta, os salários poderão ser controlados e, portanto, as empresas manterão a competitividade, ao passo que as políticas macro-económicas terão maiores facilidades de controlo da inflação, entre outras coisas.

O mesmo ponto de vista, naturalmente, não terão os desempregados. Na verdade, dado o valor do trabalho e as imagens a respeito de quem não trabalha nas sociedades actuais, mesmo nos países onde os sistemas de protecção social garantem a manutenção de rendimentos razoáveis, a experiência do desemprego é sempre muito penalizante, porque diminui a auto-estima, pode provocar perdas de capacidades e competências, de disciplina, bem como alterações de ritmos de vida e restrição dos contactos sociais.

Naturalmente os impactes das situações de desemprego variam em função de um conjunto alargado de factores, entre os quais o quadro sócio-económico da zona de residência, que pode favorecer ou dificultar a integração social e o amortecimento das diversas consequências do desemprego. Mas mesmo nas situações mais favoráveis, é comum que a vida das pessoas desempregadas se degrade. Essa é a razão porque a "nova pobreza" cresce à medida que cresce o desemprego de longa duração.

Em períodos de crise, como o que vivemos actualmente, o desemprego atinge proporções preocupantes, que tornam prioritárias as políticas de promoção do

emprego. Mesmo alguns organismos internacionais, como a União Europeia, por exemplo, elegem a promoção do emprego como objectivo central das suas principais políticas.

Apesar disso, o desemprego atingia em 1988 valores de 12,9% entre as mulheres e 22,3% entre os jovens com menos de 25 anos na Europa dos doze. Em Portugal, os valores respectivos eram de 11,6% e 20,3%. No nosso país, a taxa de desemprego total, nesse ano, era de 7,0%. Em 1991 tinha descido para 4,8% mas, actualmente, com a emergência de nova crise, voltou a subir para 6,7% (no segundo trimestre de 1994). Assim, no nosso país, cerca de 267 795 pessoas estão desempregadas. Destas, 71 163 (perto de 27%) são jovens à procura do primeiro emprego. As mulheres desempregadas são 160 569, isto é, 60% do desemprego total.

Particularmente atingidas são, como se vê, categorias como as mulheres (apesar de terem taxas de actividade mais pequenas que os homens) e os jovens. Mas também tendem a ser mais vulneráveis ao desemprego os trabalhadores menos qualificados e, dentro destes, as pessoas pertencentes a minorias étnicas. Os trabalhadores menos qualificados são particularmente vulneráveis ao desemprego de longa duração.

Os níveis de desemprego em Portugal são relativamente menos elevados do que noutros países mais desenvolvidos na Europa. Isso é uma vantagem que tem, porém, duas facetas menos positivas. Uma é que a base tecnológica do tecido produtivo é pouco desenvolvida. Assim, muitas indústrias continuam a utilizar mais mão-de-obra do que as suas congéneres doutros países. Fazem-no, porém, à custa de baixos salários. A outra faceta é a da larguíssima extensão das situações de emprego precário, dos contratos a prazo e do emprego em actividades subterrâneas que o nosso país conhece e que vão escondendo ou camuflando o desemprego realmente existente.

Outra característica do desemprego em Portugal relaciona-se com a relativa ineficiência do sistema de protecção social. Não apenas os montantes dos subsídios não cobrem todas as necessidades básicas de grande parte dos desempregados, como tais subsídios não abrangem as situações de maior gravidade: aquelas em que o desemprego dura mais tempo, já que ao fim de dois anos os desempregados perdem direito aos apoios que recebiam anteriormente.

As crises de emprego surgem com alguma regularidade. A actual parece relacionada com factores tão diversos como a recomposição da concorrência a nível mundial – com a emergência da capacidade exportadora de certos países asiáticos – o declínio de indústrias tradicionais e a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Já a eficácia das medidas tendentes a resolver essas crises parece ser sempre insuficiente e provisória. Na verdade, o fim do desemprego implica uma profunda transformação do sistema económico e das formas de definir e organizar o trabalho.

Uma transformação importante na composição da força de trabalho que não foi o resultado de nenhuma política deliberada foi a sua crescente feminização.

Certamente as mulheres são ainda penalizadas nos mercados de trabalho de diversas formas. Em Portugal elas são mais atingidas pelo desemprego, estão em menor proporção na população activa e ganham em média 15% menos do que os homens para o desempenho dos mesmos trabalhos.

Apesar disso, não deixa de ser notável o crescimento verificado na componente feminina da população com actividade económica do nosso país.

QUADRO 5

Evolução das taxas de actividade em Portugal

Ano	*1960*	*1970*	*1981*	*1992*
Taxa de Actividade Global	37,5	39,4	42,5	48,4
Taxa de Actividade Masculina	63,8	62,1	57,1	56,3
Taxa de Actividade Feminina	13,0	19,0	29,0	41,3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (INE); Inquérito ao Emprego (INE)

O crescimento da participação feminina nos mercados de trabalho fez-se regularmente desde 1960, altura em que as mulheres activas não eram mais de 13% do total dos residentes de sexo feminino, até 1981, quando esse valor era já de 29%, prolongando-se a tendência até 1992, ano em que mais de 40% são activas.

A progressiva entrada de mulheres na vida activa relaciona-se com alterações profundas nos sistemas de valores e no modo de vida das famílias dos nossos dias. Esses são factores poderosos que encontram um aliado importante na progressiva terciarização das actividades económicas. É a expansão dos serviços que mais empregos proporciona às mulheres, por um lado nas posições menos qualificadas e, pelo lado contrário – particularmente na última década – nalgumas posições de topo das qualificações, como as profissões científicas e técnicas.

A menor qualificação global, porém, é um problema que sempre marcou a actividade das mulheres. Talvez por isso o trabalho doméstico que desempenham nunca tenha sido reconhecido no seu real valor, não apenas social, mas também económico. É um trabalho desqualificado ao ponto de nunca ter sido reconhecida a sua utilidade económica e a imensa complexidade que comporta. Na verdade, os serviços necessários ao funcionamento das sociedades e das economias seriam muito mais numerosos e muito mais dispendiosos se não fosse o esforço, muitas vezes dobrado do esforço do trabalho assalariado, realizado pelas mulheres nas suas casas, cuidando e garantindo a reprodução quotidiana das famílias.

2.2.5 *Novas tecnologias e divisão internacional do trabalho*

Boa parte do processo de terciarização da economia, a que se associa a entrada de crescente número de mulheres no mercado de trabalho, relaciona-se com a importância que a inovação tecnológica possui. Na verdade, ela exige esforços de investigação e aprendizagem muito avultados a montante, na concepção, e mais trabalho de controlo de informação, de leitura de dados, de comunicação, de *marketing*, entre muitas outras coisas, durante o processo produtivo e a jusante dele.

As chamadas novas tecnologias têm uma importância tão grande que há mesmo quem fale de uma nova revolução, capaz de substituir a velha Revolução Industrial. A principal alteração consiste na transformação das nossas sociedades em sociedades do saber, nas quais o conhecimento, ou melhor, a capacidade para aprender e descobrir, se tornou o bem mais precioso. Um indicador dessa importância consiste no valor que os países atribuem à actividade de "Investigação e Desenvolvimento" (I&D)[1]. Quanto mais ricos são os países, quanto mais desenvolvidas são as suas economias, mais gastam com o conhecimento e a pesquisa científica, da qual decorrem, embora não directamente, as inovações tecnológicas.

[1] Acerca das debilidades dessa actividade em Portugal ver José Mariano Gago, *Manifesto Para a Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1990.

Por exemplo, os Estados Unidos da América gastam quase quinhentas vezes mais do Orçamento Geral do Estado do que Portugal em despesas com a pesquisa e a ciência. O Japão investe cento e sessenta e cinco vezes mais, a Alemanha cem vezes e a própria Espanha seis vezes mais que nós. Trata-se, em todos os casos, de países maiores que Portugal, pelo que as diferenças devem ser relativizadas. Assim, enquanto o Estado em Portugal – um país de desenvolvimento intermédio como vimos no capítulo anterior – gasta cerca de 0,5% do Orçamento em despesas de I&D, países como os EUA, o Japão ou a Alemanha gastam entre 1,5% e 4% de orçamentos que são muito maiores.

A I&D não é apenas financiada pelo Estado. As empresas, para se manterem na vanguarda dos mercados, fazem também um esforço importante de pesquisa. Naturalmente o esforço maior é feito pelas grandes companhias, que têm as suas sedes nos países desenvolvidos. Assim, também quanto às despesas das empresas em I&D, Portugal aparece muito distante dos países mais desenvolvidos: as empresas em Portugal gastam mil vezes menos que as norte-americanas, trezentas e vinte vezes menos que as japonesas, duzentas e vinte e uma vezes menos que as alemãs e nove vezes menos do que as espanholas.

Estes investimentos reproduzem permanentemente os factores de desenvolvimento dos países e a competitividade das empresas. Onde mais se investiga melhores são os níveis de controlo do conhecimento, da informação e das tecnologias. Por outro lado, maiores e melhores são as infraestruturas de investigação e divulgação do conhecimento e melhor a formação do pessoal altamente qualificado das profissões científicas e tecnológicas. Por estarem concentrados nesses países os principais recursos humanos e as melhores infraestruturas, o investimento em I&D é aí

também mais concentrado. Logo, são os países desenvolvidos que maiores proveitos, no plano do conhecimento, da informação e da inovação tecnológica, tiram dos avanços da ciência e da tecnologia.

São desses países, pois, que chegam sempre as novidades, quer elas sejam comunicações por satélites, experiências no espaço ou no fundo dos oceanos, novos condutores eléctricos, novos materiais e novas energias, motores mais potentes, carros mais velozes e mais seguros, aparelhagens sonoras mais sofisticadas e fiéis, operações cirúrgicas mais delicadas, entre uma infinidade de produtos que designamos sob a expressão geral de "novas tecnologias".

Essas novas tecnologias tiveram alguns impactes ambientais, na medida em que permitem manter ou até melhorar níveis de conforto sem agredir os sistemas ecológicos. Tiveram também importantes impactes na organização do nosso quotidiano e nos objectos que utilizamos. Modificaram a informação que comunicamos ou recebemos, a qual nos ajuda a reflectir sobre aquilo que fazemos. Sendo elas próprias produto de novas formas de organizar o trabalho e a sociedade – dado o papel atribuído ao saber – tiveram por sua vez efeitos importantes na maneira de produzir e na organização de múltiplos aspectos da vida colectiva.

A micro-informática teve, neste aspecto, um papel decisivo. Ao colocar ao alcance de qualquer cidadão possibilidades até hoje sempre renovadas de armazenar, organizar, tratar, comunicar e utilizar informação de toda a espécie, a micro-informática modificou muitos aspectos da vida social. Um exemplo dessa modificação tem a ver com o trabalho da administração estatal e com a forma como os serviços são prestados aos cidadãos. No entanto, neste plano, as utilizações são ambivalentes. Se as novas tecnologias ajudam a resolver problemas, como a criminalidade ou a burocracia dos serviços, comportam perigos relacionados com a existência de grandes bancos de dados através dos quais se pode controlar a vida das pessoas. Por essa razão, é hoje muito discutido o problema do controlo sobre a informação armazenada nas bases de dados de toda a espécie de serviços públicos.

Outra transformação, entre uma enorme multiplicidade delas, que a microinformática pode vir a trazer, embora neste caso pouco se tenha ido para além de experiências exploratórias, é no plano da relação entre a casa e o trabalho. A Revolução Industrial tinha introduzido a separação espacial entre a residência e o local de trabalho. Com a utilização de computadores e de sistemas de comunicação hoje ao alcance das pessoas nas sociedades desenvolvidas, os trabalhadores – pelo menos os que executam certos tipos de trabalho – podem voltar a trabalhar em casa, onde recebem instruções, desempenham as tarefas e devolvem a informação, controlando o seu próprio ritmo e horário de trabalho.

Mas as novas tecnologias relacionam-se ainda de outras formas com a organização do trabalho. Outro exemplo disso, talvez o mais expressivo, é a criação de sistemas de trabalho robotizados. Esse processo é tão importante que já se começa a falar, hoje em dia, da "população robótica" de um país. Neste campo,

certas ficções do passado também começam a ser realidades do presente. A microinformática teve um efeito extraordinário na evolução dos robots, fornecendo-lhes capacidades para se adaptarem a situações que se alteram e precisam de reajustamentos nos procedimentos. Os robots são, de facto, cada vez mais flexíveis e adaptáveis. A fábrica-robot, ou robotizada, é a fábrica do futuro. Mas começa a ser já do presente. O trabalho humano é cada vez mais complexo e nessas fábricas passará a ser menos de execução e mais de manutenção, vigilância, programação e *marketing*.

A introdução de robots no processo produtivo acelerou-se a ritmos impressionantes a partir dos anos 70, quando a microinformática passou a ser utilizada em força. O primeiro robot controlado por um microcomputador foi construído em 1974. Hoje os robots são tão completos que os mais sofisticados conseguem "ver" o trabalho que fazem e "sentir" o material com que estão a trabalhar. Têm, além disso, a vantagem de se cansarem menos que as pessoas, se para isso forem programados, e de poderem ser sujeitos a trabalhos forçados e a ritmos que para nós seriam brutais ou impossíveis. Por isso, depois de 1974, o crescimento do número de robots por ano é de 31% no Japão, 23% nos EUA, 51% na Alemanha e 54% em França. Em Portugal as percentagens de crescimento serão certamente muito elevadas, mas os números absolutos ainda não são comparáveis às centenas de milhares dos países mais avançados.

Esses países são, também, aqueles onde primeiro se passou do robot da fábrica para o robot do escritório. Em Portugal também já se ouve falar, de vez em quando, dos escritórios electrónicos. Mas o que cá existe só em casos muito raros se aproxima das inovações que a "burótica" (informatização e robotização do trabalho administrativo) introduziu já nos países mais desenvolvidos.

Todas as inovações com que a tecnologia cada vez nos surpreende menos (por já estarmos preparados para ouvir verdades sobre as coisas mais incríveis), provocam, como dissemos, grandes mudanças no nosso dia a dia e importantes alterações nos sistemas valorativos. Para ver todo o alcance destas mudanças, basta pensar no significado de se saber que é hoje possível viver mesmo depois de se ter perdido o coração com que se nasceu!

Mas, o que mais nos interessa aqui são as consequências que poderá ter sobre o futuro do trabalho humano. Uma das consequências, a que já nos referimos, é a progressiva feminização do mercado de trabalho. As novas tecnologias tendem a produzir mais empregos terciários e menos no sector primário e secundário. São, como vimos, empregos onde as mulheres tendem a enquadrar-se.

Uma outra consequência é o aumento do desemprego. As novas tecnologias tendem a fazer diminuir a necessidade de mão-de-obra. Este facto tem efeitos diferentes em diferentes sectores do mercado de trabalho, cujo sistema de qualificações está em rápida recomposição.

Na verdade, a expansão das novas tecnologias tende a criar um mercado de trabalho "dual". De um lado, os lugares menos qualificados tenderão a desaparecer. Por isso, os trabalhadores menos qualificados são mais fortemente atingi-

dos por fenómenos como o desemprego ou a precarização da relação salarial, quer esta assuma a forma de contratos a prazo certo, quer de trabalho sem contrato ou outras formas, que frequentemente se alternam com o desemprego.

Também cresce a flexibilização das relações contratuais, devido à grande mobilidade de trabalhadores muito qualificados e bem pagos. Mas estes estabelecem relações contratuais de trabalho mais precárias, normalmente, como estratégia escolhida para a inserção no mercado de trabalho, dado pensarem adquirir daí algumas vantagens. Em contrapartida, também entre os trabalhadores mais qualificados encontramos a maior frequência de pessoas com trabalho estável em sectores que asseguram carreira profissional e futuro.

Muitas das profissões actualmente qualificadas, por outro lado, assentam em saberes que correm o risco de se tornarem obsoletos. Por isso, o desemprego, a desqualificação e a precarização tendem a atingir também fortemente os trabalhadores dessas profissões. Diversos factores, de ordem institucional e pessoal, tornam difícil a requalificação desses trabalhadores, como mostra o facto de, por exemplo, no primeiro trimestre de 1992, dos seis mil e seiscentos formandos que receberam formação nos Centros de Gestão Directa e nos Centros de Gestão Participada do Instituto de Emprego e Formação Profissional, apenas 1,7% entrarem na categoria da "reciclagem".

A dualização dos mercados de trabalho, para a parte da população que com ela vê reforçadas as componentes do seu desfavorecimento, bem como para certas categorias de trabalhadores que vêm desqualificados os seus saberes, gera problemas graves. Os mais graves serão a reprodução de situações de pobreza tradicional e a produção de "nova pobreza". Num plano mais vago, embora real, essas situações chocam com o direito ao trabalho, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra.

Quer dizer, parece existir alguma contradição entre os direitos das pessoas e as tendências pesadas geradas pela modernização das economias. Algumas ideias têm sido desenvolvidas e testadas no sentido de resolver esta contradição.

Um conjunto de ideias traduz-se no lançamento de grandes programas que organizam esforços sistemáticos de formação geral e profissional, incluindo alguns dirigidos aos grupos tradicionalmente mais desfavorecidos. Este é o campo em que as experiências têm ido mais longe.

Outro conjunto de ideias parte de uma redefinição do trabalho, de forma a que possa englobar não apenas as actividades remuneradas da forma tradicional, mas também outras actividades úteis, por exemplo de carácter cívico, cultural, social ou ambiental.

Um terceiro conjunto de ideias respeita a novas formas de organizar a produção, reduzindo a duração dos horários de trabalho, promovendo a partilha dos lugares disponíveis, criando sistemas de férias mais dilatadas destinadas a trabalhadores que as aproveitem para frequentar programas de qualificação ou reciclagem ou, ainda, aumentando as situações de trabalho em *"part-time"*.

Estas modalidades de organização do trabalho são compatíveis com a manutenção dos níveis de vida alcançados pelos trabalhadores, dada a alta produtividade que as novas tecnologias permitem.

Num outro plano, tende a desenvolver-se, nas sociedades modernas, uma certa desvalorização simbólica do trabalho, particularmente nas suas formas menos compensatórias, quer material quer subjectivamente. Na verdade, desenvolvem-se sensibilidades que valorizam mais o "não-trabalho", o lazer, os tempos livres, entendidos como momentos de liberdade e realização pessoal, contrapostos assim aos tempos de trabalho, que constrangem e são penosos. Nalguns casos, a profissão perde mesmo importância em termos do fornecimento de elementos de identificação das pessoas, que os passam a procurar noutras esferas, mais gratificantes.

No plano cultural deve acrescentar-se a tendência para o crescimento de sistemas valorativos que incluem a recusa de uma visão produtivista da sociedade e da economia. Parece poder dizer-se que nos aproximamos, de alguma forma, de uma espécie de sociedade dual, com uma esfera onde a produção de bens e serviços e a administração política se orientarão por critérios de eficácia e eficiência, e outra esfera onde a ocupação das pessoas se distribuirá por um conjunto variado de actividades, cujos critérios de apreciação serão basicamente os da satisfação pessoal que oferecem.

2.2.6 *Empresas e cultura de empresa*

A importância das grandes companhias transnacionais, bem como o reforço dos factores de competitividade nas economias modernas, conduziram à emergência de um actor social novo e de peso extraordinário na estruturação das sociedades: as empresas.

Pela sua durabilidade enquanto lugar de produção, pela sua capacidade de estabelecer as regras e gerar os recursos necessários à sua reprodução alargada, pela continuada capacidade de enquadrar práticas sociais e de produzir factos sociais (como, por exemplo, as culturas profissionais que se desenvolvem no interior delas e de que já falámos neste capítulo), as empresas constituem, no seu conjunto, uma das instituições mais importantes das sociedades modernas.

Quer dizer, dada a sua capacidade para agir, no sentido sociológico do termo, quer no plano económico, quer no plano da organização das sociedades (dados, por exemplo, os efeitos que produz ao nível da divisão do trabalho, das classificações sociais e da influência nas políticas estatais), as empresas são actores colectivos no mundo moderno. A expressão "cultura de empresa" significa essa capacidade e essa identidade social.

O termo cultura de empresa, enquanto sistema de práticas e representações na empresa, sobre a empresa e dela sobre si mesma, relaciona-se, na verdade, com o seu potencial humano e, por essa via, com o seu sucesso, medido em grande

parte pela capacidade para enfrentar a mudança e níveis acrescidos de competitividade[1]. Esse sistema de representações e de práticas é o produto da interacção entre os membros da organização que constitui a empresa e desta com o meio que a envolve.

Para além de dar conta das especificidades e identidades de cada empresa, o conceito de cultura de empresa permite conceber a ideia de desenvolvimento do potencial humano para o cumprimento dos objectivos partilhados pelo colectivo das pessoas que integram determinado projecto empresarial. Na realidade, uma vez criada, a cultura prescreve aos seus membros maneiras de pensar, de agir e de crer que lhe são próprias. A cultura de uma empresa pode constituir, de facto, um projecto, e este pode ter capacidade de mobilização de vontades e interesses de um conjunto mais ou menos alargado e diversificado de agentes. Por outro lado, enquanto instituição, a empresa é capaz de produzir mecanismos de regulação social, sociabilidades colectivas e efeitos de difusão da sua maneira de ser e fazer junto do contexto em que se insere. Por isso, a empresa pode induzir processos sociais de inovação.

Apesar de, como vimos atrás, as actividades extra-profissionais tenderem a servir cada vez mais de suporte de identificação social de um crescente número de pessoas, não deixa de se verificar que, por um lado, essas mesmas pessoas quase sempre sobrepõem identidades parcelares, ou melhor, parcelas distintas da sua identidade, algumas das quais são construídas no interior das empresas. Por outro lado, frequentemente, a empresa ou a profissão constituem ainda a principal referência identitária.

Na verdade, é comum a melhor referência que as pessoas encontram para se definirem a si próprias e ao seu lugar social passar pela evocação da pertença a uma determinada empresa. Além disso, como vimos, a empresa é o local onde se desenvolvem, em simultâneo, culturas profissionais que são outras fontes de identidade.

Pela sua importância na estruturação da actividade empresarial moderna não podemos deixar de destacar aqui, de entre os múltiplos papéis profissionais e sociais que uma empresa costuma integrar, o dos administradores. Nas grandes empresas, pela sua complexidade técnica e organizacional, a propriedade legal está separada da propriedade efectiva, isto é, do controlo e administração.

Hoje em dia, só raramente são os próprios patrões a gerir as suas empresas. Esse trabalho é entregue a administradores profissionais que exercem, assim, o poder de facto. Quer dizer, são eles que tomam as decisões. Essa margem alargada de poder não advém apenas da complexidade das tarefas a desempenhar e das qualificações exigidas. Passa, também, pela extraordinária complexificação dos mecanismos legais do exercício dos direitos de posse.

Na verdade, as assembleias de accionistas, que reunem os proprietários, são orgãos não operacionais, que apenas decidem com base nos dados fornecidos pelos administradores. Quanto muito, chegam a ser capazes de substituir os administradores concretos, mas não a alterar o sistema. A complexidade revela-se, além disso, nas relações entre as empresas.

[1] Para o aprofundamento do conceito ver DUARTE PIMENTEL, "Sobre a Cultura de Empresa – Contributos Para a Clarificação de um Conceito", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, pp. 133-146.

O capitalismo familiar, em que famílias ou grupos de famílias controlavam uma empresa ou um grupo de empresas, já só funciona quase nas organizações de pequeno e médio porte. Projectos empresariais de maiores dimensões implicam hoje o chamado "capitalismo gestionário", no qual as decisões são pautadas menos pelos interesses dos proprietários legais, e mais pela lógica do desenvolvimento da própria empresa, a qual pode não ser coincidente com os primeiros. Mas mesmo esta forma de gestão do capital tende a ser subalternizada pelo sistema do "capitalismo institucional", que faz combinar empresas de ramos diversos (da indústria, dos serviços, das comunicações, das finanças) em redes consolidadas de negócios, sustentadas por "holdings" e participações das várias empresas umas nas outras e com uma lógica integrada de negócios, os quais incluem o *"lobbying"* extra-empresa.

Estas redes de empresas tendem a procurar assegurar monopólios (controlo do mercado de certo produto ou tipo de produto por uma corporação) e oligopólios (controlo de zonas do mercado por grupos de empresas). Os maiores monopólios e oligopólios são constituídos pelas gigantescas corporações transnacionais de que já falámos no capítulo anterior. Mas vale a pena voltar a referi-las para assinalar uma outra forma de encarar a divisão do trabalho: a divisão mundial do trabalho, que tais corporações transnacionais influenciam fortemente.

A divisão internacional do trabalho, como vimos, penaliza os países menos desenvolvidos do terceiro mundo, condenados a permanecer como fornecedores de matérias primas, ou como reservas de mão-de-obra ou, ainda, como reservas para detritos, experiências ou futuras expansões empresariais. Mesmo tendo em conta os chamados "novos países industrializados", que em larga medida constituem a reserva de mão-de-obra onde as grandes empresas localizam os seus departamentos mais consumidores de trabalho humano, a esmagadora maioria da produção das indústrias transformadoras realiza-se nos países desenvolvidos. Assim, a Europa dos doze detém cerca de 25% desses produtos, os EUA 32%, o Japão 16% e todos os restantes países do mundo, incluindo China, Taiwan, Coreia do Sul, Hong-Kong, Brasil, México, Indochina e Europa de Leste, não ultrapassam vinte e sete por cento.

A posição de comando é reforçada pelos investimentos. Por exemplo, mais de 53% do investimento estrangeiro dos EUA é feito na Europa Ocidental e outros 20% no Canadá. Tirando o Japão, o resto do mundo fica com menos de vinte por cento. O Japão, por seu lado, investe 36% nos EUA, 15,1% na Europa e apenas 19,1% na Ásia, continente em que se localiza.

Estes factores de reforço das posições dos países mais desenvolvidos liga-se aos efeitos da intervenção das principais corporações, que estando implantadas em todo o mundo, obtendo vantagens num e noutro local, não retiram as suas sedes dos países de origem. Por exemplo, na indústria electrónica, as 10 maiores empresas mundiais situam-se nos EUA, no Japão, na Holanda e na Alemanha; na indústria dos automóveis, as 10 maiores empresas estão nos EUA, no Japão, na Alemanha, em França e em Itália; o mesmo se passa quanto à indústria farmacêutica, com a sede das 10 maiores empresas mundiais a situar-

-se nos EUA, na Alemanha, na Suíça, no Reino Unido e no Japão. Os exemplos poderiam prolongar-se.

Países como Portugal contentam-se com (e muitas vezes agradecem) a implantação no seu território de fábricas pertencentes a corporações transnacionais. Embora os efeitos desses investimentos e as vantagens para o país sejam motivo de alguma controvérsia, os defensores do investimento estrangeiro advogam que a localização de tais empresas no território nacional pode animar o tecido empresarial português, composto maioritariamente por pequenas e muito pequenas empresas.

Em 1992 existiam em Portugal 2 830 000 trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente e outros 391 000 sem contrato permanente. O número de patrões era de 269 000. Isto quer dizer que a dimensão média das empresas portuguesas pouco ultrapassa os 10 trabalhadores. Mas, se levarmos em linha de conta que no mesmo ano existiam cerca de 768 000 trabalhadores por conta própria sem assalariados, a dimensão média das empresas baixa para 2,7 apenas.

QUADRO 6

Dimensão das empresas da indústria transformadora por ramo de actividade e respectivo peso na estrutura do emprego

Ramo de actividade	*N.° médio de pessoas ao serviço*	*Peso no emprego do sector*
Energia	52,5	2,8
Minerais e Produtos Metálicos de Base	46,8	2,2
Produtos Minerais não Metálicos	22,8	8,4
Produtos Químicos	35,8	3,2
Pro. Metáli., Máq. não Electri. Máq. e ou. Mat. Elec.	22,3	15,5
Material de Transporte	77,0	3,7
Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco	23,4	9,5
Produtos Têxteis, Curtumes e Calçado	39,6	37,4
Produtos de Madeira e Cortiça	11,7	8,2
Papel, Artes Gráficas e Publicações	22,6	5,0
Produtos de Borracha e Matérias Plásticas	22,1	4,0
Total	26,6	100

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Na indústria transformadora a dimensão média das empresas é superior, como se vê, ao conjunto dos sectores de actividade. Mas é, ainda assim, muito

pequena, não ultrapassando os 26,6 trabalhadores por estabelecimento. Essa média beneficia, aliás, de uma dimensão superior no ramo que, de longe, tradicionalmente mais gente emprega no nosso país, o dos têxteis, curtumes e calçado, que, em 1992, detinha 37,4% do total do emprego da indústria transformadora. Todos os outros ramos em que a dimensão das empresas é superior à média, como o da energia, o dos minerais e produtos metálicos de base, o dos produtos químicos e o dos materiais de transporte – quer dizer, algumas das principais indústrias de base – representam proporções muito pequenas do emprego. Este fenómeno também traduz um pouco o padrão da indústria portuguesa e a sua debilidade, vulnerabilidade e dependência dos mercados externos.

No sector dos serviços verificam-se grandes oscilações. Por um lado, é grande o peso dos empresários individuais, em ramos típicos dos serviços em economias não muito desenvolvidas. Tais são os casos dos serviços pessoais e domésticos, do comércio ambulante e outros. Por outro lado, o sector comporta algumas das maiores empresas portuguesas, como são as ligadas às operações financeiras, seguros e outros serviços às empresas.

O comércio (com os seus 129 424 estabelecimentos a retalho e 23 006 por grosso, em 1992), apresenta um padrão ligeiramente mais baixo do que o sector da indústria, mas situado entre os dois extremos das outras actividades terciárias. A maioria das empresas (52,8%) só têm uma pessoa ao serviço, mas 38,2% delas tem entre duas e quatro pessoas. Empresas comerciais de dimensões maiores são raras, com apenas 7,9% a terem entre cinco e dezanove pessoas ao serviço, 1% entre vinte e noventa e nove pessoas e apenas 0,05% mais de cem pessoas.

Na economia portuguesa, pois, as empresas de dimensão média ou elevada, a que normalmente faz sentido aplicar o conceito de "cultura de empresa" nas suas diversas implicações, não abrangem senão uma pequena franja do sector mais capitalizado e modernizado da economia. Isso não significa, porém, que às empresas portuguesas, mesmo às muito pequenas e de carácter familiar, não seja legítimo pedir um papel activo de promoção do desenvolvimento, o qual desde logo passará, certamente, pela sua própria modernização e preparação para condições de competição cada vez mais exigentes[1].

[1] Ver José Félix Ribeiro, Eduardo Ferro Rodrigues, Carlos Figueiredo, Francisco Cordovil e Lino Gomes Fernandes, "Especialização Internacional, Regulação Económica e Regulação Social – Portugal 1973-83", *Análise Social*, 87-88-89.

2.3 Migrações, Urbanização, Terciarização

Os processos de globalização, as dinâmicas de desenvolvimento económico, social e de inovação tecnológica e a complexificação da divisão de trabalho nas sociedades modernas, de que falámos nos dois capítulos anteriores, têm sido acompanhados, a par e passo, por amplos movimentos de população, pelo crescimento e densificação das áreas urbanas e pelo aumento contínuo do peso do sector terciário na economia.

Falar de migrações, de urbanização e de terciarização é, portanto, falar de processos estruturais, de mudanças de grande amplitude e profundidade, que se

têm vindo a fazer sentir à escala de todo o planeta, embora com expressão variável nas diferentes áreas do mundo e de país para país. Qualquer desses processos, nomeadamente as migrações e a urbanização, tem implicações profundas ao nível da espacialização das relações sociais, alterando radicalmente o modo como os indivíduos e as sociedades se inscrevem no espaço geográfico, que é ele próprio alterado na sua configuração.

Nenhum desses processos societais é, em rigor, exclusivo da época moderna. As migrações são indissociáveis da própria história da humanidade, cidades de dimensão considerável encontramo-las já na Antiguidade Clássica e na Idade Média e mesmo a formação embrionária de um sector económico autónomo, caracterizado basicamente por actividades administrativas e de serviços, pode ser detectada nas sociedades pré-industriais. No entanto, a escala e os impactes económico, social, cultural e político desses fenómenos na era moderna, sobretudo depois da Revolução Industrial, não tem paralelo em nenhuma outra época. Devido a esses e outros processos societais pode dizer-se que os últimos duzentos anos marcam uma descontinuidade acentuada com toda a história anterior.

2.3.1 *Migrações, emigração, imigração*

Designa-se por migração qualquer movimento colectivo de população, de carácter temporário ou permanente, entre dois espaços geográficos. Esse movimento pode ocorrer dentro de um mesmo país, por exemplo de uma área rural para uma zona urbana, ou entre países diferentes.

As causas dos fluxos migratórios são variadas. Acontecimentos de excepção como certas catástrofes naturais podem obrigar à deslocação súbita de populações de uma área de residência permanente para outra, por períodos mais ou menos longos. As guerras, sejam guerras civis, entre países ou entre conjuntos de países, estiveram sempre associadas, e continuam a estar, a amplos movimentos de populações, que procuram refúgio em zonas mais seguras. Por outro lado, o abandono dos seus países por contingentes mais ou menos numerosos de pessoas, vítimas de discriminação e de perseguição política, religiosa ou racial, mesmo fora de um contexto de guerra, é algo que continua a ser relativamente frequente, em algumas partes do mundo. Mais do que em quaisquer outros, é nos casos dos refugiados de guerra e dos refugiados políticos que o carácter forçado que todas as migrações sempre têm se faz sentir de forma mais extrema.

Mas as causas mais comuns dos fenómenos migratórios são de natureza económica. A procura de condições de vida mais favoráveis, em particular a procura de trabalho, tem levado milhões de indivíduos a deslocarem-se de zonas pobres para zonas ricas, muitas vezes fazendo longos percursos que os conduzem, literalmente, ao outro lado do mundo.

Genericamente, as migrações resultam da combinação complexa de factores de atracção, factores de repulsão e das decisões individualmente tomadas pelos migrantes.

Factores de atracção são as condições estruturais e conjunturais que, nas áreas de destino, favorecem a entrada de imigrantes. Por exemplo, nos períodos de crescimento económico e de expansão das actividades produtivas geram-se necessidades de mão-de-obra, nomeadamente na indústria e na construção civil, que frequentemente só podem ser satisfeitas com recurso ao exterior.

Factores de repulsão, por seu lado, são todos os que contribuem para que uma parte da população de uma determinada área ou país procure alternativas de vida noutros espaços geográficos. Nos países do chamado terceiro mundo, a emigração é uma das principais consequências da explosão demográfica, do subdesenvolvimento económico ou das situações de guerra e de crise política.

Neste quadro de variáveis estruturais, entram também em jogo as diferenças de capacidades, aspirações e motivações individuais, que fazem que só uma parte dos muitos potenciais candidatos à emigração emigrem de facto. É sabido que os que se encontram em situações de exclusão social extrema ficam, por isso mesmo, aquém da próprio equacionamento de um projecto de emigração.

Para além das mudanças na vida pessoal dos próprios migrantes, as migrações têm consequências importantes, a vários níveis, nas duas sociedades entre as quais ocorrem. Sendo os migrantes, de forma geral, jovens em idade activa, a sua saída em grande número provoca alterações demográficas que contribuem para o envelhecimento da pirâmide de idades da sociedade de partida e para o rejuvenescimento da sociedade de destino. Outro dos principais efeitos das migrações nas sociedades de partida é o que se prende com as remessas monetárias que os emigrantes enviam para as suas famílias. Em alguns países essas remessas chegam a atingir peso considerável na economia. Por outro lado, sendo as grandes cidades, sobretudo as de concentração industrial, o alvo privilegiado dos fluxos migratórios estes acabam por contribuir directamente para o reforço da urbanização dos países de chegada.

Mas o maior problema que se coloca nas sociedades de acolhimento é a integração dos imigrantes. Embora desempenhem um papel economicamente activo, pois esse é o próprio fundamento da imigração, eles têm, geralmente, dificuldades de integração no plano social e cultural.

Tais dificuldades podem ser explicadas por vários factores. Por um lado, os que mais directamente se relacionam com a sua inserção no mercado de trabalho. Os imigrantes tendem a ocupar os postos menos qualificados e mais precários no plano contratual, o que os torna também mais vulneráveis ao desemprego. Este perfil profissional desprivilegiado tende a ser acompanhado de carências ao nível da habitação, do nível de vida e da participação social, situações estas que se agravam no caso dos imigrantes clandestinos. A fragilidade da sua inserção na sociedade e a sua condição de estrangeiros torna-os, além disso, alvos preferenciais de manifestações de hostilidade xenófoba por parte de alguns sectores das sociedades de acolhimento, sobretudo em situações de crise económica e social.

Por outro lado, as comunidades imigrantes têm modos de vida e identidades culturais que são, frequentemente, contrastantes com os da sociedade de acolhi-

mento. O desconhecimento da língua falada nessa sociedade, embora seja habitualmente superado com o passar dos anos, é, desde logo, uma primeira barreira à integração. Outro ponto onde essa barreira se faz sentir é a escolarização dos seus filhos, apanhados entre duas culturas distintas e, frequentemente, entre duas línguas diferentes. Quando a própria escola tem dificuldade em responder a esse quadro de diversidade cultural, o resultado são taxas elevadas de insucesso e de abandono escolar entre as comunidades imigrantes.

No plano cultural, o problema com que se defronta qualquer imigrante é, em suma, um problema de identidade. É a tensão permanente entre a conservação de especificidades da sua cultura de origem, sejam elas de natureza linguística, religiosa, ou de qualquer outro tipo, e o inevitável processo de aculturação que a plena integração na sociedade de acolhimento, e as vantagens que daí pode retirar, exigem.

A situação dos imigrantes depende, igualmente, da forma como a sociedade receptora reage à sua presença. A adopção de políticas de imigração activas, que regulem os fluxos migratórios e o estatuto do imigrante, que garantam mecanismos para a sua inserção social e a tolerância à diversidade cultural são factores decisivos para uma integração bem sucedida. Quando estas condições não se verificam a imigração pode ser fonte de conflitualidade social.

Embora esteja pressuposto, o regresso dos imigrantes à sociedade de origem é indeterminado. Muitas vezes o tempo de imigração prolonga-se para além das suas próprias previsões e expectativas iniciais. O reagrupamento das famílias depois de primeiras imigrações individuais é dos factores que mais contribui para prolongar a estadia. Por outro lado, os próprios circunstancialismos do percurso migratório podem adiar, mais de uma vez e contra a vontade dos próprios, o projecto de regresso. Quando o tempo de permanência é suficientemente longo para se formar uma geração de descendentes, nascida e/ou criada no país de acolhimento, pode mesmo deixar de existir tal projecto, se não na geração dos pais, pelo menos na dos filhos, que não se consideram eles próprios imigrantes e que, em termos culturais, podem estar muito mais próximos do país onde vivem do que daquele onde nasceram ou seus ascendentes.

A formação histórica da nação norte-americana é um dos exemplos mais marcantes dos efeitos que podem ter as migrações em larga escala. Vagas sucessivas de imigrantes europeus, hispânicos e asiáticos, os primeiros predominantes nos finais do século XIX e princípios do século XX e os outros em décadas mais recentes, acompanharam e contribuíram para o grande desenvolvimento económico dos E.U.A., dando forma a uma sociedade de acentuada diversidade cultural, onde as várias comunidades imigrantes só parcialmente foram assimiladas e na qual os conflitos relacionados com questões de etnicidade têm expressão significativa. Ainda que em ritmos mais reduzidos, e regulados por políticas de imigração, os E.U.A. continuam, hoje em dia, a ser um dos países que mais imigrantes recebe.

Também os países europeus mais desenvolvidos viram as suas populações aumentar devido à imigração, sobretudo após a 2.ª Guerra Mundial. O forte

crescimento económico que esses países conheceram até meados dos anos 70 atraiu contingentes numerosos de imigrantes, que foram ocupar os novos postos de trabalho criados por uma economia em expansão. Em alguns desses países, como é o caso da França, havia, além disso, um vazio demográfico, anterior à guerra e que esta agravou, que só o recurso à população estrangeira permitiu compensar.

As zonas de origem destes imigrantes foram, desde logo, as regiões ou os países europeus mais pobres. Italianos do sul, portugueses e espanhóis em França, Turcos na Alemanha, Irlandeses em Inglaterra são exemplos de comunidades imigrantes de grande dimensão formadas nesse período. Paralelamente, os muitos territórios coloniais, africanos e asiáticos, que se tornaram independentes, entre o fim da 2.ª Guerra Mundial e meados dos anos 60, foram também eles pontos de partida de fluxos migratórios, mais ou menos intensos, com destino às ex-metrópoles coloniais – nomeadamente a Inglaterra, a França e a Holanda.

Como resultado destas migrações variadas, os países da Europa Ocidental, em particular os mais ricos, têm hoje em dia percentagens significativas de população estrangeira. A percentagem de estrangeiros é de 16,3% na Suíça, 8,2% na Alemanha, 6,4% em França e 3,3% no Reino Unido[1].

[1] Ver PHILIPPE BERNARD, *L'Immigration*, Paris, Edições Le Monde, 1993, pp. 157-158. Para uma visão global sobre os processos migratórios ver JOHN A. JACKSON, *Migrações*, Oeiras, Celta Editora, 1991 (edição original, 1986).

Embora tenham abrandado nos anos mais recentes, estes fluxos nunca pararam. E não se trata apenas de migrações entre ex-colónias e ex-metrópoles, mas, de forma mais geral, entre os países do terceiro mundo e os países industrializados. Enquanto as profundas assimetrias entre o Norte mais desenvolvido e rico e o Sul sub-desenvolvido e pobre se mantiverem aos níveis actuais, a pressão migratória no sentido Sul-Norte não deixará de se fazer sentir. É neste quadro que surgem instrumentos políticos concertados a nível da Comunidade Europeia como o recente Acordo de Schengen, que facilita a circulação de pessoas entre países pertencentes à Comunidade mas procura travar a imigração a partir de países terceiros.

Ainda na Europa, as antigas repúblicas socialistas do Leste, vêm sendo, nos últimos anos, palco de movimentos migratórios de grande amplitude e em vários sentidos. A Polónia ou a Hungria, por exemplo, não só recebem elas próprias imigrantes provenientes da antiga União Soviética, como servem de ponto de passagem de outros, que procuram fixar-se na Alemanha ou na Suécia. Estes países começam, além disso, a receber também imigrantes africanos e asiáticos[2].

[2] Ver PHILIPPE BERNARD, *op. cit.*, pp.156-159.

Portugal, pelo seu lado, é um país de longa tradição migratória. Se considerarmos apenas os últimos cem anos, podemos registar importantes movimentos de população, incluindo emigração massiva e com destinos diversos, migrações internas de grande amplitude, retorno das ex-colónias e regresso de emigrantes. Nos últimos anos, a imigração atingiu também expressão significativa.

Nos finais do século XIX e até aos anos 50 deste século o Brasil foi o grande destino da emigração portuguesa, emigração que depois dessa data se orientou

preferencialmente para países europeus, como a França e a Alemanha. Embora o fluxo para o Brasil tenha sido muito considerável, pelo volume de população que movimentou e pela sua durabilidade, a emigração europeia atingiu valores absolutos e relativos nunca antes registados.

Entre meados dos anos 50 e 1974 saíram legalmente de Portugal mais de um milhão de pessoas, com o máximo de saídas a verificar-se a meio da década de 60. Só para França houve, nesse mesmo período, 420 000 saídas legais e mais de 500 000 saídas clandestinas, de tal forma que no censo da população feito em 1975 naquele país os portugueses eram a primeira comunidade estrangeira, com 760 000 pessoas recenseadas [1].

Nos anos posteriores a 1974, a emigração continuou, agora em números mais baixos, mas mesmo assim significativos. Os últimos números disponíveis mostram que, entre 1980 e o princípio dos anos 90, emigraram cerca de 260 000 portugueses. Os destinos não-europeus aparecem novamente em destaque: E.U.A. e Venezuela, onde já havia muitos imigrantes portugueses de fases anteriores, Canadá e Austrália; mas os destinos europeus já conhecidos, como a Alemanha ou a Suíça, continuam a ser procurados. Estas novas saídas coincidem, entretanto, com muitos regressos, sobretudo daqueles que saíram nos anos 60 para países da Europa.

Tal como os fluxos externos, também os movimentos de população no interior do território nacional atingiram grande amplitude. Genericamente, as migrações internas deram-se no sentido interior-litoral. Sobretudo na década de 60, mas com prolongamentos para os anos 70, muitas dezenas de milhar de pessoas abandonaram os campos e a ligação à agricultura para procurarem novas oportunidades de vida nas cidades do litoral. Gerou-se, assim, um duplo êxodo rural e agrícola que, associado aos efeitos da emigração, contribuiu fortemente para a desertificação de muitas zonas de Trás-os-Montes, e das Beiras e do Alentejo.

Para se ter uma ideia dos efeitos que a emigração e as migrações tiveram em certas áreas do nosso país, basta dizer que, entre 1960 e 1991, a população do Norte e Centro Interior caiu de 1,6 milhões para 1,2 milhões, a do Alentejo de cerca de 700 000 para menos de meio milhão, tendo os Açores e a Madeira registado, igualmente, quebras demográficas acentuadas. Os efeitos específicos das migrações internas estão à vista no crescimento desmesurado das zonas urbanas de Lisboa e do Porto, sobretudo da primeira, não se vislumbrando hoje em dia, por outro lado, qualquer inversão na tendência de desertificação das zonas interiores.

É de referir também a existência em Portugal, como em muitos países de todo o mundo, de outro tipo de fluxos migratórios, de carácter transitório e de raio geográfico mais ou menos curto, que são as migrações pendulares e as migrações sazonais. As primeiras são protagonizadas, por exemplo, por muitas pessoas que residem em espaços rurais, aí mantendo ou não ligações pontuais à agricultura, mas que trabalham na indústria ou na construção civil em zonas urbanas, por vezes suficientemente distantes para só permitirem o regresso a

[1] Ver JORGE CARVALHO ARROTEIA, *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, pp. 64-74. Para uma visão de conjunto sobre a emigração portuguesa ver, do mesmo autor, *A Emigração Portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa, ICLP, 1984 e MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE (org.), *Estudos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1981. A informação sobre o número de portugueses em França em 1975 é referido por Philippe Bernard, *op. cit.*, p. 72.

casa ao fim de semana. Nas segundas incluem-se saídas temporárias, que se podem repetir durante vários anos seguidos, para trabalhar no estrangeiro em actividades agrícolas e cuja duração tem a ver directamente com a sazonalidade próprio deste sector.

A perda de população devida à emigração foi, até certo ponto, compensada pela entrada súbita, em meados dos anos 70, de mais de meio milhão de portugueses residentes nas ex-colónias africanas, sobretudo Angola (61%) e Moçambique (33%). Para além desse efeito positivo global, a entrada dos chamados "retornados" contribuiu para o rejuvenescimento da população e para preencher parcialmente vazios demográficos existentes em certas zonas do interior como, por exemplo, os distritos de Bragança e Vila Real. Apesar da enorme dimensão desse contingente, e de o período durante o qual o regresso se processou ter sido muito curto, passados poucos anos a população retornada estava totalmente integrada ou reintegrada na sociedade portuguesa[1].

Mas Portugal deixou já de ser apenas um país de emigração. A imigração, que os países europeus mais desenvolvidos conhecem desde há duas ou três décadas, atingiu já expressão considerável[2]. Embora já nos anos 60 se tenha formado uma pequena comunidade de caboverdianos, foi só depois da descolonização e, sobretudo, durante os anos 80 que os fluxos de indivíduos e famílias oriundos das ex-colónias portuguesas adquiriu maior significado. Hoje em dia residirão em Portugal, conforme as estimativas, entre 150 a 200 mil imigrantes africanos, constituindo os caboverdianos, os angolanos e os guineenses os grupos mais numerosos. Há também significativas comunidades de imigrantes brasileiros e indianos, estes provenientes na maioria dos casos de Moçambique.

Embora no caso dos indianos e dos brasileiros não seja essa a situação dominante, a maioria dos imigrantes africanos tem condições de integração desfavoráveis, não só no que toca ao emprego, onde ocupa as faixas mais instáveis do mercado de trabalho, nomeadamente na construção civil e obras públicas, como no plano da habitação, da escolarização e da participação na vida social, em geral. Esses imigrantes conhecem, em suma, as dificuldades que já foram referidas atrás, com a agravante de, ao contrário de outros Estados europeus, Portugal não ter ainda definido uma política explícita para a sua integração na sociedade portuguesa.

2.3.2 *Urbanização, cidades, vida urbana*

As migrações, de forma geral, são dos factores que mais têm contribuído para a crescente urbanização, que, com maiores ou menores especificidades, têm ocorrido à escala de todo o planeta. Falamos de urbanização para designar os processos societais de concentração populacional em zonas urbanas e, num sentido mais lato, para designar também a difusão alargada de modos de vida urbanos fora do próprio espaço das cidades.

[1] Sobre este tema ver Rui Pena Pires, Maria José Maranhão, João P. Quintela, Fernando Moniz e Manuel Pisco, *Os Retornados – um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

[2] Sobre este tema pode-se consultar, Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, país de imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.

Os processos de urbanização são um dos fenómenos mais espectaculares da era moderna. Embora em épocas recuadas tenham existido cidades de considerável dimensão, o tamanho e densidade populacional das cidades actuais não encontram paralelo em nenhum outro período da história da humanidade. Para termos uma ideia da diferença basta dizer que Roma, a grande cidade da Antiguidade Clássica, tinha, no século I a. C., cerca de 300 000 habitantes e que, na Idade Média, eram poucas as cidades europeias, como Paris, com mais de 100 000 habitantes. Esses valores correspondem, hoje em dia, a cidades de dimensão média. Para medirmos o tamanho das áreas urbanas actuais é necessária a escala dos milhões e não a das centenas de milhar. No princípio deste século só duas ou três cidades tinham mais de um milhão de habitantes. Hoje são mais de duzentas as que têm população superior a esse número.

A rapidez do processo de concentração populacional nas cidades está bem patente nos exemplos da Inglaterra e dos EUA. Na Inglaterra, país que conheceu, antes de todos os outros, o processo de urbanização característico da era moderna, Londres tinha, em 1800, cerca de um milhão de habitantes e cem anos depois a sua população ultrapassava já os sete milhões. Nova Iorque registou, no mesmo período, um aumento ainda mais espectacular, passando de 60 mil para 4,8 milhões de habitantes.

Neste final de século, Nova Iorque, Los Angeles, Tóquio, São Paulo, Xangai, entre outras, têm populações que rondam já ou ultrapassam mesmo os dez milhões, mas ainda assim não atingem o gigantismo dos cerca de vinte milhões de pessoas residentes na área urbana da Cidade do México. Esta é hoje a maior concentração urbana do Mundo e, dado o crescimento acentuado que continua e registar, estima-se que no ano 2000 venha a ter mais de trinta milhões de habitantes.

Um dos efeitos espaciais da urbanização é a formação, em alguns pontos do globo, como no nordeste dos E.U.A., das chamadas conurbações, áreas em que várias cidades de grande dimensão estão praticamente ligadas umas às outras, desenhando manchas urbanas de centenas de quilómetros, onde vivem dezenas de milhões de pessoas.

O crescimento urbano é também acompanhado por um processo de suburbanização generalizada. As áreas residenciais vão-se implantando em locais progressivamente mais afastadas do centro e das zonas de emprego, sendo prática comum a milhões de indivíduos em todo o mundo percorrerem, no dia-a-dia, dezenas de quilómetros para ir de casa ao trabalho e voltar, o que se repercute negativamente na sua qualidade de vida. Fala-se, por outro lado, de rurbanização ou peri-urbanização para designar o alargamento da urbanização a zonas que conservam espaços intersticiais de tipo rural.

Consequência global dos processos de urbanização é o aumento, a ritmo acelerado, da proporção da população mundial a viver em áreas urbanas. Não existindo um critério consensual, internacionalmente partilhado, quanto ao número de habitantes acima do qual uma determinada localidade deve ser considerada urbana, podem, em todo o caso, fazer-se algumas comparações em tra-

ços largos. Assim, enquanto há um século atrás a população mundial a viver em centros urbanos era pouco mais de dez por cento, estimativas das Nações Unidas apontam para um valor na ordem dos cinquenta por cento no ano 2000 e para mais de sessenta por cento em 2025.

A população urbana é especialmente elevada nos países mais desenvolvidos, muitos dos quais apresentam índices de urbanização superiores a setenta por cento. A urbanização começou, de facto, por ser um processo específico dos países economicamente mais avançados. O grande impulso foi dado pela Revolução Industrial que, de início em Inglaterra e progressivamente em grande parte da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, atraiu grandes massas de população rural que se foram fixando progressivamente nas cidades industriais. No caso particular da Inglaterra, pioneira tanto na industrialização como na urbanização, em 1900 já cerca de setenta por cento da população vivia em localidades com mais de 10 000 pessoas[1].

[1] Para mais elementos sobre os processos de urbanização ver ANTHONY GIDDENS, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1989, pp. 551-576, de onde foram retirados alguns dos números e exemplos referidos.

A partir da Revolução Industrial a importância das grandes cidades como pólos de atracção e concentração de pessoas e actividades económicas, políticas e culturais não cessou de aumentar. Muitas cidades industriais, não tendo deixado de o ser também, tornaram-se posteriormente o lugar por excelência da terciarização da economia de que falaremos adiante. Há mesmo casos de planeamento e construção, a partir do zero, de cidades destinadas a centralizarem funções administrativas e a desempenharem o papel de capitais políticas, como aconteceu com Brasília e Camberra.

Durante o século XX a urbanização deixou, porém, de ser uma característica dos países industrializados para se tornar um fenómeno global. Nos países do terceiro mundo assiste-se igualmente à rápida concentração da população nas cidades. Mas aí o padrão de urbanização é diferente. Se nos países ricos a urbanização acompanhou a industrialização e o desenvolvimento económico, nos países do terceiro mundo, alguns em vias de industrialização outros praticamente não industrializados, ela ocorre num quadro de subdesenvolvimento económico persistente e de baixos níveis de vida. Nesses países a larga maioria da população das grandes cidades enfrenta carências e dificuldades de toda a ordem e não tem perspectivas de melhorar a sua situação.

Por outro lado, o aumento galopante da população, decorrente das elevadíssimas taxas de natalidade da maioria desses países, reforça a tendência para o crescimento urbano incontrolado. Enquanto há duas ou três décadas atrás a maior parte das grandes cidades do mundo se localizava nos países industrializados, hoje em dia a situação está a inverter-se. As taxas de crescimento urbano nos países do terceiro mundo são actualmente muito mais altas do que as dos países industrializados, nos quais, além disso, o fraco crescimento demográfico contribui para estabilizar o crescimento das cidades. Num futuro muito próximo, a maior parte das grandes metrópoles do planeta estarão localizadas em países do terceiro mundo.

No caso de Portugal, o processo de urbanização apresenta características diferentes da maioria dos países industrializados, sobretudo dos mais desenvolvidos. Isso é

visível, desde logo, no índice global de urbanização. Em 1991, apenas 33,8% dos portugueses vivia em localidades com mais de 10000 habitantes e 48,9% em localidades com mais de 2000 habitantes, valores que estão muito abaixo dos registados nos restantes países da União Europeia. Os valores globais escondem, no entanto, acentuadas diferenças regionais. Se considerarmos a região de Lisboa e Vale do Tejo os índices de urbanização sobem para 54,9% e 73,8%, respectivamente nos centros urbanos com mais de 10000 e mais de 2000 pessoas, valores que se aproximam já significativamente dos padrões europeus. Esta região tem, aliás, um nível de urbanização que não encontra paralelo em nenhuma outra parte do país. Em todas as outras regiões a população em localidades com mais de 10000 habitantes não chega a trinta por cento e em localidades acima de 2000 habitantes não passa dos quarenta e cinco por cento. A região Centro apresenta um dos mais baixos índices de urbanização, com menos de vinte por cento de população nas localidades acima de 10000 pessoas e menos de trinta por cento nas localidades com mais de 2000 pessoas.

Este padrão de urbanização é, em boa parte, consequência do tipo de industrialização ocorrido em Portugal. Comparada com a generalidade dos países desenvolvidos, ela foi tardia e parcial, devendo, em rigor, falar-se não de industrialização mas de semi-industrialização. Só nas áreas de Lisboa-Setúbal e, em parte, na do Porto, onde se concentram as indústrias de maior dimensão e tecnologicamente mais desenvolvidas, se formaram pólos industriais dignos desse nome, que atraíram população de todos as outras regiões do país. No resto do território, sobretudo na faixa litoral norte e centro, houve apenas uma industrialização difusa, caracterizada pela disseminação de pequenas e muito pequenas unidades industriais, implantadas em espaços predominantemente rurais ou semi-rurais, espaços que, por essa razão, apenas se urbanizaram difusamente.

Além disso, a intensa emigração que marcou todo o século XX, ao levar largas centenas de milhar de pessoas a fixarem-se em zonas urbanas de outros países, contribuiu também para a menor urbanização da sociedade portuguesa.

Devido à industrialização desigual e ao padrão de urbanização que lhe está associado, as regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal formam hoje uma mancha urbana contínua e desproporcionada, onde se aglomeram cerca de 2,5 milhões de pessoas, um quarto de toda a população residente em Portugal. O segundo pólo de concentração demográfica, com menos de metade da população mas ainda assim significativo à escala portuguesa, é a zona do Grande Porto, com 1,1 milhões de habitantes. A hegemonia das duas áreas urbanas, onde residem quase quarenta por cento dos portugueses, tem como contraponto a reduzida dimensão de quase todos as outras cidades, nenhuma das quais atinge sequer as duas centenas de milhar de habitantes. O baixo nível global de urbanização resulta, justamente, dessa distribuição muito desiquilibrada da população portuguesa pelo território nacional.

Expressão clara dessa assimetria é a forte concentração da população na faixa litoral do país, polarizada pelas áreas de Lisboa/Setúbal e do Porto, com a consequente desertificação de largas faixas do interior, de norte a sul.

Esse processo de litoralização começou a acentuar-se a partir dos anos 40 deste século, mas teve o principal incremento na década de 60 que, como vimos, foi uma década de forte emigração e de intensas migrações internas no sentido interior-litoral, sobretudo com destino à área da capital. A litoralização prosseguiu nos anos 70 a menor ritmo e abrandou consideravelmente nos últimos dez anos, não havendo, contudo, sinal de qualquer inversão de tendência.

Actualmente, a faixa litoral do Minho ao Algarve concentra oitenta por cento da população, ao passo que a área muito mais vasta que vai do distrito de Bragança ao distrito de Beja retém apenas quinze por cento dos portugueses, estando os restantes cinco por cento nos Açores e na Madeira [1].

[1] Para mais elementos sobre a urbanização em Portugal ver, por exemplo, João Peixoto, "O crescimento da população urbana e a industrialização em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, Abril de 1987, pp. 101-114.

Com os processos de urbanização que, como vimos, ocorrem a uma escala global, alteram-se também os modos de vida individuais e colectivos, as formas de relacionamento entre as pessoas, as maneiras de agir e de pensar. A vida social em meio urbano assume traços característicos que a distinguem de formas precedentes de organização da sociedade.

Traços distintivos da vida urbana são o anonimato, a transitoriedade e a segmentação de muitas relações interpessoais. A própria dimensão e densidade populacional das cidades implicam que cada pessoa nunca chegue a travar conhecimento com a maioria dos que a rodeiam, ao contrário do que acontece nos meios pequenos. Além disso, muitos dos contactos que efectivamente se fazem no curso da vida quotidiana são efémeros e dizem respeito apenas a uma faceta específica das pessoas com quem se contacta. Quando se entra num estabelecimento comercial ou num serviço público, por exemplo, as interacções que se estabelecem com as pessoas que lá se encontram são, geralmente, apenas aquelas que têm a ver com o fim particular que determinou a nossa deslocação a esses lugares e nenhumas outras.

É nesse sentido que se fala também da superficialidade e da impessoalidade das relações sociais em contexto urbano. As pessoas podem estar em situações de grande proximidade física, o que é típico justamente da concentração urbana, mantendo-se distantes em termos de contactos sociais.

À densidade populacional está indissoluvelmente ligada, por outro lado, a heterogeneidade social. A grande cidade é, por excelência, cosmopolita, lugar de contrastes de todo o tipo, de estilos de vida diferenciados, "mosaico de mundos sociais". No dia-a-dia, os seus habitantes contactam, muitas vezes apenas visualmente, com uma enorme variedade de meios, situações, grupos e pessoas. Num texto clássico, o sociólogo alemão Georg Simmel descreve o que designa por "atitude *blasé*", resultante justamente da imersão num ambiente social com essas características de intensidade e heterogeneidade:

> A atitude *blasé* resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos (...) A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objectos não sejam percebidos (...) mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são expe-

> rimentadas como destituídas de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objecto algum merece preferência sobre o outro (...) Com a atitude *blasé* a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice (...). Nesse fenómeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana[1].

O anonimato e a frieza dos comportamentos não são, no entanto, a única face da vida urbana. A cidade é também lugar de formas de sociabilidade intensas e de laços interpessoais fortes e duradouros. Se numa pequena comunidade as relações interpessoais são mais densas, elas são igualmente mais exclusivistas, uma vez que não existem muitas alternativas de relacionamento. Nas cidades cada indivíduo tem um leque muito aberto de relações possíveis. Essas relações são eventualmente menos estáveis, mas certamente mais diversificadas, tanto quanto a grande variedade de círculos sociais a que pode pertencer. Além disso, pela sua própria dimensão e organização, a cidade proporciona tipos de convivialidade que não se encontra noutros meios, bastando pensar nos espaços e equipamentos de todo o tipo que as cidades reservam à sociabilidade e ao lazer.

Por outro lado, em qualquer cidade, mesmo nas de muito grande dimensão, as zonas residenciais são, com alguma frequência, espaços privilegiados de sociabilidade quotidiana. Em contraste com os contactos impessoais que se desenrolam noutros contextos da cidade, nos bairros e zonas de vizinhança podem emergir e enraizar-se relações interpessoais estreitas, que conferem a esses espaços um vida social própria e distintiva. As similaridades de classe, étnicas ou culturais podem ser as bases para o desenvolvimento desse tipo de relações. É o caso dos imigrantes que se fixam em zonas comuns dentro das cidades de acolhimento e vêm a constituir, no decurso do tempo, contextos sociais fortemente integrados e mais ou menos fechados ao exterior.

As grandes metrópoles são também o lugar de oportunidades económicas e profissionais que não existem em meios mais pequenos, sendo justamente esse um dos factores que as tornam atractivas. Pela sua própria dimensão, elas são a sede de uma divisão de trabalho altamente desenvolvida e de um mercado de trabalho amplo e diversificado, onde se pode beneficiar, sobretudo nas fases de crescimento económico, de múltiplas alternativas de emprego e de mobilidade profissional. À urbanização e à vida urbana tendem, por isso, a corresponder formas de estratificação social mais complexas e menos rígidas do que nos meios rurais e possibilidades acrescidas de mobilidade social ascendente. A conquista de melhores posições sociais com a ida para a cidade pode ser comprovada com o exemplo, não de todos, mas de parte significativa dos migrantes rurais que se fixaram na área de Lisboa, nos anos 60.

Mas a vida urbana nem sempre é uma história de sucesso. Os contrastes sociais, mais ou menos marcados, que se podem encontrar na maioria das cidades mostram bem que não estão garantidas condições de acolhimento e promoção social a todos aqueles que as procuram. Os mais vulneráveis são os que pos-

[1] GEORG SIMMEL, "A metrópole e a vida mental", in OTÁVIO GUILHERME VELHO (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, pp. 11-25 (edição original, 1902). Para uma análise próxima das características da vida urbana ver, no mesmo volume, o texto igualmente clássico do americano LOUIS WIRTH, "O urbanismo como modo de vida". Foi deste texto que retirámos a expressão "mosaico de mundos sociais".

suem baixos recursos escolares e profissionais e estão, por isso mesmo, menos apetrechados para lidar com a complexidade e a competitividade das cidades. As situações de pobreza, de que uma das formas mais notórias são as pessoas sem abrigo, constituem também um dos traços da vida urbana, mesmo nos países economicamente mais desenvolvidos. Para uma parte dos migrantes campo-cidade elas são a sequência mais provável das situações de pobreza rural, a que tentaram fugir.

Os bairros degradados, com fracas condições de habitabilidade, são, na paisagem urbana, o principal sinal dessas integrações mal-sucedidas. Em Portugal, o crescimento sem regras das áreas urbanas de Lisboa e do Porto, durante os anos 60 e 70, deu origem a muitas zonas desse tipo. Na falta de políticas de promoção da habitação, prevaleceu aí a auto-construção espontânea e clandestina, mais ou menos precária, dando origem a zonas de residência onde, muitas vezes, não existem as condições básicas de habitabilidade. Embora reduzidas umas e recuperadas outras, essas situações estão ainda longe de terem sido completamente debeladas. Uma das respostas institucionais a essas carências é a construção de bairros de habitação social, que não deixam de ser, eles próprios, testemunho dos contrastes sociais em meio urbano.

2.3.3 *Terciarização*

Um dos traços singulares das sociedades modernas é a importância económica e social do que se convencionou chamar sector terciário, isto é, o conjunto diversificado de actividades económicas de prestação de serviços, tanto de empresa a empresa como das empresas aos particulares, bem como os serviços prestados pelo Estado. A expressão "sector terciário" visa distinguir essas actividades das que são próprias dos outros sectores da economia, habitualmente designados por sector primário, onde se incluem a agricultura, a pesca e as minas, e sector secundário, que corresponde genericamente às actividades industriais.

Enquanto a exploração dos recursos naturais e a produção de mercadorias caracterizam, respectivamente, os sectores primário e secundário, a produção de bens imateriais é o traço diferenciador do sector terciário. Incluem-se aí actividades profissionais tão diversas como o ensino e a medicina, a distribuição e comercialização de produtos, a banca e as seguradoras ou as actividades administrativas das empresas e do Estado.

Falar de terciarização é, então, designar o processo de expansão das actividades terciárias, que representam uma parte cada vez mais importante da produção económica, do volume de emprego e das despesas das famílias, com a correlativa diminuição do sector secundário e, sobretudo, do sector primário. Numa acepção ligeiramente diferente, terciarização designa, não apenas a expansão autónoma do sector terciário, mas a crescente integração e interdependência das actividades terciárias e secundárias e até das primárias, num quadro mais amplo de transformação dos sistemas económicos[1].

[1] Para mais elementos sobre o conceito de terciarização ver "Terciarização: o que é?", in JOÃO FERRÃO, *Serviços e Inovação – novos caminhos para o desenvolvimento regional*, Oeiras, Celta Editora, 1992, pp. 1-17.

As primeiras formulações da teoria dos três sectores económicos aparecem nos anos trinta, mas é sobretudo a partir da década de 50 que se torna mais evidente a importância do processo de terciarização. Embora esse processo não obedeça a qualquer lei geral, porque depende, ele próprio, dos tipos de desenvolvimento económico e dos níveis de riqueza de cada região ou país, a evolução das economias mais ricas, ao longo deste século, revela clara convergência a este respeito: declínio contínuo do emprego no sector primário e, a partir de certa altura, também no sector secundário, acompanhado pelo aumento progressivo da percentagem de população a trabalhar em actividades terciárias.

Se a industrialização tinha já determinado a rápida diminuição do número de pessoas ocupadas em actividades agrícolas, o processo de terciarização não só desloca o eixo das economias da indústria para os serviços como contribui ainda para reduzir ao mínimo a expressão das actividades primárias enquanto fonte de emprego. De facto, nos países mais desenvolvidos a industrialização e a terciarização vão de par com a modernização da agricultura, que consegue elevados ganhos de produtividade e permite que, hoje em dia, sejam menos de 5% as pessoas a trabalhar em actividades agrícolas.

A evolução das posições relativas dos três sectores económicos nos países mais ricos está bem patente no exemplo dos E.U.A.. Em finais do século passado, mais de 40% da população activa americana trabalhava na agricultura, estando na casa dos trinta por cento os trabalhadores industriais e os restantes nos serviços. Em 1991, as actividades terciárias rondavam já os setenta por cento do emprego, o secundário representava cerca de vinte e cinco por cento e a agricultura estava abaixo dos três por cento. Momento de viragem foi o princípio da década de 50 quando, pela primeira vez, a população empregada no sector terciário ultrapassou em número os trabalhadores industriais.

Na Europa Ocidental verificou-se uma evolução muito semelhante, embora o peso do sector terciário seja, hoje em dia, um pouco menor do que nos E.U.A. e os tempos de viragem não tenham sido exactamente os mesmos. Considerando esta região no seu conjunto – abstraindo portanto das diferenças internas que, em alguns casos, são bastante significativas – constatamos que, nos anos 50, havia quarenta por cento da população activa a trabalhar na indústria, outro tanto nos serviços e os restantes vinte por cento na agricultura. A tendência para a terciarização, que já se vinha desenhando, reforça-se a partir dessa década. No fim dos anos 80, os serviços passam a reter 60% dos activos, a indústria desce para 30% e a agricultura vê a sua expressão quantitativa reduzida a metade dos valores de trinta anos atrás.

Se olharmos, dentro da Europa Ocidental, para os países mais desenvolvidos, vemos que a terciarização é ainda mais acentuada e que a população activa da indústria e da agricultura está abaixo daqueles valores médios. Entre os mais terciarizados contam-se a Holanda, a Bélgica e a Inglaterra, onde a população activa empregue nos serviços se aproxima dos setenta por cento. O caso particular da Inglaterra confirma, aliás, a precocidade já manifestada na industrialização e na urbanização: é o único país da Europa Ocidental em que a expan-

são do terciário é ainda mais acentuada do que nos Estados Unidos. Em contrapartida, países como Portugal, Espanha, Grécia ou Irlanda apresentam distribuições acima da média para a agricultura e a indústria e abaixo da média para o sector terciário[1].

As profundas transformações que acompanharam o processo de terciarização levam mesmo alguns autores a considerar que é a própria natureza das sociedades modernas que está a mudar, para dar lugar a novas formas de organização social. Em vez de sociedades industriais, estaríamos perante "sociedades pós-industriais" ou "sociedades da informação". Com estes conceitos pretende-se enfatizar o que se entende ser o sentido fundamental dessa mudança.

No primeiro caso, realça-se o declínio da importância económica e social das actividades industriais relativamente às actividades terciárias, que se traduziria mesmo na chamada desindustrialização, através da transferência de certas indústrias dos países capitalistas para os países em vias de desenvolvimento.

No segundo caso, procura-se mostrar o papel transformador que, só por si, desempenham as novas tecnologias de informação, basicamente a informática e as telecomunicações. A rápida difusão destas tecnologias leva mesmo alguns autores a defenderem a necessidade de distinguir um quarto sector de actividade económica, o sector da informação, que tenderia a assumir, nos países mais desenvolvidos, o papel de comando da economia[2].

A terciarização é um processo de alcance global, que não se circunscreve às fronteiras das economias mais desenvolvidas. Embora com expressão muito diferente e ritmo bastante mais reduzido, as economias dos países do terceiro mundo têm também visto aumentar a parte da população activa no sector de serviços. Na ausência de uma base industrial sólida impulsionadora do crescimento do sector terciário, como aconteceu nas economias do primeiro mundo, a terciarização deve-se aí, sobretudo, à rápida urbanização que a maioria desses países tem conhecido e às actividades económicas, sobretudo o pequeno comércio e o comércio ambulante, que surgem para satisfazer necessidades dessa população citadina sempre crescente. Trata-se de formas de terciarização que, ao contrário do que acontece nos países mais ricos, não aparecem associadas nem à industrialização nem à modernização da economia.

Em todo o caso, a repartição da população activa por sectores de actividade é totalmente diferente da que se encontra nos países desenvolvidos. Apesar da redução gradual a que se tem assistido, a maior parte das pessoas trabalha em actividades agrícolas, registando-se mesmo, em vários países africanos, taxas de população activa na agricultura superiores a setenta por cento. Em consequência, quer o sector secundário quer o sector terciário têm expressão reduzida quando comparados com os das economias mais desenvolvidas. Tal como nestas, é frequente o sector terciário empregar mais pessoas do que o secundário. Mas se nos países ricos isso vem na sequência de uma industrialização plena, que dá lugar, segundo alguns autores, a "sociedades pós-industriais" fortemente tercia-

[1] Ver, por exemplo, David Pinder (org.), *Europa Ocidental – Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta Editora, 1994, pp. 141-162 (edição original, 1990.

[2] Obras de referência, a este propósito, são as de Daniel Bell, *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, London, Heinemann, 1973 e a de David Lyon, *A Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (edição original, 1988).

rizadas, no caso da maioria dos países em vias de desenvolvimento é resultado, pelo contrário, da não-industrialização ou de uma industrialização incipiente.

No conjunto dos países do terceiro mundo importa, no entanto, distinguir a situação dos chamados novos países industrializados. Países como o Brasil e a Argentina, já há algumas décadas, e a Coreia do Sul, Singapura e outros do Sudeste Asiático, mais recentemente, apresentam repartições da população activa por sectores de actividade e níveis de terciarização que, embora ainda distantes do padrão das economias mais ricas, se afastam também claramente da generalidade dos países subdesenvolvidos.

No caso de Portugal o processo de terciarização apresenta características próprias de uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Entre 1960 e 1992 houve, em todas as décadas, crescimento da população activa do sector terciário. Esse crescimento é particularmente significativo na década de 80, durante a qual se passa o limiar dos cinquenta por cento. Nesse período, que corresponde a uma fase em que a economia portuguesa cresceu e se modernizou mais do que nas décadas anteriores, os activos no sector passam de 41,6% para 55,2% da população activa total. Para isso contribuiu decisivamente o aumento do emprego em áreas como a da educação, da saúde e da segurança social, entre outras, a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Apesar da aceleração dos últimos dez anos, o nível de terciarização em Portugal está claramente abaixo do que se pode encontrar nas economias mais avançadas, embora esteja também muita acima da média dos países em vias de desenvolvimento.

Ainda assim, em 1981, e mesmo em 1970, quando o seu peso era ainda menor, o sector terciário era já o que empregava mais população. Isso não significa, obviamente, que Portugal estivesse a tornar-se uma sociedade pós-industrial, no sentido em que essa expressão é aplicada aos países mais desenvolvidos, mas sim que tinha uma repartição global da população activa em que o peso do sector secundário era pequeno e o do sector primário excessivo, quando comparado com esses países.

Para termos uma ideia do desfasamento da economia portuguesa, basta dizer que, no fim dos anos 50, enquanto em Portugal nem o sector secundário nem o terciário atingiam os trinta por cento da população activa, no conjunto da Europa Ocidental o valor médio do emprego em cada um desses sectores era quarenta por cento. Se a comparação for feita, não com os valores médios, mas com os níveis das economias mais avançadas a distância é ainda maior.

Esse desequilíbrio deve-se, em grande parte, à expressão exagerada do sector agrícola enquanto fonte de emprego. Na mesma data, quando nos países mais desenvolvidos começa a tornar-se evidente o processo de terciarização e o valor médio da população activa na agricultura na Europa Ocidental não ultrapassa os vinte por cento, cerca de metade da população activa portuguesa trabalhava ainda nos campos. Mesmo hoje, em que essa percentagem é quatro vezes menor, a percentagem de activos na agricultura é mais do dobro da que se observa nas economias mais avançadas.

Em suma, a industrialização portuguesa, tardia e parcial, não só manteve durante muitas décadas um número muito elevado de famílias exclusiva ou parcialmente ligadas à agricultura, com níveis de produtividade e de rendimentos muito baixos, como não proporcionou uma base para o maior crescimento, diversificação e modernização do sector de serviços, como aconteceu nas economias plenamente industrializadas.

Os processos de terciarização, simultaneamente causa e consequência da complexificação da divisão de trabalho nas sociedades modernas, provocam mudanças não só ao nível dos sistemas económicos, mas também ao nível das estruturas sociais.

Uma das mais importantes é a alteração profunda da estrutura de classes. O crescimento do sector dos serviços dá origem a uma grande diversidade de novas actividades profissionais, em geral caracterizadas por níveis de qualificação mais elevados e melhores condições de trabalho e de remuneração do que os dos trabalhadores da indústria.

A par da terciarização das economias assiste-se, assim, ao rápido crescimento das chamadas "novas classes médias", designação que engloba as novas categorias profissionais ligadas ao sector de serviços. Por seu turno, a chamada "velha classe média", constituída pelos trabalhadores por conta própria e pequenos proprietários do comércio, da indústria e da agricultura, declina e acaba por se estabilizar num nível percentual baixo. Com a passagem para segundo plano do sector industrial, enquanto fonte de emprego, o operariado industrial, até aí a classe mais numerosa, começa também a diminuir gradualmente. Nos países onde a terciarização foi mais longe, as "novas classes médias" representam já mais de metade da população.

Com o avanço da terciarização observam-se também alterações de fundo no que respeita às qualificações escolares e profissionais exigidas pelo mercado de trabalho. Os factores conhecimento e informação adquirem uma importância sem precedentes e, apesar de os níveis de qualificação requeridos pelas diversas actividades ligadas ao sector terciário serem bastante variados, o padrão médio de preparação escolar e profissional da população activa deste sector tende a elevar-se continuamente. Dentro das "novas classes médias", isso é particularmente visível no crescimento do sub-sector das profissões científicas e técnicas, que passam a assumir um papel estratégico no funcionamento da economia.

Estabelece-se, desse modo, uma relação estreita entre o incremento do emprego no sector terciário e o desenvolvimento dos sistemas de ensino, que, de forma geral, passam a abranger muito mais pessoas durante mais tempo, aumentando nomeadamente o número de anos de escolaridade mínima obrigatória.

Outra mudança que ocorre paralelamente à terciarização, e é fortemente impulsionada por ela, é o aumento da componente feminina da população activa. Embora muitas mulheres exercessem já actividades profissionais em certos subsectores de actividade, como nas indústrias têxteis e alimentares ou no sector

agrícola, é com a expansão do sector de serviços que a população feminina se vai integrando em mais larga escala no mercado de trabalho.

Enquanto nos anos 50 a percentagem de mulheres na população activa da maioria dos países desenvolvidos não chegava aos trinta por cento, actualmente as mulheres representam nesses países mais de quarenta por cento das pessoas com profissão. Em países como a Dinamarca, a Noruega ou a Suécia, a repartição da população activa pelos dois sexos é hoje praticamente igual. Mas se considerarmos isoladamente o sector terciário, lugar por excelência de profissionalização das mulheres, verificamos que aí são já a maioria. A Dinamarca e a Noruega, com taxas de feminização superiores a sessenta por cento nesse sector, são, uma vez mais, o melhor exemplo.

Em Portugal ocorreu idêntico processo de profissionalização da população feminina. Se em 1960 as mulheres não eram mais de treze por cento da população activa, em 1992 representavam já 41,3%, com destaque, justamente, para o sector terciário, onde a presença feminina tem crescido continuamente e tende a reforçar-se. Actualmente, mais de sessenta por cento das mulheres com actividade profissional encontram-se nesse sector e se considerarmos o total de pessoas que aí trabalham as mulheres são já mais de metade.

Por fim, vale a pena mencionar o efeito da terciarização ao nível do processo de urbanização e da vida urbana. As cidades são, por excelência, o espaço da terciarização, não só devido à centralização político-administrativa, como, sobretudo, pela fixação de serviços de toda a espécie, prestados às empresas, às famílias e aos indivíduos, serviços cuja proliferação acompanha o desenvolvimento económico e responde à elevação e sofisticação dos padrões de consumo nos meios urbanos. Nas grandes metrópoles actuais, afastadas que foram as indústrias e a maioria das zonas residenciais para a periferia, o lugar geométrico do terciário é, muitas vezes, o próprio centro da cidade.

2.4 **Família e Escola**

2.4.1 *Família*

Assumindo formas variadas ao longo das diferentes épocas e nos diferentes contextos sociais, a família, enquanto grupo doméstico[1], pode ser definida como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco cujos membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Esta definição minimalista justifica-se pela diversidade das formas familiares que podemos identificar segundo vários ângulos.

Na verdade, o que parece constante, numa perspectiva diacrónica, é o facto de nas sociedades humanas as crianças precisarem de um período mais ou menos longo de cuidados e protecção até chegarem à fase em que sejam capazes de sobreviver por si próprias. Mas as modalidades da vida familiar, as suas regras,

[1] O conceito de grupo doméstico remete para a noção do conjunto de pessoas ligadas pelos laços de parentesco e filiação que vivem na mesma residência. Não se estende portanto à rede mais vasta de parentes que habitualmente incluímos na noção de família – primos, cunhados, sogros.

funções e estratégias são muito variadas. O que se define por cuidados das crianças, quem toma a cargo a sua educação, e em que é que ela consiste, a extensão do período em que se considera que elas se tornam adultas, entre outras, são características histórica e socialmente localizáveis.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, habituámo-nos a conviver com termos e com ideias que nos parecem definitivas. A ideia de que a família nuclear, isto é, um núcleo constituído por pai, mãe e dois ou três filhos, é a forma dominante de família e o corolário de uma evolução histórica linear que teve os seus antecedentes na chamada família extensa ou alargada, isto é, uma família que inclui duas ou três gerações que partilham a mesma casa ou vivem muito próximo, é uma perspectiva corrente mas pouco fundamentada. De facto, vários são os historiadores que têm demonstrado que formas semelhantes à família nuclear eram também dominantes antes da era industrial. Por outro lado, nos nossos dias, é frequente encontrarmos no mundo rural formas familiares que se aproximam da família extensa. E aparecem novas formas de família que não incluindo várias gerações se podem considerar famílias alargadas de um outro modo – são as famílias recompostas, produto de reconstituição dos laços conjugais depois do divórcio. Incluem, além disso, membros que não estão necessariamente ligados por laços de parentesco e consanguinidade. As famílias monoparentais, isto é, as situações em que apenas um dos adultos reside com as crianças, situação que pode ou não ter origem na ruptura conjugal, é outro dos exemplos, cada vez mais frequente nas sociedades ocidentais, de famílias que não se adequam à configuração da família nuclear.

Mais importante do que a extensão é, para analisar a família, perceber o contexto em que ela funciona e as ligações profundas que sempre se estabelecem entre formas da organização social e formas de organização e estratégias familiares.

Nesta perspectiva, podemos verificar que numa mesma sociedade convivem várias formas familiares e que estas estão quase sempre associadas à inserção na vida social dos indivíduos que as compõem. Para dar o exemplo da sociedade portuguesa, percebe-se facilmente que, no mundo camponês em perda de peso acentuado, se encontram famílias que funcionam como unidades económicas produtivas e que têm padrões de organização que se podem assemelhar aos da família extensa ou alargada. No entanto, várias são as pesquisas que têm mostrado como, nestes casos, para se adaptarem às transformações económicas, nomeadamente a quebra da produção agrícola, se desenvolvem estratégias familiares no sentido de captar recursos através de formas de trabalho assalariado na indústria ou até nos serviços[1]. Esta combinação traduz-se certamente também no plano dos valores e das lógicas familiares em certas especificidades. Do ponto de vista do tamanho destes grupos domésticos podemos estar perante famílias extensas, mas de outros pontos de vista estas famílias funcionam com modalidades de organização e estratégias particulares. Parece assim de todo o interesse perceber os contextos específicos em que os grupos domésticos se movem e actuam.

[1] Cf, J. F. ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS, 1986; NELSON LOURENÇO, *Família e Indústria*, Lisboa, Fragamentos, 1991; KARIN WALL, "Pour une sociologie des formes familiales dans la societé rurale" in, *Familles et Contextes Sociaux*, Lisboa, CIES, 1991.

Nos meios urbanos pode já dizer-se que as famílias nucleares são a forma dominante de família. Mas é notório que, se analisarmos as suas modalidades de organização, encontramos características que as distinguem entre si. Diversas investigações salientam a estreita associação que se pode estabelecer entre formas de organização da família e ocupação ou profissão dos seus membros.

As relações que se estabelecem entre família e empresa, no caso dos pequenos e médios empresários, são objecto de uma dessas pesquisas[1]. Mostra-se aí como as redes de relações familiares parecem estar estreitamente associadas à manutenção e reprodução do património. Por vezes, são as próprias lógicas empresariais que implicam o alargamento para além do grupo doméstico dos laços familiares que se privilegiam. Outras vezes é o contrário – são as lógicas familiares que se impõem ao funcionamento da empresa.

[1] MARIA DAS DORES GUERREIRO, "Famílias de Empresários e Trajectórias Sociais", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992.

Noutras famílias que vivem em meio urbano, a escassez de recursos conduz, por vezes, a um envolvimento de todos os membros do grupo doméstico, mesmo os mais jovens, no trabalho assalariado. É o que se passa nalgumas regiões do país onde está em causa o trabalho infantil. Tais realidades são pouco comparáveis a outras em que são apenas os membros adultos da família que se encarregam da angariação de recursos.

Noutros grupos domésticos, é sobretudo sobre as mulheres que assenta a lógica da reprodução familiar estando os homens ausentes ou mantendo relações de pouca permanência e alguma descontinuidade junto da família[2].

[2] MARIA DAS DORES GUERREIRO, *Mulheres de Alfama*, ISCTE, 1985.

Salientámos a importância de perceber os contextos sociais para identificar as diferentes modalidades de organização da vida familiar, com exemplos da sociedade portuguesa contemporânea que, em muitos aspectos, obedece a padrões idênticos aos das sociedades ocidentais. Mas podemos fazê-lo agora a partir de realidades de outras sociedades e culturas, aproveitando para indicar algumas noções usuais no vocabulário da família.

2.4.1.1 Famílias de outras latitudes

Noutras culturas o papel da família enquanto grupo doméstico está diluído na noção mais global de clã. Pertencem ao clã todos os que consideram ter um antepassado comum em gerações passadas. É o que sucede em muitas regiões do Pacífico e nalgumas sociedades africanas. Normalmente os membros do clã partilham as mesmas concepções religiosas e estão ligados por um sistema de obrigações económicas e outras formas de lealdade. Estas obrigações estendem-se a parentes que na perspectiva ocidental serão já muito afastados. A família tradicional chinesa *Tsu* é um exemplo desta forma de organização clânica, que está associada, aliás, a actividades criminosas.

Quando se procuram identificar as funções cumpridas pela família, em qualquer contexto social, indicam-se habitualmente quatro: função reprodutiva, função sexual, função de socialização das crianças e a função económica garante da

sobrevivência e do bem estar. Nas sociedades modernas, verifica-se que estas funções são desempenhadas, de forma articulada, no quadro da família nuclear. Mas noutras sociedades, elas podem estar dissociadas ou ser levadas a cabo por outros membros da família ou da comunidade.

Por vezes, o laço conjugal não está na base da coabitação, como é o caso das sociedades matrilineares, isto é, quando a filiação é reconhecida pelo lado materno. A identificação de alguns traços fundamentais do contexto social ajuda, novamente, a compreender melhor esta lógica de funcionamento. Os Nayar, por exemplo, eram uma casta guerreira que vivia em Malabar no Sudoeste da Índia. Os homens em idade adulta estavam quase sempre fora em combate ou em casernas. Embora as mulheres Nayar pudessem ser casadas com um homem pertencente a um grupo com quem os seus parentes tivessem feito uma aliança, elas podiam ter vários amantes para assegurar descendência, já que a presença masculina era pouco sistemática. As crianças eram criadas no núcleo residencial da mãe e das suas irmãs. Não coincide aqui nem a função sexual e reprodutiva com o casamento, nem a socialização das crianças é feita pelo pai biológico [1].

[1] T. Bilton , K. Bonnett, P. Jones et. al., *Introductory Sociology*, London, MacMillan Education, 1987, p. 257.

Outro exemplo de dissociação entre relação conjugal e papel parental é-nos dado pelas culturas em que não é o pai biológico que toma a seu cargo a educação do jovem do sexo masculino mas sim o tio, irmão da mãe. Enquanto na sociedade ocidental o termo tio/a é o mesmo para os irmãos do pai ou da mãe nestas sociedades ser irmão do pai ou da mãe designa um laço de parentesco com conteúdos e finalidades diferentes .

Também a noção de monogamia, isto é, o facto de para homens e mulheres, ser apenas permitido estar casado/a com uma pessoa ao mesmo tempo, está normalmente associada à família e ao casamento nas sociedades ocidentais. Numa comparação envolvendo 565 sociedades Murdoch verificou que em 80% a poligamia era permitida. A poligamia é definida como o reverso da monogamia. Quando é ao homem que é permitido ter mais do que um cônjuge estamos numa situação de poliginia e quando é à mulher que tal é permitido a situação designa-se por poliandria. As sociedades que se regem segundo a lógica da poliandria são em muito menor número – Murdoch encontrou quatro. Quanto às situações de poliginia, verifica-se muitas vezes que apenas os homens mais ricos têm várias esposas, embora tal prática não seja interdita aos outros. Geralmente, nas sociedades polígínicas, o homem reside com uma esposa e os filhos desta e passa algumas noites por semana ou por mês com as outras esposas quando estas vivem, são os casos mais frequentes, em residências separadas. Existem assim várias unidades familiares [2].

[2] Anthony Giddens, *Sociology*, Polity Press, p.387.

2.4.1.2 *Mudanças familiares nas sociedades ocidentais*

Antes da industrialização, as famílias europeias eram também unidades de produção económica cuja sede se circunscrevia à zona de residência. Dedicando-se

à agricultura ou à manufactura, as famílias produziam os bens necessários à sobrevivência e, no caso de haver excedente, vendiam ou trocavam os seus produtos nos mercados locais. A família no seu conjunto tende a estar envolvida neste esforço.

Segundo padrões diferentes, de acordo com o grupo de pertença, as ocupações dos membros da família tendem a estar submetidas a uma lógica global. Os filhos desde muito cedo (sete, oito anos) participam na actividade económica, as mulheres, além de assegurarem o trabalho doméstico, colaboram activamente também nessa actividade. As ligações entre família e comunidade envolvente são muito estreitas. Os casamentos são essencialmente alianças entre famílias, as relações sexuais não só não são circunscritas ao casamento, como a noção moderna de erotismo parece estar completamente dissociada da conjugalidade. Em todas as classes sociais, a taxa de ilegitimidade é alta. Os filhos ilegítimos podem ou não ser acolhidos na residência familiar, em consonância com as regras, usos e costumes das comunidades locais.

Com a industrialização dá-se uma mudança que alguns autores consideram radical. A separação do local de trabalho, ou da actividade económica, do local de residência familiar. O trabalho deixa de ser parte integrante da vida familiar e passa a desenrolar-se exteriormente a esta. As indústrias, sobretudo numa fase inicial deste processo, passam a contar com a mão-de-obra de homens, mulheres e crianças dos sectores desfavorecidos da população.

Mas seria ilusório pensar que estes processos de transformação, quer no domínio do trabalho quer no domínio da família, decorreram de forma geograficamente uniforme e de acordo com padrões de evolução linear. Por um lado, a chegada à era industrial dá-se de forma muito diferenciada nos diferentes países da Europa. Basta pensar nos países do Sul, e nomeadamente em Portugal, para nos darmos conta desta diversidade. No nosso país, ainda hoje podemos encontrar, em declínio acentuado, é certo, lógicas de funcionamento familiar próximas da era pré-industrial. Por outro lado, mesmo nos países em que as transformações ocorreram de forma mais acentuada nos finais do século XVIII e no decurso do século XIX, as mudanças nas formas familiares que a elas podem estar associadas, são progressivas e não assumem o carácter radical que alguns autores enfatizam. Olhemos mais de perto para estes processos de transformação carreados pela era industrial, em traços muito genéricos e necessariamente simplificadores.

Podemos identificar quatro tendências fortes quanto a valores e comportamentos face à família que estão associados aos processos de industrialização, sem contudo coincidirem de forma mecânica com estes. Considerámos, no entanto, e nisso parece haver convergência num conjunto de autores, que as características identificadas, com arcos temporais diferentes, verificam-se numa série de países da Europa até aos meados do século XX. Como se verá, estas tendências assumem configurações específicas de acordo com os diferentes grupos sociais.

A primeira diz respeito ao facto já referido de as famílias, enquanto grupos domésticos, deixarem de ser unidades de produção económica. Na verdade,

com a industrialização largos sectores da população passam a obter no exterior os recursos necessários à sua sobrevivência, embora outros continuem a dedicar-se à agricultura. Esta é uma tendência estruturante da própria modernidade. Mas esta passagem não equivale a dizer que as famílias se tornaram em simples unidades de consumo, como algumas interpretações apressadas sugerem. Ou que o económico deixou de estar presente nas lógicas familiares.

Sendo a lógica do assalariamento dominante nos sectores desfavorecidos da população, constata-se que, mesmo de forma residual, era frequente a manutenção de algumas formas de produção agrícola ou de pecuária. Criavam-se em casa animais domésticos, mesmo que se trabalhasse na fábrica. O económico continua a estar presente nas estratégias familiares já não sob a égide da produção mas da gestão dos recursos disponibilizados por diversos meios. Dois outros exemplos, mostram a importância das lógicas económicas associadas às lógicas familiares.

No caso da burguesia, e ao longo do processo de industrialização, parece evidente a preocupação de assegurar, também através das alianças familiares, a reprodução do património. As contradições entre sentimento, inclinação, e casamento de conveniência que são patentes na literatura romântica do século XIX, demonstram esta luta entre emoção e interesse. Só no século XX e com outros processos de recomposição social o modelo romântico então nascente se generaliza e impõe.

No caso dos sectores mais desfavorecidos assiste-se à necessidade de recorrer, mais claramente nos primórdios da industrialização, ao conjunto da força de trabalho familiar. Se a ideologia dominante começa a divulgar uma perspectiva nova, a de que as mulheres devem ficar em casa a cuidar dos filhos, na verdade, e até meados do século XX, esta possibilidade não está ao alcance de todos. As dimensões económicas atravessam as lógicas familiares configurando modalidades de organização, representações e valores que diferem de acordo com os contextos.

Em segundo lugar, com a industrialização surgem elementos novos quanto ao papel de socialização da família. P. Ariès[1] localiza nesta época, e por contraponto ao período medieval, o surgimento de um novo sentimento em relação à infância. Enquanto na era pré-industrial não se considerava a infância como um período demarcado, isto é, a criança era encarada como um pequeno adulto e desde cedo começava a desempenhar um papel activo, no período posterior ela passa a ser encarada de modo diferente. Começam a ser tematizados os cuidados especiais que a família deve dedicar à criança. Protagonistas mais activos destas novas ideias são os sectores mais favorecidos que começam também a preocupar-se com o papel educativo/formativo da família e da sociedade em geral em relação à infância. Reconhecemos aqui os primórdios de um processo que se desenvolve até aos nossos dias, assumindo hoje contornos ainda mais acentuados. Se nessa época se começa a desenhar a importância da família no processo de socialização e educação das suas crianças, hoje é numa lógica mais alargada ainda – o papel de toda a sociedade – que esta perspectiva culmina. De tal forma que muitas das funções que na época começavam a ser atribuídas à família, passaram hoje a ser desempenhadas em parceria com o Estado.

[1] Ph. Ariès, *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Regime*, Paris, Seuil, 1973.

Em terceiro lugar, podemos identificar, também neste período, o surgimento de uma nova ideologia face ao papel da mulher na família. A ideia de que a mulher se deve dedicar às suas funções maternas e domésticas, deixando o trabalho fora de casa ao homem, começa a ganhar peso. Ela está associada a uma lógica patriarcal, segundo a qual, o homem assume a responsabilidade de angariador dos recursos necessários à sobrevivência da família e, como tal, é a ele que mulher e filhos devem obediência.

Mas, como se disse, esta ideologia não tem condições de aplicação em todas as classes sociais. Quer no campo quer na cidade a mão-de-obra feminina é indispensável à sobrevivência económica da maioria das famílias. Para a maioria das mulheres esta ideologia significa na prática uma acumulação de tarefas sem reconhecimento real da importância do seu papel. Só em meados do século XX se começa a encarar de modo diferente esta problemática.

Em quarto lugar, começa a promover-se nesta época uma ligação mais estreita entre termos até aqui dissociados – afectividade e sexualidade de um lado e conjugalidade por outro. Se em relação à criança e à mulher entra em jogo a afectividade, em relação aos laços conjugais começa a insinuar-se a importância do sentimento amoroso. A já citada reacção romântica ao casamento por conveniência é exemplo do desejo de maior protagonização por parte dos filhos nas decisões quanto à escolha do cônjuge, antes nas mãos dos pais. Esta escolha tende a ser invocada a partir do critério amoroso. Mas trata-se do início de um processo e, sobretudo, da afirmação de novos valores. Podendo agora escolher um cônjuge de motu próprio e não aceitando as imposições da família, tende-se em geral a seleccionar alguém próximo, um par, uma pessoa que pertence ao mesmo contexto social. É o que se designa por escolha homogâmica, isto é, seleccionar alguém que partilha os mesmos valores e sistemas de preferências, que pertence à mesma classe social. Os romances de amores que ultrapassam as barreiras sociais ilustram exactamente situações limite que na realidade são difíceis de pôr em prática.

Esta luta pelo direito de escolha do cônjuge e contra o casamento por conveniência está bem ilustrada, para o caso português, nos romances de Camilo, mostrando a transição para valores de uma nova época. Muitos dos heróis e heroínas sofrem as pressões paternas referidas e rejeitam-nas. Em casos como "Amor de perdição" com desfechos trágicos, noutros com menor insucesso.

Fizemos atrás referência ao facto de, no período pré-industrial, a sexualidade estar dissociada, sem grande condenação social, da conjugalidade. A ascensão da burguesia arrasta o surgimento de uma nova moral a respeito da sexualidade. Por uma lado, passam a ser mais condenadas as situações de ilegitimidade. Os filhos nascidos fora do casamento são estigmatizados, a noção de uma sexualidade controlada no quadro da conjugalidade e com a finalidade da procriação ganha peso. Mas, por outro, surge o chamado "duplo padrão" – tacitamente aceita-se que os homens possam manter ligações eróticas fora do casamento, desde que assumam as suas responsabilidades familiares e conjugais. O que implica uma divisão no campo feminino – por um lado as mulheres castas e assexuadas destinadas ao

casamento, do outro as que se dedicam ao erotismo e ao prazer. Na educação das jovens sexo feminino desta época, sobretudo de certas classes sociais, esta diferenciação está muito presente implícita ou explicitamente.

Novamente a obra de Camilo nos dá exemplos destas transformações. Os dramas dos filhos ilegítimos ou "espúrios" à procura da sua verdadeira filiação e identidade aparecem como sinal claro de uma preocupação que se torna nesta época mais saliente. Aliás, o escritor parece fazer, através da ficção, o exorcismo da sua própria situação real.

Os padrões de moralidade familiar e sexual, fora do quadro urbano e burguês, não obedecem directamente à mesma lógica. Eram frequentes na época, aliás, os esforços filantrópicos dos sectores burgueses no sentido de "moralizar" os hábitos das chamadas classes trabalhadores. Nas zonas rurais, pòr sua vez, tendem a ser as comunidades locais a estabelecer sistemas de interditos próprios que podem ser compreendidos à luz das dinâmicas sociais que aí operam.

Só em meados do século XX as tendências identificadas quanto aos valores e práticas sociais face à família ganham novos contornos.

2.4.1.3 Casamento e divórcio, tendências contemporâneas

Nos últimos 40 anos, há uma aceleração de um conjunto de transformações que directa ou indirectamente estão associadas à vida familiar. Os processos de mudança e recomposição social ligados ao declínio da agricultura, à relativa estagnação da indústria e ao crescimento exponencial do sector terciário transformam também a estrutura ocupacional das famílias. Ganham peso os sectores intermédios ou as chamadas classes médias. No plano dos valores, o acréscimo de visibilidade destes sectores tem impacte nas relações familiares. Não estando tão preocupados com os problemas da reprodução do património, nem com a total escassez de recursos, as chamadas classes médias sustentam, tendencialmente, uma visão da família menos sujeita a constrangimentos de carácter económico ou social. Deixam de fazer sentido os casamentos de conveniência de outrora porque o que se tende a jogar na conjugalidade, pelo menos explicitamente, é a escolha amorosa. Embora continuem a ter peso os critérios de proximidade social, a verdade é que o leque das escolhas se ampliou consideravelmente.

Generaliza-se a actividade feminina assalariada. Neste plano pode dizer-se como propõe Mª Agnès Barrère Maurisson[1] que se passa da família conjugal, modelo segundo o qual a mulher pode trabalhar no exterior de forma esporádica, nos momentos do ciclo de vida familiar em que esteja mais liberta, mas em que está centralmente orientada para as suas funções maternas, para um modelo de dupla carreira (*"deux-apporteurs"*)[2] em que homem e mulher trabalham no exterior com ritmos idênticos, contribuindo os dois para o rendimento familiar de forma menos assimétrica.

Mas é no plano dos valores e das concepções mais globais sobre o papel da mulher, a sexualidade e a conjugalidade que as transformações destes últimos

[1] M. A. Barrère-Maurisson, *La Division Familiale du Travail, La vie en double*, Paris, PUF, 1992.

[2] A tradução literal do termo "deux apporteurs" não nos parece resultar muito feliz em português. Dupla carreira não é por outro lado um conceito correspondente porque homens e mulheres podem ter trabalho ou emprego sem que issso signifique necessariamente uma carreira. Adoptámos este último termo, à falta de melhor, mas fica desde já feita a ressalva.

40 anos são mais significativas. Sob o impulso dos movimentos feministas, a reivindicação da igualdade para as mulheres reflecte-se em mudanças no plano legislativo em diversos países. O que a par da maior autonomia económica feminina, contribui para a defesa da democratização das relações conjugais. Um exemplo, apenas um entre tantos, destas mudanças legislativas é o desaparecimento da figura do chefe de família dos códigos civis. Passa a considerar-se, na maioria dos países europeus, que tanto o homem como a mulher são responsáveis pela protecção e educação dos filhos, e que ambos têm os mesmos deveres e direitos.

A expansão do uso dos contraceptivos tem também papel relevante neste processo. O controle sobre a natalidade permite a dissociação entre procriação e sexualidade, garantindo o planeamento mais eficaz do ciclo de vida conjugal e familiar. A ideia de que a sexualidade deve ser plenamente vivida no quadro da conjugalidade torna-se dominante. A homossexualidade começa também a ser menos condenada socialmente, sendo inclusivé, hoje, nalguns países, permitido o casamento de homossexuais. Ganham relevância, no domínio dos valores, perspectivas mais relativistas, pluralistas e democráticas, o que de certa forma acompanha os ideais de procura da felicidade e de realização pessoal hoje entendidos como tangíveis e terrenos.

No plano das concepções sobre a criança, no contexto das relações familiares, torna-se dominante uma visão que se afasta da lógica autoritária de obediência cega dos filhos ao chefe de família e que cede o lugar a perspectivas mais democráticas na relação entre pais e filhos. Esta nova perspectiva de relacionamento funciona quer para o lado dos pais quer para o dos filhos. Isto é, se o exercício do poder parental tem hoje por limite o autoritarismo, considera-se também que os pais têm novos direitos. Nomeadamente, o de poder dissolver o laço conjugal, mesmo quando há filhos, quando considerem que o seu casamento reiteradamente deixou de significar bem-estar e felicidade. O que significa que, e ao contrário do passado, a relação conjugal deixa de ser necessariamente coincidente com a relação parental. A primeira pode ser quebrada, a segunda continua ou deve continuar independentemente da situação familiar ou conjugal dos pais.

Estas mudanças traduzem-se, e revelam-se, no plano dos comportamentos de forma expressiva. Os indicadores demográficos iniciam movimentos de subida e descida, por vezes, drásticos. Em 1960 começa em toda a Europa a descida das taxas de natalidade e de nupcialidade e um aumento em flecha do divórcio. Nos primeiros anos deste período, análises um pouco precipitadas previam uma verdadeira hecatombe, a crise ou desagregação da família. Com um pouco mais de recuo, e depois de análises fundamentadas, chegar-se-ia mais tarde à conclusão que não era tanto "a família" que estava em crise. Tratava-se antes da perda de sentido de um modelo, ou de um tipo de família, que parecia dominante até aí , e que estaria a ser substituído por outro modelo, com outras lógicas.

Com efeito, quando se olha para este processo de forma mais pormenorizada damo-nos conta da profundidade das mudanças em curso. À primeira vista,

quando se olha para o movimento dos indicadores atrás referido, pode imaginar-se que as pessoas deixaram de dar importância ao casamento, visto que se casam menos e se divorciam mais. Mas não é, de facto, assim.

Sempre que em inquéritos se confrontaram os europeus com questões relativas à importância da vida familiar ou do casamento, as respostas eram inequívocas. A vida afectiva e familiar eram sempre consideradas da máxima importância para a felicidade pessoal. O que mostra que, ao contrário de uma primeira interpretação no sentido da desvalorização do casamento, o aumento do divórcio pode também querer dizer que as pessoas atribuem tal importância a esta dimensão da sua vida pessoal que não aceitam que ela se desenrole de forma consistentemente insatisfatória[1].

[1] Cf Anália Torres, Fatalidade, Culpa, Desencontro – Formas da Ruptura Conjugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, 1993.

Na verdade, a tendência maioritária dos divorciados é para voltar a casar ou voltar a viver em situação de conjugalidade. O facto de haver, pelo menos nos países do Norte da Europa, uma subida acentuada da coabitação e a maior rejeição do casamento "formal" pode significar também que é a dimensão mais institucionalizada da relação conjugal que é rejeitada e não tanto a ideia de constituir família. O número de filhos nascidos fora do casamento é neste países muito significativo. Recentemente, aliás, nota-se na Europa do Norte uma subida da taxa de descendência média, que no caso da Suécia, é, para 1993, de 2 filhos por mulher, valor bem mais elevado do que em Portugal (1,5) ou na maioria dos outros países europeus.

Assim o que parece ser definitivamente rejeitada é a família no sentido mais tradicional do termo – assimétrica em direitos para homens e mulheres, ligada por um laço conjugal indissolúvel mesmo que vivido de forma insatisfatória, autoritária em relação aos filhos. Admite-se a convivência de modelos diferenciados e nascem novas formas familiares.

Sem esquecer que sob o que se convenciona chamar modelo dominante, se escondem sempre configurações diferenciadas de família e valores por vezes bem distintos, o que hoje parece ser considerado como tendência central nas configurações familiares é um ideal-tipo, constituído pelos seguintes elementos: simetria de contributos e de participação entre homens e mulheres, escolha amorosa como critério de selecção do cônjuge, um ou dois filhos em que se investe no plano afectivo. Ideal-tipo que está longe de ser levado à prática mas que funciona, como o termo indica, para um ideal que se procura atingir.

Mudanças tão significativas não deixam de provocar as suas tensões e problemas. Podemos identificar, para começar, as inconsistências do próprio modelo. Quanto à tendência para a simetria entre homens e mulheres sabe-se que na prática ela não corresponde ao que ao nível da opinião se afirma. Sem perder de vista o que neste domínio mudou, e que no espaço de tempo considerado é manifestamente muito substancial, não deve deixar de se notar o que permanece.

Por um lado, há que ter em conta que nem todas as mulheres, nem todos os homens, têm à partida as mesmas condições para usufruir da igualdade de direitos. A discriminação salarial em relação às mulheres, por via directa ou indi-

recta, continua a afectar a maioria. Por outro lado, e quanto à divisão das tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos, tem sido largamente demonstrado que continuam a ser as mulheres, apesar de trabalharem fora de casa, que se ocupam essencialmente deste domínio da vida familiar. Quando se acumulam problemas económicos e faltas de apoios externos, facilmente se compreende que tal situação equivale a grande sobrecarga de trabalho desigualmente distribuída.

Mais autonomizadas, vivendo em cidades ou grandes periferias, muitas vezes em zonas distantes, as famílias nucleares têm, hoje em dia, mais dificuldades em cumpriram funções de apoio, quer em relação à sua família de orientação, em que nasceram, quer em relação à sua família de procriação, aquela que fundaram . Não se trata contudo de afirmar, como também, por vezes, apressadamente se concluiu, que não se forjam redes de solidariedade e interajuda entre familiares. Mas salienta-se que as condições objectivas de vida dificultam essas interajudas. Quando se reside longe, por exemplo, e em certos momentos do ciclo de vida conjugal, quando os pais são já idosos e os filhos se autonomizam e fundam a sua própria família, os apoios exigidos tornam-se difíceis de concretizar.

Surgem, por outro lado, novos problemas. Se é verdade que o divórcio não significa a desvalorização do casamento, e que, em certos meios, ele pode ser vivido de forma não estigmatizante quer para os ex-cônjuges quer pelos filhos, também não é menos certo que nem todos vivem esta situação de forma menos dramática. Quando as mulheres divorciadas não têm independência económica, quando são menos jovens e no meio social em que vivem o divórcio é pouco frequente, as situações pós-divórcio são vividas de forma muita difícil. As probabilidades de vir a reconstituir família, nestes casos, são normalmente muito baixas. Quando aos problemas emocionais se associam os financeiros a situação em que ficam estas divorciadas é, no mínimo, delicada. Por vezes, ainda, acontece que os ex-cônjuges cortam totalmente os laços com os filhos ficando estes impedidos de manter uma relação considerada importante e significativa. Este abandono dificulta também, obviamente, as condições de sobrevivência económica[1].

[1] Cf ANÁLIA TORRES, op. cit.

A recomposição da família na situação pós-divórcio é, hoje, frequente exactamente nos grupos que mais se divorciam. O que contribui para a não estigmatização e para a normalização desta situação. Não deixam de se colocar, no entanto, novas questões. Os papéis de madrasta ou padrasto não estão padronizados, e exigem de quem os detém a construção do seu próprio lugar. Dando aos indivíduos mais liberdade para agir estas situações não deixam de lhes proporcionar, também, maiores margens de incerteza.

A tendência actual quanto à conjugalidade é para que a escolha do cônjuge se faça por critérios amorosos, mas, mais do que isto, que sejam eles que fundamentem, ao longo do tempo, a relação e não tanto os critérios institucionais, ou outros, externos à relação. Trata-se do que alguns autores chamam a relação auto-referenciada. Este tipo de relação, eventualmente vivida como mais autêntica, pode ser, também, mais frágil. Assinalar esta tendência global, extre-

mando-a, não significa no entanto que deixe de se reconhecer a existência de diferentes formas de conjugalidade. Elas podem dar mais ou menos prevalência a diferentes factores que estão sempre presentes na conjugalidade – dimensão amorosa, dimensão institucional, dimensão parental, dimensão patrimonial, etc.

É comum ouvir dizer que a família no passado era mais simples, mais reconfortante, mais solidária. Mas, normalmente, este tipo de raciocínio baseia-se no desconhecimento do passado ou no esquecimento dos aspectos disfuncionais da família tradicional que ocasionaram exactamente a sua transformação. Estas mudanças ampliaram, para significativos sectores da população, as margens de liberdade e autonomia, mas criaram também novas questões e novos problemas. São estes, e sem nostalgia de um passado, que afinal não existiu, que interessa saber equacionar.

2.4.1.4 Mudanças na sociedade portuguesa contemporânea

Vejamos alguns elementos destes processos de transformação para o caso português. Em Portugal, as mudanças referidas começam a dar os seus primeiros sinais nos anos sessenta. Iniciam-se nesses anos, de forma tímida ainda, processos de recomposição social como o crescimento dos sectores intermédios e o aumento da taxa de actividade feminina. No plano dos valores começa a fazer-se sentir, também, a defesa de uma certa liberalização de costumes.

Mas é só depois da ruptura institucional do 25 de Abril de 1974 que transformações mais profundas se verificam. Só depois desta data se altera substancialmente a legislação no que diz respeito à família. Exemplo significativo dessas mudanças é a renegociação, em 1975, da Concordata com a Santa Sé, assinada em 1940, quanto à cláusula que impedia o divórcio para os que casavam pela Igreja Católica, a esmagadora maioria. Um dos aspectos que era considerado extremamente negativo pelos que tinham casado pela Igreja e que estavam impedidos de se divorciar, era o facto de não poderem contrair novamente o matrimónio. Os filhos que nascessem de ligações não legitimadas pelo direito eram considerados ilegítimos. Nesta época esta situação era vivida de forma penalizante.

É por estas razões que o movimento que se gera, a partir de 1974, na defesa do divórcio envolve milhares de pessoas que pressionam no sentido de ser alterado o Código Civil, mesmo antes da sua revisão que estava prevista e que ocorreu em 1976. Para satisfazer as reinvindicações desse movimento, e depois da renegociação com a Santa Sé, sai em 1975 uma lei que contempla a possibilidade do divórcio para os que casaram pela Igreja Católica e estipula ainda o divórcio por mútuo consentimento. Aliás, já em 1910, aquando da implantação da 1.ª República, Portugal fora um dos primeiros países europeus a prever a possibilidade do divórcio por mútuo consentimento, num conjunto legislativo que fora considerado dos mais avançados para a época.

A revisão do Código Civil em 1976 vem completar o processo de mudança legislativa. Desaparece da lei a figura do chefe de família e alteram-se importantes dispositivos quando ao casamento e à família.

Assiste-se, depois de 1975, ao aumento exponencial do divórcio que significa essencialmente a regularização de situações anteriores. A partir de 1979 o divórcio desce para voltar a subir lentamente até aos dias de hoje. Comparativamente com os valores da ruptura conjugal atingidos noutros países da Europa os valores portugueses são baixos e distribuem-se de forma geográfica e socialmente diferenciada[1]. Portugal só está à frente em matéria de divórcio dos chamados Países do Sul, a Espanha e a Itália[2]. O facto dos processos de transformação terem ocorrido num espaço de tempo curto pode contribuir para um empolamento do fenómeno que não corresponde à sua verdadeira dimensão. Por outro lado, é notório que se trata, como se disse, de um fenómeno localizado socialmente. Em certos grupos ele parece estar banalizado, o que não significa que o esteja a nível mais global. Tal como noutros países, em Portugal a tendência dos divorciados é para voltar a casar, mas a probabilidade de o fazerem não é a mesma para todos. Em primeiro lugar, são os homens que de forma mais significativa tendem a voltar a casar. As mulheres permanecem mais do que os homens divorciadas. Factor que pode contribuir, entre outros, para uma maior dificuldade das divorciadas em voltar a casar é o facto de permanecerem, em geral, com a guarda dos filhos.

Quanto à evolução da taxa de nupcialidade[3] nos últimos 20 anos em Portugal, o seu sentido é idêntico ao dos outros países europeus – tendência para a descida. Contudo, os seus valores, no nosso país, mantêm-se mais elevados do que noutros países europeus. Na verdade, parece não se registar em Portugal a tendência que se verifica, sobretudo na Europa do Centro e do Norte, para um significativo aumento da coabitação. No caso da França, por exemplo, o processo de entrada na vida conjugal tende a passar por uma fase de coabitação, a que se pode seguir o casamento na altura do nascimento do 1.° filho. Mas em Portugal esta entrada tende a fazer-se directamente pelo casamento[4].

Quanto à taxa de natalidade[5] a sua descida em Portugal é quase vertiginosa. Tem-se avançado, como explicação para esta quebra tão brusca, a conjunção, entre os anos 80 e o início dos 90, de dois factores – um de longo prazo outro de curto prazo. Com efeito, o que tendia a manter a taxa de natalidade mais alta nos anos 60 e 70 era ainda o peso, no conjunto, das famílias numerosas dos meios rurais. Com o declínio do número dos que se dedicam à agricultura nas últimas décadas e com a consequente mudança de lógica quanto à natalidade, esse peso diminui. Por outro lado, e no curto prazo, parece ser já dominante a tendência, frequente em meio urbano, para ter apenas um, ou no máximo, dois filhos.

Quanto ao casamento católico entre 1970 e 1990 ele desceu globalmente no País de cerca de 15%. A sua distribuição regional foi, e é, diferenciada. Lisboa, Setúbal e Faro sempre foram distritos em que se verificaram menos casamentos católicos do que os distritos do Norte e Centro do País. Para dar um exemplo, a percentagem de casamentos católicos no distrito de Lisboa durante os anos 80, andou à volta dos 50% (umas vezes acima deste valor outras abaixo, o que significa que se realizaram tantos ou mais casamentos civis quanto católicos), enquanto que no distrito do Porto, e para a mesma década, os valores do casa-

[1] São sobretudo os quadros superiores, os profissionais liberais que mais se divorciam seguidos depois dos quadros médios e empregados. O divórcio ocorre mais nas zonas urbanas do que nas rurais., mas, das primeiras, é sobretudo no Distrito de Lisboa que ele é mais expressivo.

[2] Há que ter em conta, obviamente, nestas comparações quer as diferenças dos conteúdos legais, quer o período em que se verificaram as mudanças legais. No caso da Espanha a lei foi alterada já nos anos oitenta. No caso da Itália a lesgislação que diz respeito ao divórcio é mais restritiva do que a portuguesa.

[3] Taxa de nupcialidade = n.° de casamentos /pop. média x 1000.

[4] Em vários inquéritos realizados a Jovens se verifica que a união de facto em Portugal, embora tenha os seus adeptos , permanece pouco popular.

[5] Taxa de natalidade = n.° de nascimentos/pop. média x 1000.

mento católico oscilaram sempre entre os 85 % e os 80%, isto é, acima da média nacional[1].

Tal como vimos anteriormente, estas mudanças nos indicadores demográficos podem ser explicadas pela mudança de valores a que fizemos referência. Com as especificidades já indicadas, Portugal acompanha as tendências globais. Os inquéritos realizados revelam, tal como noutros países, que a família e o casamento são muito valorizados, mas que é na lógica dos novos padrões que tal valorização se acentua. Assim, a defesa da perspectiva simétrica – *que homens e mulheres devem trabalhar fora de casa e partilhar ambos as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos* – torna-se dominante[2]. Do mesmo modo a aceitação do divórcio, como solução para situações conjugais consistentemente insatisfatórias, é maioritária. O casamento católico continua a ser a forma dominante de celebração do casamento, mas cada vez menos a ele parece estar associada a ideia de sacramento.

No domínio, já não das opiniões mas das práticas, verificam-se, tal como atrás já foi enunciado para as sociedades contemporâneas, várias inconsistências. Em primeiro lugar, e mais do que noutros países, o facto das mulheres trabalharem fora de casa deve-se, em muitos casos, não a desejo de autonomia mas a necessidade de sobrevivência económica. Os esquemas de apoio à maternidade e à infância são muito escassos. A divisão das tarefas domésticas em casa não se verifica na esmagadora maioria das famílias[3]. A sobrecarga de trabalho para muitas mulheres portuguesas é imensa. Embora nas gerações mais jovens se verifique, ao nível do discurso, e talvez da prática, alguma mudança quanto à partilha das tarefas domésticas, ela só se torna mais visível em sectores com escolaridade universitária. Que são, como se sabe, sectores importantes ao nível da opinião, mas minoritários em termos globais.

Em segundo lugar, restam ainda muitos domínios por investigar em Portugal quanto às práticas familiares. E sem um conhecimento mais aprofundado torna-se difícil não cair na reprodução de estereótipos. Por exemplo, tende a dizer-se que, na sociedade portuguesa, os níveis de interajuda e solidariedade são ainda muito significativos quando comparados com outras sociedades europeias. Mas, na verdade, esta comparação está, de forma séria e sistemática, por fazer.

2.4.1.5 O outro lado da família

Se é verdade que a família funciona, para muitos, como um local de bem-estar e de realização pessoal, é sabido que as relações familiares assumem também facetas menos benevolentes. São hoje mais conhecidas e divulgadas as situações de violência psicológica, física e de abuso sexual que se desenvolvem no quadro das relações familiares. Há cerca de 20 anos este tipo de violência começou a ser denunciada, de início, pelos movimentos feministas, que começaram a levantar a ponta do véu em relação à violência dos homens sobre as mulheres. Mas, rapidamente, ganharam também visibilidade as situações de

[1] Cf Anália Torres, *Levantamento sociográfico sobre o divórcio em Portugal*, Lisboa, Direcção Geral da Família, 1989.

[2] Cf Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro, "A Família" em Luis de França (coord.) *Portugal, Valores Europeus, Identidades Culturais*, Lisboa, IED, 1993.

[3] Cf. *Tempo Para o Trabalho, Tempo para a Família*, Inquérito promovido pela Direcção-Geral da Família, 1988.

violência sobre as crianças exercidas particularmente por homens mas, também, por mulheres. As situações de violação e abuso sexual, no quadro das relações familiares, passaram igualmente a ser mais desvendadas. As queixas nos E.U.A. de situações desta natureza aumentaram de cerca de 600 % entre os anos de 1976 e 1982.

Não se pode atribuir de forma linear o aumento destas queixas ao incremento da violência intra-familiar. Na verdade, hoje, a atenção em relação a estes fenómenos redobrou. Normas inexistentes há anos atrás transformaram-se em leis. Considera-se nos nossos dias crime o que não era antes entendido como tal. As situações de violação, violência e abuso sexual, tendem a ser, também por isso, mais denunciadas. Também se sabe, no entanto, que apenas uma parte ínfima destes crimes acaba por chegar à polícia ou aos tribunais.

Para efeitos de tentativa de compreensão destes fenómenos devemos distinguir o abuso sexual em relação a crianças, da violência intra-familiar.

Vários estudos apontam no sentido das situações de incesto, violação e abuso sexual, no quadro da família, serem perpetradas, essencialmente, por homens. Nesses estudos se conclui que apenas uma minoria destes casos podem ser explicados por grave distúrbio mental. Na verdade, parece estar em causa um conjunto de factores complexo. Por um lado, as crianças estão numa situação de dependência e de acessibilidade. Adultos com problemas de relacionamento com outros adultos encontram nestas situações de proximidade familiar vítimas desprotegidas e dependentes. Por outro lado, a satisfação dos impulsos sexuais parece estar associada a necessidades afectivas que não encontram formas mais simétricas de se exprimirem. Outros trabalhos têm sugerido que para muitos homens a sexualidade está associada a uma lógica de poder e submissão do parceiro. As crianças seriam, nestes casos, o alvo privilegiado do exercício de uma sexualidade e afectividades bloqueadas ou perturbadas[1].

[1] Anthony Giddens, op. cit, pp. 405-409.

A mudança deste tipo de comportamentos, como tem defendido David Finkelhor[2], parece assim estar associada a um conjunto de transformações sociais e psicológicas que envolvem diferentes dimensões da sexualidade e da afectividade e, nomeadamente, do próprio relacionamento homem/mulher.

[2] Idem.

A violência na família é bem mais generalizada do que se pensa. Nos E.U.A., considera-se que a casa é um dos sítios "perigosos" para viver. Em termos estatísticos, uma pessoa de qualquer idade ou sexo tem maior probabilidade de ser fisicamente agredida em casa do que na rua à noite. Por sua vez, no Reino Unido, um em cada quatro assassinatos é cometido por um membro da família contra outro.

As vítimas da violência doméstica, a agressão física por parte de um membro da família em relação a outro, tendem a ser, em primeiro lugar, as crianças e depois as mulheres. No primeiro tipo de violência tanto parecem participar homens como mulheres; no segundo tipo, a violência interconjugal, são essencialmente os homens os protagonistas.

A violência intra-familiar tende a ser nos nossos dias socialmente condenada. Mas na verdade, mesmo que se admita que a sua maior condenação social produza efeitos, os comportamentos acabam por revelar que na esfera privada a violência doméstica é ainda muito tolerada. Admite-se que a conjunção de vários factores pode explicar estas formas de violência. Por um lado, as relações familiares tendem a combinar grande intensidade emocional com intimidade. A carga emotiva envolvida pode traduzir-se numa mistura de ódio e de amor. Por outro lado, nas sociedades contemporâneas, as relações impessoais nos diferentes contextos em que os indivíduos circulam não são susceptíveis de permitir a expressão da agressividade, que pode assim ser "descontrolada" e exercida na intimidade em relação a pessoas dependentes. Por outro lado ainda, embora a maioria tenda a exprimir globalmente o seu desacordo em relação à violência face às mulheres ela continua ainda a ser admitida[1].

Uma investigação sobre a violência interconjugal levada a cabo em Portugal[2] é elucidativa. Foram aplicados na pesquisa três tipos de inquérito por questionário, na região do Porto. Num deles, a uma amostra de população adulta, concluía-se que cerca de 28 % dos inquiridos tinham vivido situações de violência interconjugal, sendo na esmagadora maioria dos casos as mulheres as vítimas. Noutro, aplicado a uma população adulta considerada "de risco", foram 45% os que indicaram terem vivido situações semelhantes e novamente eram maioritariamente os homens os agressores. Noutro ainda, aplicado a crianças dos 7 aos 15 anos, verificou-se que 27% das raparigas e 17 % dos rapazes tinham presenciado situações de agressão física interconjugal. Por sua vez, quanto à agressão dos pais contra os filhos, as respostas dos três inquéritos convergiam – a maioria dos adultos, através de valores que oscilam entre os 86 % e os 60%, admitem recorrer à agressão física para castigar os filhos, e só 11% das crianças inquiridas dizem nunca ter sido agredidas fisicamente nem pelo pai nem pela mãe.

A autora conclui que a violência interconjugal é geralmente vivida pelas vítimas de forma fatalista e submissa e também que há uma tendência para estas situações serem familiarmente socializadas. Isto é, relaciona as agressões às crianças com a agressão à esposa. Na verdade, conclui-se da investigação que há uma correlação positiva entre a experiência de ser vítima de agressão por parte dos pais e a de exercer violência sobre a esposa.

2.4.1.6 A família como unidade de análise

A diversidade dos aspectos referidos a propósito da família, desde as suas facetas românticas aos seus lados obscuros, ilustra bem o facto das relações familiares atravessarem diferentes dimensões da vida social. A propósito da família cruzamo-nos com estratégias de captação e gestão dos recursos económicos, com mudanças de normas e valores, com a problemática das classes sociais, com a dimensão da afectividade mas também com manifestações de violência e prepotência, com a questão da socialização e do género, com os fenómenos de recomposição social e das grandes transformações sociais. Do lugar da família

[1] Um em cada 4 americanos, de ambos os sexos, defende que pode haver uma boa razão para o marido bater na mulher, in A. GIDDENS, *Sociology* , Polity Press, 1989, p.409. Em Portugal, num inquérito levado a cabo pela Comissão da Condição Feminina em 1982, 18% dos Portugueses consideravam ser "admissível" que o marido bata na mulher, in LUISA FERREIRA DA SILVA, "Violência interconjugal na sociedade portuguesa", *Análise Social*, n.° 111, Quarta Série, Vol. XXVI - 2.°.

[2] LUISA FERREIRA DA SILVA, op. cit.

pode partir-se para a análise de diferentes dimensões da vida social que nela estão necessariamente implicadas. O grupo doméstico constitui, aliás, uma excelente unidade de análise, podendo dar visibilidade a realidades obscurecidas quando se parte apenas da análise do indivíduo[1].

O caminho percorrido até aqui demonstra também a adaptabilidade de uma instituição que ao correr do tempo se vai renovando, sem perder algumas das suas funções básicas. Nem sempre é esta a visão mais divulgada sobre a família. Ela tem constituído, muitas vezes também, pretexto para a defesa de várias causas ideológicas.

"A família, no seu sentido antigo, está a desaparecer da nossa terra e não só estão ameaçadas as nossas instituições mas é a própria existência da nossa sociedade que está em perigo". Este parágrafo podia ter sido retirado de um jornal contemporâneo. Mas não é. Trata-se de uma afirmação de um articulista do "Boston Quarterly Review" de 1859. Como se vê é recorrente e já antiga esta tendência para anunciar uma morte que nunca chega a ocorrer. Vivemos sempre à dimensão da nossa época e o que nos assusta é o que há de novo ou o que enfrentamos no quadro limitado do nosso ciclo de vida. O que vivemos como inquietações ou males do presente não pode ser o contrário de um passado que nem chegamos a saber que existiu. Se há instituição que se têm adaptado às diferentes formas de viver em sociedade, demonstrando a plasticidade e a flexibilidade das suas formas de organização, ela é certamente a família.

[1] Cf. Ana Nunes de Almeida, "Família e Classe Operária", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992.

2.4.2 *Escola*

2.4.2.1 Educação, sociedade e desenvolvimento

A institucionalização de uma sequência de educação formal com vários anos de duração, e de um sistema de instituições especializadas para a veicular a milhões de pessoas, é um dos traços distintivos das sociedades actuais e constitui uma ruptura radical com as épocas anteriores da história da humanidade, no que respeita às formas de organizar socialmente a transmissão de saberes.

Hoje, nos países industrializados, praticamente todas as pessoas são dotadas de capacidades básicas de leitura, escrita e cálculo, habitualmente designadas por literacia, embora existam significativas distorções sociais nas possibilidades que os vários sectores da sociedade têm de aprofundar e exercitar essas capacidades. Mas as presentes desigualdades de literacia nada têm a ver com a situação desses mesmos países há apenas trezentos anos atrás. Nessa altura, a leitura e a escrita eram exclusivas de círculos sociais muito restritos, muitas vezes ligados à esfera religiosa, e não havia senão formas rudimentares e localizadas de transmissão formal desses e de outros saberes.

Se hoje em dia, nas sociedades mais avançadas, a verdadeira linha de diferenciação das competências escolares só se faz sentir, cada vez mais, entre os que detêm um diploma universitário e os que o não detêm, nessa época a linha dis-

tintiva era simplesmente a que separava elites letradas de pequeníssima dimensão da massa esmagadora de população iletrada.

As instituições de ensino ocupam um lugar central e estratégico no funcionamento e desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Poucos são os países onde não existe um número mínimo de anos de escolaridade obrigatória para todos e em alguns deles esse formação básica prolonga-se mesmo por dez ou doze anos; as instituições universitárias massificaram-se nos países mais ricos e vão pelo mesmo caminho em muitos outros, ao mesmo tempo que cresce o número de pessoas que procura qualificação pós-universitária; há diferentes esquemas de reciclagem profissional para os que já deixaram a escola há muito e desenvolvem-se iniciativas de ensino de adultos e de ensino à distância, de que as Universidades Abertas são exemplo em diferentes países europeus.

Tudo isto significa que, pelo menos nas sociedades industrializadas, a escola, nas suas mais variadas modalidades, faz parte, de uma ou outra forma, da vida quotidiana da grande maioria das famílias, em cujos orçamentos as despesas com a educação representam uma rubrica permanente.

Com o desenvolvimento generalizado do sistema de ensino é o próprio ciclo de vida dos indivíduos e das famílias que se altera. O aumento progressivo do número médio de anos de escolaridade, que começa cada vez mais cedo e acaba cada vez mais tarde, leva a que algumas das funções básicas de socialização que antes eram desempenhadas pelas famílias sejam transferidas para a instituição escolar, cujo papel na inculcação de valores e normas sociais se torna cada vez mais decisivo.

Essa inculcação tem lugar não só na sala de aula, através dos conteúdos e mensagens aí transmitidos e da acção do professor, mas também através da relação das crianças e dos jovens entre si, sobretudo nos espaços informais que os estabelecimentos de ensino sempre proporcionam. Embora seja menos focado quando se fala da escola como agência de socialização, este aspecto tem igualmente importância para se perceber as relações que se estabelecem nos espaços educativos. Para além de um espaço formal de transmissão de saberes e de inculcação de normas e valores, subordinado a uma lógica de autoridade formal e de disciplina, a escola é um espaço de sociabilidade infantil e juvenil tão mais importante quanto mais tempo ocupa na vida quotidiana.

Por outro lado, o prolongamento da escolaridade fez deslocar a idade média de entrada na vida activa, contribuindo, do mesmo passo, para a constituição da juventude enquanto categoria de recorte social e etário específico, o que é também um dos traços singulares das sociedades industrializadas.

Além de contribuir ela própria para mudanças sociais e culturais de fundo, a escola recebe o impacte dos processos globais de transformação societal como os que analisámos atrás e, como todas as instituições centrais, reage a eles de forma complexa, ambivalente e com a inércia decorrente do seu gigantismo, seja no número de pessoas envolvidas, onde se incluem para além dos alunos um grande contingente de profissionais de vários tipos, seja nos recursos financeiros implicados, seja ainda na rede vasta de infraestruturas que implica.

Isso é visível, por exemplo, na relação da escola com a economia. A própria massificação e diversificação do sistema de ensino decorre, em boa medida, da interdependência que mantém, a vários níveis, com o mercado de trabalho. O processo de terciarização da economia, em particular, teve papel determinante na elevação dos níveis de escolaridade nos países ricos. Mas essa relação não tem estado isenta de desajustamentos e incongruências de vária ordem e, certamente, continuará a não estar no futuro.

O peso que devem ter, no quadro do ensino secundário, as fileiras técnicas e profissionais em comparação com as que conduzem prioritariamente à universidade, a discussão sobre se o sistema de ensino deve fornecer mais especialistas ou mais pessoas dotadas de conhecimentos gerais e polivalentes, a chamada desvalorização dos diplomas por efeito da massificação universitária ou, ainda, o alegado divórcio entre uma escola de "conhecimentos teóricos" e a dita "vida prática" do mundo das empresas, são algumas das questões principais que, num quadro de mudança social global, a relação entre sistema de ensino e mercado de trabalho coloca.

Outra dimensão fundamental da escola é a sua relação com a cidadania, entendida como capacidades de escolha de cidadãos portadores de direitos e deveres. Essa relação começa desde logo por a própria escolarização ser considerada, hoje em dia, um direito elementar para todos e prolonga-se no facto de ela constituir, ao mesmo tempo, condição indispensável para o exercício de outros direitos e deveres e potenciar formas de participação social e política. A universalização do acesso ao ensino e a erradicação quase completa do analfabetismo representaram, só por si, um salto decisivo e sem precedentes no sentido da democratização dos saberes e das oportunidades nas sociedades mais avançadas. Mas, como veremos adiante, a própria lógica de funcionamento da instituição escolar tem contribuído directamente para reproduzir e cristalizar várias formas de desigualdade social, o que acaba por impor limites a essa democratização.

A contínua expansão do sistema de ensino e a consequente elevação dos níveis de instrução das populações estão em correlação directa com os níveis de desenvolvimento económico e social dos países. Um traço comum a todas as sociedades industriais avançadas é a existência, há já algumas décadas, de sistemas de ensino que a maioria esmagadora da população frequentou ou frequenta durante muitos anos, o que significa inexistência de analfabetismo, bons níveis médios de escolarização e altas percentagens de pessoas com diplomas universitários.

O desenvolvimento dos sistema de ensino não é, obviamente, a única variável em jogo nos processos de modernização das sociedades. Há países com níveis de escolaridade consideráveis, que, apesar disso, e por a essa dimensão não se terem associado outras de natureza económica ou política, não atingiram níveis de desenvolvimento global tão altos. Sendo certo que nos processos de desenvolvimento da sociedades não há nenhum factor que, por si só, seja determinante, mas sim um conjunto integrado de factores económicos, políticos, tecnológicos e culturais, a escolarização de massas é, sem dúvida, um deles. Não

admira, portanto, que o panorama mundial da escolarização acompanhe de perto os níveis de desenvolvimento económico e social das várias regiões do planeta.

Nos países do "terceiro mundo", que receberam das antigas potências coloniais populações praticamente não escolarizadas, se exceptuarmos as elites que assumiram o poder político após os processos de independência, a situação geral é, ainda hoje, de altos níveis de analfabetismo e sistemas de ensino com todo o tipo de carências materiais e de recursos humanos. Em 1990, mais de metade da população africana e cerca de 40% da asiática era iletrada, valores que sobem para a ordem dos sessenta por cento no sector feminino, fortemente excluído do acesso à escola, especialmente nos países islâmicos. Em alguns países, há ainda metade das crianças que não cumpre qualquer escolaridade formal e na Índia, por exemplo, para uma população total de 830 milhões de pessoas, há cerca de 280 milhões de analfabetos, número impressionante em termos absolutos embora não seja de modo algum dos mais altos em termos relativos.

Apesar do esforço notório de expansão das instituições de ensino realizado nas duas últimas décadas, as projecções para o ano 2000 apontam para valores de analfabetismo acima dos trinta por cento, o que significará ainda uma enorme distância relativamente aos padrões médios dos países industrializados.

De facto, nestes últimos, nomeadamente nos mais ricos, a educação foi um sector que conheceu taxas crescentes de investimento público praticamente durante todo o século XX. Em resultado disso, o analfabetismo tem hoje uma expressão insignificante, a escolaridade mínima obrigatória, que em casos como a Inglaterra foi instituída já há mais de cem anos, é de dez ou mesmo doze anos e há percentagens elevadas, e em crescimento, de pessoas com diplomas de ensino superior. Até certa altura, a população universitária era maioritariamente masculina, mas nos anos mais recentes essa tendência mudou e hoje atingiu-se a paridade ou mesma a situação inversa, como acontece principalmente nos Estados Unidos e nos países escandinavos.

Neste quadro global, Portugal ocupa uma posição que, sendo muito distante da do terceiro mundo, o mantém na cauda dos países mais desenvolvidos. Apesar de aprovada em 1966 a lei que impunha seis anos de escolaridade obrigatória, só depois de Abril de 1974 esse objectivo se foi tornando realidade em todo o país. Recentemente, instituiu-se o mínimo de nove anos, mas o número de crianças e jovens que abandonam a escola antes de o cumprirem é ainda significativo, sendo muito alta, por outro lado, a percentagem de jovens que não prosseguem os estudos para além desse ponto.

Como se pode ver no Quadro 7, nos anos 60 os níveis de escolarização da população portuguesa eram muito baixos[1]. Nessa data, as pessoas que tinham atingido o ensino médio ou o ensino superior não chegavam a 1% e menos de cinco por cento tinham chegado ao secundário. Em contrapartida, no início dessa década, 33% dos portugueses eram analfabetos. De então para cá, houve

[1] Dados retirados de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 307-330.

um aumento bastante rápido dos níveis de escolaridade. Mais de vinte por cento da população actual atingiu o secundário e é incomparavelmente maior, do que há vinte ou trinta anos atrás, o número dos que frequentaram ou frequentam os escalões mais altos do ensino. Este último número, note-se, dobrou sempre de década para década, para o que contribuiu não só a expansão da rede pública de universidades mas também, em anos mais próximos, o crescimento da oferta privada de ensino superior.

Sobretudo nas gerações mais novas, o panorama é muito diferente. Correntemente, perto de vinte por cento dos jovens dos 20-24 anos frequentam a universidade, o que significa fortes contrastes de escolarização entre pais e filhos em muitas famílias portuguesas. Por outro lado, depois de várias décadas de clara predominância masculina no ensino superior, as mulheres são já mais do que os homens, no que Portugal parece acompanhar uma tendência mais geral, que engloba, como se disse, sobretudo os Estados Unidos e os países escandinavos.

QUADRO 7

Portugal – Evolução dos níveis de ensino atingidos (1960-1991)

	1960	1970	1981	1991
Básico (primário e preparatório)	32.8	52.2	56.7	64.8
Secundário (unificado e complementar)	4.6	7.8	12.3	21.5
Médio e superior	0.8	1.6	3.6	8.0

De qualquer forma, Portugal ainda tem um significativo atraso a recuperar para se equiparar aos padrões médios dos países mais desenvolvidos. Basta dizer que, numa altura em que o analfabetismo tem expressão praticamente nula em quase todos os países da OCDE e da União Europeia, em Portugal, em 1991, ele atinge mais de um milhão de pessoas.

Outras comparações pertinentes podem ser feitas. Em 1989, apenas 8% da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos tinha completado o ensino secundário ou obtido um diploma do ensino superior, valores muito abaixo da média dos países desenvolvidos: 19% dos espanhóis, 26% dos italianos, 38% dos irlandeses, 50% dos franceses, 70% dos japoneses e 80% dos suíços tinham-no conseguido. Portugal está também abaixo da grande maioria desses países no que respeita às despesas públicas com o sector da educação, e na duração e cobertura da escolaridade obrigatória. Especialmente negativa é a situação ao nível

do ensino pré-escolar. Quando na maioria dos países europeus mais de noventa por cento das crianças de 5 anos estão inseridas no sistema pré-escolar, em Portugal, no fim dos anos 80, esse valor não chegava aos trinta por cento.

Importa dizer, ainda, que, em face das grandes assimetrias de desenvolvimento regional da sociedade portuguesa, os valores nacionais escondem fortes contrastes internos. Em todos os indicadores citados, as regiões de Lisboa e do Porto estão bastante melhor do que a média do país, o que significa que noutras regiões as comparações internacionais são ainda mais desfavoráveis a Portugal. Em várias zonas do interior, para além da desertificação progressiva estar a fechar muitas escolas primárias e a fazer funcionar outras com três ou quatro alunos, as taxas de analfabetismo rondam ainda os vinte por cento.

2.4.2.2 Instituição escolar e desigualdades sociais

As sociedades contemporâneas estão longe de serem sociedades de igualdade de oportunidades. Mesmo nos países industrializados mais ricos, que proporcionam aos indivíduos um leque de possibilidades muito mais aberto do que qualquer outro modelo de organização social, há formas duradouras de desigualdade baseadas na classe social, na raça, na etnia ou no sexo. A importância crescentemente decisiva da escola coloca-a no centro dos processos de estruturação dessas formas de desigualdade social, uma vez que ela tem também cada vez mais influência na determinação dos destinos individuais e colectivos.

É verdade que a universalização do sistema de ensino e o aumento regular dos níveis de escolaridade obrigatória têm contribuído para democratizar o acesso a saberes, competências e oportunidades e erradicar formas extremas de desigualdade e de exclusão, de que o analfabetismo é um exemplo. Por outro lado, reconhece-se à escola alguma capacidade de corrigir desigualdades herdadas, na medida em que permite a um número não desprezável de pessoas fazer percursos de efectiva mobilidade social ascendente, que por outra via seriam difíceis de concretizar.

No entanto, quando observamos o funcionamento da instituição escolar nas sociedades actuais não podemos deixar de destacar também o facto de a escola contribuir directamente para a reprodução, e até para o reforço, de vários tipos de desigualdade social, o que acaba por limitar o alcance do impulso democratizador que a ideia de escolarização generalizada transporta, no sentido em que só parcialmente se cumpre o objectivo de correcção das desigualdades de oportunidades para o qual a instituição escolar se propõe contribuir.

Estudos realizados em diferentes países industrializados, incluindo Portugal, mostram que as instituições escolares actuam de forma socialmente selectiva, pelo menos em três pontos fundamentais: no sucesso escolar, nas taxas e tempos de abandono do sistema de ensino e no acesso às instituições universitárias.

O insucesso escolar, geralmente medido pela taxa de reprovações e pelas dificuldades de aprendizagem, pode atingir valores muito elevados. Ainda não há muitos anos, em Portugal, por exemplo, cerca de trinta por cento das crianças que frequentavam o ensino básico tinham insucesso escolar[1]. Quando se estudam as características sociais dessas crianças percebe-se que o insucesso escolar implica selecção social, ou seja, que as taxas de reprovação variam regularmente em função dos seus meios sociais de origem.

[1] Ver ANA BENAVENTE e ADELAIDE PINTO CORREIA, *Obstáculos ao sucesso na escola primária*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1981 e ANA BENAVENTE, ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, FERNANDO LUÍS MACHADO E MANUELA CASTRO NEVES, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1991 (edição original, 1987).

Assim, enquanto entre os alunos filhos de quadros e de profissionais científicos e técnicos, em particular de professores, as taxas de reprovação são praticamente nulas, elas sobem regularmente à medida que percorremos a hierarquia das posições sociais no sentido descendente. Entre os filhos de empregados administrativos ou de pequenos comerciantes o insucesso escolar já é maior e dá um salto quantitativo entre os filhos de operários e de agricultores e trabalhadores agrícolas, categorias em que as taxas de reprovação na escola estão bastante acima da média e só são superadas pelas das crianças provenientes de meios sociais fortemente instabilizados e precarizados por situações de pobreza crónica.

Nos países onde residem minorias étnicas e raciais desfavorecidas e portadoras de características culturais contrastantes encontramos um padrão semelhante, com maior incidência de insucesso escolar entre as crianças dessas minorias do que nas da restante população. Em suma, o insucesso escolar não se distribui na sociedade de forma aleatória, mas acompanha as linhas de desigualdade social, contribuindo ao mesmo tempo para as reforçar e reproduzir de uma geração para outra.

Como os que têm mais insucesso nos resultados escolares são os que tendem a deixar de estudar mais cedo, também o abandono escolar e o acesso às instituições de ensino superior se tornam socialmente selectivos. São, de facto, as crianças de meios sociais com recursos económicos e culturais mais fracos que abandonam primeiro o sistema de ensino, não sendo raro que o façam antes mesmo de completarem os níveis instituídos de escolaridade obrigatória. Mesmo entre as crianças que não tiveram problemas de aprendizagem durante essa fase inicial, a abandono é mais provável para as que têm condições sociais mais baixas.

Deste modo, aqueles que se candidatam aos lugares disponíveis na universidade são o conjunto restrito dos que conseguiram passar por sucessivos momentos de filtragem social. Quando se observa a origem de classe dos estudantes universitários, encontra-se, então, altas percentagens de oriundos de famílias com recursos económicos e escolares elevados e um número muito mais pequeno de estudantes oriundos de famílias operárias, de empregados executantes ou de agricultores. Se compararmos os efectivos de estudantes provenientes das diferentes classes com o peso quantitativo de cada uma delas na estrutura social, concluímos que as classes com mais recursos estão fortemente sobrerrepresentadas, isto é, a sua expressão quantitativa na sociedade é muito menor do que na universidade, e as classes com menos recursos estão fortemente subrepresen-

tadas, acontecendo o oposto. Isto significa, portanto, que a probabilidade das crianças de uma e outra origem virem um dia a atingir a universidade é muito desigual.

Se o insucesso e o abandono escolar, por um lado, e o acesso a níveis superiores de ensino, por outro, têm uma correlação clara com a origem de classe, a correlação é ainda mais nítida quando os fazemos variar em função da escolaridade dos pais e mães dos alunos. Qualquer das duas primeiras eventualidades se torna mais improvável à medida que aumentam os níveis de instrução das famílias de origem. Os filhos de pais com diplomas universitários, em particular, são os que raramente conhecem insucesso escolar, menos abandonam precocemente o sistema de ensino e mais diplomas universitários obtêm eles próprios.

Para a instituição escolar parece ser mais fácil transmitir saberes e competências aos meios sociais onde esses saberes já existem, sob a forma de capital escolar e cultural, do que aos meios sociais deles desprovidos. É por tender a privilegiar os favorecidos e a excluir os desfavorecidos que se diz que a escola contribui ela própria para a reprodução das desigualdades sociais.

Antes dos trabalhos da sociologia da educação terem posto em evidência, de forma inequívoca, as variáveis sociais e institucionais que estão na base do insucesso escolar e do abandono precoce do sistema de ensino, as explicações dadas para estes fenómenos eram de cariz marcadamente individualista e naturalista, atribuindo as diferenças de resultados escolares a diferenças de capacidades intelectuais das crianças. Para a chamada "teoria dos dons" o insucesso resultava, simplesmente, do facto de umas crianças serem mais inteligentes do que outras. Para além de ignorar que aquilo a que chamamos inteligência é também produto do meio social e cultural em que cada criança é socializada, essa teoria não conseguia explicar porque é que o insucesso escolar, alegadamente resultante apenas de factores de natureza individual, varia então de forma tão directa com as categorias sociais de origem dos alunos.

Numa fase posterior, quando a dita teoria dos dons é posta de lado, generaliza-se outro modelo de explicação, no qual as variáveis sociais têm lugar central. O insucesso e o abandono escolar seriam resultado, sobretudo, das carências sócio-culturais das crianças provenientes de meios sociais desfavorecidos. O que a escola teria a fazer era desenvolver esquemas de educação compensatória que pudessem colmatar, na medida do possível, essas carências. Embora mais avançada do que a anterior, por considerar os resultados escolares como um fenómeno social relacionado com outros fenómenos sociais, esta segunda teoria tinha, no entanto, alcance explicativo limitado. Ao atribuir as causas do insucesso e do abandono escolar exclusivamente ao meio social, deixava de fora uma das variáveis mais importantes em jogo, ou seja, o funcionamento da própria instituição escolar e os seus efeitos sobre os desempenhos dos alunos.

É justamente nesse ponto que as teorias mais recentes vão centrar a sua atenção, mostrando que o insucesso escolar é também o insucesso da escola em lidar com a diferenciação social e cultural dos seus públicos. A própria institui-

ção escolar e os seus protagonistas principais – os professores – deixam de ser vistos como elementos neutros e são colocados directamente no centro do problema, defendendo-se que as condições que propiciam o insucesso escolar passam também pelo modo como eles se relacionam com as características sociais e culturais diferenciadas dos alunos[1].

Vários estudos mostraram, com efeito, que as normas, os valores, os modos de organização e a linguagem predominantes no mundo escolar transportam consigo uma determinada marca de classe, que os tornam mais próximas dos padrões culturais das classes médias e superiores do que das classes populares. Por isso, enquanto para as crianças oriundas das classes favorecidas a escola é um mundo onde estão relativamente à vontade, que é familiar, na medida em que representa uma experiência de continuidade com o meio cultural de que são provenientes, para as crianças oriundas das classes populares ela é, muitas vezes, um universo estranho, que não se domina e com o qual se entra em ruptura.

Ao desenvolver mais facilmente afinidades com os alunos das classes sociais mais escolarizadas e, pelo contrário, ao reforçar as distâncias relativamente aos alunos oriundos de meios populares, é a própria instituição escolar que está a criar condições para o sucesso dos primeiros e o insucesso dos segundos, os quais, à medida que vão sentindo dificuldades de aprendizagem, vão interiorizando, muitas vezes, uma imagem negativa de si próprios, que só diminui ainda mais as possibilidades objectivas de alcançarem resultados positivos.

A questão da linguagem foi das que mereceu estudo aprofundado. Analisando a relação de crianças de diferentes meios sociais com a escola, ao nível da utilização da língua, o investigador inglês Basil Bernstein mostrou que os códigos linguísticos característicos das crianças de classe média e das crianças de classes populares colocavam as primeiras numa posição de vantagem face às segundas no contexto da escola[2]. Segundo Bernstein, as crianças oriundas de meios populares expressam-se de acordo com um código restrito, ao passo que as crianças das classes médias utilizam um código elaborado.

No primeiro caso, a linguagem utilizada está estreitamente dependente dos contextos particulares de experiência prática, que se supõe serem do conhecimento directo dos interlocutores, o que resulta num discurso mais implícito do que explícito, relativamente pobre em adjectivos e advérbios, onde predominam as construções sintácticas limitadas e as frases inacabadas. Elementos como o tom ou a intensidade da voz ou a linguagem gestual assumem aqui maior importância.

No código elaborado, a linguagem é empregue de forma independente dos contextos para que remete aquilo de que se fala. É uma linguagem mais explícita, em que se consegue descrever acontecimentos ou acções independentemente dos interlocutores conhecerem ou não as circunstâncias em que eles ocorreram, o que se traduz em construções sintácticas mais complexas, na maior utilização de adjectivos e preposições, na maior facilidade em estabelecer relações lógicas e generalizações e em expressar por palavras ideias abstractas e sentimentos

[1] Um dos estudos que marcou essa viragem neste campo foi o de PIERRE BOURDIEU e JEAN-CLAUDE PASSERON, *A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Editorial Vega, s/d (edição original, 1970).

[2] BASIL BERNSTEIN, *Class, Codes and Control*, London, Routledge and Kegan Paul, 3 vols., 1975.

subtis. Aqui, embora não estejam ausentes, os elementos de linguagem não verbal têm menor importância.

Entre o código elaborado e o código restrito não há qualquer relação de superioridade-inferioridade, uma vez que qualquer deles permite, por vias diferentes, atingir níveis elevados de comunicação e expressividade. Mas na medida em que a instituição escolar, pela sua própria cultura académica, privilegia a linguagem formal e abstracta, as crianças que, no quadro da socialização extra-escolar, desenvolvem códigos de discurso elaborados são mais capazes de lidarem com as exigências do ensino do que aquelas que não o fazem, as quais sentem mais dificuldades em se posicionarem nesse novo universo linguístico.

Outra área que tem merecido investigação sistemática é a da interacção que se estabelece na própria sala de aula entre professores e alunos. Uma das conclusões importantes daí retiradas foi que as opiniões que os professores têm, à partida, sobre os alunos de diferentes meios sociais têm real influência sobre os desempenhos e os trajectos escolares desses alunos. Enquanto no caso dos que mais se aproximam do padrão do "aluno ideal" se desenvolvem facilmente afinidades e expectativas positivas, sobre os "alunos difíceis" tendem a formar-se opiniões e expectativas negativas[1].

[1] Sobre este tema ver SARA DELAMONT, *Interacção na Sala de Aula*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987 (edição original, 1983).

Assim, as imagens valorizadas ou desvalorizadas que os professores eventualmente construam sobre as características sociais e culturais dos alunos podem contribuir, tanto quanto essas características, para que eles tenham sucesso ou insucesso escolar. Isso passa-se, com alguma frequência, com as crianças oriundas de meios populares. Se, à partida, o professor tem baixas expectativas sobre o desempenho futuro dessas crianças, por estar convencido que os meios de onde são provenientes sofrem de carências sociais e culturais que as empurram, quase inevitavelmente, para maus desempenhos escolares, então é esse mesmo convencimento que pode influenciar negativamente os resultados que elas venham a conseguir.

As imagens desvalorizadas iniciais passam, muitas vezes de forma inconsciente, para as práticas pedagógicas e, genericamente, para a relação do professor com esses alunos no curso do quotidiano escolar, gerando formas de interacção selectiva. É mais um exemplo do que em sociologia se costuma chamar profecias que se cumprem por si próprias: se um professor está firmemente convencido de que determinados alunos estão destinados a terem insucesso escolar, então é mais provável que eles o tenham, de facto.

Perante os resultados acumulados de sucessivas investigações sobre estes e outros aspectos do funcionamento do sistema de ensino, hoje é cada vez mais aceite por todos os que a ele estão ligados a ideia de que, embora não sendo o único, a escola é dos mais importantes factores de insucesso escolar, contribuindo, por isso, para a formação e reprodução de certas formas de desigualdade social.

Apesar das resistências à mudança próprias de qualquer instituição pesada como é a escola e de subsistirem, aqui e ali, entre os próprios agentes de ensino, concepções retrógradas sobre as causas de fenómenos como o insucesso ou o

abandono, a instituição escolar tem vindo a explorar, já há algum tempo, novos caminhos e soluções, seja no plano das medidas globais de política educativa, seja no da inovação pedagógica, seja ainda no do relacionamento da escola com o meio envolvente, que tende hoje a ser mais aberto do que em qualquer fase anterior.

As pressões no sentido da mudança vêm, aliás, em grande parte, da própria sociedade. Com efeito, a importância sempre crescente das instituições escolares nas sociedades modernas faz que nelas convirjam, cada vez mais, as expectativas das famílias de diferentes meios sociais. Mesmo nos meios mais desfavorecidos, em que a relação com a escola é marcada, como vimos, por desencontros e bloqueamentos de vários tipos, está hoje largamente adquirida a ideia de que a escola é uma via fundamental, praticamente indispensável, para assegurar uma melhor posição futura para os filhos.

A escolarização das crianças torna-se, assim, objecto de crescente preocupação e investimento das famílias, umas porque sabem que só a escola pode proporcionar trajectos de mobilidade ascendente e melhores condições de integração social aos seus filhos, outras porque sabem que a obtenção de uma escolaridade elevada é indispensável para que os filhos conservem no futuro o estatuto social médio ou elevado que elas têm hoje.

3. Desigualdades, Identidades e Valores

Por efeito de processos societais como a industrialização, a terciarização ou as migrações e devido à acção de instituições como a escola ou a família, as sociedades contemporâneas atingiram elevado grau de complexidade e diferenciação social e cultural.

No que diz respeito, em particular, às sociedades mais desenvolvidas, a acção combinada desses e doutros processos e instituições transformou radicalmente os tipos de desigualdades e diferenças prevalecentes em anteriores formas de organização social. A liberdade e as oportunidades de que dispõem os que vivem nas sociedades industriais modernas são incomparavelmente maiores das que tinha quem viveu sob a rigidez hierárquica das sociedades feudais e dos sistemas de estratificação por castas, onde a grande maioria das pessoas pouco ou nada podia fazer para alterar a condição social em que nascia.

Mas se essas formas mais rígidas de desigualdade social desapareceram, outras houve que emergiram e cristalizaram. Embora sejam muito mais abertas do que quaisquer sociedades anteriores, as sociedades modernas, mesmo as mais avançadas, estão longe de poderem ser consideradas igualitárias nas oportunidades que conferem aos seus membros.

As desigualdades de classe são a mais importante forma moderna de desigualdade social. Actualmente, essas desigualdades não apresentam, é certo, o carácter extremado e polarizado que tiveram, durante o século XIX, nos países onde a capitalismo se desenvolveu mais depressa, e que autores clássicos como Karl Marx identificaram claramente. Contudo, o conceito de classe social continua a explicar uma parte significativa das desigualdades observáveis nas sociedades contemporâneas, seja ao nível do poder, das possibilidades escolares e profissionais, dos níveis e tipos de consumo ou de muitos outros aspectos da existência individual e colectiva.

Os destinos sociais de cada indivíduo reflectem sempre, em algum grau, a sua origem de classe. Para atingir determinada posição social não é indiferente o facto de se nascer numa família rica ou pobre, com níveis de escolaridade elevados ou sem escolaridade, de zonas urbanas desenvolvidas ou de zonas rurais deprimidas e isoladas. Isto não quer dizer, obviamente, que não exista mobilidade social, quer ascendente quer descendente, isto é, que os indivíduos não possam alterar a sua condição de classe ao longo da vida. A mobilidade social existe e pode atingir expressão tanto mais significativa quanto mais aberto for o leque de oportunidades ao alcance de cada pessoa e mais eficazes forem os mecanismos sociais correctores desse tipo de desigualdades herdadas.

As desigualdades sociais podem também basear-se em diferenças de sexo, etnia ou raça. Nestes casos, são diferenças de natureza física e biológica que assumem, historicamente, determinado significado social, cultural e político, dando origem a outros tipos de desigualdades, mais ou menos institucionalizadas.

A problemática do género, isto é, das desigualdades socialmente construídas em torna da diferença sexual, é das que tem maior visibilidade nas sociedades con-

temporâneas. Não que a discriminação sexual não fosse muito mais forte e diversificada em épocas anteriores da história da humanidade, mas porque é nos tempos de hoje, mais do que em quaisquer outros, que ela é contestada como obstáculo à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e se torna objecto de discussão e medidas políticas. Muitas formas institucionalizadas de desigualdade sexual têm vindo a ser sucessivamente suprimidas. No entanto, outras persistem, com particular incidência em certas sociedades e meios, seja ao nível do mercado de trabalho, dos papéis familiares, do acesso a lugares de poder ou de outros aspectos da vida social.

A distribuição desigual de recursos e oportunidades em função da raça ou da etnia é outra das formas de desigualdade comuns nas sociedades contemporâneas. Onde a discriminação racial atingiu extremos foi em casos como o do *apartheid* sul-africano, agora em vias de desmantelamento, onde uma larga maioria de população, racialmente definida, é politicamente dominada e economicamente explorada e as formas de discriminação se estendem à segregação das residências e dos equipamentos públicos, à limitação da liberdade de circulação e à proibição dos casamentos mistos.

Para lá dessas situações extremas, em muitos países a presença de minorias étnicas ou raciais é acompanhada de um padrão de desigualdades sociais, mais ou menos rígido, que afecta de forma particular os seus membros, por contraste com a população maioritária. Geralmente esse contraste é para baixo, com as pessoas pertencentes a minorias a serem penalizadas por oportunidades desiguais nas diversas esferas da vida social. Embora seja mais raro, essa pertença pode também traduzir-se em condições socioeconómicas favorecidas, como acontece com as comunidades judaicas um pouco por todo o mundo.

O conceito de etnicidade visa justamente captar a importância que tem assumido nas sociedades contemporâneas a pertença a minorias étnica ou racialmente contrastantes, não só no plano das desigualdades sociais, como no das identidades culturais e no da acção política. Dizendo de outra maneira, a questão colocada pela coexistência de grupos etnica e racialmente distintos não é apenas a das desigualdades sociais, mas também a da convivência, mais ou menos fácil, entre culturas diferentes e a das implicações que daí decorrem para o modo como essas sociedades se organizam politicamente. Assim, na problemática da etnicidade é difícil distinguir a fronteira que separa a reivindicação da igualdade de oportunidades da afirmação do direito à diferença, uma vez que as duas se sobrepõem de maneira complexa.

Expressão notória dos efeitos combinados de vários tipos de desigualdades são as situações de pobreza. Para além da privação extrema vivida por amplos sectores das populações do terceiro mundo, assistimos, nos últimos anos, à emergência da chamada nova pobreza nos países mais desenvolvidos, ao mesmo tempo que em países onde estão em curso processos de modernização e desenvolvimento, como é o caso de Portugal, a nova pobreza se combina com formas persistentes de pobreza tradicional.

O que está em causa não é apenas a privação material no sentido estrito, mas a realidade mais ampla dos processos sociais que excluem certo grupos e categorias de múltiplas dimensões da vida em sociedade. Fala-se, então, não só de pobreza mas de exclusão social, incluindo-se nesse conceito tanto a condição economicamente desprivilegiada dos pobres em todos os seus aspectos, como a carência de recursos profissionais, escolares ou habitacionais, mas também a não inclusão em esquemas de protecção social, a ausência de participação social e política e as formas de pensar e agir que tendem a reforçar o efeito negativo desses factores objectivos. Em suma, neste sentido mais amplo e rigoroso, ser pobre é estar excluído das dimensões constitutivas da cidadania nas sociedades modernas.

É neste quadro de desigualdades e diferenças socialmente estruturadas que surge uma variedade de conflitos sociais e de formas de acção colectiva, através das quais as categorias sociais afectadas visam alterar a sua situação.

Os conflitos de classes foram, durante muito tempo, a forma mais saliente de acção colectiva nas sociedades modernas. No século passado e nas primeiras décadas deste século, coincidindo com a implantação e o desenvolvimento do capitalismo, o movimento operário foi, nomeadamente nos países europeus, o grande protagonista das lutas sociais pela alteração das condições de trabalho e pelo alargamento dos direitos de cidadania. Hoje o movimento operário já não tem essa centralidade, uma vez que os conflitos entre patrões e trabalhadores adquiriram, regra geral, um carácter institucionalizado e auto-regulado.

Com a diferenciação e complexificação crescentes dos modos de organização das sociedades contemporâneas, e ao mesmo tempo que o movimento operário perde centralidade, novas fontes de conflito emergem, outras até aí secundárias intensificam-se, e com elas surgem outros protagonistas colectivos, habitualmente designados por novos movimentos sociais.

Aí se incluem movimentos cujas motivações e focos de atenção têm um carácter extremamente universalista, no sentido em que interessam a amplas comunidades de pessoas, como sejam o movimento ecologista ou feminista, até outros de natureza particularista, como acontece quando estão em causa as reinvindicações específicas e localizadas de uma determinada minoria cultural ou religiosa.

Uma das principais características desses movimentos é o facto de se situarem, pelo menos na sua fase inicial, fora do quadro da política institucional, representada pelos partidos, pelas organizações patronais e sindicais e pelas grandes associações profissionais e serem, por isso mesmo, portadores de novas formas de participação política, que podem envolver indivíduos pertencentes a todo o tipo de categorias sociais. Tal como aconteceu com o movimento operário na sua fase mais intensa, também aqui o que está em causa é a luta pelo alargamento a novos grupos de pessoas de certos direitos de cidadania já existentes ou a reivindicação de novos direitos. O Estado constitui-se, assim, como interlocutor privilegiado dos novos movimentos sociais, quer por ser ele próprio o

alvo desses movimentos, quer por funcionar como mediador e regulador de interesses externos divergentes.

3.1 Classes, Mobilidade Social e Acção Colectiva

3.1.1 *Elementos de definição do conceito de classe social*

Tal como acontece com muitos outros conceitos fundamentais da sociologia, é no pensamento dos clássicos fundadores da disciplina que se podem encontrar os elementos básicos de definição do conceito de classe social.

Para Karl Marx (1818-1883) as classes definem-se a partir da estrutura económica das sociedades, entendida como o conjunto das relações que os indivíduos necessariamente estabelecem na produção social da sua existência. O lugar ocupado nessas relações de produção determina a pertença de classe de cada um. No caso das sociedades capitalistas, aquelas que Marx analisou com maior profundidade, o factor mais importante na formação das classes é a propriedade privada dos meios de produção. Ela estabelece uma linha divisória de condições sociais que se agregam em duas classes fundamentais com interesses opostos – uma classe proprietária, a burguesia, nomeadamente a burguesia industrial, e uma classe assalariada, o proletariado, em permanente crescimento na altura em que Marx escreve, que apenas possui a sua própria força de trabalho, a qual é obrigado a vender aos primeiros, submetendo-se a horários longos, salários baixos e condições de trabalho pesadas.

A relação entre as duas classes é, por um lado, uma relação de exploração, já que o valor do trabalho que cada operário vende ao seu patrão é sempre maior do que o valor do salário que recebe, e, por outro lado, uma relação de poder, já que a classe burguesa não só se apropria do trabalho dos operários como domina o Estado, que Marx considerava ser um mero instrumento político através do qual a burguesia garantia a sua posição na sociedade. O enriquecimento progressivo da classe burguesa contrasta fortemente com as duras condições de vida dos que mais contribuíam para essa riqueza, o que tornava inevitável o conflito aberto entre as duas classes.

Marx não deixou de assinalar a presença de outras classes e fracções de classe, como o campesinato ou a pequena burguesia, mas considerava que o seu protagonismo era reduzido e que estavam largamente destinadas à proletarização. Em raras passagens da sua obra, refere-se igualmente a uma classe média, ficando, por isso, sem se saber que papel Marx atribuía a essa classe na sociedade capitalista do seu tempo e como via o seu futuro.

A segunda formulação clássica neste campo é a de Max Weber (1864-1920), que definiu também as classes por referência à ordem económica e que, como Marx, considerava as relações entre classes como relações de poder. Mas, para Weber essas relações estabelecem-se, não no contexto da produção e de

relações de exploração, mas na esfera do mercado e de relações de competição entre indivíduos e grupos que aí jogam os seus recursos, sejam eles a propriedade, a força de trabalho ou qualificações profissionais mais ou menos raras. Geram-se, assim, não duas classes antagónicas, mas uma pluralidade de situações de classe. Uma classe seria então o conjunto dos indivíduos com idêntica situação no mercado, não significando isso que daí decorra uma consciência comum e um protagonismo colectivo, como o que Marx pensava terem, tendencialmente, a burguesia e o proletariado.

Outra diferença importante na concepção weberiana é que, para além das classes, existem outras formas de desigualdade social institucionalizadas, nomeadamente grupos de status, cuja diferenciação não decorre directamente das relações económicas, mas do prestígio socialmente atribuído aos estilos de vida, aos tipos de profissão ou às origens familiares de certos grupos.

Desde que estas formulações fundadoras foram produzidas, as estruturas de classes das sociedades industrializadas sofreram profundas transformações. A proletarização que Marx anunciava como certa, e que polarizaria cada vez mais as relações sociais em torno de duas classes antagónicas, não ocorreu, muito embora a incidência do assalariamento seja muito alta em todas as sociedades desenvolvidas. Ao mesmo tempo que, através da sua acção colectiva, iam conquistando direitos e melhorias de estatuto, os trabalhadores industriais foram diminuindo, no entanto, a sua expressão numérica. Por outro lado, cresceram constantemente as chamadas classes médias, sectores intermédios não localizáveis nem na burguesia nem no operariado. Transformações importantes foram ainda o declínio das fracções ligadas à agricultura e a recomposição da classe burguesa, resultante das modificações das próprias relações de propriedade.

Em face do grau mais elevado de complexidade e diferenciação das sociedades actuais, as concepções mais recentes, embora conservem alguns contributos fundamentais dos autores clássicos, enfatizam a ideia de que as classes sociais só se podem definir em termos multidimensionais, ou seja, não através de um, mas de uma pluralidade de critérios.

Duas das mais importantes propostas teóricas são as do americano Erik Olin Wright e do francês Pierre Bourdieu[1]. Wright define as classes a partir da articulação de três tipos básicos de recursos: propriedade dos meios de produção, que estabelece uma linha divisória entre proprietários e não proprietários e distingue ainda diferentes posições entre os primeiros consoante o montante de recursos de propriedade que possuem; recursos em qualificações, sejam escolares ou profissionais e que distinguem os que, no quadro da divisão de trabalho, ocupam posições técnicas e de concepção de níveis variados daqueles que desempenham apenas funções de execução; recursos organizacionais, que diferenciam aqueles que detêm poderes de decisão e autoridade hierárquica em vários planos das organizações dos que não tomam decisões nem têm poderes de enquadramento de outros profissionais.

Cruzando estas três dimensões, Wright chega a uma matriz multidimensional de lugares de classe, onde, do lado dos assalariados, há posições que combinam

[1] ERIK OLIN WRIGHT, *Classes*, Londres, Verso Editions, 1985 e PIERRE BOURDIEU, *La Distinction – critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979. Para uma análise destas e de outras perspectivas teóricas sobre as classes sociais ver JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos – camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986, pp. 45-103.

elevados montantes de recursos em qualificações e de recursos organizacionais, outras desprovidas dos dois tipos de recursos e outras ainda que detêm um dos tipos sem deterem o outro. Assim, entre a burguesia proprietária e o operariado – classe genericamente desprovida dos vários tipos de recursos – existe uma variedade de lugares de classe intermédios ocupados, nomeadamente, por gestores, técnicos e empregados semi-qualificados.

Na concepção de Pierre Bourdieu, as linhas de divisão entre as classes são traçadas pela posse diferencial de vários capitais, como sejam o capital económico (propriedade e rendimentos), o capital cultural (níveis de escolaridade e de cultura), o capital social (relações e influências) ou o capital simbólico (prestígio), todos eles operando generalizadamente nas relações sociais. Em função do montante global de capital possuído e do modo como os vários tipos de capitais se combinam para formar esse montante, Bourdieu distingue classes e fracções de classe, como sejam as classes dominantes, detentoras de elevados volumes globais de capital de vários tipos ou as classes populares, englobando as posições que se caracterizam pelos mais baixos montantes desses capitais. Entre essas duas classes situam-se diferentes fracções da pequena burguesia, desde os comerciantes e pequenos proprietários ("pequena burguesia em declínio"), caracterizados por possuírem mais capital económico do que cultural, até à "pequena burguesia nova", formada por aqueles que, como os professores ou os intermediários culturais, possuem mais capital cultural do que económico.

Para além do volume e das formas de combinação dos vários capitais, a definição de Bourdieu contempla ainda uma dimensão temporal que é a das trajectórias sociais, ao longo das quais quer a quantidade quer a qualidade dos recursos possuídos pelos indivíduos se podem alterar. A progressão em termos profissionais ou de nível de escolaridade, por exemplo, pode proporcionar a passagem de uma condição de classe mais baixa para uma mais elevada.

3.1.2 *Estrutura de classes e mobilidade social*

A partir destas propostas teóricas podemos, então, avançar com uma definição mais precisa: classes são categorias sociais cujos membros, em virtude de serem portadores de montantes e tipos de recursos semelhantes, tendem a ter condições de existência semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas práticas e representações sociais, ou seja, naquilo que fazem e naquilo que pensam. Falar de estrutura de classes é falar, então, de sistemas duradouros de diferenças, a esses vários níveis, entre indivíduos que ocupam distintos lugares de classe.

A configuração complexa da estrutura de classes característica das sociedades capitalistas mais avançadas pode também, agora, ser melhor compreendida. Por um lado, há maior diferenciação interna das classes superiores. Aí se incluem os patrões de empresas de maior dimensão, mas igualmente directores de

empresas e quadros dirigentes do sector público e profissionais liberais de elevado estatuto, que no seu conjunto não representam, geralmente, mais de dez por cento da população. No outro extremo do espaço social das classes está o operariado, ele próprio internamente diferenciado de acordo com os níveis de qualificação profissional e com a natureza mais estável ou precária dos sectores do mercado de trabalho onde está inserido, e que representa valores na ordem dos trinta por cento. Aparecem também sectores "desclassificados", sectores marginais com pesos diferenciados conforme as estruturas sociais e as conjunturas sócio-económicas.

O traço dominante da composição de classe nessas sociedades é, no entanto, o peso das classes médias, a que pertence sessenta por cento ou mais da população e onde se englobam situações bastante diferenciadas.

Deve distinguir-se, desde logo, as chamadas velha e nova classe média. A primeira compreende pequenos proprietários e trabalhadores independentes, como sejam os comerciantes e prestadores de serviços das zonas urbanas, que exercem profissões por conta própria e que ou não têm assalariados ao seu serviço ou quando têm é em número muito reduzido. Incluem-se também aqui os pequenos agricultores, embora estes tendam a distinguir-se pela especificidade dos seus recursos e da sua actividade económica. No espaço global das classes médias estes sectores têm uma expressão minoritária, em particular a componente agrícola que não comporta mais de três ou quatro por cento da população. Em todo o caso, e apesar de em certas fases parece tender para o rápido declínio, a velha classe média, também designada por pequena burguesia proprietária, tem-se mantido e renovado.

Mas a importância social e cultural das classes médias advém sobretudo dos sectores assalariados, chamados "novos" para os distinguir dos anteriores. Com essa designação pretende-se abranger o vasto espectro de profissões do sector terciário ou de serviços, incluindo o ensino, a saúde, a administração pública, os bancos, os seguros, entre outros. Nestas novas classes médias há, no entanto, grande heterogeneidade de posições. O principal critério de diferenciação é o dos níveis de qualificação escolar. Temos, assim, de um lado, profissões altamente qualificadas, baseadas na posse de qualificações académicas médias ou superiores, a que estão associadas funções científicas, técnicas e de direcção. Por outro lado, há um número relativamente maior de posições profissionais caracterizadas por níveis mais baixos de qualificações e por serem essencialmente de execução, como é o caso dos empregados administrativos de todo o tipo[1].

A localização destes empregados executantes, ou pelo menos de parte deles, nas classes médias tem merecido críticas da parte de alguns autores. A principal delas é a de que, sendo lugares de mera execução, onde prevalece a rotinização das tarefas e onde não há autonomia, isso os aproxima largamente da condição dos próprios trabalhadores industriais. Em suma, dadas as formas de organização de trabalho predominantes, certas faixas das chamadas classes médias estariam já largamente proletarizadas, o que significaria que a fronteira entre as duas classes estaria mais "acima" e que o operariado teria maior dimensão quantitativa.

[1] Uma obra clássica mas ainda actual consagrada à análise da problemática das classes médias nas sociedades contemporâneas é a de Charles Wright Mills, *A Nova Classe Média (White-Collar)*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969 (ed. orig. 1951).

É uma crítica que, até certo ponto, se justifica. Mas se há aspectos que aproximam uma parte das classes médias assalariadas dos operários industriais, outros existem que os afastam. Desde logo, a natureza manual, pesada e "suja" de parte do trabalho industrial e do ambiente em que é feito. Essa diferença vê-se no próprio vestuário utilizado quando se trabalha. A sociologia norte-americana captou bem essa diferença quando institucionalizou os termos "colarinhos brancos" (*white-collar*) para designar a indumentária habitual dos trabalhadores administrativos e de escritório e "colarinhos azuis" (*blue-collar*) para referir o fato-macaco usado pelos operários industriais. Mas as diferenças existem também ao nível do contexto de relações onde se processam as actividades profissionais de uns e outros. Os empregados administrativos estão em relação permanente, não com os operários, mas com as camadas altamente qualificadas das classes médias e é com estas últimas que desenvolvem afinidades que se prolongam para fora do próprio espaço de trabalho e moldam a sua identidade social com parâmetros diferentes da dos operários. Uma terceira mas não menos importante diferença é a composição sexual destas duas classes, com o operariado industrial predominantemente masculino e os empregados executantes do terciário predominantemente femininos.

Outras situações de localização complexa são as duplas pertenças de classe, associadas à pluriactividade profissional. Um só indivíduo ou, mais geralmente, uma mesma unidade familiar podem combinar diferentes tipos de recursos, como sejam o assalariamento e a pequena propriedade ou uma actividade por conta própria.

Na sociedade portuguesa, um dos casos em que isso acontece é o das famílias de campesinato parcial. Como o nome indica, trata-se de famílias de camponeses que se dedicam apenas parcialmente a actividades agrícolas, combinando-as com o assalariamento na indústria ou nos serviços dos seus membros mais novos, nomeadamente os de sexo masculino, ficando a continuidade diária das tarefas agrícolas entregue às mulheres, às crianças e aos mais idosos. Apesar de, nestes casos, não estarem reunidas condições para uma agricultura a tempo inteiro economicamente viável, o valor simbólico e material da posse de terra leva-as a prolongarem a dupla actividade, em vez de optarem exclusivamente por actividades profissionais não agrícolas. A insuficiência dos rendimentos agrícolas obriga, portanto, à procura de fontes complementares de receita, as quais contribuem, por sua vez, para conservar a ligação à terra. É assim que, numa fase em que o efectivo global de população activa ligada à agricultura está em declínio em Portugal, crescem as famílias de campesinato parcial[1].

[1] O estudo aprofundado desta fracção de classe em Portugal foi feito por João Ferreira de Almeida em *Classes Sociais nos Campos – camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986.

Estes exemplos mostram bem que as fronteiras de classe não são rígidas nem imutáveis. Os processos de transformação social que presidem ao declínio ou ao crescimento de certas classes e fracções de classe, podem também fazer aumentar ou diminuir distâncias sociais e económicas e conduzir certas categorias a posições transversais na estrutura de classes, redesenhando do mesmo passo essas linhas de fronteira.

Para além desses movimentos globais, que alteram a própria configuração da estrutura de classes enquanto tal, há toda uma variedade de fluxos de

mobilidade social entre diferentes lugares de classe. Falar de mobilidade social é designar os movimentos ascendentes, descendentes ou estacionários percorridos por indivíduos, famílias ou grupos entre posições diferentes da estrutura de classes. Esses movimentos podem observar-se no tempo de duas ou mais gerações, por exemplo comparando lugares de classe ocupados por pais e filhos, caso em que se fala de mobilidade intergeracional, ou ser estudado no curso do ciclo de vida de um só conjunto de indivíduos, a mobilidade intrageracional.

Embora os países industrializados, em comparação com todas as outras formas de organização social, precedentes e actuais, sejam os que proporcionam a cada indivíduo mais possibilidades de alterar a sua condição social, os muitos estudos de mobilidade social realizados ao longo das últimas décadas têm revelado formas persistentes de desigualdade de oportunidades.

Em particular, sabe-se que a origem de classe pode condicionar decisivamente o estatuto social futuro de cada indivíduo. Para os que nascem em famílias de fracos recursos económicos, com baixos níveis de instrução ou residentes em zonas desfavorecidas, condições que muitas vezes aparecem associadas, as possibilidades de alterarem a sua condição de classe são limitadas. Em contrapartida, os filhos de famílias detentoras de elevados capitais económicos, escolares ou profissionais, têm, à partida, muito mais probabilidade de virem eles próprios a ocupar uma posição semelhante à dos seus pais. Assim, é muito mais provável filhos de operários tornarem-se operários e filhos de quadros tornarem-se quadros, do que um cenário em que essas posições se invertam[1].

[1] Sobre este tema ver DANIEL BERTAUX, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes Editores, 1978 (edição original, 1977).

O facto de haver uma alta taxa de reprodução intergeracional de lugares de classe não significa que com ela não coexistem níveis significativos de mobilidade social ascendente e descendente, também revelados pelos estudos feitos sobre o tema. Não estamos a falar tanto dos casos excepcionais das pessoas de meios muito desfavorecidos que atingem posições de grande proeminência na sociedade, mas dos muitos indivíduos e famílias que conhecem melhorias sensíveis de condição social ao longo das suas vidas.

A passagem da condição de assalariado para uma actividade por conta própria bem sucedida ou mesmo para a condição de patrão, a progressão em carreiras profissionais, a aquisição de escolaridade e de formação especializada, a deslocação para áreas geográficas mais desenvolvidas, são vias que proporcionam mobilidade ascendente a um número significativo de pessoas nas sociedades actuais. A concretização de trajectórias sociais desse tipo é especialmente facilitada nas fases em que as sociedades apresentam taxas elevadas de crescimento económico, que tendem a gerar mais oportunidades. Por outro lado, também não é desprezável o número de situações em que, particularmente em conjunturas de crise económica, ocorrem trajectos de mobilidade descendente. O desemprego de longa duração numa determinada fase da vida profissional, a falência de uma pequena empresa ou mesmo a posse, pelos filhos, de níveis de escolaridade mais baixos que os dos pais são exemplos de situações em que isso pode acontecer.

Podemos mesmo afirmar que a importância sempre crescente das qualificações escolares nas sociedades contemporâneas tem contribuído, e poderá contribuir ainda mais no futuro, para a abertura de novos canais de mobilidade. Embora se saiba que o acesso e o sucesso na escola são condicionados, a vários níveis, pelas origens de classe dos alunos, a via escolar é, de qualquer modo, um caminho mais aberto do que o da propriedade económica, onde o mecanismo da herança familiar reproduz de forma mais directa as desigualdades de condição social.

A universidade, em particular, é hoje uma instituição decisiva na distribuição dos indivíduos pelos lugares de classe. Se muitas vezes os que a frequentam estão apenas a reproduzir a condição social dos seus pais, a outros ela proporciona reais trajectos de mobilidade ascendente.

3.1.3 *Estrutura de classes e mobilidade social em Portugal*

Para termos uma ideia mais concreta de certos processos de recomposição das estruturas de classes e das dinâmicas de mobilidade social que as atravessam, observemos agora alguns elementos relativos à sociedade portuguesa. As profundas transformações económicas e sociais que têm vindo a ocorrer no nosso país nas últimas décadas, sobretudo depois de 1974, são bem visíveis quando se observa a evolução do peso relativo das várias classes e fracções de classe nesse período[1].

Um dos processos estruturais mais importantes de que dá conta o Quadro 8 é o constante declínio das fracções ligadas à agricultura. Em 1960, o conjunto do campesinato e dos assalariados agrícolas representavam mais de quarenta por cento da população portuguesa, um valor muito acima dos países europeus mais desenvolvidos, que já nessa época tinham modernizado os seus sectores agrícolas, conseguindo produzir bastante mais com uma percentagem muito mais baixa de população afecta a essa actividade.

Hoje, o peso dessas fracções passou para menos de um quarto do que era há trinta anos, destacando-se particularmente o trajecto dos assalariados agrícolas que caem de quase trinta por cento para um valor estatisticamente insignificante. A emigração, por um lado, e as migrações internas associadas ao assalariamento no sector industrial e de serviços, por outro, são alguns dos factores que explicam esta evolução. Embora continue a apresentar uma percentagem de população agrícola superior à média europeia, essa mudança contribuiu decisivamente para tornar a estrutura de classes da sociedade portuguesa mais parecida, neste ponto, com a da generalidade dos países da União Europeia.

Paralelamente, ocorre outro processo de mutação profunda, que é o do crescimento rápido das classes médias assalariadas, onde se incluem os profissionais técnicos e de enquadramento e os empregados executantes. Entre 1960 e 1992 o peso conjunto dessas duas categorias na estrutura social portuguesa quase triplicou, aproximando-se dos cinquenta por cento. O ritmo de crescimento é particularmente notável no caso dos profissionais técnicos e de enquadramento, que

[1] Os elementos constantes dos Quadros 8 e 9 foram retirados de JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA e FERNANDO LUÍS MACHADO, "Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos", in *Portugal, 20 Anos de Democracia* (org. António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 307-330.

passam de 2,6% para 16,8%. Este salto resulta da conjugação de dois processos principais: por um lado, o aumento também muito rápido dos níveis de escolaridade em Portugal, especialmente no respeitante ao ensino superior; por outro lado, o desenvolvimento dos sectores do ensino, da saúde, da justiça, da segurança social e de outros ligados ao campo de intervenção do Estado, bem como a relativa modernização do tecido empresarial, que foram absorvendo essas novas gerações de profissionais altamente qualificados. Além do rápido crescimento dos efectivos, verificou-se uma profunda transformação destas duas classes no que toca à composição sexual. Nos anos 60, qualquer delas era maioritariamente masculina, sobretudo a dos profissionais técnicos e de enquadramento. Actualmente, nesta última categoria as mulheres atingiram a plena paridade com os homens, enquanto entre os empregados executantes são já largamente maioritárias.

QUADRO 8

Evolução da estrutura de classes em Portugal (1960-1992)

(valores em percentagens)

	1960	1970	1981	1992
Empresários e Dirigentes	6.0	3.0	4.4	7.8
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	2.6	4.9	7.9	16.8
Trabalhadores Independentes	3.8	7.3	7.2	12.9
Camponeses	14.1	15.2	11.3	6.2
Empregados Executantes	14.6	19.4	26.0	27.5
Operários industriais	30.7	33.9	36.0	26.8
Assalariados agrícolas	28.3	16.2	7.2	1.9
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos", in *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

As restantes classes e fracções de classe conhecem também alterações significativas. Os operários industriais, depois de duas décadas de crescimento regular, em que constituíram a classe com maior peso numérico, registam uma quebra de dez pontos percentuais entre 1981 e 1992. Os empresários e dirigentes, classe minoritária situada no topo da estrutura de classes, evoluem em sentido contrário, vendo os seus efectivos aumentarem em 1992 para perto do dobro de dez anos antes. Importa dizer, contudo, que este crescimento se deve em boa parte à proliferação de pequenas iniciativas empresariais envolvendo números reduzidos de trabalhadores.

Quanto aos trabalhadores independentes, que correspondem ao que atrás se designou por velha classe média, apresentam um trajecto regular de crescimento de década para década, somando cerca de treze por cento actualmente. Algum desse crescimento é, no entanto, ilusório, já que com os trabalhadores independentes propriamente ditos se mistura uma quantidade não determinável de situações de assalariamento disfarçado, que têm a ver com a prática de muitas empresas e do próprio Estado de redução dos quadros de trabalhadores fixos, recorrendo regularmente, em alternativa, a trabalhadores externos falsamente independentes.

Aos elementos fornecidos pelo Quadro 8, que dão conta da evolução da estrutura de classes tal como pode ser captada através das estatísticas oficiais, importa acrescentar os casos das muitas pessoas que estão em situação de pluriactividade, como os camponeses parciais atrás referidos, ou que desenvolvem actividades económicas por conta própria e por conta de outrem, mais ou menos precárias, no âmbito da economia subterrânea e informal. Essas situações têm carácter duradouro e envolvem efectivos muito grandes, sendo relativamente frequente que a mesma pessoa ou família participe simultaneamente nessas duas faces da economia do país.

A recomposição global e profunda da estrutura de classes é um dos factores que está na base da grande diversidade de percursos que encontramos quando analisamos a mobilidade intergeracional na sociedade portuguesa. Embora possam existir fluxos de mobilidade significativos mesmo quando a estrutura de classes não sofre alterações de fundo, eles são necessariamente mais intensos e diversificados nos casos em que essas alterações ocorrem.

O Quadro 9 estabelece a relação entre os lugares de classe actuais dos portugueses residentes em zonas urbanas (classe social) e os lugares de classe das respectivas famílias de origem (origem social). Observando o quadro célula a célula, pode-se, então, ver quantos dos indivíduos actualmente pertencentes a cada uma das cinco classes sociais (cujo peso relativo está indicado entre parênteses) são oriundos dessas mesmas classes e quantos provêm de classes mais altas ou mais baixas.

A grande diversidade de fluxos de mobilidade está patente, desde logo, no facto de praticamente todas as células do Quadro 9 apresentarem valores estatisticamente relevantes, com excepção de duas ou três que estão abaixo dos quatro pontos percentuais. Isso significa que há movimentos com expressão significativa a ligar quase todas as categorias umas às outras, sejam no sentido ascendente, seja no sentido descendente ou ainda em situações de estacionaridade de trajectória.

Vejamos alguns exemplos. Começando pela primeira célula, verificamos que 25% dos actuais empresários e dirigentes são oriundos de famílias com esse mesmo lugar de classe, que outros tantos provêm de famílias de trabalhadores independentes e de camponeses e que 23,4% têm origem operária. Se o primeiro caso representa uma situação de imobilidade social, no sentido em que os filhos meramente reproduzem a condição de classe que os pais já tinham, já os

QUADRO 9

Mobilidade social intergeracional em Portugal

(valores em percentagens)

Classe social / *Origem social*	*Empres. e Dirigentes (6.9)*	*Prof. Técnicos e de Enquad. (15.0)*	*Trabalhador Independ. e Camp. (6.5)*	*Empreg. Execut. (42.5)*	*Operários (29.1)*
Empresários e Dirigentes (7.6)	25.0	14.0	8.1	5.6	2.9
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (11.7)	15.2	29.1	2.4	12.2	3.1
Trabalhadores Independentes e Camponeses (26.0)	25.0	22.8	41.1	25.3	25.5
Empregados Executantes (16.8)	11.4	18.6	11.3	20.4	13.4
Operários (37.9)	23.4	15.5	37.1	36.5	55.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos", in *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

restantes apontam claramente para fluxos de mobilidade ascendente, sobretudo no que respeita aos empresários que vêm de famílias operárias.

Indo agora para a base da estrutura de classes, verificamos que entre os operários são bastante mais numerosas as trajectórias estacionárias: 55,1% deles têm a mesma pertença de classe dos seus pais. Trata-se, aliás, da classe em que a taxa de reprodução intergeracional é mais alta. No entanto, há também operários provenientes de outras classes e que fazem percursos de nítida mobilidade social descendente, como sejam aqueles cujos pais eram empresários e dirigentes (2,9%) ou profissionais técnicos e de enquadramento (3,1%).

Passando para as outras classes voltamos a encontrar, tanto na nova como na velha classe média, menos trajectórias estacionárias e mais trajectórias ascendentes e descendentes. Alguns dos fluxos mais significativos são a mobilidade descendente de empresários e dirigentes e de profissionais técnicos e de enquadramento para empregados executantes, respectivamente 5,6% e 12,2%, e os fluxos de mobilidade ascendente de operários e de empregados executantes para profissionais técnicos e de enquadramento, respectivamente 15,5% e 18,6%. Também os trabalhadores independentes, para além do auto-recrutamento de

classe (41,1%), recebem efectivos de classes com mais recursos, como sejam os 8,1% provenientes de famílias de empresários e dirigentes, e tendencialmente com menos recursos, que é o caso dos 37,1% oriundos do operariado.

Em face desta pluralidade de trajectos ascendentes e descendentes a ligar os vários lugares de classe uns aos outros, é preciso dizer que nem todos têm o mesmo significado sociológico. Importa distinguir aquilo que é mobilidade social num sentido forte, que costuma designar-se por mobilidade de longo alcance, da chamada mobilidade de curto alcance, geralmente mais intensa do que a primeira, e que ocorre entre lugares de classe vizinhos, onde a diferença de condição social não é tão grande.

Nesse sentido, os trajectos dos empresários e dirigentes originários do operariado e o dos profissionais técnicos e de enquadramento também oriundos dessa classe representam mudanças de condição social muito mais marcadas – num caso pelo acesso a propriedade no outro pelo acesso a escolaridade – do que, por exemplo, os movimentos nos dois sentidos entre as categorias de empregados executantes e trabalhadores independentes. Por outro lado, sabe-se que uma parte dos movimentos descendentes de longo alcance são transitórios, por se tratar de pessoas que estão no início da sua vida activa e que, por isso mesmo, apresentam uma diferença de estatuto relativamente aos seus pais que será recuperada progressivamente no curso das suas trajectórias futuras.

Deve acrescentar-se que o contraponto às elevadas taxas de mobilidade ascendente verificadas nas últimas décadas é a persistência de formas de pobreza tradicional, bem como o surgimento de situações de nova pobreza, revelando trajectos de reprodução duradoura de condições sociais desfavorecidas ou de mobilidade descendente em sectores significativos da sociedade portuguesa.

3.1.4 *Classes, práticas e estilos de vida*

Os condicionamentos impostos pela pertença de classe não se manifestam somente ao nível das possibilidades maiores ou menores de mobilidade social. Como se disse atrás, a semelhança de condições de existência dos membros de uma mesma classe leva também ao desenvolvimento de afinidades nas suas práticas e representações sociais (o que fazem e pensam) e de diferenças relativamente às práticas e representações dos membros de outras classes.

Exemplo disso é justamente a relação das diferentes classes com a instituição escolar. Como vimos num capítulo anterior, o sucesso ou insucesso na escola, longe de se distribuírem aleatoriamente por toda a sociedade, apresentam uma clara correlação com as origens de classe dos alunos. São sobretudo aqueles que provêm das classes populares com recursos económicos e culturais mais fracos que têm dificuldades em progredir longamente na escolarização, ao passo que isso é muitíssimo mais raro entre crianças de meios sociais com níveis de instrução elevados. Mais do que depender estritamente dos talentos

individuais dos alunos, o sucesso ou insucesso escolar reflectem a sua condição de classe e os condicionamentos sociais que ela impõe. Em conformidade com essa relação objectiva, as imagens que as famílias desses dois meios têm da escola e dos valores da cultura escolar, como seja o gosto pela leitura, por exemplo, tendem, a ser muito diferentes.

As zonas de residência e de convívio seleccionadas e a endogamia de classe nas escolhas matrimoniais, isto é, a tendência para as pessoas se casarem dentro da mesma classe e não entre classes diferentes, são outros exemplos dos constrangimentos sociais que a condição de classe impõe às práticas de cada indivíduo.

Como se processa essa mediação entre estruturas de classe e práticas sociais? Um dos autores que mais investigou este problema foi o já referido sociólogo francês Pierre Bourdieu, que descreve essa mediação através do conceito de sistema de disposições (*habitus*). Este conceito designa genericamente a maneira como as pessoas tendem a pensar e a agir nas mais variadas circunstâncias da vida. A ideia fundamental de Bourdieu é a de que esse sistema de disposições é o resultado da interiorização progressiva pelos indivíduos das condições objectivas da classe a que pertencem, nomeadamente através da socialização no âmbito da família de origem, mas também da escola, do meio social em que se vive e de outras experiências individuais e colectivas.

É essa sucessão de experiências, onde avulta a marca da classe a que se pertence, que molda a forma como, em cada momento, percepcionamos e apreciamos as coisas e as pessoas e como agimos perante elas. Tal como a diferentes condições de classe correspondem diferentes sistemas de disposições, também as práticas dos membros de uma mesma classe tendem a ser idênticas entre si e distintas das práticas dos membros de outras classes.

Para além do efeito de inculcação inicial que é produto sobretudo da socialização familiar, os sistemas de disposições reflectem ainda o efeito específico das trajectórias sociais percorridas, tendendo a ser diferentes conforme se tratem de trajectórias ascendentes ou descendentes, de longo ou curto alcance. Assim, indivíduos com o mesmo lugar de classe actual mas com origens de classe muito diferentes tenderão a ter também distintos sistemas de disposições. Uma das situações clássicas em que isso é visível é a diferença de comportamentos entre os chamados "novos ricos", que conhecem trajectos muito rápidos de mobilidade ascendente, e o das pessoas cuja riqueza é de família. Nos primeiros é muito frequente, por exemplo, a prática de consumos ostentatórios como forma de afirmação de um estatuto social que, no caso dos segundos, está perfeitamente consolidado e reconhecido.

Bourdieu vai testar este modelo teórico investigando empiricamente um tipo de práticas que, aparentemente, não obedecem a qualquer regularidade social – o gosto. Com efeito, é comum a ideia de que as apreciações e preferências de cada um, nos mais variados planos, dependem apenas de factores de ordem individual e que cada pessoa tem um padrão de gosto singular, não sujeito a condicionamentos sociais de qualquer género. No entanto, Bourdieu consegue

mostrar, de forma muito convincente, que esses condicionamentos sociais existem em larga escala e que há similaridades e diferenças de gosto entre as pessoas que estão directamente relacionadas com as respectivas condições de classe.

Através do estudo sistemático dos estilos de vida da população francesa, isto é, das suas práticas e consumos em campos tão variados como a alimentação, o vestuário, a decoração da casa, a música, o cinema, a frequência de museus, a televisão, mas também das suas maneiras de falar e de receber em casa ou das suas opiniões a respeito da política e da sexualidade, entre muitos outros aspectos, Bourdieu chega à conclusão de que gostos comuns tendem a corresponder a pertenças de classe e a trajectórias sociais comuns e gostos diferentes a pertenças de classe e a trajectórias sociais diferentes.

No quadro 10 podemos ver alguns exemplos retirados desse estudo, relativos à frequência de certas práticas culturais por parte de pessoas pertencentes às classes superiores, às classes médias e às classes populares[1].

[1] Os elementos agregados no Quadro 10 foram retirados de PIERRE BOURDIEU, *La Distinction – critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979.

QUADRO 10

Gostos e práticas culturais por classe social

(valores em percentagens)

	Fotografia e/ou cinema	*Conhecem mais de 11 compositores de música clássica*	*Conhecem mais de 3 realizadores de cinema*	*Artes plásticas*	*Visita a museus*
Classes superiores	65	26	15	9	51
Classes médias	59	8	7	11	29
Classes populares	50	0	2	4	6

As regularidades são muito claras e consistentes. Seja na frequência de museus, na prática de fotografia e na ida ao cinema, na capacidade de identificar os compositores de uma lista de obras de música clássica ou os realizadores de uma lista de filmes, as classes populares registam sistematicamente níveis de resposta mais baixos do que as classes médias e superiores. Se em alguns casos as diferenças não são muito grandes, como acontece com a ida ao cinema, que está hoje massificada, noutros são enormes: enquanto 26% dos entrevistados pertencentes à classes superiores conseguiram identificar mais de onze compositores de uma lista de dezasseis peças de música clássica, o mesmo tendo feito

8% dos entrevistados das classes médias, não houve nenhum das classes populares que tenha sido capaz de o fazer.

A partir destes e de muitos outros indicadores, Bourdieu põe em evidência que, devido aos condicionamentos impostos pelas quantidades de capital económico e cultural disponíveis, aquilo que para os membros de determinada classe é inacessível ou extravagante é visto como indispensável e banal para os que têm uma condição de classe mais elevada. Para além de reflectir as diferenças de condições de existência, o gosto funciona, assim, como instrumento de distinção e de manutenção das distâncias sociais entre as classes. A massificação de certos consumos, antes só acessíveis a classes de maiores recursos, traz sempre consigo uma desvalorização aos olhos dessas classes e a introdução de novas práticas, que reponham o carácter distinto e selectivo das anteriores e mantenham as diferenças de status.

As relações de poder entre as classes passam não só pela posse desigual de capital económico, cultural ou social, mas pela manifestação de estilos de vida distintos, cuja hierarquização social – uns conferem mais prestígio do que outros – e os critérios dessa hierarquização, são também uma forma de poder. Segundo Bourdieu, as classes dominantes são dominantes também por isso.

3.1.5 *Classes, acção colectiva e novos movimentos sociais*

O estudo do conflito social e das formas de acção colectiva a ele associadas tem sido, desde sempre, uma dimensão importante da análise de classes, a começar pelos autores clássicos que estabeleceram as primeiras formulações neste campo.

No pensamento de Karl Marx a ideia de enfrentamento entre classes tinha um papel central. Marx afirmava que "a luta de classes era o motor da história", querendo com isso dizer que foram as dinâmicas de conflito entre classes antagónicas, ao longo de toda a história da humanidade, que ditaram a superação de umas formas de organização social por outras e que o mesmo aconteceria com as sociedades capitalistas.

Nestas últimas, o antagonismo entre classes era especialmente acentuado. A exploração de uma enorme massa de trabalhadores por uma minoria de proprietários, e as profundas assimetrias de condição social e de poder daí resultantes, significavam que os interesses das duas classes se chocavam directamente e eram virtualmente irreconciliáveis. Se a burguesia estava decidida a prosseguir o seu trajecto de acumulação e expansão económica, o proletariado visava a superação dessa lógica de organização social pela de uma sociedade sem classes. Marx via nas lutas operárias contra as duras condições de vida e de trabalho na sociedade capitalista do seu tempo o sinal de que o capitalismo estava, como ele dizia, a cavar a sua própria sepultura. Mais cedo ou mais tarde, o resultado da luta de classes seria a própria superação da sociedade capitalista e a instauração de outra ordem social, sem exploração do homem pelo homem.

Na concepção marxista as classes aparecem como actores colectivos, enfrentando-se no campo dos conflitos sociais em defesa de interesses próprios. Isso supõe que os membros de cada classe reconhecem e tomam esses interesses como seus, isto é, que têm consciência de classe, e são capazes de se mobilizar e organizar para lutar por eles.

É justamente neste ponto que Max Weber, o outro autor clássico já referido, discorda de Marx, estabelecendo uma linha de discussão que perdura até aos nossos dias na teoria sociológica. Para Weber a constituição das classes como forças sociais dotadas de interesses comuns e de identidade e consciência própria não é um dado adquirido. Como vimos, Weber considerava que os indivíduos se encontravam numa variedade de situações de classe, sempre com um grau considerável de transitoriedade. Não estabelecia, por isso, uma divisão dicotómica entre duas grandes categorias cristalizadas e antagónicas. Assim, o facto de um certo número de indivíduos se encontrar na mesma situação de classe não significa que tenham necessariamente interesses comuns e se envolvam em formas de acção colectiva. Os interesses individuais podem não coincidir com o que é suposto serem os interesses colectivos de uma determinada classe.

A questão que se coloca é, então, saber em que condições as classes se constituem como actores colectivos e actuam como forças sociais em conflito. O mesmo é perguntar em que condições aqueles que estão numa mesma situação de classe deixam de constituir meras categorias económicas para se tornarem em classes sociais, no sentido da partilha de interesses, identidades e capacidades de mobilização.

Uma das condições importantes é de natureza estrutural e tem a ver com o grau de abertura ou fechamento da sociedade, no que respeita ao leque de oportunidades à disposição de cada um. Se a estrutura social é aberta e as oportunidades de que os indivíduos dispõem são em grande número, não chega a haver cristalização das condições de existência das várias categorias sociais, porque estas têm possibilidade de alterar o seu estatuto; pelo contrário, se a estrutura social é fechada, as situações de privilégio e desprivilégio tendem a tornar-se duradouras e as fronteiras entre as classes são mais difíceis de transpor[1].

Dito de outro modo, a formação das classes como forças sociais varia de acordo com os padrões de mobilidade social. Quando as possibilidades de mobilidade são reduzidas, as acções colectivas de classe são mais prováveis; quando a mobilidade social tem canais abertos é menos provável que os membros de determinada classe se mobilizem para tentar obter colectivamente aquilo que está ao alcance dos seus percursos individuais.

Outro tipo de condições importantes são de natureza política. Desde logo, a existência de liberdade de expressão e associação e, genericamente, de direitos de participação política de que todos os membros de uma sociedade sejam titulares. Mas podemos incluir também aqui as capacidades de construir formas organizativas, de definir objectivos e estratégias de acção, de criar lideranças reconhecidas e eficazes. Há ainda condições de natureza cultural, como seja a

[1] Para a discussão deste problema e de outros mais gerais sobre as classes ver ANTHONY GIDDENS, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975 (edição original, 1973).

partilha de valores e de orientações ideológicas no que respeita aos focos e objectivos da acção e o reconhecimento pela maioria dos participantes potenciais nessa acção da existência de interesses comuns.

A criação destas condições culturais para a acção colectiva é tanto mais provável quanto maior o desfasamento entre as expectativas de mobilidade social dos indivíduos e as possibilidades reais que a sociedade oferece para concretizarem essas expectativas. A ideia de sucesso individual através do desempenho económico e profissional está fortemente arreigada nos quadros de valores das sociedades contemporâneas, o que leva à criação de expectativas generalizadas de que, no curso da vida de cada um, essa meta pode ser atingida. A frustração dessas expectativas pode conduzir a diversos tipos de reacções socialmente padronizadas, entre as quais formas de acção colectiva visando obter através da concertação de acções individuais aquilo que cada pessoa não consegue obter isoladamente.

De qualquer modo, a complexidade das estruturas de classes das sociedades actuais leva a que o alinhamento dos interesses em função dos lugares de classe ocupados não seja tão linear e inequívoco como nas fases de implantação do capitalismo que Marx analisou, em que os contrastes sociais eram muito mais marcados.

O já citado sociólogo norte-americano, Erik Olin Wright, é um dos que melhor analisa esta questão. Ele mostra que uma das principais razões para isso é o facto de muitos desse lugares de classe serem lugares de classe contraditórios, no sentido em que são lugares simultaneamente dominantes e dominados no quadro das relações de poder entre as classes. Assim, os seus ocupantes podem virtualmente alinhar os seus interesses em campos distintos. Por exemplo, os interesses daqueles que desempenham profissões técnicas e de enquadramento nas empresas e organizações podem convergir com os dos empregados executantes na medida em que todos são assalariados e portanto partilham, a esse nível, um lugar de subordinação; no entanto, esses profissionais técnicos e de enquadramento, devido às qualificações e posições hierárquicas que ocupam, não deixam eles próprios de manter relações de autoridade sobre os empregados executantes, o que, em termos de interesses, os pode também aproximar do pólo dos empregadores.

O movimento operário é um dos exemplos marcantes da constituição das classes como forças sociais e foi, durante muitas décadas, o grande protagonista colectivo dos conflitos nas sociedades capitalistas. Durante grande parte do século XIX e nas primeiras décadas deste século, nos vários países de industrialização avançada, como a Inglaterra ou a França, as lutas operárias conheceram muitas fases de conflitualidade aberta e generalizada, onde, para além do protesto contra a dureza das condições de vida – horários, salários, condições de trabalho – estavam em causa os próprios direitos políticos de associação e expressão. A partir da segunda metade do século XIX esses protestos começam a ter carácter mais organizado, sendo a criação da Associação Internacional dos

Trabalhadores, em Londres, no ano de 1864, um dos momentos decisivos de um processo organizativo que continuou, por toda a Europa, com a criação de partidos políticos e sindicatos estreitamente ligados aos interesses e reivindicações operárias.

A história deste percurso de século e meio é também a história da conquista sucessiva de direitos e regalias sociais, incluindo o direito de expressão e associação, o direito à greve, a regulamentação e redução progressiva dos horários de trabalho, a negociação salarial, o benefício de esquemas de protecção social ou, mais recentemente, as férias pagas. É neste sentido que se costuma falar de institucionalização do conflito de classes, para referir o facto de, nas sociedades contemporâneas, as lutas operárias e dos trabalhadores assalariados em geral, terem perdido o carácter incontrolado e aberto das fases iniciais de desenvolvimento do capitalismo, para se incorporarem na normalidade da ordem política.

Embora possa haver períodos de maior conflitualidade, em que a regulação dos conflitos laborais falhe devido, nomeadamente, a mudanças de orientação nas políticas governativas que ponham em causa direitos anteriormente adquiridos, o mais comum é a negociação de interesses, mais ou menos permanente, entre empregadores e trabalhadores, com a mediação do Estado.

A institucionalização do conflito de classes é, assim, resultado do desenvolvimento do sistema de cidadania das sociedades modernas, pressionado pela força do movimento operário, que, por um lado, conseguiu que certos direitos já existentes fossem alargados a novas categorias de indivíduos e, por outro lado, conquistou novos direitos. É preciso dizer, em todo o caso, que há sectores que continuam a ficar fora deste quadro de garantias e regulação, como sejam os trabalhadores assalariados da economia subterrânea e informal, mais ou menos numerosos conforme os países e conforme as conjunturas económicas e políticas sejam de crise ou de crescimento e integração.

Apesar de não ter desaparecido de cena nas sociedades industriais avançadas, é certo que, nas últimas décadas, o movimento operário e, mais geralmente, todas as formas de acção colectiva relacionadas com as classes sociais perderam a centralidade que tiveram noutras fases, em favor dos chamados novos movimentos sociais.

À medida que algumas das reivindicações mais importantes na esfera do trabalho foram sendo satisfeitas e se consolidaram os direitos aí adquiridos, outras preocupações sociais cresceram ou foram tomando forma, viradas agora para problemas de outro género, como sejam a igualdade entre homens e mulheres, a discriminação de minorias étnicas, culturais ou regionais, os problemas do ambiente e da qualidade de vida, a questão da paz e dos direitos humanos, os direitos dos consumidores, entre outros.

Alguns destes movimentos e das preocupações que lhes estão na base já não são todos novos como isso. Basta pensar, no que toca ao movimento feminista, por exemplo, nas lutas pelo direito de voto travadas, no fim do século passado e

no princípio deste, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por aquelas que ficaram conhecidas pelo nome de sufragistas. Mas foi só em tempos mais recentes, à medida que a sensibilidade pública a esses temas e problemas se foi generalizando, que os novos movimentos sociais cresceram e se diversificaram, ganhando um espaço no campo dos conflitos sociais que nunca tiveram antes.

Além de trazerem novos valores e colocarem novas questões em debate, com esses movimentos sociais surgem também novas formas de participação política. A principal diferença relativamente à formas anteriores reside no facto de, pelo menos na sua fase inicial, os novos movimentos sociais se posicionarem fora do quadro da política institucional, constituído pelos partidos, pelas organizações patronais e sindicais e pelas grandes associações profissionais, onde a negociação de interesses é a forma predominante de acção.

Ao contrário das estruturas burocratizadas e verticalmente diferenciadas destas organizações, com hierarquia rígidas de lugares onde se distinguem bem os papéis dos dirigentes e das bases, dos filiados e dos não-filiados, as formas de acção colectiva características dos novos movimentos sociais têm um carácter informal, semi-organizado, espontâneo, não-negocial. Privilegiam-se acções pontuais de protesto e intervenção, com grande visibilidade mediática e social, que tanto podem envolver uma grande massa de pessoas como pequenos grupos de activistas. Aqui as linhas que separam membros de não-membros, líderes e participantes de base são mais ténues.

Tal não significa que não exista sempre alguma tendência para a institucionalização, sobretudo quando alguns dos direitos reclamados acabam por ser reconhecidos pelo Estado e ser adoptados pelos protagonistas da política institucional. O trajecto do movimento ecologista na Alemanha é um dos melhores exemplos disso. Depois de uma fase em que se implantou fora da arena das instituições políticas tradicionais e em que atingiu os mais altos níveis de mobilização e expressão de todo o movimento ecologista europeu, os ambientalistas alemães organizaram-se como partido político, participaram em eleições nacionais e regionais, com muito bons resultados algumas vezes, e passaram a integrar o leque das organizações políticas com representação parlamentar regular.

Este exemplo mostra que, mais cedo ou mais tarde, pelo menos no que diz respeito aos movimentos sociais de cariz mais universalista, que se prendem com questões fundamentais e tendem a ser mais duradouros, a tensão entre não--institucionalização e institucionalização acaba sempre por se fazer sentir, podendo gerar fragmentações entre os próprios protagonistas desses movimentos.

Outra diferença importante dos novos movimentos sociais é que, enquanto na acção colectiva das classes estamos perante categorias sócio-económicas que se mobilizam e agem em defesa de interesses próprios, os protagonistas dos novos movimentos sociais provêm de diferentes categorias sócio-económicas e agem em nome de interesses que ou são mais universalistas, como é o caso do movimento ecologista, cujas causas interessam potencialmente a toda a população de uma região, de um país ou mesmo de todo o planeta, ou são mais particularis-

tas, como acontece quando está em questão a defesa de reinvindicações específicas de certas minorias étnicas ou culturais.

De qualquer modo, vários autores têm destacado o especial protagonismo dos sectores mais favorecidos da nova classe média, nomeadamente aqueles que estão ligadas a profissões científicas e técnicas, no desenvolvimento destes movimentos sociais. Isso deve-se, por um lado, ao facto de, sendo uma categoria cujos problemas de bem-estar e segurança material estão geralmente resolvidos, os seus membros não estarem tão virados para as reinvindicações de tipo económico que continuam a mobilizar o operariado e os assalariados menos qualificados, em geral, e estarem disponíveis para outro tipo de causas colectivas; por outro lado, tratando-se dos sectores onde os níveis de escolaridade e qualificação profissional são mais elevados, há uma particular capacidade de compreender e lidar com as questões, por vezes complexas, que estão em discussão neste campo.

As formas de acção colectiva das classes e dos novos movimentos sociais representam dos principais factores de mudança cultural nas sociedades contemporâneas.

Particularmente importante é a relação entre esses movimentos e o sistema de cidadania. Como dissemos atrás, os objectivos dos movimentos sociais são ou a generalização de direitos já existentes a categorias que os não têm ou a instituição de novos direitos. Em qualquer dos casos, a concretização desses objectivos implica necessariamente realinhamentos nas relações de poder e de participação política, em cuja gestão o Estado assume papel fundamental, seja porque é ele próprio o alvo dos movimentos sociais, seja por se colocar como mediador dos conflitos, procurando novos pontos de equilíbrio nessas relações.

Esse equilíbrio é, no entanto, provisório. Pela sua própria definição, os movimentos sociais tendem sempre a renovar-se e a diversificar-se, emergindo novas causas colectivas, partilhadas por categorias sociais mais amplas ou mais restritas. Ao capacitarem os indivíduos para formas de participação na sociedade que antes não estavam ao seu alcance, são os próprios direitos de cidadania progressivamente conquistados a contribuir directamente para esse alargamento de horizontes e de objectivos.

3.2 **Género, Etnicidade e Pobreza**

3.2.1 *Género*

A ideia muito comum de que todas as diferenças entre homens e mulheres são atribuíveis à "natureza" não resiste a uma análise um pouco mais cuidadosa. Confundem-se, nesta noção de diferenças naturais, aspectos intrinsecamente distintos – características biológicas e características de proveniência marcada-

mente sócio-cultural. De facto, à medida que os conhecimentos se foram alargando no domínio da história ou no que diz respeito a outras culturas, certas ideias foram sendo postas em causa.

O que se pensava serem atributos "naturais", como por exemplo as noções de que as mulheres seriam passivas, e os homens activos, de que elas seriam sexualmente desinteressadas e de que eles seriam sexualmente vorazes, de que eles seriam naturalmente agressivos e elas conciliadoras, mostrou-se mais tarde serem, no essencial, noções histórica, cultural e socialmente localizáveis.

Hoje, nas sociedades ocidentais, é legítimo para uma mulher o desempenho de certos papéis antes só atribuíveis aos homens. Isto não quer tanto dizer que as mulheres, no passado, não desempenhassem já certas actividades, mas mais que tais actividades não eram consideradas socialmente adequadas a uma certa imagem de mulher – a que nessa época era tida por legítima. Só para dar um exemplo, quando se pensa hoje no passado e na ideia de uma mulher "passiva, obediente, dedicada aos seus filhos e ao lar" fica na penumbra outra imagem, condição de existência da primeira, que é a da "criada" que nos bastidores da casa era paga para desenvolver "activamente" um conjunto de tarefas.

Do mesmo modo, e pensando agora na dimensão sexual, se na verdade as diferenças entre homens e mulheres fossem estritamente naturais, biológicas, haveria certamente mulheres com "naturezas" diferentes entre si. Toda a gente conhece a célebre divisão entre mulheres que se dedicavam ao prazer e ao erotismo e mulheres castas. Há alguns anos atrás o chamado duplo padrão implicava a existência destes dois tipos de mulheres. O erotismo não se enquadrava na conjugalidade. Aceitava-se que os homens casados satisfizessem as suas necessidades eróticas e sexuais fora do casamento, justamente com mulheres a que se atribuíam algumas especificidades. Teríamos assim que a "natureza" de umas impelia-as para a concretização dos desejos eróticos masculinos e a "natureza" de outras implicava resguardo e pacatez no domínio sexual. Os homens, esses, "por natureza" seriam todos, no que à sexualidade dizia respeito, escravos dos seus instintos.

Esta redução àquilo que agora nos parece absurdo serve apenas para salientar as dificuldades das explicações naturalistas. Na verdade, a partir das diferenças biológicas reais entre homens e mulheres têm sido sempre socialmente construídos sistemas de legitimação e de interditos. Basta olhar, na nossa época, para diferentes contextos sociais e civilizacionais, para encontrar essas construções. Não são as diferenças de "natureza" ou "biológicas" que explicam porque é que no mundo islâmico as mulheres são obrigadas a tapar a cara e o corpo e no mundo ocidental não são obrigadas a fazê-lo. Trata-se de diferenças de carácter civilizacional e cultural.

Mas isto não significa que seja fácil desembaraçarmo-nos dessas explicações naturalistas que estão, de forma por vezes subtil, muito enraizadas. Mesmo nas sociedades em que no plano dos direitos formais na igualdade entre homens e mulheres se avançou muitíssimo. Basta lembrar as polémicas que nos meios de

comunicação social ainda hoje se geram, às vezes de forma caricatural, para nos apercebermos das ambiguidades e dificuldades destas temáticas.

Para desfazer equívocos, diversos autores, de início sobretudo autoras, começaram a utilizar a distinção entre género e sexo. Por diferenças de sexo entendem-se, nesta lógica, as que se referem às diferenças físicas e biológicas. Neste sentido, o sexo distingue homens e mulheres, distinção geneticamente determinada e universal. Por diferenças de género entendem-se as que se referem às dimensões psicológicas, sociais e culturais, que distinguem, de forma variável, o masculino do feminino.

O aparecimento do conceito de género nas ciências sociais, apesar da existência de diferentes enquadramentos teóricos na sua operacionalização, teve justamente o mérito de permitir clarificar as diferenças entre o biológico e o social. Ao utilizá-lo somos reenviados para a tentativa de identificação dos contextos de aprendizagem do que é o feminino e o masculino na sociedade ou no contexto em análise. Tornam-se mais distantes as lógicas metafísico-naturalistas que tantos equívocos alimentaram.

As explicações pelo biológico das diferenças de comportamento entre homens e mulheres, como é natural, persistem. Há autores que afirmam, por exemplo, serem os homens quem, na maioria das culturas e sociedades, vai à caça e faz a guerra. Este facto, acrescentam, deve-se a diferenças biológicas entre mulheres e homens que tornam estes mais agressivos. Mas outros autores argumentam que, por um lado, há grandes diferenças ao nível da agressividade entre homens de diferentes culturas e, por outro, também não está confirmado que a agressividade dependa de mecanismos estritamente biológicos. O facto de as mulheres tenderem a ocupar grande parte do seu tempo em tarefas relacionadas com a maternidade é susceptível de contribuir para que elas se dediquem menos a outras tarefas. As diferenças podem ser, assim, atribuíveis às aprendizagens feitas nos diferentes contextos de socialização.

O facto das características consideradas "femininas" ou "masculinas" serem essencialmente aprendidas tem sido salientado em múltiplos contextos de análise.

A propósito das situações de dificuldade de identificação sexual, quando, por exemplo, se verifica em bébés a existência de factores cromossómicos masculinos mas órgãos genitais externos fundamentalmente femininos, ou o contrário, o que parece marcar a diferença ao longo do desenvolvimento da criança é o "género" que os pais decidem que a criança vai assumir. Assim, uma pessoa com uma identificação biológica e sexual ambígua tende a "adquirir" comportamentos masculinos ou femininos de acordo com o género que aprende desde tenra infância. Querer mais tarde mudar de género envolve um enorme esforço.

Garfinkel estudou o que ficou mais tarde conhecido como "o caso de Agnès", que se tornou extremamente elucidativo a respeito da dificuldade da mudança de género[1]. Agnès tinha sido educada/o como rapaz embora possuísse também

[1] HAROLD GARFINKEL, *Studies in Ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press, 1967.

traços biológicos femininos. Mais tarde quis mudar a sua aparência externa totalmente para o feminino. O etnometodólogo registou as inúmeras dificuldades reveladas por Agnès. Ela observava as manifestações externas normalmente associadas ao comportamento feminino para as poder copiar. Mas era um processo, dizia, muito difícil.

Há, com efeito, inúmeros sinais de reconhecimento do masculino ou do feminino que são incorporados de forma inconsciente no contexto dos processos de socialização. Os gestos aparentemente mais insignificantes, as diversas manifestações da atitude corporal, desde a forma de se sentar levantar ou andar, são apreendidos desde muito cedo. Querer adquiri-los mais tarde significa um enorme esforço para tornar explícitas aprendizagens que se processam, na maioria dos casos, de modo continuado e implícito.

As aprendizagens acerca do género dão-se nos primeiros anos da criança de modo ainda inconsciente. Muito antes de se conseguir reconhecer de forma inequívoca como rapaz ou rapariga, a criança, por volta dos dois anos, começa a distinguir parcialmente o que é o género. Há um conjunto de sinais não verbais que para isso contribuem – a maneira com se lida com as crianças, as diferenças sistemáticas na maneira de vestir, no estilo de penteado, nos cheiros dos cosméticos ou dos perfumes, etc. Começa-se então a saber se se é rapaz ou rapariga e a categorizar os outros. Só por volta dos seis anos, no entanto, é que as crianças sabem que o género não muda, que toda a gente tem género e que as diferenças entre rapazes e raparigas se baseiam na anatomia[1].

As interacções e o convívio com os grupos de pares na escola e a educação em casa vão reconfirmando as diferenças já aprendidas. Certos comportamentos são, por vezes inconscientemente, incentivados pelos pais – com os rapazes tende-se a valorizar os aspectos mais performativos, os desportos mais agressivos, com as raparigas insiste-se nos talentos mais relacionais, nas atitudes mais doces.

As histórias para a infância reproduzem na sua enorme maioria os estereótipos sexuais – os rapazes aparecem quase sempre como activos, aventureiros, independentes e fortes. As raparigas em contrapartida surgem em papéis passivos, ligados a actividades domésticas. A televisão na generalidade dos programas para a infância, com algumas excepções, vai também no mesmo sentido.

São novamente as situações menos habituais que nos ajudam a entender o alcance destas distinções. Experiências efectuadas por pais desejosos de incentivarem uma educação não sexista desde a tenra infância dos seus filhos manifestam as dificuldades que rodeiam este tipo de empreendimento.

Quando esses pais contam as histórias de maneira diferente, trocando por exemplo o sexo dos heróis, os filhos questionam e tendem a não gostar. Quando procuram incentivar as brincadeiras com brinquedos neutros os rapazes não se entusiasmam. São normalmente as raparigas que mais parecem admitir estes brinquedos. Tudo se passa como se a influência da relação com os pares na escola, a televisão, as histórias para a infância, tivessem mais peso do que o esforço que os próprios pais fazem para contrariar a tendência global[2].

[1] Cf, ANTHONY GIDDENS, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1989, pp. 162, 163.

[2] Cf, ANTHONY GIDDENS, op. cit.

As explicações naturalistas acerca das diferenças entre homens e mulheres começaram a ser postas em causa de forma mais contundente nos finais no século XX. Na verdade, era a partir deste tipo de explicações que se justificava que as mulheres circunscrevessem o seu domínio de actividade à esfera doméstica. Foram as próprias mulheres, primeiro na luta pelo direito ao voto e depois na luta pela igualdade de direitos de forma global, que começaram, na prática, a mostrar a sua capacidade de desempenho nos mais variados domínios.

Mas é só a partir dos anos setenta que tal movimento ganha maior expressão em quase todos os países ocidentais. A entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho vem traduzir-se num reforço desse movimento. Em muitos desses países passa a consagrar-se na lei a igualdade plena de direitos. Significando uma mudança muito importante por referência ao passado, tal transformação não se traduz, no entanto, na eliminação dos factores de discriminação com base no género[1].

[1] Cf., VIRGÍNIA FERREIRA, "Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, Maio 1981.

Numa perspectiva global, as taxas de actividade feminina aumentaram em todos os países europeus e nos EUA de forma muito significativa desde os anos 60 até aos nossos dias. Noutros países, como os do Leste Europeu a partir dos anos 50, e na ex-URSS, alguns anos antes, a participação das mulheres no mercado de trabalho torna-se igualmente generalizada.

Em Portugal a evolução da taxa de actividade feminina é particularmente acentuada entre os anos 60 e os 90. Ela passa de 13,0% em 1960 para 41,3% em 1992. Mais significativo é ainda o facto de a taxa de actividade por grupos etários nos revelar uma forte presença no mercado de trabalho das mulheres em idade fértil . Por exemplo, no grupo dos 25 aos 34 anos a taxa de actividade feminina é de 79,2 % e no grupo seguinte, dos 35 aos 44, ela representa 74,1 % do total das mulheres[2].

[2] J. F. ALMEIDA, A. F. COSTA, F. L. MACHADO, "Recomposição Social e novos Protagonismos" em António Reis (coord.) *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.

Merece ainda destaque, no caso português, a evolução da participação feminina no ensino superior. Por um lado, ela aumentou de forma exponencial nos últimos trinta anos. A percentagem de raparigas universitárias em relação à população dos 20 aos 24 anos passou de 1,9 em 1960 para 19,3 em 1989. A evolução equivalente para os rapazes foi apenas de 5,0 % para 15,3%. Por outro lado, a relação entre alunos e alunas inverteu-se. Agora dominam elas no ensino superior. Em 1960, no conjunto dos alunos do ensino superior, 29,5 % eram raparigas e em 1989 essa percentagem passa para 55,8[3]. Temos assim que saem hoje das universidades portuguesas mais licenciadas do que licenciados. Aqui o efeito de género parece ter sido realmente anulado.

[3] Idem.

O desempenho de uma actividade profissional tem óbvios impactos no plano da igualdade de direitos. Na verdade, ele contribui, além do mais, para a independência económica feminina, cuja inexistência em tempos anteriores fundamentava também a discriminação. Mas este facto, por si só, não implica necessariamente o desaparecimento das desigualdades.

Verifica-se que na generalidade dos países os trabalhos desempenhados pelas mulheres são em geral os mais mal pagos. Por outro lado, continuam a existir,

como é o caso em Portugal, diferenças de salário entre homens e mulheres, para o desempenho do mesmo trabalho. Verifica-se também que, em igualdade de circunstâncias de formação e qualificação, as mulheres têm, regra geral, mais dificuldade em aceder ao desempenho de cargos de chefia do que os homens. No caso de Inglaterra, por exemplo, as mulheres representavam, em 1984, 46% da força de trabalho assalariada e só 17% ocupavam postos de chefia[1].

[1] Cf Anthony Giddens, op. cit. p. 171.

A comparação entre países quanto ao desempenho de actividade profissional feminina não se circunscreve, com é evidente, aos valores das taxas de actividade. A estrutura dos próprios mercados de trabalho feminino, as condições de assistência à maternidade, o conjunto de infreastruturas de apoio disponíveis em cada país têm também influência na apreciação do significado real da actividade feminina. Portugal está muito próximo dos países com a maior taxa de actividade feminina da Europa Comunitária, como é o caso da França e da Dinamarca. Mas neste último é significativa a prevalência de trabalhos de tempo parcial e não são comparáveis os sistemas de protecção social à maternidade e à infância. Do mesmo modo se pode dizer que em França há mais apoios sociais à actividade feminina do que no caso português.

O facto de em Portugal a taxa de actividade feminina ser bastante mais elevada do que a de outros países do Sul da Europa não significa, portanto, em si mesmo, que as mulheres estejam no nosso país mais "emancipadas", mas provavelmente que trabalham aqui mais duramente. É verdade que relativamente a valores anteriores a evolução da taxa de actividade feminina para Portugal é um indicador importante. E também se pode afirmar que ela pode produzir efeitos de maior autonomização. Mas esse eventual acréscimo de autonomia tende a esbarrar nos limites ou mesmo na ineficácia dos sistemas de protecção social.

De onde se pode esperar uma evolução mais positiva, quanto ao nosso país, é do efeito resultante dos valores indicados quanto à frequência do ensino superior por parte das mulheres. Traduzir-se-á sem dúvida positivamente, no plano dos direitos e da igualdade, o facto de haver uma tão forte progressão de mulheres com qualificação superior apesar de se saber que estes níveis de formação são atingidos ainda por um sector minoritário da sociedade portuguesa.

Se a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho é significativa, embora não deixe de se revelar a manutenção das desigualdades de género, outros aspectos da vida social mostram também essa persistência.

Quanto à participação das mulheres na actividade política os números são, na maioria dos países da União Europeia, concludentes[2]. Para citar casos eventualmente inesperados, verificou-se na Inglaterra que, em 1992, no conjunto de deputados que foram eleitos para o parlamento, apenas 7,4 % eram mulheres. No caso francês esse valor era ainda mais baixo: 5,6%. Em Portugal a percentagem de mulheres eleitas para o Parlamento em 1991 era de 8,7%, apesar de tudo maior do que a dos países já indicados. Do conjunto de países da U.E. o valor mais alto deste tipo de participação é atingido pela Dinamarca, com 33%. O mundo da política continua assim a ser um território masculino por excelência.

[2] Cf. *Les Femmes dans la Prise de Décision*, ed. du Réseau Européen d'Experts "Les Femmes dans La Prise de Décision", U.E., 1993.

O facto de as mulheres ocuparem a maioria do seu tempo disponível fora das horas de trabalho com as tarefas relacionadas com a maternidade e a actividade doméstica, parece ser central para explicar a persistência das desigualdades. Com efeito, face à actividade profissional e mesmo que a discriminação não seja explícita, o que também acontece, um trabalhador do sexo feminino é confrontado com situações que não são equivalentes às do sexo masculino. Ambos têm família, mas é em geral a mulher que interrompe a sua actividade para cuidar dos filhos. Do mesmo modo, o tempo disponível tende a ser ocupado pelas mulheres em actividades dedicadas aos familiares e muito menos noutro tipo de participação social ou política.

O contributo dos homens nas actividades domésticas ou no cuidado com os filhos tem evoluído muito mais lentamente do que as transformações mais globais enunciadas. O que remete novamente para a problemática, colocada no início, da construção social do género.

Diversos trabalhos, no domínio da psicologia social, têm demonstrado que se mantêm assimetrias significativas na qualificação de atributos associados ao feminino e ao masculino[1]. Quando confrontados com um conjunto de características associáveis a mulheres ou a homens, ambos os sexos tendem a escolher para o sexo masculino os atributos que caracterizam também a "pessoa", o indivíduo adulto (corajoso, forte independente, objectivo, racional). As características associadas às mulheres dependem de atributos particularizados, não universais, nem associados à ideia de adulto (afectuosa, bonita).

[1] Cf. Ligia Amâncio, "Género: Representações e Identidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 14, 1993.

O que esta atribuição pode revelar é que, embora desempenhando um conjunto de tarefas lado a lado com o homem, não são reconhecidas às mulheres as qualidades que esses desempenhos normalmente implicam. Continua a prevalecer uma imagem em que se salientam características "expressivas" quando as mulheres desenvolvem um conjunto de actividades "instrumentais". Ou não será que trabalhar dentro e fora de casa não implica coragem e independência? Ou será que o trabalho feminino não envolve a racionalidade? Persistem assim paradoxos e contradições que são certamente atribuíveis às aprendizagens sociais sobre o género.

Na verdade, se está hoje em dia claro que as mulheres, quando lhes são dadas oportunidades, demonstram na prática a inadequação das visões naturalistas ao desempenharem um conjunto de tarefas antes só atribuíveis aos homens, não deveriam persistir tais desigualdades. A flexibilidade demonstrada pelo sexo feminino ao sair do seu campo tradicional de actividades não teve ainda contrapartida em idêntica flexibilidade e adaptabilidade por parte dos homens.

As socializações diversas, desde os contextos iniciais de aprendizagem, até às diferentes interacções que ocorrem ao longo da vida adulta, contribuem certamente para explicar a prevalência da discriminação quanto ao género, discriminação essa que não está no entanto condenada a duração eterna. Importa todavia deixar claro que a realidade de hoje está ainda distante do que o previsto na legislação de variadíssimos países, e do que para muitas/os pareceria desejável.

3.2.2 *Etnicidade*

Um dos traços mais importantes de grande parte das sociedades modernas é a existência de um grau maior ou menor de heterogeneidade étnica, devida à presença duradoura de grupos, geralmente minoritários, que se diferenciam pelas suas características raciais, religiosas, linguísticas ou outras. Muitas vezes esses grupos constituem-se a partir de fluxos migratórios relativamente recentes, mas noutros casos fazem parte da história dessas sociedades desde tempos muito recuados. Nesta segunda situação, quando determinadas minorias estão predominantemente localizadas em regiões ou territórios próprios, estes podem tornar-se objecto de reinvindicações de autonomia, ou mesmo de independência, gerando tensões e conflitos políticos graves.

Nos países ocidentais, onde grande parte das minorias étnicas se constituiu a partir de fluxos imigratórios mais ou menos recentes, o facto dessas minorias se encontrarem, muitas vezes, em condições sociais desfavorecidas e serem portadoras de características culturais contrastantes com o meio envolvente tem conduzido, nas últimas décadas, a várias formas de conflitualidade social. É neste contexto que se fala de etnicidade para designar, genericamente, a relevância que a pertença a determinados grupos étnicos pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva[1].

O trajecto da sociedade norte-americana é, a este respeito, paradigmático. Muitas décadas após o estabelecimento definitivo de enormes contingentes de imigrantes provenientes de diferentes países europeus, os vários tipos de filiações étnicas estão longe de se terem diluído. Muitos pensavam que a existência de sistemas políticos e económicos homogéneos e de sistemas de ensino e comunicação comuns acabaria, no curso do desenvolvimento social, por diluir essas diferenciações. Mais tarde ou mais cedo, o próprio curso do desenvolvimento da sociedade norte-americana produziria o que alguns designaram por *melting pot*, ou seja, a fusão e integração das culturas em presença num todo nacional harmonioso.

No entanto, apesar de historicamente se ter verificado uma forte aculturação aos padrões e normas anglo-saxónicos, a separação estrutural de grupos etnica e/ou racialmente diferenciados permanece até à actualidade, reforçada por novas vagas migratórias, das mais variadas proveniências, em tempos mais recentes. Nesse quadro destaca-se, especialmente, a situação da minoria negra, que ainda nos anos 60 lutava pelo reconhecimento de alguns dos mais elementares direitos de cidadania, sendo, por isso mesmo, entre todas as minorias norte-americanas, aquela a que menos se aplica a ideia de *melting pot*. A relevância das questões da etnicidade nos E.U.A. leva mesmo muitos autores a considerarem que é essa a clivagem social e política mais importante da actualidade e já não as desigualdades e os conflitos de classe, que teriam passado a plano secundário.

Embora por caminhos históricos diferentes, também no contexto europeu, nomeadamente em alguns países da Europa ocidental, a etnicidade associada à imigração se tornou num fenómeno social de primeira importância. Associada

[1] Títulos de referência nesta área de estudo são NATHAN GLAZER e DANIEL MOYNIHAN (edits.), *Ethnicity – theory and experience*, Cambridge, Massachusetts, London, Harvard University Press, 1975, JOHN REX, *Raça e Etnia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988 (edição original, 1986) e DIDIER LAPEYRONNIE, *L'Individu et les Minorités – la France et la Grande-Bretagne face à leurs immigrés*, Paris, PUF, 1993.

ao grande crescimento das economias ocidentais mais avançadas após a 2.ª Guerra Mundial, assistiu-se, sobretudo a partir dos anos 60, à fixação de numerosas comunidades de imigrantes que foram preencher, de forma geral, os sectores menos qualificados dos mercados de trabalho desses países. Uma parte desse fluxo teve origem nos países menos desenvolvidos da Europa do Sul, como Portugal e Espanha. Mas os contingentes mais significativos vieram de países do terceiro mundo, assumindo aí especial relevância os fluxos que ligaram antigos territórios coloniais às respectivas ex-metrópoles.

Apesar das políticas de imigração restritivas entretanto adoptadas terem conseguido prevenir a intensificação desses fluxos e terem feito abrandar o seu ritmo, a presença de comunidades estrangeiras adquiriu já carácter estrutural, quer porque na maior parte dos casos o regresso à origem tem sido diminuto quer pela dinâmica de autoreprodução dessas comunidades no próprio contexto das sociedades receptoras. Actualmente, em países como a França, a Holanda, a Inglaterra, a Bélgica, a Alemanha ou a Suíça, os trabalhadores estrangeiros e suas famílias representam entre cinco a quinze por cento do total da população residente. Também a Itália, que não era destino habitual de imigração, tem visto crescer o número de trabalhadores estrangeiros, estimados já em cerca de um milhão. A amplitude da presença de populações imigradas na Europa é bem ilustrada pelo facto de em França, por exemplo, nascerem todos os anos cerca de 20 000 crianças de origem argelina.

Durante os primeiros anos, a presença dessas populações foi equacionada de modo bem diferente do actual. As autoridades desses países pensavam, regra geral, que os problemas surgidos com a vinda de tanta gente eram provisórios e que através de medidas sociais adequadas essas pessoas acabariam, mais cedo ou mais tarde, por se integrar nas sociedades de acolhimento. Os imigrantes, por seu lado, consideravam a sua situação como uma fase do ciclo de vida com duração programada, à qual se seguiria o regresso aos países de origem.

Os factos mostram, no entanto, que o tempo de estadia geralmente se prolonga muito para além do inicialmente projectado. Um dos factores que mais contribui para fixar duradouramente as minorias imigrantes nas sociedades de destino é o carácter familiar da imigração. Depois de uma primeira fase em que os fluxos migratórios incluem predominantemente contingentes masculinos de força de trabalho, dá-se, de modo geral, o reagrupamento das famílias, e com ele as condições para a reprodução geracional. As próprias contingências do percurso imigratório, impedindo de atingir mais cedo determinados objectivos inicialmente traçados, e a permanência de condições desfavoráveis nos países de origem levam também ao adiamento do projecto de regresso.

Passadas cerca de três décadas, o que se verifica é que o prolongamento da estadia não só não trouxe a esperada integração, como os problemas inicialmente colocados foram transmitidos pelo primeiros imigrantes às gerações seguintes, já nascidas nas sociedades receptoras. Tornou-se, assim, evidente que o que estava em causa não eram só questões provisórias de integração e de assimilação. Deixa-se de falar apenas de imigrantes e imigração e começa a uti-

lizar-se conceitos como minorias étnicas ou etnicidade para designar um campo de análise que vai integrar os mais variados aspectos do percurso duradouro dessas pessoas e dos seus descendentes nas sociedades de acolhimento.

É neste quadro que, a partir de certa altura, surge a discussão do problema dos chamados "imigrantes de segunda geração". Trata-se, fundamentalmente, de saber se o baixo nível de oportunidades de que dispõem geralmente os grupos de imigrantes chegados em primeiro lugar, se transmite ou não às gerações seguintes. Nessas inclui-se já um número considerável de indivíduos nascidos e criados nas sociedades de acolhimento, que, por essa razão, não se podem considerar imigrantes e que geralmente não se vêem a si próprios como tal. Também por isso, o seu grau de fixação nas sociedades receptoras é maior do que o dos seus pais e, ao contrário destes, muitos já não projectam no seu horizonte pessoal o regresso aos países de origem das suas famílias.

Na generalidade dos países europeus onde há minorias étnicas oriundas da imigração, grande parte dos seus elementos localizam-se nas posições mais baixas da estrutura de classes, seja nas camadas menos qualificadas do operariado industrial, seja nas faixas mais instáveis e precárias do mercado de trabalho, próximos da economia informal e subterrânea. O facto de uma parte desses elementos serem imigrantes recém-chegados, e em situação ilegal de residência, não é alheio a essa localização. Tal estatuto de clandestinidade afecta não só a relação com o mercado de trabalho e com os direitos de cidadania mas, de forma geral, todo o campo das possibilidades de inserção social, colocando-os em situação de grande vulnerabilidade e empurrando muitos deles para situações de pobreza. Sabe-se também que, no interior de um mesmo sector profissional, existem muitas vezes desníveis de recursos entre membros das minorias e indivíduos da população receptora, em desfavor dos primeiros.

Embora sejam as mais frequentes, não se esgotam aqui, porém, as localizações dos elementos das minorias étnicas na estrutura de classes. Há também exemplos em que parte significativa dos membros de uma determinada minoria ocupa posições de topo nas esferas económica e profissional. Os judeus são um desses exemplos, que poderíamos designar por minorias dominantes. Outros casos existem em que predominam posições intermédias, nomeadamente actividades comerciais independentes, como acontece com muitas comunidades asiáticas um pouco por toda a Europa. Mesmo entre as comunidades imigrantes que apresentam um perfil social globalmente desfavorecido, verifica-se existir um número não desprezável dos seus membros com actividade na área empresarial, nas profissões liberais ou nas profissões científicas e técnicas.

Relativamente aos descendentes de imigrantes de perfil sócio-económico desfavorecido, tem-se verificado, em grau significativo, a reprodução das condições de existência dos seus pais. Estudos sobre o tema feitos em diversos países europeus mostram situações de abandono precoce da escola, desemprego, trabalho ocasional e sem contrato, baixas remunerações, o que prefigura a continuidade da associação entre etnicidade e desigualdades sociais como tópico importante no futuro.

É essa combinação durável entre desigualdade social e diferença cultural, reforçada frequentemente por manifestações várias de racismo e xenofobia, que está na base dos processos de politização da etnicidade a que temos vindo a assistir, há mais ou menos tempo, na maioria das sociedades industriais avançadas. Essa politização existe, com intensidade variável de país para país, na medida em que as filiações étnicas se associam a conflitos de interesses e os membros das minorias se envolvem em formas de acção colectiva, em torno da apropriação dos vários tipos de recursos socialmente disponíveis.

Alguns autores dizem mesmo que, nessas sociedades, os conflitos em torno da etnicidade são hoje mais importantes do que os conflitos de classe, já que, para além destes últimos se terem em larga medida institucionalizado, a mobilização das minorias étnicas tenderia a ser mais saliente por combinar interesses comuns e fortes sentimentos de identidade colectiva.

As reivindicações fundamentais das minorias, organizadas no quadro de formas associativas próprias, mas contando também com o apoio de alguns sectores das sociedades de acolhimento, são a definição de políticas de integração, que alarguem aos seus membros certos direitos de cidadania que a população da sociedade receptora já tem, combinada, muitas vezes, com a exigência do reconhecimento legal de certas especificidades culturais, por exemplo de tipo linguístico ou religioso. Estes dois tipos de reivindicação são sempre, em alguma medida, contraditórios, pois as próprias medidas de integração social trazem muitas vezes consigo formas de assimilação cultural que tendem a diluir essas mesmas especificidades.

Em alguns casos as formas de acção colectiva das minorias podem assumir um carácter extremado, de conflitualidade social violenta. Exemplo disso são os motins urbanos envolvendo jovens de origem imigrante que têm tido lugar em diversas cidades europeias, ao longo dos últimos dez anos. O facto desses jovens serem portadores de níveis de aspirações mais altos do que os dos seus pais, mas de se confrontarem com condições de existência iguais, ou até piores, do que as deles, ajuda a explicar a emergência dessas formas radicais de protesto.

O destinatário principal das reivindicações das minorias é o Estado, que em países como os E.U.A., mas também na Inglaterra, na França ou na Holanda, se tem envolvido profundamente na gestão das tensões étnicas, politizando-as. A sua resposta tem passado, por um lado, pela adopção de políticas de contenção da imigração e, por outro, pela introdução de medidas compensatórias em domínios como a habitação, o emprego ou a educação, procurando sobretudo prevenir situações de disrupção social tão graves como as que acabámos de referir.

Algumas dessas medidas têm, no entanto, suscitado grande polémica no campo político. É o caso das chamadas medidas de discriminação positiva, adoptadas sobretudo nos E.U.A. Exemplo dessas medidas é a instituição de sistemas de quotas no acesso à universidade ou a empregos em serviços públicos, que reser-

vam determinadas percentagens dos lugares disponíveis para membros das minorias mais desfavorecidas. Muitos consideram que este procedimento, para além de ter uma eficácia duvidosa, acaba por dar origem a novas formas de desigualdade.

Embora sem a expressão quantitativa que tem nos principais destinos europeus de imigração, a presença de minorias étnicas em Portugal, que, com excepção dos ciganos, são fundamentalmente oriundas das ex-colónias, ganhou já alguma continuidade e o seu número ultrapassou um limiar que se pode considerar significativo[1]. As poucas estatísticas oficiais nesta área não permitem determinar com rigor a dimensão dessa presença, já que não dão conta dos muitos imigrantes sem residência legalizada. De qualquer modo, com base nesses elementos e em estimativas feitas por outras fontes, podemos dizer que o conjunto das minorias africanas engloba, actualmente, cem ou cento e cinquenta mil pessoas, uma percentagem de 1% ou 1,5% do total da população portuguesa, muito abaixo, portanto, da que se regista noutros países da Europa. Os caboverdianos constituem a comunidade mais numerosa, provavelmente perto de metade do efectivo total, seguidos pelos angolanos e guineenses.

Depois de um primeiro fluxo imigratório, de pequena dimensão, ocorrido ainda nos anos 60, a partir de Cabo-Verde, e da fixação de outras minorias africanas ocorrida entre 1974 e 1975, em simultâneo com o regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias, assistiu-se, durante a década de 80, ao incremento considerável do movimento imigratório. Mais do que em qualquer das anteriores fases esse movimento aproximou-se da situação clássica de imigração de força de trabalho não-qualificada, sendo também de notar os primeiros casos de imigrantes oriundos de outros países africanos para além dos de língua oficial portuguesa.

No entanto, apesar do aumento e da diversificação das minorias étnicas, o fenómeno da etnicidade na sociedade portuguesa não atingiu, até ao momento, a expressão social e política que tem noutros países da União Europeia. O carácter recente da imigração e o número consideravelmente mais pequeno de imigrantes explicam, em parte, que assim seja. Mas isso deve-se, também, ao facto de as minorias africanas fixadas no nosso país não apresentarem níveis de contraste social e cultural com a população portuguesa tão acentuados como os que se verificam em algumas das comunidades imigrantes residentes noutros países europeus, como sejam as minorias árabes em França ou a minoria turca na Alemanha.

Com efeito, podemos dizer que a etnicidade é tanto mais forte quanto maiores são os contrastes das minorias com as populações das sociedades receptoras num conjunto de dimensões sociais e culturais. Nas primeiras podemos incluir a localização residencial, a estrutura etária e sexual, os níveis de escolaridade e a composição de classe; as segundas compreendem as diferença no plano religioso, linguístico, racial, matrimonial e, dos modos de vida[2].

Se analisarmos cada uma das minorias residentes em Portugal em função dessas várias dimensões encontramos contrastes muito variados, de minoria para

[1] Para uma caracterização geral das minorias africanas em Portugal ver ANA DE SAINT-MAURICE e RUI PENA PIRES, "Descolonização e migrações – os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10/11, 1989.

[2] Para o desenvolvimento desta análise ver FERNANDO LUÍS MACHADO, "Etnicidade em Portugal – contrastes e politização", *Sociologia – problemas e práticas*, n.º 12, 1992.

minoria, mas que não atingem, em qualquer dos casos, níveis muito elevados simultaneamente nas várias dimensões.

A comunidade caboverdiana é socialmente a mais contrastante. Aí pode falar-se não só de contrastes na composição sexual e etária, mas também de uma estrutura de classe mais proletarizada, de maior frequência de situações precárias no mercado de trabalho, de maior incidência de condições de habitação degradadas e de níveis mais elevados de concentração residencial. No entanto, no plano cultural esses contrastes não são tão marcados, tendo em conta, nomeadamente, que não há diferenças de filiação religiosa relativamente à população portuguesa e que a existência de um crioulo não inibe a utilização regular da língua portuguesa.

Já as minorias indianas se encontram numa situação inversa da anterior. São elas as que estão mais perto do pólo de máximo contraste cultural, visto que se demarcam dos portugueses, e das restantes minorias, pelas filiações religiosas mulçumana e hindu, pela utilização, em parte, de línguas próprias, por uma endogamia mais acentuada e por outros aspectos dos seus modos de vida, entre os quais se podem destacar redes de entreajuda económica e de sociabilidade fortemente orientadas para dentro das próprias minorias. Contudo, nas dimensões sociais o seu nível de contraste é baixo. Isso deve-se, principalmente, à sua actividade no sector do pequeno comércio e mesmo, em alguns casos, no sector empresarial, que as afastam claramente do perfil sócio-económico desfavorecido de muitos outros imigrantes e as aproxima, quando não as faz ultrapassar, das condições de vida médias da população portuguesa.

Angolanos, moçambicanos e são-tomenses são, por seu lado, os que apresentam menores contrastes culturais, já que não se distinguem significativamente da população portuguesa nem pela língua que falam, nem pela filiação religiosa, embora revelem diferenças noutros aspectos dos seus modos de vida. Já no caso dos guineenses ocorreu uma recomposição significativa: o núcleo mais antigo tinha características de baixo contraste social e cultural, próximas das dos moçambicanos e angolanos, mas os imigrantes chegados durante os anos 80 encontram-se hoje numa situação de maior contraste, quer por terem geralmente condições sociais precárias, quer pelos seus traços culturais, onde sobressaem a dificuldade de utilização da língua portuguesa, número significativo de filiações religiosas não cristãs e outros aspectos contrastantes dos modos de vida.

Apesar da diversidade de características que apresentam, nenhuma das minorias étnicas fixadas em Portugal se encontra, actualmente, numa situação de "etnicidade forte", entendida como convergência, numa ou mais minorias, de múltiplas dimensões de contraste cultural e social com a sociedade receptora. Isso não significa, no entanto, que assim continuem. Os cenários futuros da etnicidade vão depender, por um lado, da continuação ou não do fluxo imigratório e das características sociais e culturais de eventuais novos imigrantes; por outro lado, da evolução da economia e da sociedades portuguesa a médio prazo e das

oportunidades de integração que, nesse quadro, venham a ter aqueles que já cá vivem, bem como os seus descendentes.

Diferentemente de outros países europeus onde a acção colectiva das comunidades oriundas da imigração tem já uma história, história que inclui, designadamente, alguns episódios de disrupção social, em Portugal esse processo está a dar os primeiros passos, e só recentemente o problema da imigração e da integração dos imigrantes começou a ganhar visibilidade no campo político. Tanto na capacidade de pressão das associações, como no grau de implicação do Estado, a situação observável em países como a França ou a Inglaterra, por exemplo, não tem correspondência em Portugal, onde a etnicidade não ganhou, até ao momento, o estatuto de problema social de primeira importância que tem naqueles países.

O peso comparativamente mais recente do fenómeno imigratório e a menor amplitude de contrastes sociais e culturais das minorias imigrantes relativamente à população portuguesa ajudam a explicar estas diferenças. Mas a menor relevância social e política da etnicidade resulta, também, da atitude de omissão mantida pelo Estado e do carácter ainda embrionário do movimento associativo ligado à imigração. Este quadro está, no entanto, a mudar. Sinal disso foi a recente iniciativa de legalização dos imigrantes clandestinos, que era uma reivindicação insistente das associações de imigrantes, e que, pode-se dizer, representa o primeiro momento da politização da etnicidade em Portugal.

3.2.3 *Pobreza*

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial as sociedades modernas conheceram um longo período de prosperidade e crescimento. Pensou-se que esse crescimento seria continuado, sustentado e acabaria, de um lado, por se difundir em direcção às sociedades mais atrasadas do terceiro mundo e, de outro lado, por resolver os problemas daqueles que, nas sociedades desenvolvidas, iam ficando excluídos dos modos de vida dominantes, da plena participação social e do pleno exercício da cidadania. Numa palavra, pensava-se que o crescimento acabaria por pôr fim às situações de pobreza em todo o mundo.

Acreditava-se que nas economias dos países periféricos a modernização traria maior abundância e justiça social; por seu lado, nas economias modernas, as pessoas ou trabalhariam e beneficiariam de salários e outros rendimentos do trabalho que garantiriam conforto, ou teriam esse conforto garantido pelo Estado de bem-estar e pela segurança social, se não pudessem trabalhar.

A eclosão da primeira crise petrolífera, em 1973, produziu um primeiro abalo nestas crenças. Verificou-se que, afinal, o crescimento não era linear e uniformemente acelerado. Depois disso, toda a história de crises, seguidas de superações de crises e de períodos de crescimento e de novas crises, veio mostrar que as crenças na inevitabilidade da sociedade do bem-estar para todos

eram falsas e que não apenas a fome crescia no terceiro mundo, como o próprio mundo desenvolvido comportava níveis preocupantes de pobreza[1].

Tal verificação teve lugar, nos países desenvolvidos, quando certas categorias de trabalhadores se viram em situação de grande precaridade, quer por terem sido atingidos pelo desemprego, quer porque qualquer outro acidente na trajectória social os lançou nas chamadas situações de "nova pobreza". A situação de largas camadas das minorias étnicas e a politização dos problemas étnicos contribuíram de igual forma para a tomada de consciência de que a pobreza, afinal, não era apenas um problema das sociedades sub-desenvolvidas. Ela existia no próprio seio da mais avançada modernidade. Cedo se passou desse desencanto para a constatação de que, afinal, a pobreza sempre existira e nunca estivera próxima da extinção, mesmo nas sociedades mais prósperas, apesar da vergonha a tornar, muitas vezes, invisível.

Os governos e outros organismos políticos durante muito tempo recusaram-se a aceitar a existência da pobreza, que seria coisa do passado ou mero resquício em diluição. Naturalmente, o sistema político dificilmente suportava a ideia de que a sociedade não estava organizada com inteira justiça e que incluía conjuntos significativos de indivíduos em situações extremamente desfavorecidas. Mas os pobres, entre os quais começaram, a partir dos anos 70, a aparecer grupos capazes de fazer ouvir os seus pontos de vista, cada vez mais constituiam um problema social.

Por isso os poderes públicos passaram a reconhecer a existência da pobreza e lançaram mesmo grandes programas para a combater. Os primeiros apareceram nos EUA e foram logo seguidos pela CEE desde o princípio dos anos 80, com os chamados Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza, nos quais Portugal se integrou quando estava em curso o segundo deles.

Esses Programas tiveram um efeito importante sobre a pesquisa dos fenómenos da pobreza e da exclusão social. Se é verdade que alguns investigadores das ciências sociais estiveram entre aqueles que persistentemente foram alertando para o problema quando ninguém mais parecia vê-lo, não deixa de ser igualmente verdadeiro que a investigação conheceu um grande incremento a partir do lançamento dos programas de luta contra a pobreza pelos poderes públicos.

Duas tradições predominaram nos estudos da pobreza. Uma assenta nos conceitos de "pobreza absoluta", "pobreza relativa" e "pobreza subjectiva"[2]. A outra assenta no conceito de "cultura da pobreza"[3].

O conceito de pobreza absoluta parte da noção de subsistência e define como pobres os grupos, as famílias e as pessoas cujos recursos materiais, sociais e simbólicos são tão escassos que não garantem a eficiência física ou o suprimento de necessidades básicas. A carência pode ser de ordem "primária" (situação em que se fala de "pobreza primária") se resulta da simples ausência de recursos. Por outro lado, pode ser "secundária" (situação em que se fala de "pobreza secundária") se tem a ver com o desconhecimento das formas mais eficientes de utilização de recursos escassos.

[1] Alguns analistas referem-se à existência de um "quarto mundo" para designar a probreza que se verifica no seio das sociedades desenvolvidas, fenómeno que se distingue, pelas suas características e génese, da miséria generalizada que se verifica em vastas regiões do terceiro mundo, a qual costuma ser analisada no quadro da problemática do desenvolvimento (ver capítulo 2, 2.1).

[2] Uma análise mais aprofundada dos conceitos encontra-se na obra de MANUELA SILVA, ALFREDO BRUTO DA COSTA, MANUEL PEREIRINHA e MADALENA MATOS, *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas, 1985. Além da problemática teórica esta obra constitui uma referência no estudo empírico do fenómeno no nosso país.

[3] Expressão criada por OSCAR LEWIS. Cf *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.

Este conceito comporta uma dificuldade importante, relacionada com a dificuldade de determinação dos limites da eficiência física, bem com do que são necessidades primárias – que variam com o contexto social – e recursos necessários para as atender. Qualquer destas questões é relativa ao meio social em que se vive.

A ideia de "relatividade" está na base do conceito de "pobreza relativa". A principal referência, no caso deste conceito, é a da exclusão, ou da diferença social levada a limites intoleráveis. Segundo o conceito de pobreza relativa são pobres os grupos, as famílias e as pessoas cujos recursos são tão escassos que se encontram excluídas dos modos de vida tidos por minimamente aceitáveis e do exercício dos direitos de cidadania básicos no país onde vivem. Os critérios para definir os limiares básicos que permitem o pleno usufruto dos diversos direitos de cidadania são normativamente definidos pela sociedade. Do ponto de vista operacional, para efeitos da definição de políticas de combate à pobreza e de observação da sua evolução, têm sido considerados pobres na União Europeia as pessoas, as famílias e os grupos cujos rendimentos não atingem metade do rendimento médio no país onde vivem.

O conceito de "pobreza subjectiva" assenta na auto-imagem das pessoas e considera pobres as que se definem como tal. Este conceito, embora chame a atenção para as representações e as dimensões simbólicas e valorativas da pobreza, tão importantes quanto o são as influências que exercem sobre os comportamentos e atitudes, não dá conta das relações entre as condições materiais de vida e as dimensões subjectivas, motivo porque tem sido pouco utilizado.

A tradição em que se inserem os conceitos de "pobreza absoluta", "pobreza relativa" e "pobreza subjectiva", que podemos designar por "sócio-económica", cunhou ainda outras expressões hoje mais ou menos vulgarizadas, como a de "pobreza parcial" e "pobreza total", as quais visam expressar diferenças conforme a situação de carência se manifeste em apenas algumas dimensões da existência ou no conjunto delas.

Por seu turno, a tradição culturalista, que se desenvolveu a partir do conceito de "cultura da pobreza", concebe-a como uma maneira de ser, agir e pensar. O principal argumento consiste em que as extremamente precárias e duras condições de vida das pessoas pobres geram estratégias, sistemas valorativos, sistemas de representações, atitudes e maneiras de fazer e de viver que permitem a adaptação dessas pessoas a tais condições de vida.

O padrão cultural resultante costuma traduzir-se num conjunto de traços característicos. Um deles é de que as famílias pobres geralmente formam comunidades fechadas sobre si próprias, segregadas e marginalizadas, mas capazes de definir as suas próprias regras de relacionamento. No contexto dessas comunidades os pobres encontram alguns expedientes que permitem a sobrevivência. Um segundo traço característico tem a ver com a ocorrência frequente de instabilidade familiar e com padrões de comportamento sexual atípicos. Tal facto

liga-se à necessidade de competir por recursos muito escassos, factor que gera um terceiro traço: o centramento da cultura da pobreza nas necessidades do quotidiano. A escassez e a instabilidade dos rendimentos implicam a impossibilidade de estribar projectos de futuro.

O centramento no presente liga-se, pois, a um quarto traço da cultura da pobreza, consistente na incerteza e irregularidade dos rendimentos, muitas vezes resultantes de expedientes diversos, e não do exercício de uma profissão regular. Essa irregularidade traduz-se também nos consumos, que se tornam por vezes excessivos e aparentemente desajustados. Por fim, a cultura da pobreza desenvolve sociabilidades muito intensas, quer num sentido positivo da solidariedade, quer no negativo da conflitualidade. São valorizadas qualidades como a coragem, a destreza, a sagacidade e a esperteza.

Qualquer das tradições que temos vindo a apresentar muito resumidamente apresenta algumas vantagens e desvantagens na análise da pobreza. Nomeadamente, a tradição sócio-económica tem algumas dificuldades em dar conta da multidimensionalidade do fenómeno. Muitas vezes constrói uma visão segmentada da realidade. Por outro lado, tende a sobrevalorizar as dimensões mensuráveis e os aspectos materiais da existência. A tradição culturalista, por seu turno, apresenta como principais limitações a visão microscópica sobre as comunidades pobres, que muitas vezes acabam por aparecer como responsáveis, embora involuntárias, da sua própria pobreza. Além disso, apresenta uma das maneiras de ser pobre como sendo a cultura de todas as pessoas em situação de exclusão social e económica.

As duas tradições são, porém, complementares, se olharmos para as suas principais potencialidades. Do lado da tradição culturalista, um contributo foi ter chamado a atenção para as dimensões culturais da existência das pessoas pobres, decisivas em termos de intervenção e de combate à exclusão social. Introduz ainda uma perspectiva multidimensional, ao olhar para a pobreza de forma integrada. A tradição sócio-económica, por sua vez, desenvolveu critérios de operacionalização dos conceitos de forma a permitir medições extensivas do fenómeno, o que contribuiu para dar visibilidade a um problema que, apesar de intolerável, era algo dissimulado. Chamou também a atenção para o facto da pobreza não ser um sub-produto da sociedade. Pelo contrário, mostrou como a estrutura social comportava situações de grande injustiça, produzindo e reproduzindo sistematicamente situações de exclusão social. Além disso, identificou as principais categorias vulneráveis à pobreza e os processos sociais, económicos e políticos que tendem a produzi-la e a reproduzi-la.

Em Portugal, as categorias sociais mais vulneráveis à pobreza são os desempregados (particularmente os de longa duração); os trabalhadores com empregos precários ou com empregos estáveis mas de baixa remuneração; os deficientes e doentes crónicos; as famílias mono-parentais, particularmente nos casos em que o progenitor ausente era o único activo da família; as famílias de grandes dimensões pertencentes às categorias sócio-profissionais menos qualificadas; os idosos e pensionistas; a grande maioria dos imigrantes africanos e membros de algumas outras

minorias étnicas; as pessoas vivendo em situações de marginalidade; os camponeses e os camponeses parciais das regiões rurais deprimidas; e os jovens oriundos de qualquer destas categorias que procuram o primeiro emprego[1].

Os principais factores que têm influenciado a produção e reprodução da pobreza têm a ver, em primeiro lugar, com o funcionamento dos mercados de trabalho. Desde logo, o desemprego, que constitui um traço estrutural das economias, tende a vulnerabilizar a situação das pessoas e das famílias por ele atingidas. As tendências recentes nos sistemas produtivos apontam no sentido do crescimento do desemprego e, assim, das situações de "nova pobreza". A situação é tanto mais grave quanto mais tal situação atinge pessoas que não têm possibilidades de se requalificar ou que se inseriam em sectores em crise – cada vez mais extensos em Portugal, dado o padrão de especialização produtiva do nosso país –, caso em que a situação tende a tornar-se de longa duração.

Por outro lado, o desemprego estabelece muitos fluxos com a precarização do emprego e as situações de subterraneidade. Os trabalhadores nestas situações são, como vimos, muito vulneráveis ao empobrecimento. Uma vez que os mercados de trabalho cada vez mais se "flexibilizam" e articulam com a economia subterrânea, também por aí a pobreza tenderá a crescer, embora neste caso combinando pessoas pertencentes a categorias sociais tradicionalmente envolvidas em situações de exclusão social com outras para quem elas são novas.

A subsistência das pessoas que não têm trabalho deveria ser suportada pelas políticas de protecção social. Em Portugal, porém, essas políticas foram sempre insuficientes para garantir a fuga à pobreza. E são-no cada vez mais, à medida que se acentuam as dificuldades de financiamento do Estado-Providência[2]. Uma parte dessas dificuldades liga-se ao aumento das necessidades. Por exemplo, se há mais desempregados, há mais gente a precisar de subsídios e menos gente a descontar.

Efeito mais importante, porém, tem o envelhecimento da população. Portugal está a envelhecer rapidamente no topo da pirâmide de idades. É certo que a população activa está a crescer também, mas os rácios de dependência (número de pessoas que não trabalham sobre o número das que trabalham) crescem apesar de tudo. Além disso, o crescimento da população activa faz-se à custa da diminuição das crianças e jovens, cujos custos de vida eram suportados pelas famílias, ao passo que os idosos são suportados pelas pensões do Estado. Por isso, tende a crescer uma categoria tradicionalmente atingida pela pobreza, como são os idosos pensionistas.

Uma parte desses idosos pensionistas são oriundos da categoria do campesinato e do campesinato parcial, também tradicionalmente vulneráveis à pobreza. No entanto, é uma categoria em rápida diminuição. Assim, a proporção de camponeses e camponeses parciais no conjunto dos pobres em Portugal é cada vez menor, mesmo sem que isso se traduza em melhoria das condições de vida das pessoas em concreto. Muitas vezes mudam de categoria, mas não melhoram as suas inserções sociais.

[1] Para o desenvolvimento deste tema, bem como de outros tratados neste capítulo, ver JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, LUÍS CAPUCHA, ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, FERNANDO LUÍS MACHADO, ELISABETH REIS e ISABEL NICOLAU, *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1.ª ed. 1992)

[2] Para um aprofundamento das relações entre o Estado e a exclusão social ver Juan Mozzicafreddo, "Cidadania e Estado-Providência", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento – Actas do II Congresso Português de Sociologia – 2.° vol.*, Lisboa, Editorial Fragmentos/APS, 1993, pp. 671-676.

Outro factor ligado à produção e reprodução da pobreza e à sua evolução recente relaciona-se com os modelos de organização familiar. Nomeadamente o aumento do divórcio e a diluição de certas formas de solidariedade familiar, ligada à diminuição das famílias alargadas (embora outras formas de solidariedade se manifestem), podem traduzir-se em maiores vulnerabilidades e em situações de nova pobreza. Pelo contrário, a maior articulação entre a família e outras instituições no processo de socialização das crianças, combinada com a entrada de maior número de mulheres no mercado de trabalho, embora abranjam menos as categorias sociais mais desfavorecidas, terão alguns efeitos positivos, no sentido de que permitirão a algumas famílias escapar à exclusão e à pobreza.

Os processos migratórios, por seu lado, são ambivalentes. De um lado, muitos emigrantes ou migrantes internos escaparam às condições de vida precárias que tinham anteriormente através da emigração. As remessas que enviam, por seu turno, aliviam as carências de alguns dos que ficam. No entanto, há os que são mal sucedidos e tendem a engrossar as fileiras das bolsas de pobreza urbana. Nessas bolsas, por outro lado, concentram-se muitos imigrantes, que para escapar à fome nos países de origem não conseguiram mais do que integrar-se nos lugares pior remunerados e mais precarizados dos mercados de trabalho em Portugal. A ambivalência revela-se, ainda, nos percursos da segunda geração desses imigrantes, que integram minorias étnicas vulnerabilizadas. Os jovens muito frequentemente rejeitam as inserções socio-profissionais dos pais, mas só nalguns casos conseguem protagonizar percursos de mobilidade ascendente, pelo que muitas vezes reproduzem a pobreza da família de origem, embora vivendo-a de forma diferente da deles, talvez mais problemática.

Este conjunto de processos sociais, entre outros, tende a manter a pobreza em Portugal a níveis preocupantes. Numa perspectiva algo optimista, a proporção de pobres em Portugal (medidos segundo o conceito de pobreza relativa), seria de 23,4% em 1975, tendo crescido para 27,8% em 1980 e 28% em 1985. Na Europa dos doze, aliás, embora a níveis muito inferiores, a tendência é para uma subida igualmente acentuada. Na CEE os pobres eram 12,8% da população em 1975, 12,6% em 1980 e 13,9% em 1985. Numa perspectiva menos optimista, mas igualmente legítima, em 1985 os pobres em Portugal seriam à volta de 32% da população. Esse número estabilizou depois daquela data, ou conheceu mesmo um ligeiro decréscimo, até cerca dos 30%. É, na verdade, intolerável que cerca de 3 milhões de compatriotas nossos vivam abaixo dos limiares que permitem a participação social plena e o gozo dos direitos mínimos de cidadania.

Debaixo de condições de existência que de comum têm a precaridade, a carência e a exclusão em relação aos padrões normais de vida em sociedade e que tendem a ser vistas como um bloco homogéneo, a verdade é que a pobreza recobre uma grande diversidade de situações.

Diversidade, desde logo, quanto às diferentes categorias sociais que integram cada tipo de pobreza. Depois, quanto às suas relações com os níveis de desenvolvimento da sociedade. Na verdade, em países como Portugal, muitas das categorias atingidas pela pobreza são-no tradicionalmente, já que a sua situação

decorre dos atrasos e vulnerabilidades do desenvolvimento português. Essas categorias são, ainda, as mais extensas, embora as transformações e recomposições do tecido produtivo e social tenham gerado, nas mais recentes fases do seu processo de modernização, pesos crescentes de "novos pobres".

Mas as diferenças não se ficam por aí. Quanto à localização no espaço, é muito diferente a situação dos pobres que vivem em zonas rurais, globalmente pobres, daqueles que integram as bolsas de pobreza urbana, contrastantes com o meio envolvente, quer elas sejam constituídas por bairros antigos e degradados, bairros de barracas ou bairros de habitação social. A situação destes, por sua vez, também se distingue daqueles que vivem dispersos pelas cidades.

Diferentes são também as formas de consumir de diversos grupos vulneráveis à pobreza. Alguns estão em situação tão precária que vivem da caridade, na maior penúria e miséria. Outros, tendem a restringir ao máximo os seus consumos, de forma a rentabilizar ao máximo recursos escassos. Há também os que, apesar da escassez dos recursos fazem, de vez em quando, consumos ostentatórios ou, pelo contrário, sacrificam algum bem-estar à educação dos filhos ou à apresentação pessoal. Por fim, alguns, ainda, consomem em excesso quando têm recursos, para viver em forte carência quando os não têm.

Os pobres distinguem-se uns dos outros, ainda, pela forma como concebem a sua situação. Alguns não têm, sequer, consciência das condições em que vivem. Outros têm-na, mas vivem a pobreza de forma conformada e envergonhada, mesmo que ressentida. Uma parte, ainda, rejeita ser classificada como pobre. Também há os que desenvolvem um forte sentido crítico em relação às injustiças sociais, embora esse sentido crítico não costume ser auto-responsabilizante. Os imigrantes muitas vezes comparam a sua situação com o país de origem e sentem-se em melhor posição que no passado, mas, por outro lado, quando se comparam com outros grupos em Portugal, sentem-se desfavorecidos. Por fim, há famílias pobres que, tendo consciência das suas carências, investem fortemente para tentar fugir à pobreza, embora nem sempre o consigam, dado o peso dos factores contra os quais têm de lutar.

Diferenças podemos encontrá-las, por fim, quanto aos modelos de orientação de vida. Há pessoas que até de uma estratégia de vida estão destituídas. Mas outras conseguem orientar-se, pelo menos, para a sobrevivência quotidiana. Os imigrantes orientam-se pela esperança de regresso à terra de origem, para o que tentam (por vezes em vão) acumular recursos. Pelo seu lado, os camponeses e os camponeses parciais têm como estratégia predominante a reprodução da família e do seu património, por limitado que seja. Outros grupos valorizam muito o prazer convivial e a capacidade de viver de expedientes, no que se opõem aos que procuram investir em percursos de saída da pobreza, quer pela escolarização dos filhos (investimento na segunda geração), quer pela tentativa de valorização profissional.

Em suma, embora existam em Portugal extensas situações de pobreza e de exclusão social, os grupos, as famílias e as pessoas que vivem essas situações desenvolvem diferentes modos de vida.

A consideração dessa diversidade é decisiva para o combate à pobreza. Na verdade, este passa por medidas globais e uniformizantes, como sejam o estabelecimento de rendimentos mínimos garantidos, a correcção de mecanismos fragilizantes nos mercados de trabalho, a promoção e extensão da educação e da formação profissional, o aumento das prestações do Estado, entre outras. Mas passa também pelo desenvolvimento de projectos – como os que existem em diversos pontos do país – que têm como um dos objectivos a promoção localizada de infraestruturas adequadas às populações mais carenciadas, o desenvolvimento das suas qualidades e capacidades e a sua integração nos meios onde vivem[1]. O sucesso desses projectos depende de muitos factores, mas um, que é decisivo, consiste na capacidade de fazer as populações pobres participarem na valorização das suas próprias potencialidades e na promoção das suas condições de vida.

[1] Cf. Luís Capucha, "Projectos para Combater a Pobreza: Valem a Pena Concerteza", *Síntese dos Resultados dos Projectos de Luta Contra a Pobreza*, Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza, 1994.

Ora, esse objectivo só se consegue, em boa verdade, se forem devidamente consideradas as maneiras de ser, de fazer e de pensar dos grupos e das famílias abrangidas. Isto é, se se adequarem as intervenções aos modos de vida das famílias pobres. Tanto mais quanto a sua experiência e as suas energias são indispensáveis à construção de uma sociedade mais justa e onde a cidadania seja uma qualidade partilhada por todos.

3.3 Valores e Representações

3.3.1 *O campo simbólico*

Logo na Parte I se fez referência ao facto de que viver em sociedade implica a avaliação de envolvimentos e contextos, a apreciação de condutas e relações. Reflectir sobre as condições de existência, no seu sentido mais amplo, é algo de constitutivo da experiência humana, algo de inseparável dessa experiência. Por isso se dizia também que, ao dotarem-se de um horizonte empírico coincidente com os processos e as relações sociais, a sociologia e as outras ciências do campo têm a especialidade de se ocuparem de um objecto de que faz intrinsecamente parte a atribuição de sentido. Com efeito, comportamentos e práticas envolvem sempre interpretações e valorações que lhes são atribuídas, quer pelos sujeitos da acção, quer por outros actores.

Pensar, optar, atribuir sentido, são expressões que reenviam para as dimensões simbólicas do social. E são elementos analisáveis em todos os níveis, desde o plano do indivíduo até ao dos colectivos societais complexos.

É certo que nem sempre, na história da sociologia, e em particular de alguns dos seus paradigmas, se terá prestado atenção suficiente ou suficientemente eficaz a essas componentes simbólicas. Hoje, contudo, tal situação parece ultrapassada. Sintoma do reconhecimento dessa importância está, por exemplo, em uma das utilizações do termo cultura, a partir da tradição antropológica, designar um agregado extenso e variado de características que, ao limite, é sinónimo da

própria noção de sociedade. É ao plano simbólico que se atribui, assim, a capacidade de impregnar e de caracterizar todo o conjunto.

A atenção crescente ao plano simbólico terá a ver também, no campo sociológico, com o reconhecimento de um fenómeno que nasce no século passado e se acelera, adquirindo novos contornos, já no século XX: o fenómeno da chamada comunicação de massa.

A experiência humana, em épocas mais recuadas, estava praticamente limitada aos sistemas interrelacionais directos. Aprendia-se o passado por tradição oral, aprendia-se o presente no interconhecimento e na troca.

Havia já, claro, contactos de âmbito vasto, gerados em guerras, invasões, descobrimentos, migrações, viagens. Eram contactos bélicos ou pacíficos entre civilizações diferentes, que mostravam alteridades e alargavam, directa e indirectamente, as experiências.

A própria prevalência esmagadora da cultura não letrada tornava sempre muito escassa, porém, a informação que se podia obter fora das relações face a face.

O nascimento da imprensa de grande circulação, no século XIX, a diversificação e alargamento dos meios de comunicação de massa, já no nosso século, transformaram radicalmente o modo de produzir, difundir e receber a informação.

Não só se tornou possível, como na prática se tornou obrigatório, o contacto sistemático com o longínquo, com o descontínuo. A informação instantânea, em tempo real, sobre acontecimentos que ocorrem em qualquer parte do mundo – permitida nomeadamente pela transmissão via satélite – fica não só universalmente acessível, como é incontornável pelo comum dos cidadãos das nossas sociedades.

As consequências de uma tal transformação são, evidentemente, múltiplas. E uma delas, desde logo, é que a acessibilidade instantânea da informação reage sobre os acontecimentos relatados e vistos, ou seja, é a própria geração e desenvolvimento dos acontecimentos sociais que sofre interferências por virtude desse conhecimento imediato e universal.

Os acontecimentos de Junho 94 na ponte 25 de Abril, em Lisboa, constituem a mais recente ilustração da importância da informação mediática no desenrolar de um processo social.

Os factos básicos são conhecidos: aumento significativo da portagem – protestos dos utilizadores por buzinadelas – aumento do número de participantes no protesto e diversificação das suas formas – protestos organizados de grande dimensão e confrontos com a polícia – sequências políticas.

Esta sequência aproximativa é acompanhada de informação mediática que também ela evolui até ao directo televisivo e dramatizado. Independentemente da intenção dos jornalistas, alguns dos quais expressaram até opiniões claramente

condenatórias do movimento, esse acompanhamento é ele próprio um poderoso amplificador do processo, incluindo a sua vertente organizativa.

Repare-se que se tratava de um protesto de todo em todo inorgânico no seu início, não ancorado no programa ou na prática de qualquer movimento social, sindical ou político. Por isso mesmo ele era dos mais improváveis em relação quer à sua articulação, quer ao seu desenvolvimento. Tanto mais que surge num contexto – o português – em que é muito escassa a tradição organizativa de consumidores e muito fraco o hábito, individual ou colectivo, do protesto cívico.

Não se duvida da existência de razões substantivas que estão na base desta inesperada explosão de descontentamento. Mas o que importa aqui salientar é o papel decisivo da informação, em particular da informação directa, na amplificação e continuidade do protesto. Questão tanto mais relevante quanto a existência desse tipo de informação se foi tornando um quase automatismo nas nossas sociedades.

Mesmo sem recorrer às descrições de um realismo imaginado como as que se lêem no romance *A Feira das Vaidades*, em que manifestações políticas se preparam e se configuram estritamente com o objectivo de serem filmadas pela televisão, cada um de nós recordará sem esforço casos reais em que os meios de comunicação fazem mais do que interferir nos factos sociais. Em que eles produzem realidade e informam dela num mesmo movimento.

Porque um dos aspectos essenciais dos novos meios de comunicação é a sua capacidade de transgressões dos espaços, porque permitem a informação instantânea ao nível do planeta, é que eles constituem um aspecto mais da globalização – de que se falou já –, em particular da sua dimensão simbólica.

O século XX é aquele em que, a um certo nível, a humanidade toma consciência de si própria como um colectivo e começa mesmo a esboçar funcionamentos próprios de uma sociedade global.

Havia, claro, modos mais antigos de consciência dessa totalidade. Ela era, porém, muito fortemente assimétrica, tinha sujeitos identificáveis e relativamente restritos. E prolongou-se com frequência em estratégias expansionistas de tipo imperial e colonial, estratégias expansionistas que aliás persistem, embora se vão dotando de instrumentos predominantemente económicos em desfavor – que não por abandono – dos de natureza militar e política.

A divulgação da fotografia da terra, tirada a partir do espaço, na segunda metade do nosso século, marca simbolicamente essa nova distância, essa globalização. Começou a ser possível pensar a sociedade humana como um todo, por assim dizer de forma descentrada. Começou a ser também possível, por isso, forjar estratégias de que ela seja, simultaneamente, sujeito e objecto.

Levar a sério os problemas globais da sociedade humana, as suas inescapáveis interdependências, conduziu, por ora, em todo o caso, apenas a primeiros sinais, a esboços de que são exemplo as políticas do ambiente.

A nova comunicação tem muito a ver, como se sabe, com tecnologias que foram ficando disponíveis e continuam em evolução acelerada, tornando previsíveis outros desenvolvimentos no sentido, por exemplo, de maior interactividade.

Mas tem de se reconhecer que os chamados meios de comunicação de massa são, por enquanto, meios de informação extremamente desequilibrados se se compararem as funções e o poder de emissores e receptores. Os fluxos de informação fundamentais vão de instituições, poderosas do ponto de vista económico e também, geralmente, político, para públicos relativamente atomizados.

Os bens simbólicos mercantilizaram-se, por isso se falando de indústria da comunicação e de indústria da cultura.

Não há fluxo em retorno com capacidade comparável. E os meios de controlo de outro tipo, nesse contexto tão assimetrizado, aparecem também como relativamente frágeis.

Em parte por darem conta dessa situação, alguns autores previram evoluções catastróficas, em que esses e outros mecanismos conduziriam – estavam já a conduzir – a sociedades inteiramente manipuladas. Alguns exemplos reais confirmavam receios. Massa, o alvo final da informação e comunicação, era assim tomada na sua conotação mais frequente: algo de amorfo, uniformizado, passivo, impotente.

É certo que o chamado quarto poder, globalmente referido aos responsáveis dos grandes meios de comunicação, constitui um poder efectivo. É certo, igualmente, que nunca está de uma vez por todas garantida a eficácia dos mecanismos democráticos e equilibradores nas nossas sociedades. Mas também não é empiricamente demonstrável que o alargamento de audiências, permitido pelos novos meios, seja concomitante do esmagamento de diferenças entre receptores. Adiante se ilustrará o facto de que mensagens idênticas não têm capacidade para uniformizar públicos diferentes. Estes não são passivos. Reelaboram e traduzem as mensagens em função das suas próprias características e contextos.

Falou-se longamente de comunicação de massa porque, como de início se sugeriu, o crescente interesse da sociologia pelas dimensões simbólicas não é, com certeza, independente da omnipresença da informação, da multiplicação informativa de proveniências múltiplas.

Na economia global das trocas simbólicas do nosso horizonte quotidiano é até pouco duvidoso que esses meios de comunicação ocupem o papel principal. E eles remetem também, como se viu, para as dinâmicas internacionais e de globalização.

Os saberes, as ideias, viajam cada vez mais e mais depressa, atingem regiões e sectores sociais previamente intocados. Em certas circunstâncias pode mesmo falar-se, aliás, de excesso de informação, de problemas de selectividade, de rejeição indiscriminada por saturação.

De uma forma geral, no entanto, todo esse processo evolutivo tende a ir de par com maior reflexividade social, com melhor e mais amplo uso dos saberes disponíveis. Sempre que isso acontece haverá também alargamento de cidadania, no sentido de contributos participativos mais generalizados e mais fundamentados nas escolhas dos modelos societais.

Estas últimas afirmações contêm, no entanto, uma suposição não demonstrada: a de que os comportamentos dos cidadãos prolongam o que eles sabem e pensam.

É uma questão difícil. Certamente não há, em todos os casos, correspondência termo a termo entre dimensões cognitivas e dimensões comportamentais. Nem sempre se diz o que se pensa, nem sempre se faz o que se pensa: as descoincidências existem no plano individual, como no plano colectivo.

Globalmente, porém, o sistema de disposições que se mencionava no Quadro 1 (p. 28) comanda as acções. Conhecido aquele, tornam-se parcialmente previsíveis estas.

Não se trata, de resto, de relações com um só sentido, já que existem influências recíprocas. Age-se de certa maneira em parte porque se quis e se pensou assim a acção. Mas também se pensa de certa maneira em parte porque as condições sociais, directamente enquanto constrangimentos e indirectamente enquanto socializações, assim o implicam.

Se entre representações e comportamentos existem sempre relações embora analiticamente problemáticas, se representações e comportamentos constituem bons indicadores recíprocos, então temos aí mais uma boa razão para a sociologia se ocupar do campo simbólico.

E fá-lo, de facto, em diversos níveis, já que são também polifacetadas as manifestações do campo.

Duas delas foram já mencionadas: os sistemas de instrumentos e resultados produzidos no quadro de processos que chamamos científicos; o senso comum, entendido como saberes práticos diversificados, mais ou menos difundidos, que orientam as pessoas e os grupos na gestão da sua vida quotidiana.

Outro exemplo do que pode ser e é incluído no estudo do simbólico refere-se às dimensões artísticas, as quais constituem modos específicos de apropriar e exprimir o real. A arte define processos próprios, os seus produtores e consumidores criam interacções e fazem funcionar mercados distintos dos de outras lógicas sociais.

Outro exemplo ainda de configurações simbólicas, é o das ideologias. Trata-se aqui, sumariamente, da organização, mais ou menos sistematizada e duradoura, de representações e de valores. As ideologias propõem, também elas, interpretações, orientações e caminhos, a partir de sistemas classificatórios de objectivos e de procedimentos. Com a ciência partilham coerência e sistematicidade. Com o senso comum partilham maior permeabilidade aos valores e a vocação de directamente orientar as práticas quotidianas das pessoas e dos grupos.

Finalmente, mencione-se ainda a noção de cultura, já referida para mostrar como a importância atribuída às dimensões simbólicas permite utilizar o termo como sinónimo, ou quase sinónimo, de uma sociedade. Algo de semelhante sucede, por vezes, com a noção de identidade, cujo conteúdo complexo pode ser reduzido à componente simbólica. O termo cultura tem, contudo, significados muito distintos: ele usa-se também, por exemplo, para designar as referências simbólicas específicas de certos segmentos sociais, como quando se fala da cultura juvenil, ou da cultura da pobreza.

De todas essas questões, de todos esses níveis, se ocupa a sociologia.

Ela ocupa-se, finalmente, de unidades mais elementares e já referidas dos processos simbólicos que são os valores e as representações sociais.

Tomaremos valores como expressão de sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências.

Representações, por seu turno, são todo o tipo de avaliações cognitivas, de saberes, também estruturados, que se referem a realidades, processos, situações.

Tanto os valores como as representações são analisáveis em dois planos distintos. No plano social, atravessam e dão forma às dimensões culturais da sociedade. No plano grupal e individual, constituem sistemas de disposições interiorizadas pelos actores, sintetizam as suas experiências passadas ao mesmo tempo que lhes guiam e justificam comportamentos e estratégias.

Já se vê que valores e representações referentes à vida social têm potencialmente um âmbito indefinível de pontos de aplicação. Política, família, profissão, lazer, tudo o que é socialmente enunciável pode constituir objecto de reflexão e de opção.

Para dar um exemplo de abordagem sociológica neste quadro seleccionou-se a religião *.

Interessa verificar, no âmbito do exemplo, como uma agenda de pesquisa assim constituída torna inseparável o estudo do objecto religião da relação simbólica e comportamental que os indivíduos e os grupos mantêm com esse objecto.

* O exemplo é retirado de: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, *Valores e Representações Sociais, Portugal, os próximos 20 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 61-74.

3.3.2 *Religião*

3.3.2.1 Auto-identificação e prática religiosa

É evidente na religião católica, como noutras grandes religiões, a enorme capacidade de persistência, a possibilidade de conservar vitalidade e acção apesar e através de rupturas, de crises, de transformações sociais profundas.

Crenças e comportamentos característicos da religião constituem o resultado de estratificações históricas de longuíssimo prazo, depositadas e robustecidas quer "espontaneamente" – por transmissões geracionais sucessivas – quer inten-

cionalmente e a partir de um centro – por intervenções estratégicas das igrejas no sentido de inculcar, reproduzir e expandir os seus valores próprios.

Persistência, inércia social, não significa, contudo, nem homogeneidade nem incapacidade de mudança.

Pode fazer-se a distinção, desde logo, entre religião erudita, oficial, teológica – a grande tradição religiosa – e as pequenas tradições religiosas populares, ou seja, as múltiplas modulações assumidas pelo enraizamento na diversidade vivida e quotidiana dos grupos, das culturas, dos espaços sociais.

A grande tradição produz um magistério intencional, através de dogmas, doutrinas, liturgias, formas culturais. Ela fornece linguagens comuns e comuns instrumentos de atribuição de sentido; os seus rituais colectivos contribuem para unificar, universalizar e até certo ponto nivelar os crentes.

É claro, em todo o caso, que esses instrumentos se não cantonam à estrita esfera da relação humana com o sagrado, antes prolongam eficácia a mais amplos domínios do viver social.

Puderam, por exemplo, ser enunciados efeitos de conformismo e resignação atribuídos à difusão da crença, por ela tender a assimilar à ordem cósmica a ordem política e social, assim legitimando estas pela imutabilidade, ao menos aparente, daquela. Efeitos que resultariam, igualmente, da proposta de reconciliação do homem com as condições de existência em nome da futura recompensa de privações e de injustiças sofridas nesta vida.

Não é difícil, em contrapartida, convocar múltiplos episódios históricos em que, longe de integração e conservação de estruturas sociais, a religião tem sido bandeira de confrontos, suporte ideológico de conflitos, protestos e revoltas.

Se estes simples enunciados chegam para mostrar a inépcia de interpretações simplistas e unilaterais a respeito dos efeitos da religião, inequívoca é a importância que ela pode revestir, quer como poderoso elemento de regulação social, quer como produtora de conjuntos de recursos simbólicos utilizáveis para optar e para agir na vida quotidiana[1].

Essa relação entre preferências, convicções, crenças de índole religiosa, de um lado, e comportamentos que lhes estão directa ou indirectamente ligados, de outro, é no entanto tão problemática como o é em geral a relação entre pensamento e acção, entre valores e práticas sociais. Só a pesquisa simultânea e sistemática de ambas as dimensões é susceptível de esclarecer o sentido e a intensidade de tal relação.

De um modo global, apenas é legítimo formular a suposição de que valores e comportamentos hão-de revelar alguma congruência. Eles hão-de constituir razoáveis indicadores recíprocos.

A sociologia da religião costuma justamente reter certos indicadores quantitativos que, sem pretenderem medir a religiosidade na multiplicidade das suas dimensões, dão, no entanto, uma imagem da respectiva prática.

[1] O desenvolvimento de alguns dos pontos aqui focados bem como as respectivas referências bibliográficas podem ver-se em: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986, pp. 308 e segs.

Mas mesmo esses indicadores simples podem divergir fortemente na sua incidência, como resulta do que se passava em 1977, ano em que o Episcopado mandou proceder ao recenseamento da prática religiosa em Portugal (Continente), por referência ao catolicismo.

A média geral de assistências à missa semanal, em percentagem da população com sete ou mais anos, atingia 28,7. As comunhões representavam 28,9% das presenças à missa[1]. Se se compararem estes resultados à incidência de baptismos e ao volume de matrimónios católicos, resultará claro que os dois primeiros valores ficam muito aquém dos dois "ritos de passagem" de execução única, com os baptismos a aproximarem-se do nível da taxa de natalidade e os casamentos católicos a constituirem também a grande maioria dos realizados.

Temos aqui valores que não se afastam significativamente, de resto, dos que se verificam noutros países[2]. Eles mostram que se aos indicadores de prática regular – frequência da missa semanal e comunhão – é legítimo associar, ainda que com prudência, certa ortodoxia de crença e a participação nos valores éticos de inspiração cristã, o mesmo já não vale para baptizados e casamentos, cuja articulação a um sistema de convicções religiosas é, por si só, bastante ténue.

Sem que se justifique análise em pormenor dos resultados do recenseamento de 77, mencione-se que ele revelou diferenças acentuadas na repartição dos missalizantes segundo o sexo e a idade: sistemático desequilíbrio a favor das presenças femininas; máximos e mínimos valores para as classes etárias dos sete aos catorze e dos vinte e cinco aos trinta e nove anos, respectivamente. As mais significativas assimetrias vão encontrar-se, em todo o caso, nas comparações regionais, com variações de missalizantes entre 0,8%, para o concelho de Mértola, e 81%, para o de Esposende[3]. Independentemente de tais valores extremos, que podem ter alguma explicação conjuntural, são notórias as clivagens que separam regiões portuguesas no que respeita aos indicadores religiosos[4].

O que importa acima de tudo salientar, no entanto, é que as características religiosas se associam frequentemente a constelações bem mais amplas de especificidades regionais, no plano cultural e fora dele, as quais formam combinatórias de muito longa duração e conferem perfil próprio a diversos espaços no conjunto nacional.

Voltando aos elementos mais gerais que permitem avaliar comportamentos religiosos dos portugueses e recuando até 1971, data da realização de um inquérito sobre amostra nacional realizado pelo IPOPE[5], verifica-se uma muito alta taxa de autoclassificação religiosa: 84,6% dos respondentes declaram-se católicos, contra apenas 12,6% de ateus, agnósticos ou indiferentes. Sendo pequenas as variações por sexo, elas passam já a significativas quando se tem em conta os grupos etários e os níveis de instrução. O peso relativo menor de católicos e maior de ateus e agnósticos vai encontrar-se, com efeito, na classe dos 20 aos 29 anos – a primeira retida no inquérito – e nos respondentes de mais elevado nível de escolaridade[6]. De entre os que se identificam como católicos, porém,

[1] Cf. AUGUSTO DA SILVA, "Prática religiosa dos católicos portugueses", *Economia e Sociologia*, n.º 25-26, Évora, I.S.E.S.E., 1979.

[2] Cf. pe. STEPHEN HARDING e DAVID PHILIP, *Contrasting Values in Western Europe*, England, The Macmillan Press Ltd., 1986, pp. 29 e segs.

[3] LUIS DE FRANÇA, *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores/I.E.D., 1981, p. 18.

[4] Combinando indicadores de prática com indicadores institucionais, Luis de França pôde propor uma tipologia em cinco áreas homogéneas para o território continental: Luis de França, *op. cit.*, pp. 29 e sgs.

[5] Envolveu apenas maiores de vinte anos, com pelo menos instrução primária e residindo em localidades de mais de 10.000 habitantes: cf. IPOPE, *Estudo sobre Liberdade e Religião em Portugal*, Lisboa, Moraes, 1973.

[6] IPOPE, *op. cit.*, pp. 21 e segs.

quase metade afirma nunca, ou só raramente, assistir aos actos de culto, e mais de 70% dizem nunca participar em actos culturais e sociais organizados pela Igreja[1].

[1] Idem, Ibidem., pp. 28 e 40.

Em 1983 o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento efectuou um inquérito com o objectivo de identificar valores e atitudes da juventude portuguesa que permitiu localizar os respondentes perante a religião[2]. Afirmaram-se católicos 76,5% dos inquiridos, mas apenas 28,8% do total podem qualificar-se como praticantes, já que tinham assistido a um acto de culto nos últimos quinze dias. Consideraram-se ateus 12,8% e têm "outra posição" – o que inclui também "protestantes" e "não sabe, não responde" – outros 10,6%.

[2] O universo foi o dos jovens dos 15 aos 24 anos, residentes em localidades de mais de 100 habitantes em Portugal continental.

A distribuição geográfica das identificações religiosas confirma assimetrias já conhecidas, com 48% do total de ateus residindo na Grande Lisboa e mais de 60% dos católicos praticantes vivendo a norte do Tejo, com muito forte incidência no Centro e no Norte interiores. Confirma-se igualmente a associação entre catolicismo e ruralidade: 43% dos católicos praticantes habitam zonas rurais, enquanto dos que se declaram ateus, 70% vivem em zona urbana.

No que diz respeito à idade dos inquiridos, por seu turno, verifica-se que os 18--20 anos marcam o limiar a partir do qual passa a diminuir a identificação como católico praticante – até aos 24 anos, que constitui, como se referiu em nota anterior, o limite superior retido – e a aumentar o valor de ateus e de "outra posição".

Também os sexos distinguem as pertenças, tendo os rapazes valores nitidamente inferiores de católicos praticantes e superiores de ateus e outra posição.

Mais acentuada é ainda a correlação entre habilitações escolares e catolicismo: quanto mais longe se vai no sistema de ensino, menor identificação religiosa católica, praticante ou não, e mais frequentes as posições de ateu ou outra.

Quanto à origem social, por fim, o estudo mostrou que a prática católica se associa preferencialmente aos que provêm de meios familiares do estrato baixo e do alto, enquanto o estrato de origem médio fornece valores mais elevados de católicos não praticantes e de ateus[3].

[3] Estes elementos, resultantes do Inquérito I.E.D., foram retirados de: Luís de França, "Os jovens portugueses perante a religião: caracterização global", *Análise Social*, vol. XXI(86), 1985 – 2.°, pp. 247-281.

Vale a pena completar a referência às informações de base produzidas pelos estudos de melhor qualidade com o mais recente deles, a "Sondagem Socioreligiosa à População do Patriarcado de Lisboa", realizada em 1984[4]. A amostra de 1 000 indivíduos aí retida é representativa das cerca de 1 700 000 pessoas da área da Diocese, a qual compreende todo o distrito de Lisboa e o Sul do de Leiria. Tratando-se de um espaço social com características próprias, seria evidentemente ilegítimo generalizá-las ao conjunto nacional. Isso não retira ao trabalho, porém, nem interesse nem alcance. Por um lado é bem significativa e importante a população analisada; por outro, algumas das suas características – como por exemplo o grau médio de escolaridade ou os níveis de urbanização – podem vir a ser alcançadas mais cedo ou mais tarde em outras regiões por ora com valores mais baixos.

[4] Os elementos a seguir fornecidos provêm de: Graça Costa, *Caracterização Social da População (Sondagem Sócio-religiosa)*.

Do total de inquiridos na sondagem, 75% declaram-se católicos, sendo praticantes 33%. As outras religiões recolhem apenas 3,2%, são 1,3% os que têm outra posição ou não respondem e atingem 20,4% os indiferentes e ateus.

A distribuição por idades dá a mais elevada e a mais baixa percentagem de católicos praticantes respectivamente aos de mais de 59 anos e ao grupo etário dos 25 aos 34. Quanto aos indiferentes e ateus eles recrutam-se preferencialmente nas duas classes mais jovens abrangidas pelo estudo, a dos 15 aos 24 (31,9%) e a dos 25 aos 34 (29,6%).

O sexo feminino, por seu turno, quase atinge o dobro da percentagem de praticantes homens, enquanto se fica por cerca de metade dos indiferentes e ateus masculinos.

No que respeita agora ao grau de instrução, aos analfabetos cabe, de longe, a mais elevada percentagem de praticantes (57,9), enquanto se ficam pela menor de indiferentes e ateus (6,4). Estes extremos vão-se moderando à medida que sobe o capital escolar, mas a tendência estabiliza-se, com uma ou outra oscilação, a partir do curso geral do ensino secundário.

As distribuições na linha que vai de católicos praticantes até indiferentes ou ateus, passando pelos católicos não praticantes, correm no mesmo sentido dos graus de urbanização medidos pelo número de habitantes por localidade, ou seja, a intensidade religiosa tende a crescer das cidades para as zonas de menor densidade populacional.

Também a classe sócio-económica de pertença distingue as posições: enquanto as classes baixas são as que retêm nitidamente mais praticantes e menos indiferentes e ateus, estes últimos recrutam-se de preferência nas classes alta e média alta, as quais têm mais praticantes, no entanto, do que as classes média superior e média inferior.

A actividade económica do inquirido salienta, por seu turno, um caso especialmente notório: o das domésticas. Trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, desempregados, reformados e estudantes, todos ficam, com efeito, muito aquém dos extremos atingidos por aquela categoria, que soma 88% de católicos, 48% de praticantes e apenas 9% de indiferentes ou ateus.

A distribuição por activos das opções religiosas, por último, vem mostrar que curiosamente são os produtores agrícolas aqueles que ao mesmo tempo retêm o mais alto índice de praticantes (41,5%) e o de indiferentes e ateus (38,1%). Talvez a heterogeneidade classista no interior de categoria contribua para essa coexistência de posições polares. Altos níveis de indiferentes e ateus que se encontram igualmente entre os quadros superiores (35,8%) e médios (34,4%), enquanto assalariados agrícolas e operários não qualificados se classificam, com frequência, como praticantes (33,1% e 33,3%, respectivamente).

A sondagem permite também analisar quantitativamente os percursos religiosos, avaliando baptismos e frequência da catequese, primeiras comunhões, crismas e casamentos católicos [1].

[1] Cf. Carlos Alberto M. de Oliveira, *Percurso da Vida Cristã (Sondagem Sócio-religiosa)*.

Baptismos, abrangendo 94,6% da população e matrimónios católicos, com 70,5%, continuam a representar os momentos de mais ampla participação nesses cinco indicadores de integração religiosa. Tão generalizada difusão torna-se ela própria sintoma, como já se tinha deixado entender, de como é inadequado inferir idênticos níveis de adesão à doutrina e à fé.

O baptismo, como de resto a frequência da catequese, a primeira comunhão e em grande parte o crisma – que embora considerado sacramento da "confirmação da fé" tem por idade modal, na verdade, a categoria abaixo dos 12 anos – são muito mais frequentemente resultados de estratégias e opções familiares do que de opções do próprio.

Quanto ao casamento, a sua dimensão ritual, o seu significado de comunicação e de consagração pública soma certamente funções e efeitos próprios aos significados sacramentais. Se as classes mais baixas são as que com mais frequência se casam pela Igreja, é talvez, em parte, justamente por lhes ser mais necessária essa afirmação consagratória e comunicacional. E as nítidas descoincidências entre identificação religiosa e matrimónio católico – 38% dos ateus ou indiferentes praticam-no, enquanto 12% dos católicos praticantes casam fora da Igreja – não fazem mais do que confirmar a funcionalidade polifacetada do cerimonial "de passagem"[1].

O estudo que tem vindo a ser referido dá ainda outras indicações sobre a vida religiosa da população da diocese – frequência da missa, comunhão, confissão e oração – que importa brevemente comentar, tendo em conta que a população de referência é agora apenas a que se declara católica, praticante ou não[2].

Das quatro dimensões retidas de práticas é a oração individual a que mais relevo assume: 63% dos praticantes dizem a ela recorrer com frequência, contra 26% que nunca ou raramente o fazem; nos não praticantes a relação inverte-se, sendo de 26% e 64%, respectivamente. A abstenção dos católicos em relação à frequência da missa é já muito acentuada – 41% dizem que nunca ou raramente vão[3] – mas sobe ainda a respeito da comunhão e da confissão, que 65% e 71%, respectivamente, reconhecem também raramente ou nunca praticar.

Em cada um destes actos, como se esperaria, a abstenção cresce muito sensivelmente quando se passa dos praticantes para os não praticantes, embora as diferenças se esbatam um pouco no que se refere à oração pessoal. Esta abstenção aumenta também de forma significativa, em todos os casos, quando se passa da população feminina à masculina. As camadas jovens – em especial entre os 25 e os 34 anos – reafirmam, por seu turno, menor adesão do que a dos grupos mais idosos. Confirma-se, por último, a polarização fundamental da prática religiosa nas classes altas e nas mais baixas. A frequência da missa, a comunhão, a confissão e a oração concentram-se, com efeito, naqueles dois sectores, mostrando os estratos intermédios, de um modo geral, maior alheamento.

[1] É necessário dizer que o casamento católico tem vindo, mesmo assim, a sofrer uma lenta erosão: o valor de 86,6% que lhe cabia em 1970 já em 1986 andava pelos 73%. Assiste-se, paralelamente à "banalização" social e ao crescimento dos divórcios, os quais, a partir de 1979 – ano que marca o termo do boom provocado por regularização de situações anteriores a benefício das mudanças legislativas de 75 e 76 – não cessam, com efeito, de aumentar a sua incidência. Cf. ANÁLIA TORRES, *Levantamento sociográfico do divórcio em Portugal 1970-1986*, Lisboa, Trabalho dactilografado (no prelo), 1988, p. 23, p. 43 e quadros em Anexo.

[2] Cf. MARINHO ANTUNES, *Prática Religiosa (Sondagem Sócio-religiosa)*.

[3] Alguns resultados sobre práticas e em particular os respeitantes à frequência semanal da missa foram, mesmo assim, considerados sobreavaliados por responsáveis católicos, sobrevalorização confirmada por recenseamentos parciais posteriores. Cf. MANUEL MARINHO ANTUNES, "Sobre a Sondagem Sócio-religiosa à População do Patriarcado de Lisboa, 1984", *Análise Social*, vol. XXIII (98), 1987, p. 753. O valor correspondente médio para católicos habitando regiões europeias católicas anda também pelos 42%. Cf. JEAN STOETZEL, *Les Valeurs du Temps Présent: Une Enquête Européenne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983, p. 117.

3.3.2.2 Valores religiosos e prolongamentos sociais

As práticas de culto a que se tem vindo a fazer referência, além de indicarem, embora de forma graduada, a pertença e a integração dos que delas participam, são elas próprias factores de reforço dessa mesma integração. A eficácia das práticas torna-se virtualmente tanto maior quanto mais precocemente elas se inscrevem nos sistemas de disposições e mais regular e intensamente são prosseguidas.

Nos actos comunitários de que habitualmente se participa renova-se a recepção das mensagens que a hierarquia da Igreja transmite, densificam-se contactos com os grupos de referência que partilham, no essencial, as mesmas convicções e outras afinidades, robustece-se, numa palavra, a socialização religiosa dos crentes.

Sendo elementos fundamentais de aprendizagem quer a repetição, quer a precocidade, não surpreende verificar a importância da estratégia e do ambiente familiar de origem na reprodução do sistema de valores religiosos. É assim que 83% dos inquiridos afirmam nunca ter mudado de posição religiosa e que, por outro lado, os que se reconhecem católicos praticantes dizem ter, mais frequentemente do que em qualquer outro grupo, mãe e pai igualmente católicos praticantes. Entre os que alteram o seu posicionamento nesse plano – e eles recrutam-se sobretudo no grupo que vai dos 25 aos 44 anos – as deslocações seguem duas tendências básicas: de praticante para não praticante e de não praticante para indiferente. Não é em todo o caso insignficante – ultrapassa um pouco os 9% – a passagem de praticante à posição de ateu [1].

Mas a importância do meio familiar aparece confirmada, ainda, pela análise feita pelos próprios inquiridos. Confrontados com uma lista de comunidades que são susceptíveis de contribuir de modo decisivo para a vida religiosa dos católicos, estes atribuíram tal função, prioritariamente, à integração na família. E reconhecem à família a mais significativa influência no desenvolvimento da sua própria religião [2].

Quer a proximidade dos trabalhos que produziram todos estes resultados de sociografia religiosa – um arco temporal que vai de 1971 (Estudo do IPOPE) a 1984 (Sondagem à População do Patriarcado de Lisboa) – quer a sua heterogeneidade teórico-metodológica e de universos de referência, impedem análises de evolução e mesmo comparativas suficientemente seguras. Mas não impedem, em contrapartida, o registo da notória congruência desses resultados, o que lhes reforça verosimilhança científica e nos deixa um quadro da autoclassificação religiosa dos portugueses bem como de certas dimensões da respectiva prática.

Entre identificação religiosa – em Portugal traduzida em muito elevada pertença católica – e as práticas culturais que tal identificação tenderia a impor, existem no entanto, como se viu, desfasamentos mais ou menos significativos. E a essa identificação também se podem associar, por outro lado, padrões comportamentais e valorativos, não só no plano estritamente religioso como no ético-normativo mais geral, susceptíveis de serem considerados dissonantes.

[1] Cf. AUGUSTO DA SILVA, *Posição Religiosa e Contexto Religioso Familiar (Sondagem Sócio-religiosa).*

[2] Cf. MARINHO ANTUNES, *Prática Religiosa (Sondagem Sócio-religiosa).*

Alguns dos que, no estudo IPOPE, se identificavam como católicos, ilustram justamente situações de afastamento da doutrina e da ética oficiais.

Assim, o que se pode designar anticlericalismo directo, tal como resulta de aceitar a afirmação – "os sacerdotes representam o maior obstáculo ao progresso" – não é insignificante, já que 10% dos católicos concordam total ou parcialmente com ela[1]. Mais sugestivos serão, ainda, outros dois valores. Por um lado, só 23% dos autodesignados católicos aceitavam a autoridade dos sacerdotes em matéria de interpretação da revelação e de definição dos princípios de fé. Por outro, 61% de entre eles admitiam a permissibilidade do divórcio de cônjuges católicos[2].

Também entre os católicos praticantes do Patriarcado de Lisboa só menos de metade aceita totalmente o princípio da indissolubilidade do matrimónio, enquanto sensivelmente a mesma percentagem admite como aceitáveis, sem reservas ou em parte, as relações sexuais pré-matrimoniais "entre duas pessoas que se amam"[3].

Um dos factores capazes de contribuir para algumas das descoincidências entre autoclassificação religiosa e certas das suas consequências esperáveis em matéria de valores e comportamentos será o grau de informação religiosa. A evidência aponta no sentido da escassez de tal informação, mesmo entre os praticantes.

A respeito da recepção das mensagens, ainda se encontra um conjunto de dimensão razoável que costuma ver programas religiosos na televisão e ouvir programas de rádio do mesmo tipo – 31% e 25% respectivamente – embora fique muito aquém dos que vêem habitualmente o telejornal (87%) e ouvem noticiários na rádio (78%). Os valores descem já para cerca de 12%, no entanto, quando se procura saber quantos desses católicos praticantes recebem algum tipo de publicação periódica da Igreja[4].

Resultado de escassa informação é escasso conhecimento e verifica-se haver, de facto, um elevadíssimo número de praticantes que não conhece o conteúdo, nem mesmo alguma vez ouviu falar, de importantes documentos do magistério da Igreja. É o caso de documentos pontifícios e resultantes do Concílio Vaticano II, como ainda, de forma mais marcada, dos da Conferência Episcopal Portuguesa[5].

Independentemente do conhecimento ou desconhecimento desses documentos da Igreja, a partilha de um sistema de convicções que fazem parte do credo católico, do seu conteúdo normal de fé, constitui indicador importante de adesão religiosa.

Os elementos disponíveis para diversos países europeus mostram que no princípio dos anos oitenta se conservam valores elevados de crença em Deus, na alma, no pecado, enquanto se acredita menos na ressureição e no paraíso e ainda menos na existência do diabo e do inferno. Para os países que dispõem de dados recolhidos no imediato pós-guerra é ainda possível verificar a tendência para o declínio geral das crenças[6].

[1] IPOPE, *op. cit.*, p. 109.

[2] Idem, Ibidem, pp. 45 e segs., 84 e 167-168

[3] MÁRIO LAGES, *Valores e Critérios Morais (Sondagem Sócio-religiosa).*

[4] Cf. ANTÓNIO REGO e VICENTE FERREIRA, *Contacto com Meios de Comunicação Social da Igreja* e MANUEL R. CARVALHO, *Participação Social e Centros de Interesse (Sondagem Sócio-religiosa).*

[5] Cf. JOSÉ CARLOS SOUSA, *Conhecimento de Documentos do Magistério da Igreja (Sondagem Sócio-religiosa).*

[6] Cf. JEAN STOETZEL, *Les Valeurs du Temps Présent: Une Enquête Européenne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983, pp. 87 e segs. e STEPHEN HARDING e DAVID PHILIPS, *Contrasting Values in Western Europe, op. cit.*, pp. 29 e segs.

Também entre os que se consideram católicos, na população do Patriarcado, se fica longe de partilhar todas essas convicções. Mesmo um conjunto significativo dos praticantes diz não acreditar, ou pelo menos ter dúvidas, em relação à existência da vida para além da morte, ao paraíso, ao inferno, à ressureição dos mortos, ao poder sacerdotal de perdoar pecados em nome de Deus. Claro que estas posições de dúvida ou descrença são mais numerosas entre os não praticantes, como o são igualmente, de modo sistemático e por larga margem, no sexo masculino[1].

Aos inquiridos da sondagem do Patriarcado foi pedido, por seu turno, que exprimissem opiniões sobre a influência da doutrina e da actuação da Igreja Católica em diversos campos da vida social[2].

Claramente positivas, em cômputo global, são as avaliações a respeito das áreas da educação e da vida familiar. O saldo de posições favoráveis face às negativas vai diminuindo, porém, quando se passa para a assistência, a comunicação social, a vida política internacional, a actividade económica, a actividade política nacional. A imagem da Igreja torna-se nitidamente negativa quando se fala da sua influência no campo sindical.

Como seria de esperar, as percentagens mais elevadas de opiniões positivas e as mais baixas de negativas registam-se sempre entre os católicos e em especial nos praticantes. O que valerá a pena salientar, em todo o caso, é o conjunto significativo de diferenças reveladas pelos grupos etários, com os mais idosos a contrastarem com os jovens por aqueles transmitirem imagens mais positivas do que as destes.

De um modo geral, os domínios mais valorizados positivamente em termos de imagem – a educação e a vida familiar – são aqueles em que as pessoas dizem empenhar-se no seu quotidiano com muito mais frequência e intensidade do que em quaisquer outros[3]. E são também aqueles em que a Igreja vai reconhecendo maior interesse enquanto objectivos de intervenção, em prejuízo de áreas que a própria especialização funcional de outras diversas instituições sociais se foi encarregando de ocupar[4].

Além das opiniões expressas sobre a intervenção da Igreja, outros indicadores, retidos na sondagem, permitem avaliar o modo como valores especificamente religiosos se retraduzem em dimensões dos processos sociais[5].

Desde logo interessa saber em que aspectos da vida privada mais fortemente se faz sentir a convicção religiosa. Aqui é mais de metade do conjunto dos inquiridos que afirma a inexistência de efeitos importantes, neste plano, da posição religiosa. São apenas 30% aqueles que, pelo contrário, admitem serem importantes tais efeitos. Mesmo entre os católicos praticantes, os que os reconhecem ficam aquém de metade dos seus próprios efectivos.

A que aspectos da vida pessoal se refere essa minoria quando pensa nos efeitos da fé? Fundamentalmente ao "clima das relações familiares" – mais de 80% – à "preocupação pelos pobres", à "consciência de um papel que tem a desem-

[1] Cf. Augusto da Silva, *Posição Religiosa e Contexto Religioso Familiar (Sondagem Sócio-religiosa).*

[2] Cf. D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, *Imagem da Igreja (Opinião sobre a Influência da Doutrina e da Actuação da Igreja) (Sondagem Sócio-religiosa).*

[3] Cf. Manuel R. Carvalho, *Participação Social e Centros de Interesse (Sondagem Sócio religiosa).*

[4] Cf. Stephen Harding e David Phillips, *op. cit.*, pp. 41 e segs.

[5] Marinho Antunes, *Projecção da Fé ou da Posição Religiosa na Vida (Sondagem Sócio-religiosa).*

penhar no mundo", "maneira de reagir à dor e às adversidades". Ou seja, a selecção dirige-se a aspectos que se projectam em sociabilidades próximas ou que se definem mesmo por um estrito auto-centramento. Muito abaixo em escolha positiva ficam as dimensões claramente socio-centradas do viver social, nomeadamente a "participação na vida política". Nestas últimas dimensões conjuga-se a assumida inaptidão da fé para nelas interferir com o desinteresse generalizado que a seu respeito se manifesta.

Talvez faça sentido admitir, então, que se esboça uma dupla tendência: por um lado, a convicção religiosa recolhe-se, no essencial, ao seu próprio domínio, desiste de alastrar a outras dimensões da vida; mas mesmo quando essa transferência se opera é para se circunscrever, regra geral, às suas componentes mais privadas e mais próximas da consciência ética individual. É isso, pelo menos, o que resulta da auto-avaliação dos actores e sugere, em qualquer caso, a ausência de difundidas estratégias de distinção e de afirmação ancoradas em posições de natureza religiosa.

Um outro indicador, destinado a avaliar atitudes em relação à transmissão da vivência religiosa, vai no mesmo sentido e mostra a genérica inapetência dos católicos por exibirem a sua fé e militarem pela sua difusão. A mais frequente atitude – a de 43% dos inquiridos – é a que se identifica com a frase "a minha vida religiosa é só comigo, não a revelo a outros". Homens, estratos sócio-económicos médio-inferior e baixo, católicos não praticantes, partilham tal posição em valores acima de metade do respectivo grupo. Mas a essa posição mais radical ainda se podem acrescentar aqueles que, admitindo embora que deviam transmitir aos outros a sua vida religiosa, reconhecem não o fazer. Somam eles 13% do total. Só 28%, finalmente, tentam comunicar, sob diversas formas, a respectiva vivência religiosa. A grande maioria destes diz fazê-lo "pelo exemplo".

Entre os que claramente assumem a individualização das suas convicções religiosas, os que também o fazem, embora de má consciência, e os que procuram comunicar a fé essencialmente pelo exemplo se esgotam, portanto, as posições dos respondentes. Ficam em situações insignificativas e residuais, assim, aqueles que mais militantemente procuram transmitir as suas convicções "pela palavra, individualmente" (pela oração e o sacrifício" (2%), "pela participação em actividades organizadas" (1%)).

O percurso por algumas das dimensões em que a religiosidade se manifesta – auto-identificação e pertença; observância de práticas culturais; recepção e conhecimento das mensagens da Igreja; partilha de um sistema de convicções e crenças; atitudes sobre a influência da Igreja; prolongamento e tradução de valores religiosos em elementos dos processos sociais – terá tido pelo menos o mérito de mostrar a complexidade que o conceito abriga.

No quadro de uma preocupação prospectiva sugere-se imediatamente a pergunta: o futuro reserva-nos menos religião e, em particular, menos catolicismo?

Vimos já que para poucos indicadores directos existe evidência empírica inequívoca e prolongada no tempo que permita desenhar tendências seguras. Dificilmente se recusaria, em todo o caso, como provável cenário evolutivo da sociedade portuguesa, aquele em que a urbanização aumente, as classes médias cresçam, as mulheres prossigam a sua integração no mercado de trabalho, a escolarização se prolongue e abranja maior volume de população. E cada um destes vectores aparece sempre associado a níveis crescentes de desapego ou indiferença religiosa.

É conhecida, por outro lado, a correlação entre disponibilidade de pessoal eclesiástico e os padrões de adesão e prática religiosa. Ora, com algumas oscilações, tem vindo a ser visível a "crise de vocações", a evolução negativa dos seminaristas e a insuficiente renovação do clero. Parece, então, que diversos factores convergem no sentido de um declínio da vitalidade religiosa no que respeita ao catolicismo.

Mas a pergunta não é interessante. Para se analisar em valores socialmente relevantes e actuantes importa muito menos saber, em relação ao futuro, quanta religião, do que, que religião, quais as suas características, quais as suas influências, efeitos e prolongamentos.

A resposta qualitativa torna-se evidentemente ainda mais difícil, já que são fortemente diferenciados os modos de viver a religiosidade.

Noutra ocasião, e a benefício de um estudo de tipo monográfico – com metodologias intensivas e aplicação local – tentei mostrar que é indispensável ter em conta, quer a diversidade de necessidade religiosas, quer a estrutura e a dinâmica dos mercados de bens religiosos[1]. Do lado das necessidades, em região camponesa, elas podiam distribuir-se esquematicamente por dois pólos: o que dizia respeito à gestão das dificuldades quotidianas e o que se projectava predominantemente em dimensões espirituais e na "salvação da alma". Cada um desses pólos convocava diferentes instrumentos e formulava procuras diversas. Os ajustamentos sempre instáveis da procura e da oferta foram, a certa altura, desequilibrados por transformação significativa desta última, no caso a substituição de um pároco tradicional por um pároco moderno. E o resultado, a par do encorajamento a novas procuras ligadas a uma religiosidade de tipo mais urbano, menos instrumental, foi a desvitalização, sem recurso nem remédio, dos valores próprios dos camponeses mais idosos.

O exemplo é, evidentemente, insusceptível de generalização. O que ele mostra, sobretudo, é a importância de que se reveste a oferta de bens religiosos, ou, dito de outra maneira, a influência que, a vários níveis dos processos sociais, exercerá a Igreja como instituição. Daí o indiscutível interesse que teria – muito embora esteja fora de causa, aqui, tal exercício – a auscultação prospectiva das suas estratégias e dos seus modos de intervenção na nossa sociedade. Não será arriscado supor, em todo o caso, que a Igreja portuguesa acompanhe e responda, no essencial, à evolução das necessidades e procuras que se forem exprimindo.

[1] João Ferreira de Almeida, "Párocos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural", *Análise Social*, n.º 96, vol. XXIII, 1987, pp. 229 e segs.

As heranças do cristianismo são extremamente complexas e heterogéneas.

Ao dessacralizar a natureza e o homem, ao retirar-lhes mistério, ao contrapor o transitório ao eterno, o corpo à alma, o cristianismo contribuiu para romper a antiga impregnação de todas as dimensões da vida social pelo sagrado. Trata-se de um processo plurissecular que passou pelo judaísmo, depois pelo puritanismo, e que culmina no que Weber chama o "desencantamento do mundo"[1]. O catolicismo tem percorrido esse caminho de modo menos claro e menos uniforme. Estará agora a tornar-se mais nítida a tendência?

[1] MAX, WEBER, *L'Ethique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*, Paris, Plon, 1964, pp. 121-122, 143 e segs.

Mesmo em países de dominante católica fala-se frequentemente em secularização para significar o processo de desvalorização social das formas e símbolos religiosos tradicionais[2].

[2] Cf. J. MILTON YNGER, *Religion, Society and the Individual*, Nova Iorque, The Macmillan Co., 1957, p. 119.

Os crentes iriam tendendo a prescindir das componentes mais ritualizadas e institucionalizadas da religião, com excepção para as que têm uma carga simbólica que ultrapassa a dimensão estritamente sacramental e de culto. Eles iriam individualizando e privatizando a sua fé e a sua espiritualidade, perdendo militância, auto-gerindo a religiosidade em detrimento de muitas das tradicionais intervenções mediadoras do corpo sacerdotal, valorizando a vivência pessoal, recusando influência da religião na esfera pública da vida e desvalorizando a intervenção da Igreja nesse domínio.

Também a Igreja, por seu turno, iria no sentido da concentração e recentramento em esferas de intervenção e influência como a família, a assistência, a educação, ao mesmo tempo que cada vez mais seriam favorecidas as formas depuradas de crença e espiritualidade.

Assiste-se ainda, por outro lado, à redistribuição de funções e de poderes na Igreja, por força do crescente papel que os leigos têm vindo a assumir, por sua própria iniciativa, e encorajamento dos bispos. É assim que foi já concretizada a possibilidade, prevista no novo código de Direito Canónico, de ser atribuída a leigos a orientação de paróquias, envolvendo a capacidade de dirigir a celebração dominical, sem a presença do presbítero e em substituição da missa[3]. É assim, igualmente, que se vêm formando Conselhos Económicos, por vezes dotados de amplas competências no plano organizativo e Conselhos Pastorais, com atribuições importantes de aconselhamento e acompanhamento.

Não será verosímil que toda esta redefinição no sentido de deixar de estar restrita ao corpo profissional da Igreja a possibilidade de intervenção nos processos de decisão que lhe respeitam possa facilitar a introdução de novas preocupações, de novas linguagens e, finalmente, de uma nova interacção entre o corpo eclesial e o conjunto da sociedade?

Essas parecem ser as tendências maiores inscritas nos elementos disponíveis para a sociedade portuguesa.

É claro que o termo religiosidade pode recobrir dimensões exteriores não só ao catolicismo como ao conjunto das religiões instituídas, cuja exclusão da análise resulta apenas de decisões simplificadoras. Como é claro, igualmente, que a

religião católica constitui, cada vez menos – alguns dos elementos discutidos mostram-no bem – um "sistema integrado de crenças".

Ela desdobra-se em múltiplas modulações social e regionalmente diferenciadas, em sincretismos variados, tudo se passando como se a auto-identificação se deixasse de sentir constrangida pelo rigor de um conjunto mínimo e obrigatório de normatividades, de valores e de comportamentos.

Quer a eventual evolução das formas e dos domínios de aplicação na religiosidade dos crentes, quer as eventuais evoluções da Igreja, não implicam, como é evidente, o apagamento da influência global da herança cristã nos planos cultural, ético e normativo. Os valores morais e religiosos têm revelado, de resto, apertadas interligações no plano europeu[1], o que confirma a vitalidade dessa antiga herança civilizacional partilhada.

[1] Cf. notícia em *O Jornal*, de 12.5.89, p. 34, com o título "Empresário dirige paróquia na diocese de Coimbra".

Ela evolui e actualiza-se, contudo.

Em termos globais, na Europa, as perspectivas de direita e de centro associam-se mais frequentemente a posições de identificação e adesão religiosa, enquanto à esquerda surge maior volume de indiferentes e ateus.

Elementos disponíveis para o nosso país parecem confirmar essa tendência, tal como foram verificadas correlações negativas entre interesse e participação política, de um lado, e prática religiosa, do outro.

Mas é também plausível admitir que a benefício do aumento de tolerância e do declínio do papel emblemático e público da identidade religiosa, católicos e não católicos sejam cada vez menos, em Portugal, grupos de referência reciprocamente negativos. O leque de opções disponíveis na nossa sociedade, designadamente os seus valores sócio-políticos e morais, tenderão, por outro lado, a distribuir-se de forma mais transversal entre crentes e não crentes, ou seja, tenderão a atenuar-se distinções e assimetrias, na presença social e política, atribuíveis exclusivamente a pertenças e identidades religiosas.

[55] Cf. Stephen Harding e David Phillips, *op. cit.*, pp. 213 e segs.

4. O Trabalho da Sociologia

4.1 Metodologia da Pesquisa Empírica

Falar de metodologia da pesquisa empírica é falar dos processos e dos instrumentos de trabalho, dos procedimentos teóricos à implementação dos dispositivos técnicos, a que recorrem os sociólogos para conhecer e dar a conhecer a realidade social. Esta definição generalista, embora pouco precisa, tem a vantagem de incluir as diferentes modalidades de produção de conhecimento – a pesquisa científica mas também a resposta a pedidos variados feitos pelas instituições aos profissionais da sociologia. Pedidos esses de que são exemplo sondagens, diagnósticos, planos de desenvolvimento, análises com objectivos de intervenção em diferentes localidades ou em empresas e outras organizações.

As questões que são objecto de pesquisa em sociologia são também muitas vezes as que preocupam as pessoas, ou as instituições em geral. Porque é que persistem nas sociedades contemporâneas tantas assimetrias e há quem tenha acesso a todos os bens e outros deles se vêem excluídos? Porque há violência nos estádios de futebol? Porque é que sendo o custo da frequência universitária, nas escolas públicas, relativamente baixo, continuamos a ter em Portugal uma percentagem de licenciados tão baixa relativamente à média europeia?

Mas não só os problemas, que todos podem considerar como problemas, são objecto de investigação sociológica. Há outras interrogações aparentemente mais banais, cuja procura de explicação, análise e pesquisa são susceptíveis de nos elucidar acerca da sociedade em que vivemos, suas regras e modalidades de funcionamento. Porque é nas nossas sociedades as pessoas tem o hábito de se casar? Porque é que quando viajamos num transporte público não nos parece bem que alguém, que não conhecemos, olhe fixamente para nós? Porque é que acordar mal disposto não nos dá direito a sair de casa e agredir a primeira pessoa que vemos na rua?

Estas, e muitas outras questões, podem constituir pretextos para a pesquisa empírica. Outras constituem-se a partir de pedidos directamente veiculados pelas instituições. Importa saber, por exemplo, como diminuir o insucesso escolar. Necessita-se do conhecimento de aspectos da realidade social local para a elaboração do plano director municipal de uma autarquia. Pretende-se proceder ao realojamento de pessoas a viver em bairros degradados. Pesquisas, estudos parciais, análises e diagnósticos podem ser encomendados por diversas entidades.

Neste capítulo procura-se indicar, exemplificando, os processos, os métodos e as técnicas, que é costume utilizar para investigar, e produzir conhecimento, sobre a realidade social. Mas convém, desde já, distinguir entre pesquisa científica e resposta a pedidos mais centrados.

A pesquisa científica tem como objectivo a produção de conhecimento aprofundado e sistemático sobre uma dada realidade do mundo físico, psíquico ou social. É através da pesquisa que se renovam conhecimentos ou se produzem

novos conhecimentos, se enriquecem os quadros conceptuais das disciplinas científicas, ou se processam as descobertas.

Muitas vezes a realidade estudada não muda, mas ao mudar o nosso olhar sobre ela descobrem-se outras relações e, por vezes, outras realidades. O que separa as teorias de Newton das de Einstein, não é a mudança no mundo físico, mas justamente os novos horizontes que sobre ele o olhar de Einstein nos abriu. Essa nova maneira de encarar o mundo físico, essas novas relações que o cientista estabeleceu entre o espaço e tempo, nasceram da conjunção sempre íntima entre teoria e pesquisa. Um processo que se estabelece no início com a formulação de uma pergunta não pode aparecer senão no quadro de um conjunto anterior de teorias e concepções sobre o mundo. Se não se sabe não se pode perguntar, se não se pergunta não se pode saber nada de novo.

Do processo da pesquisa científica fazem parte o conjunto de mecanismos teóricos, conceptuais, metodológicos e técnicos que se desencadeiam à procura da resposta para a pergunta que foi formulada. Através da metodologia da pesquisa empírica a pergunta inicial começa a ser transformada em questões, hipóteses mais precisas. Desenha-se um caminho que permite aferir se as hipóteses estabelecidas se podem confirmar ou infirmar, põe-se em acção um conjunto de técnicas que depende da problemática e do trajecto definidos.

Todos os bons manuais de metodologia costumam prevenir os seus utilizadores de um uso cego, tipo receita, dos seus ensinamentos. Procura-se quase sempre mostrar, através da ilustração, que o caminho da pesquisa se faz caminhando. E que, para que a jornada chegue ao fim com êxito, se torna necessário mais do que a aplicação rigorosa dos métodos e das técnicas, a pesquisa seja encarada como um processo reflexivo. Isto é, que se trata sobretudo de reflectir a cada passo sobre os diferentes momentos e decisões tomadas e nunca de aplicar mecanicamente um procedimento ou uma técnica. Cada modelo de pesquisa é único. A inspiração que se pode buscar através das ilustrações dos manuais é sobretudo válida para comparar problemas e estratégias de solução mais do que para a repetição de procedimentos.

No percurso da investigação, por outro lado, embora se procure respeitar o desenho inicial surgem sempre problemas novos, não previstos, que exigem soluções específicas. Enfim, os possíveis erros na pesquisa raras vezes se encontram nos procedimentos técnicos. Na maior parte dos casos, eles situam-se na própria estratégia de investigação, nas escolhas feitas, nas relações estabelecidas.

A imagem da descoberta científica associada a alguém que se levanta de repente da banheira gritando "eureka" é hoje uma pálida caricatura. Não tanto porque os cientistas não possam ter inspirações súbitas ou soluções para dúvidas que os atormentam nos mais inusitados locais. Mas mais porque a esta velha imagem se tendeu a associar uma ideia sobre a pesquisa que não é de todo realista. Nenhuma decisão sobre um novo passo a dar surge do rasgo inspirado de um génio, sem um longo e demorado processo de trabalho. É desse processo, e das suas especificidades no domínio da sociologia, que trata este capítulo sobre a metodologia da pesquisa empírica.

Falámos até aqui de problemas da pesquisa científica. Mas disse-se atrás que os sociólogos eram também solicitados a responder, através dos seus conhecimentos, a pedidos mais delimitados ou centrados, por parte de diversas entidades.

Tais pedidos implicam que se desenvolvam procedimentos de pesquisa empírica, isto é, métodos e técnicas para conhecer aspectos da realidade social envolvidos nesses pedidos. Mas não se trata necessariamente de pesquisa científica que, como se disse, tem objectivos particulares. Ela exige ritmos, disponibilidades e enquadramentos institucionais específicos. Costuma, aliás, falar-se em investigação fundamental e investigação aplicada quando se pretende distinguir entre uma e outra forma de produção de conhecimento, mas não só a distinção é menos nítida do que parece, como ela é incapaz de separar o que é científico do que o não é.

A resposta aos pedidos referidos faz parte, logicamente, do domínio da aplicação de conhecimentos. O que não quer dizer que quando se aplica não se enriqueça e aprofunde o património da respectiva disciplina científica. Os exemplos que se seguem mostram como a interacção entre pesquisa científica, pedidos e necessidades sociais são susceptíveis de contribuir quer para o avanço do conhecimento de uma forma global, quer para uma melhor percepção das questões sociais.

Qualquer pessoa se dá conta que nos últimos anos há aspectos da realidade social que mudam a ritmo vertiginoso. Uma das especificidades da sociologia reside, também, no facto de o objecto mudar incessantemente gerando necessidades de conhecimento que não são acompanhados pelos ritmos, sempre mais lentos, da sua produção.

Pedidos da natureza dos indicados acima tornam-se, apesar de tudo, cada vez mais frequentes, porque cada vez mais se compreende que para intervir sobre a realidade social é necessário conhecê-la. E cada vez mais se entende, igualmente, que este conhecimento não é um exercício fácil e muito menos que se faça de uma vez por todas. Verdades que alguns pensam adquiridas para sempre são desmentidas ou pelo menos relativizadas por acontecimentos posteriores. Medidas que se tomam com as melhores intenções têm resultados inesperados, por vezes, mesmo, perversos.

Nos tempos mais recentes os conhecimentos disponibilizados pelas ciências sociais tornaram-se crescentemente parte constitutiva da realidade social. Ninguém imagina hoje eleições sem sondagens. Elas fazem parte integrante do processo eleitoral das sociedades democráticas. Os partidos trabalham em função tanto delas como das eleições. Não raras vezes se vê que há efeitos que se produzem nas eleições que têm a ver com as próprias sondagens. O sentido do voto real é susceptível, mesmo, de ser influenciado pela sondagem. É possível pensar-se em votar num partido, não tanto porque se goste dele mas, por exemplo, como forma de impedir um outro de alcançar o poder. Se a sondagem for mais favorável ao primeiro pode-se desistir da estratégia defensiva e votar naquele que realmente se prefere.

As sondagens são elaboradas por um conjunto de profissionais que têm uma formação de base na área das ciências sociais. Convocam o domínio de um conjunto de técnicas estatísticas e de amostragem. Quantos, e onde inquirir, para tornar os resultados da sondagem representativos do universo dos votantes? Mas exigem também um conhecimento das próprias condições de observação. Se o voto é secreto como garantir a fiabilidade da sondagem? Em que condições inquirir? E como interpretar os resultados das abstenções? E o que dizer acerca dos indecisos? Que sectores sociais se mostram mais inseguros quanto à natureza do seu voto? Que razões terão para o fazer? Não se trata apenas de fazer contas ou aplicar modelos já testados noutras situações. Executar uma sondagem exige também o conhecimento dos mecanismos sociais, neste caso, dos que mais podem jogar na escolha política.

Há medidas, como se disse, que são tomadas com a melhor das intenções e cujos resultados ficam muito aquém dos esperados. O exemplo da escolaridade gratuita e obrigatória ilustra esta distância. Ninguém duvida que esta medida, assumida num conjunto de países, se destinava a promover a real igualdade de oportunidades. As pesquisas levadas a cabo na sequência da sua criação, e após alguns anos vieram demonstrar, porém, que os mecanismos de selecção social são mais complexos.

Não basta ir à escola, é preciso ter sucesso escolar. Para ele contribuem um conjunto de factores pouco visíveis que não têm a ver apenas, nem sobretudo, com as chamadas capacidades mentais. Estar ou não familiarizado com o ambiente escolar, ter acesso a livros em casa, estão entre os elementos eventualmente decisivos. As competências que inúmeras crianças adquirem fora da escola, na rua, por exemplo, não são valorizadas dentro da escola. Todos conhecemos crianças sobredotadas para a luta pela sobrevivência, para um sem número de inteligentes formas de lidar com a sua realidade, mas subdotadas para as competências que são exigidas numa sala de aula.

A intervenção sobre estas realidades exige um conhecimento profundo dos diferentes processos e agentes envolvidos. Não se trata de problemas que possam ser resolvidos nem só pelos directamente envolvidos, os alunos, nem só pelos pais, nem só pela escola, ou pelos professores, nem só pelas instituições estatais que se ocupam do ensino. Pesquisas realizadas neste domínio têm revelado a complexidade desses processos sem contudo deixarem de apontar saídas e formas de intervenção [1].

[1] Ana Benavente, A. F. Costa, F. L. Machado, M. C. Neves, *Do Outro Lado da Escola*, *op. cit.*

O insucesso escolar tem efeitos de arrastamento e de bloqueio de oportunidades de mobilidade social. Por outras palavras, é um dos importantes factores da manutenção das desigualdades. Perceber as múltiplas condições que o geram é obviamente tarefa importante. Contribui-se para o conhecimento dos complexos mecanismos sociais que operam nas sociedades contemporâneas. Criam-se condições para uma eventual intervenção, de forma a que os objectivos implícitos nas medidas destinadas a promover a igualdade de oportunidades possam ficar mais próximos da concretização.

Procurou-se mostrar a relação que se pode estabelecer entre procuras sociais e alargamento do campo do conhecimento científico. Aquelas colocam questões e implicam, nas suas vertentes mais produtivas, a extensão do conhecimento científico a novas problemáticas. Este alargamento proporciona, por sua vez, a elaboração de novas e mais adequadas condições de resposta.

4.1.1 *Estratégias de investigação*

Embora classificações desta natureza sejam sempre um pouco arbitrárias, é necessário distinguir o que considerámos serem diferentes lógicas ou estratégias de investigação. A distinção fundamenta-se no uso preferencial ou dominante de certas técnicas, na natureza dos objectivos da pesquisa e na origem da própria investigação. É possível identificar três tipos de estratégia ou de lógicas de investigação.

A primeira pode ser designada por lógica "extensiva" pelo facto de se caracterizar pelo uso dominante de técnicas quantitativas. O inquérito por questionário, é, nestes casos, o instrumento de recolha de informação usado preferencialmente, a par de técnicas auxiliares de outro tipo.

Da lógica extensiva fazem parte um conjunto muito variado de procedimentos. Se pretendemos conhecer características de uma população ou problemática, ou se pretendermos conhecer as opiniões de um conjunto determinado de indivíduos para podermos a partir delas generalizar para um universo mais alargado, utilizamos meios de recolha de informação de âmbito extensivo. Por exemplo, se quisermos caracterizar o perfil sócio-profissional, a estrutura dos grupos domésticos, as práticas quanto à natalidade ou nupcialidade, de uma determinada população, faz sentido recorrer às estatísticas oficiais isolando o período, a região e as variáveis que mais nos interessam.

Estudamos certas características desse conjunto de indivíduos. Mas também acontece, e é isso muito frequente, querer saber as opiniões dessa população a propósito do leque mais variado de questões – valores sobre as diversas dimensões relevantes da vida social, representações e práticas face à escolaridade, face ao trabalho, face à vida urbana, face à política, etc.

Ainda é possível escolher um grupo determinado, os jovens por exemplo, ou os idosos, e construir uma bateria de interrogações que nos pareçam pertinentes. A partir da construção de uma amostra aplicam-se inquéritos por questionário e generaliza-se para o universo em estudo as opiniões assim recolhidas.

Com limites e virtualidades que à frente serão mais explicitadas, a abordagem extensiva tem a vantagem, como o próprio nome indica, de permitir o conhecimento em extensão de fenómenos, problemáticas ou características de uma população. A padronização das perguntas, prévia e intencionalmente construída, permite que se aplique a um conjunto de indivíduos representativos do universo este tipo de inquérito e que se generalizem as conclusões.

No contexto desta lógica de investigação usam-se quase sempre também técnicas que não são de carácter extensivo. Elaboram-se, muitas vezes, entrevistas antes de construir questionários, utiliza-se a análise de conteúdo para perceber o sentido de certas respostas. Mas, globalmente, quer pelos objectivos, quer pela natureza dominante dos instrumentos de recolha de informação utilizados, considera-se esta uma lógica específica.

A segunda estratégia de investigação que é possível identificar caracteriza-se por ser "intensiva". Trata-se de analisar em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada, segundo vários ângulos e pontos de vista. O que se perde em extensão ou numa lógica de representatividade ganha-se na intensividade da análise.

Privilegia-se a abordagem directa das pessoas nos seus próprios contextos de interacção, através da observação participante ou não, utilizam-se entrevistas de diferente tipo, analisam-se documentos variados referentes ao presente ou ao passado. Fazem-se estudos de caso, monografias, isolam-se problemáticas que se estudam intensivamente.

O método biográfico é outra das modalidades de pesquisa intensiva. Procura-se através de entrevistas de histórias de vida perceber de que forma uma experiência singular está associada ao contexto social envolvente. Consegue-se reconhecer, através destas descrições, o sentido subjectivo que os actores atribuem às suas acções e as estratégias que elaboram face às condições estruturantes em que decorre o seu ciclo de vida. Este tipo de abordagem é largamente aplicado. Torna-se de particular interesse quando aplicado a um sector específico da população, por exemplo, um grupo profissional, ou uma geração.

Também nesta lógica de pesquisa tendem a ser utilizadas técnicas não só qualitativas como quantitativas ou extensivas, como o inquérito por questionário. Mas é sempre dominante a lógica da abordagem multilateral e intensiva do objecto de pesquisa definido.

A terceira lógica que importa identificar, a lógica da investigação-acção, distingue-se das anteriores, sobretudo, pela natureza do pedido que dá origem à investigação. Na verdade é cada vez mais frequente os cientistas sociais serem chamados a participar em projectos de intervenção directa. São normalmente trabalhos de equipas multidisciplinares.

Pode ser-se chamado a elaborar planos de desenvolvimento regional , a elaborar diagnósticos sobre as condições de vida de sectores da população excluídos ou desfavorecidos sobre os quais se procura intervir, etc. O grau de envolvimento directo dos investigadores é variado, podendo ir desde o pedido de diagnóstico da situação até à participação nos processos de intervenção do princípio ao fim dos projectos. As técnicas utilizadas, nestes casos, são muito diversas, desde as extensivas às intensivas.

O que torna esta lógica de investigação específica são os objectivos de aplicação mais directa dos conhecimentos produzidos. Tal especificidade tem

implicações quer na estratégia de investigação, quer na organização dos tempos, quer no faseamento da pesquisa, que não são apenas dependentes dos ritmos da investigação da própria. Depois de um primeiro momento de aproximação ao terreno, desencadeia-se um vai e vem constante entre reflexão e acção.

4.1.2 *Procedimentos e fases da pesquisa*

Os passos que se seguem para a realização de uma pesquisa empírica são relativamente padronizáveis, apesar da diversidade das estratégias atrás enunciada. Eles compreendem: 1) a definição de um problema, ou de uma questão de partida; 2) uma fase exploratória de consulta de fontes e de primeiro contacto com o problema na sua dimensão empírica; 3) define-se a problemática, as hipóteses e/ou um modelo de análise; 4) decidem-se os métodos e as técnicas de recolha de informação a privilegiar; 5) entra-se na fase de observação sistemática e recolha da informação; 6) analisam-se os resultados; 6) interpreta-se a significância dos resultados face às questões de partida e retiram-se conclusões[1].

Este processo é acompanhado por um movimento global que se pode identificar em três palavras chave – ruptura, construção, constatação. Vamos ver mais detalhadamente cada uma das fases indicadas.

[1] Cf. R. QUIVY et L. V. CAMPENHOUDT, *Manuel de Recherche em Sciences Sociales*, Paris, Dunod, 1988; M. GRAVITZ , *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, Dalloz, 1993, 9.ª éd.; A. SANTOS SILVA e J. MADUREIRA PINTO, (Org.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, 1987.

4.1.2.1 Definição da questão de partida e fase exploratória

O momento da definição da questão de partida está intimamente ligado à fase exploratória. Vamos tratar destes dois momentos de forma associada.

Começa-se por definir o que se pretende investigar, ou responde-se a um pedido neste sentido. Quando se trata do primeiro caso desde logo se podem colocar alguns problemas. A tendência habitual, sobretudo quando se trata de trabalhos de estudantes ou de investigadores pouco experientes, é para definir questões muito abrangentes e inexequíveis. Ou então são as próprias instituições que fazem pedidos tão genéricos que o investigador tem de delimitar e retrabalhar o pedido formulado.

Exemplo de uma questão mal colocada a partir da qual seria impossível começar: como melhorar a qualidade de vida na cidade. Começa-se logo por dever questionar: melhorar a qualidade de vida para quem? Os critérios de qualidade de vida dependem de inúmeros factores, a começar pela própria definição de qualidade de vida. O que para uns pode ser sinónimo de qualidade para outros pode não ser. As condições de vida de partida dos habitantes da cidade são tão diferenciadas que tornam estes patamares distintos. Em alguns casos qualidade significará ter mínimos dignos de sobrevivência. Garantidos que estão esses mínimos, noutros casos, qualidade pode significar acesso a bens culturais, sossego, zonas de lazer, usufruto efectivo dos equipamentos que uma grande cidade é capaz de proporcionar.

Parece necessário então recolocar a questão de outra forma. Pode entender-se que o que se pretende é saber o que os cidadãos desejariam ver melhorado na sua cidade ou nas suas áreas específicas de residência, para permitir aos decisores políticos locais traçar prioridades na implementação de políticas adequadas.

A questão transforma-se então. Que tipo de condições de habitação, de equipamentos sociais (jardins, creches, espaços de lazer, espaços para estacionar) de transportes e rede viária, de equipamentos culturais (museus, teatros, cinemas), locais de consumo e sociabilidade, desejariam os habitantes ver criadas ou melhoradas? Percebe-se que se estivermos a falar de uma grande cidade esta questão de partida ainda teria de ser mais delimitada. Haveria certamente de se restringir o seu âmbito a um tipo mais especificado de equipamentos ou circunscrever o universo da população a observar. É necessário, portanto, fazer um trabalho de especificação a partir de um pedido ou de uma ideia vaga.

A questão de partida deve ser clara, exequível e pertinente.

Clara porque se deve ficar a saber em que sentido exacto se dirige a investigação. Uma pergunta do tipo "o que leva as pessoas a viver em grandes cidades" tem implícito um conjunto outro de questões de ordem civilizacional irrespondíveis no quadro de uma só pesquisa. Outra questão equívoca seria, por exemplo, partir da ideia que se queria estudar a emancipação das mulheres. O fenómeno é tão vasto, e tem tantas facetas, que seria necessário delimitá-lo, quanto muito a um período, a um tipo de movimento, ou a aspectos específicos desse processo.

Exequível, porque tem de haver equilíbrio entre as condições disponíveis para investigar e o objecto específico que se define. Há trabalhos claramente irrealizáveis em prazos pouco dilatados. O exemplo que se deu acima sobre qualidade de vida na cidade, se não fosse muito delimitado, exigiria uma pesquisa prolongadíssima e com equipas numerosas.

Pertinente, porque há questões que, além de mal formuladas de início, podem ser inatingíveis pela via da investigação. Uma pergunta do tipo "qual é a finalidade da vida em sociedade" remete, por exemplo, para questões de ordem filosófica impossíveis de esclarecer através de uma investigação sociológica.

Este processo de delimitação das questões de partida começa a clarificar-se na fase exploratória. Inicia-se geralmente com uma ideia vaga que se vai precisando à medida que se avança. A fase exploratória consiste no momento em que se inicia a recolha de informação sobre o tema genérico da pesquisa e se iniciam os primeiros contactos directos. A informação recolhida pode ser muito diversa – dados estatísticos, bibliografia diversa, informação teórica, resultados de pesquisas feitas sobre o mesmo assunto ou temas afins. Os primeiros contactos com o terreno podem ser entrevistas a especialistas, ou pessoas bem colocadas nas instituições, ou mesmo até a alguns indivíduos sobre os quais recaia a investigação. É uma fase decisiva para a efectividade da pesquisa. Nesta fase começa o processo de ruptura com o senso comum de que se falou no primeiro capítulo.

Todos temos ideias pré-concebidas sobre um tema. O contexto social em que fomos socializados e o estilo de vida que nos é mais familiar torna-nos mais permeáveis a entender certos aspectos da vida social e não outros. Em relação à vida na cidade, por exemplo, é certo que podemos viver o nosso ciclo de vida sem sequer nos cruzarmos com certas realidades ou certas condições de habitação e de ocupação do espaço urbano. Vê-las de longe, não é o mesmo que vivê-las. E mesmo quando se vê de perto pode não se entender o que se vê. Mas já basta, por vezes, fazer um percurso de autocarro por determinadas zonas da cidade para se perceber que nela habitam e convivem pessoas com condições de vida e de ocupação do espaço urbano muito diferenciadas.

Ora na fase exploratória da pesquisa, quer pelas leituras teóricas, quer pela análise dos dados disponíveis, quer pelos primeiros contactos directos começam a substituir-se as noções iniciais por outras. O que significa que a ruptura com o senso comum não se faz no vazio mas sim através de um olhar cada vez mais informado sobre a questão inicial. Paradoxalmente, ganha-se distância a partir de um mergulho na teoria e na realidade que se quer estudar. Se este processo for correctamente desencadeado, quase sempre se tende a reformular a questão de partida.

Continuando com o exemplo da qualidade de vida na cidade, torna-se decisiva a abordagem de muitos dos trabalhos realizados no âmbito da sociologia urbana. O contacto e as entrevistas com autarcas de determinados pelouros, ou de certas juntas de freguesia, é susceptível de, além de delimitar, reorientar por completo a questão inicial.

Um exemplo que nos parece interessante e que envolve outros aspectos da questão de partida surgiu numa pesquisa sobre o fado no bairro de Alfama[1]. Os investigadores iniciaram a fase exploratória, entre outros procedimentos, com primeiros contactos com o terreno. Deslocaram-se a Alfama e realizaram as primeiras entrevistas exploratórias. Os primeiros informantes, pessoas com responsabilidade nas associações recreativas locais, insistiam, no início, na ideia de que já não havia quem cantasse fado amador no bairro de Alfama. Isso era dantes, diziam. Num primeiro momento tais afirmações não deixavam de provocar alguma perplexidade aos investigadores. Na verdade parecia-lhes que andavam à procura de um objecto que já não existia. Que fazer? Esta perplexidade inicial, associada à persistência, não deixou de se tornar extremamente útil para a pesquisa. É que ao fim de algum tempo já eram os mesmos informantes que os introduziam nas sessões de fado que, na realidade, não só existiam, como constituíam aspecto importante das sociabilidades e convívios locais. As declarações iniciais deviam ser entendidas como a reserva que os "observados" sentem necessidade de pôr em acção quando são abordados do exterior por alguém em quem não depositam ainda confiança. É que, para esses habitantes de Alfama, a imagem do fado estaria associada a outras (boémia, vidas obscuras,...) que não lhes pareciam positivamente conotadas. A denegação inicial da existência do fado amador fazia parte da transmissão de uma imagem do bairro que se queria apresentar ao "forasteiro". Nos momentos iniciais os inves-

[1] António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste, O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

tigadores eram ainda personagens pouco familiares, e a eles se queria dar a ver uma Alfama impoluta e asséptica.

A fase exploratória permite assim recolocar, como neste caso, a pergunta inicial. Por um lado, se não tivessem persistido os investigadores julgariam ter ficado sem questão de partida e sem objecto. Por outro lado, o facto de estarem atentos à ideia veiculada atrás de que a pesquisa é, fundamentalmente, um processo reflexivo, permitiu-lhes avançar. É que cada equívoco, cada pista aparentemente falsa, ganha novo sentido quando criticamente interrogada. E revela-nos outros aspectos menos visíveis, nomeadamente, os problemas específicos relacionados com as interacções que se estabelecem entre observador e observado. Problemas que deram lugar, de resto, a uma já extensa bibliografia.

4.1.2.2 Definição da problemática, das hipóteses e do modelo de análise

Da fase exploratória e de uma primeira abordagem das teorias e do "terreno" parte-se para o que alguns autores designam por definição da problemática ou, para outros, a precisão do problema da pesquisa.

Sobre estes momentos, cruciais na maioria das pesquisas científicas, seria preciso um debate longo. Limitemo-nos aqui a esboçar, com o auxílio de alguns exemplos e de forma simplificada, as questões mais relevantes.

Do que se trata nesta fase é fundamentalmente de clarificar o que se pretende estudar, que relações pertinentes estabelecer entre conceitos, e de começar a decidir um caminho que oriente a recolha de informação. Da fase exploratória terá resultado um enquadramento teórico global. Para dar exemplos, sobre a questão da qualidade de vida na cidade ter-se-á ficado nessa fase familiarizado com teorias sobre a apropriação do espaço urbano. Esta aproximação terá ajudado a encontrar relações entre conceitos e tentativas de explicação para as diferentes modalidades de ocupação ou usufruto do espaço urbano. A precisão dos conceitos, a identificação das suas diferentes dimensões, é tarefa aqui essencial. É preciso definir melhor, por exemplo, que tipo de actividades podem estar subsumidas na ideia de ocupação do espaço urbano; ou precisar a abrangência da ideia de área de residência (bairro, conjunto de prédios?); ou ainda o que se quer incluir em condições objectivas de vida e atitudes.

O que pode contribuir para uma determinada ocupação do espaço urbano? Ou para delimitar ainda mais as questões, o que é que é susceptível de influenciar a preferência da utilização deste ou daquele equipamento social, desta ou daquela forma de lazer na área de residência? Será que não se pode estabelecer uma relação entre a ocupação desses espaços e contextos de inserção na vida social, os ritmos de ocupação e de actividade profissional, as idades da população residente? E será que o que pensam os indivíduos sobre esses espaços, bem como as suas atitudes, contribuem também para a sua diferente utilização?

A procura de uma resposta a estas questões constitui o primeiro passo da construção da problemática, já que esboçamos uma eventual relação explicativa, a testar, entre ocupação do espaço urbano e condições de vida e atitudes da população.

Podemos circunscrever ainda mais a questão e estabelecer que vamos estudar a forma como os habitantes de certos bairros da cidade ocupam a sua zona de residência. O que pensam sobre a forma como utilizam ou gostariam de utilizar esse espaço. Que opiniões têm acerca do ambiente do bairro, do estado de conservação dos equipamentos, dos jardins existentes (ou não existentes), etc. Como jovens, pais com crianças em idade pré-escolar e escolar, idosos, e/ou famílias e indivíduos de diferentes classes sociais usam e encaram a localidade em que moram.

Se seguíssemos por esta via estaríamos a privilegiar uma abordagem, a definir uma problemática, isto é um caminho específico para orientar a recolha da informação. Podíamos definir algumas hipóteses. Admitiríamos, por exemplo, que os grupos de idade se posicionassem de forma diferente face à utilização do espaço. E/ou que a condição perante o trabalho também pudesse contribuir para essa utilização. Ou ainda que as atitudes e valores pudessem ter os seus efeitos.

Mas, só a título indicativo, podíamos também seguir por outra via. Há vários autores que têm salientado a importância do que se convencionou chamar diferentes estilos de vida. Estes diferentes estilos de vida podem ser explicados por certas regularidades. Isto é, a partilha do mesmo nível de instrução e do mesmo volume de capital económico, por exemplo, pode contribuir para aproximar as preferências de certos indivíduos. P. Bourdieu mostrou que os consumos culturais, as formas de lazer, a relação com o desporto, e até os consumos alimentares, como já foi indicado noutro capítulo, podem aproximar e simultaneamente distinguir grupos de indivíduos e caracterizar estilos de vida.

Este tipo de abordagem fornece outros contributos para o nosso exemplo. Para certos grupos sociais, asseguradas que estão algumas condições básicas de qualidade nos locais de residência, ganha importância a existência de equipamentos globais como cinemas, bares, discotecas. Ganha peso a lógica do uso cosmopolita da cidade.

Já não estamos agora só a definir a problemática e a estabelecer algumas hipóteses, mas também a começar o trabalho de construção de modalidades de análise. Continua o trabalho de ruptura com as pré-noções iniciais, começa-se simultaneamente a construção do desenho específico da pesquisa, as relações a estabelecer.

Faz sentido determo-nos um pouco ainda nessa questão. Quando consideramos uma relação entre duas ocorrências podemos fazê-lo de duas maneiras. Ou só conseguimos determinar que elas ocorrem simultaneamente – estamos a falar então de correlação. Ou consideramos que se verifica também uma relação de causalidade entre elas. Por exemplo, os médicos sabem que se pode estabelecer uma correlação entre fumar e, a prazo, poder contrair cancro de pulmão. A cor-

relação entre as duas variáveis é significativa e tem sido largamente reconfirmada. Mas na verdade os mecanismos biológicos dessa causalidade ainda não foram inteiramente clarificados. Sabe-se que é assim. Mas não se sabe exactamente como nem porquê. Neste caso o facto de os mecanismos da causalidade não estarem inteiramente determinados, parece pouco relevante para o domínio do comportamento face ao tabaco. A correlação estabelece uma probabilidade tão alta que se percebe que consumir tabaco é certamente um risco. Mas no plano estritamente científico este exemplo, e poderiam ser dados muitos outros, revela que estabelecer relações de causalidade não é um exercício fácil.

É importante combater assim a tendência para transformar apressadamente correlações em causalidades, e atribuir a estas um funcionamento mecânico. No domínio das ciências sociais ainda é mais improvável identificar uma causa única para a explicação de um fenómeno. Procura-se sempre identificar de forma consistente e com abordagens multilaterais o que pode contribuir para uma determinada ocorrência, sem fechar as possibilidades de explicação ao universo circunscrito de uma única relação causal.

Pode dizer-se, por exemplo, que é consistente e tem sido largamente confirmada a relação que se estabelece entre insucesso escolar dos filhos e baixos níveis de instrução dos pais. Mas é perigoso esgotar a problemática do insucesso na identificação desta correlação. É que se o fizermos ignoramos todo um outro conjunto de variáveis que interferem nas problemáticas envolvidas na aprendizagem e no interesse por ela – relação com a escola e com os professores, questões pedagógicas, oportunidades objectivas de vida, valores, etc. A explicação a partir de uma só variável pode ser cómoda mas normalmente esconde mais do que ilumina.

Nas abordagens extensivas o estudo das correlações e de relações de causalidade está mais padronizado. Distingue-se, por exemplo, entre variáveis dependentes e independentes. Dizemos que uma variável é dependente, quando é ela que se altera mediante o efeito de causalidade produzido por outra. No exemplo acima, se considerássemos que se pode estabelecer uma relação de causalidade, diríamos que o insucesso escolar dos filhos era a variável dependente que podia ser explicada pela variável independente grau de instrução dos pais.

O sentido da relação de causalidade é o que determina a diferença entre variável dependente e independente. Uma variável dependente numa pesquisa dada pode tornar-se, noutra, a variável independente e vice-versa. O insucesso escolar, para prolongar o exemplo, constitui por seu turno factor negativo para a obtenção de empregos qualificados.

A construção das relações pertinentes entre conceitos e variáveis pode configurar-se de forma mais sistemática, através de um modelo de análise. Nem sempre tal modelização está presente ou é possível.

Como dissemos atrás, estes momentos nalgumas pesquisas empíricas estão mais contraídos no tempo, noutras são mais dilatados. Noutras ainda é já a presença no terreno em observação directa ou participante que contribui para a

elaboração dos modelos de análise, para a configuração mais sistemática das interrogações.

4.1.2.3 Selecção e aplicação dos instrumentos de observação e recolha de informação

Depois da definição da problemática e das hipóteses chega a hora de decidir que técnicas aplicar. Relembrando o que foi dito atrás sobre as estratégias de investigação, neste momento já está claro, mediante os passos e os condicionamentos iniciais, se se trata de uma abordagem extensiva, intensiva, de uma investigação-acção ou de uma combinatória de algumas delas. O que em princípio ajuda a definir quais são as técnicas preferenciais.

Seguindo o exemplo que temos vindo a utilizar sobre as condições de ocupação do espaço urbano e admitindo que um conjunto de passos tinha já sido dado, poderia ser útil comparar dois bairros com características diferentes. Isso não permitiria certamente generalizar para o conjunto da cidade, mas o trabalho de comparação sistemático dar-nos-ia provavelmente informações interessantes.

Parece simples dizer "escolher bairros com características diferentes". Mas de que características estamos a falar? De condições de habitabilidade? Da morfologia do espaço e da distribuição dos equipamentos? Da sua antiguidade, do seu prestígio social? Ou das condições de vida das pessoas que o habitam?

Cedo se entenderia que a homogeneidade de características de um bairro ou da população que o habita são questões difíceis de definir. Teríamos de estabelecer critérios, em função do que mais nos interessasse investigar, e depois então seleccionar o enfoque específico. Só depois de tomadas estas decisões se estaria em condições de definir o nosso campo de observáveis, isto é, quem e que aspectos da realidade inquirir. E quais as técnicas de recolha de informação a utilizar. Caso se confirmasse o interesse da aplicação de um inquérito por questionário, seria necessário certamente definir o universo dos inquiridos. Toda a população? Um sector específico – jovens, idosos, homens e mulheres activos? Depois de definido esse universo, podíamos ou não, dependendo da sua dimensão e características, construir uma amostra. A realização de algumas entrevistas contribuiria para a definição das perguntas a incluir no questionário. Definido o guião de perguntas, seria conveniente realizar um pré-teste, para garantir que elas estavam bem elaboradas, eram compreensíveis, concisas, claras.

Demos uma pálida imagem do conjunto de passos que estão envolvidos nesta fase de selecção das técnicas a aplicar numa pesquisa apenas com o objectivo de chamar a atenção, de forma exemplificativa e rápida, para alguns dos procedimentos e problemas que se colocam.

4.1.2.4 Análise das informações recolhidas, significância e conclusões

O objectivo da pesquisa é responder à questão ou questões de partida. Neste sentido foi definida a problemática e foram traçadas as hipóteses. A análise dos resultados destina-se assim a verificar se as informações recolhidas correspondem às hipóteses definidas. É o que se chama o processo de verificação empírica. Na verdade, toda a pesquisa tende a levantar um conjunto de problemas ou questões não previstas no início. Estes são geralmente os aspectos mais enriquecedores e estimulantes da investigação. O momento de análise das informações recolhidas é assim também a altura ideal para interpretar efeitos inesperados, rever eventualmente as hipóteses. As conclusões, o balanço dos ensinamentos proporcionados por todo o processo de pesquisa, devem incluir a interpretação das questões colocadas, esperadas ou inesperadas. O contributo da pesquisa para o esclarecimento da problemática mais vasta em que está inserida a questão de partida constitui o momento final da investigação. Trata-se, por outras palavras, da análise da significância dos resultados da pesquisa.

Um último exemplo para tomar contacto com a questão da análise dos resultados da pesquisa e simultaneamente com a utilização da técnica da entrevista.

Que efeitos de sentido pode produzir nos telespectadores a telenovela brasileira? Será que este tipo de programa afecta a maneira de pensar ou os comportamentos das pessoas? E as "mensagens" inscritas na telenovela serão elas percebidas ou recebidas da mesma maneira por todos os que a vêem?

Partindo de interrogações deste tipo um sociólogo decidiu debruçar-se sobre a temática da recepção das telenovelas [1]. Há mais de 15 anos atrás o aparecimento e início da vulgarização destes programas suscitou alguma discussão. Havia quem se insurgisse, de um ponto de vista moralista, contra o conteúdo de alguns dos seus episódios. Outros pensavam que a exibição de telenovelas, sobretudo das brasileiras, produziria eventualmente efeitos positivos no plano da liberalização dos costumes. Tal discussão tornava a pesquisa sobre este tema ainda mais aliciante.

[1] Cf. José Manuel Viegas, "Telenovelas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 2, 1987.

Segundo uma das teses mais difundidas a propósito dos efeitos dos meios de comunicação de massa, eles produziriam efeitos de homogeneização e as mensagens tenderiam a ser recebidas de forma semelhante por diferentes receptores. Isto é, tudo se passa, nesta perspectiva, com se os gostos pudessem ser estandartizados e os particularismos culturais desaparecessem. No contexto das sociedades urbanas, em que se supõe os indivíduos estarem culturalmente desenraizados, essa tendência assumiria, ainda segundo os mesmos autores, maior saliência.

O investigador partia de pressupostos um pouco diferentes. A problematização das teorias referidas conduzia-o a colocar outras hipóteses. Na sua óptica, a existência de efeitos ideológicos produzidos pelos *media*, neste caso pelas telenovelas, não devia ser o único factor a ter em conta na recepção de sentido, isto é, na maneira como cada telespectador encara, pensa e digere o que vê. As

condições de existência, os valores e representações que cada telespectador tem, terão certamente também algum efeito no próprio processo de recepção. O que se pensa contribui para decifrar de forma específica o que se vê.

A pesquisa foi então estruturada de modo a poder captar a forma como era "recebida" a telenovela. A entrevista não directiva foi a técnica de recolha de informação escolhida. Os entrevistados, e de acordo com a problematização teórica atrás enunciada, pertenciam a diferentes grupos sócio-profissionais, tinham graus de instrução e idades diversas, viviam ou em meio urbano ou em meio rural e pertenciam aos dois sexos. Nas entrevistas os inquiridos eram convidados a pronunciarem-se sobre as características das diferentes personagens, sobre a trama narrativa, sobre o grau de verosimilhança que pareciam assumir as situações encenadas, etc. A aplicação da entrevista não directiva tinha como objectivo permitir que os entrevistados se pronunciassem o mais livremente possível a partir das sugestões feitas no início. Desta forma dava-se possibilidade ao entrevistado de organizar o seu próprio discurso, permitindo a visibilidade mais fácil da forma como aparecem associadas opiniões, preferências, rejeições. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para sistematizar a informação recolhida.

A análise dos resultados revelou aspectos interessantes. Na verdade, entre outras questões, pareceu clara a existência de diferenças na apreciação das personagens. Personagens secundárias e desvalorizadas para uns eram centrais e valorizadas por outros. Aspectos que para certos entrevistados eram verosímeis para outros pareciam completamente fantasiosos. A multiplicidade das leituras era inegável. Diferenças de idade, de sexo, de grau de instrução, de ocupação associavam-se a essas diferenças de leitura, parecendo contribuir para explicá-las.

Tudo se passava como se houvesse um reforço da própria ideologia de partida. Ou, por outras palavras, e para dar um exemplo, os que apreciavam uma personagem com comportamentos ditos "modernos" eram os que à partida estariam disponíveis para defender posições do mesmo tipo. Tratava-se assim mais de efeitos de "reconhecimento" do que efeitos de homogeneização.

Também se verificou na análise dos resultados que a novela pode produzir realidade. Para certos sectores sociais os enredos da telenovela "traduzem" e "são" a realidade das coisas. Isto acontece, sobretudo, quando a distância social entre espectadores e personagens da telenovela é grande. As encenações da vida da alta burguesia, por exemplo, são susceptíveis de serem, para alguns, tomadas como reproduções inteiramente fiéis da realidade.

Em conclusão, teríamos assim três aspectos a salientar. Em primeiro lugar, as mensagens não são recebidas da mesma maneira: as telenovelas têm efeitos diferenciados para espectadores diferenciados. Em segundo lugar, pela sua ampla divulgação, podem também funcionar como difusores de modelos de comportamento e de valores para certos grupos sociais, podendo ter alguns efeitos de alargamento desses mesmos comportamentos e valores. Em terceiro

lugar, as telenovelas podem funcionar como produtoras de realidade, pois ajudam a construir convicções sobre modos de vida distantes ou fora do horizonte de visibilidade do receptor.

Regressando à questão inicial, a análise dos resultados permitiu ao investigador, por um lado, a confirmação de hipóteses de partida, não deixando no entanto de sugerir pistas novas e de levantar outros problemas.

Relembre-se que os passos enunciados nem sempre podem ser respeitados com a compartimentação indicada. Tratou-se, aqui, mais de indicar, através de alguns exemplos, problemas que se colocam em diferentes fases da pesquisa sem que se lhes possa atribuir, na realidade, um momento de surgimento único e preciso.

Os métodos e as técnicas não têm todos, também, o mesmo grau de rigidez na sua aplicação. Quando se utiliza o inquérito por questionário, no contexto de uma lógica extensiva de investigação, a questão do faseamento torna-se mais importante. Na verdade, após a elaboração final do modelo do inquérito, com todas as perguntas definitivamente estabelecidas, e já depois de um pré-teste, entra-se na fase de aplicação e não se pode voltar atrás. Este tipo de técnica é exigente em matéria de recursos humanos e financeiros, o que torna mais pesada a responsabilidade da elaboração do próprio questionário.

Em contrapartida, há técnicas mais flexíveis, que permitem correcções e inflexões de sentido ao longo do próprio processo de observação, e dão ainda a possibilidade de seguir por novas pistas entretanto surgidas. É o caso da observação participante, como à frente se verá melhor.

O que parece importante, em todo o caso, não é tanto um faseamento estrito, que pode até não fazer sentido, mas mais o facto de se pôr em acção os dispositivos críticos disponíveis ao longo de todo o processo da pesquisa. É frequente que se proceda num vai e vem permanente de perguntas sobre o que se pretende na verdade saber, ou sobre o significado de novas questões surgidas, e que se regresse com frequência às questões colocadas no início. O mergulho que se dá na realidade empírica, no momento da observação, é normalmente produtor de contacto com grande quantidade de informação. Esta só se torna relevante quando são recolocadas as perguntas iniciais, e relembrados os passos anteriores.

Por outro lado, a adequação parece ser a palavra chave a ter em conta qualquer que seja a estratégia de investigação em que se está envolvido. Não faz sentido utilizar uma lógica extensiva quando se pretende informação mais profunda. Ou utilizar entrevistas em profundidade quando se trata de recolher grandes quantidades de informação sobre aspectos mais genéricos. Todas as técnicas de recolha de informação têm as sua virtualidades e os seus limites, e o que interessa é saber fazer uso delas de forma adequada aos objectivos da pesquisa. Ao limite, o melhor é usá-las todas ou quase todas, no quadro da uma mesma pesquisa. Nem sempre se conseguem reunir, é claro, condições práticas para isso.

Um último exemplo contribuirá para verificar a utilidade do uso de várias técnicas. No quadro de um projecto de investigação-acção numa localidade é frequente estarmos perante situações de uso múltiplo das técnicas de investigação. Pode ser necessário, desde logo, fazer um inquérito por questionário, sobretudo quando se desconhecem as características da população. Mas a realização de entrevistas em profundidade a diferentes sectores e a presença no terreno com observação sistemática são técnicas que se podem ou devem também desencadear.

No quadro de um projecto deste tipo – iniciado em 1991 – decidiu-se fazer de início um inquérito por questionário. Um dos muitos aspectos inquiridos relacionava-se com o interesse na criação de um equipamento social onde estariam incluídas ATL (Actividades de Tempos Livres) para as crianças em idade escolar. As respostas revelavam que a iniciativa, caso se concretizasse, seria muito bem recebida. A maioria esmagadora das famílias com filhos naquelas condições mostravam interesse em que eles viessem a frequentar as ATL. Mas um grupo particular de respostas mereceu a nossa atenção. Dizia respeito aos que declaravam que, fora do horário escolar, costumavam deixar os seus filhos com familiares próximos. Como havia um número significativo de casos de famílias binucleares, tal resposta não era estranha. Estranho pareceu ser, de início, que mesmo estes tivessem intenção, na sua maioria, de levar os seus filhos a frequentar também as ATL. Seria que, apesar dos fracos rendimentos, esta população estaria disposta a pagar, muito embora a baixos custos, um serviço que tinha à partida garantido de graça no quadro familiar?

O contacto com o terreno e as entrevistas permitiram esclarecer a estranheza inicial. Por um lado, algumas famílias achavam preferível a frequência das ATL pelos seus filhos por razões de carácter pedagógico. Estava mais incorporada do que seria de esperar à partida a ideia de que as ATL proporcionavam uma aprendizagem importante que se repercutiria positivamente no sucesso escolar das crianças. E ainda que seja desejável estar com a família avaliava-se essa vantagem como ultrapassada por outras. Por outro lado, no caso em que eram as mães de família que cuidavam das crianças depois da escola, a frequência dos seus filhos nas ATL libertá-las-ia para o trabalho fora de casa. Assim, a adesão a este equipamento era também avaliada no quadro de uma estratégia de futuro reforço da economia familiar.

Este tipo de informação, isto é, as razões que levavam o grupo de pais a responder desta maneira, não seriam possíveis de compreender através do inquérito por questionário. Só as entrevistas e o contacto com o terreno o permitiam. Mas, por outro lado, se o inquérito não tivesse sido feito, pouco ou nada se poderia saber sobre a adesão da população no seu conjunto à iniciativa das ATL. O que quer dizer que as técnicas de recolha de informação tendem a completar-se, tendem a iluminar diferentes aspectos no quadro da problemática abordada.

Depois de ter dado uma ideia global de problemas de pesquisa, passemos à classificação mais precisa das técnicas, às suas virtualidades e limites.

4.1.3 *Classificação das técnicas de pesquisa em ciências sociais*

As técnicas de recolha e tratamento de informação empírica são instrumentos operatórios precisos e transmissíveis, que podem ser usados independentemente da especificidade do objecto ou das hipóteses de uma investigação particular.

A classificação das técnicas constitui sempre exercício relativamente arbitrário, porque depende da perspectiva escolhida para as seleccionar e distinguir. Optámos por explicitar, brevemente, uma das classificações que tem já créditos firmados no campo das Ciências Sociais em Portugal[1].

A primeira distinção a realizar separa técnicas documentais de técnicas não documentais.

Os documentos relevantes e analisáveis são muito variados. Pode tratar-se de documentos escritos – arquivos públicos e privados, cartas, imprensa, estatísticas oficiais, etc. – ou documentos não escritos – cinema, televisão, gravações, fotografia, pintura, etc.

Costuma distinguir-se também entre técnicas clássicas – que propiciam uma análise qualitativa em profundidade – e modernas, de base quantitativa e extensiva. As últimas podem ainda ser subdivididas em análise semântica quantitativa e análise de conteúdo. A análise semântica quantitativa caracteriza-se por estudar o vocabulário dos textos por processos estatísticos de forma a analisar os estilos. A análise de conteúdo procura agrupar significações, e não vocábulos, e é, em princípio, aplicável a um leque variadíssimo de mensagens. Lembra-se aqui o exemplo dado atrás da pesquisa sobre a recepção das telenovelas, em que esta técnica foi utilizada. A análise de conteúdo conheceu nos últimos anos um enorme impulso, sendo hoje possível recensear imensos tipos particulares do uso desta técnica – análise por entrevista, análise temática, análise proporcional do discurso, análise de relações por oposição, análise por cachos[2].

A análise de conteúdo funciona ainda como técnica auxiliar de outras técnicas. É frequente utilizá-la nas perguntas abertas de um inquérito por questionário para analisar as significações de respostas em que o inquirido foi convidado a expressar a sua opinião livremente.

Das técnicas não documentais fazem parte a observação participante, a experimentação e a observação não-participante.

Quanto à observação participante pode dizer-se que ela se caracteriza pela presença continuada do observador no "terreno" ou junto do grupo a observar. Demos já exemplos da utilização desta técnica, nomeadamente quando se falou da pesquisa sobre o fado em Alfama. As virtualidades e limites desta técnica são indicados no Quadro n.° 12.

A experimentação é pouco utilizada em sociologia. Ela nasceu e desenvolveu-se nas ciências da natureza e é hoje muito utilizada na psicologia experimental. Caracteriza-se pela criação de situações artificiais em que se procura simular

[1] A Classificação utilizada pode ser encontrada em: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA e JOSÉ MADUREIRA PINTO, *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.

[2] Cf. ALAIN BLANCHET et ANNE GOTMAN, *L'enquête et ses méthodes: L'Entretien*, Paris, Nathan Université, 1992 e ainda R. GHIGLIONE e B. MATALON, *O Inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

situações vivíveis na realidade. A observação sistemática das reacções aos estímulos provocados nos sujeitos sobre os quais recai a experiência constitui o instrumento principal desta técnica, que utiliza grupos de controlo com fins comparativos.

A observação não participante inclui um leque muito variado de técnicas. Em primeiro lugar, envolve as entrevistas, que se definem como procedimentos de recolha de informação que utilizam a forma de comunicação verbal. Podem identificar-se vários tipos de entrevista.

QUADRO 11

Classificação das técnicas de pesquisa em ciências sociais

1) Documentais	1.1) Clássicas 1.2) Modernas	1.2.1) Semântica quantitativa 1.2.2) Análise de conteúdo	
2) Não documentais	2.1) Observação participante 2.2) Experimentação 2.3) Observação não participante	2.3.1) Entrevistas 2.3.2) Testes 2.3.3) Inquérito por questionário	2.3.1.1) Clínica 2.3.1.2) Em profundidade 2.3.1.3) Centrada

A entrevista clínica tem fins terapêuticos e é utilizada no quadro da psiquiatria e da psicologia. O entrevistado fala livremente e, em geral, é sua a iniciativa da abordagem deste ou daquele tema.

A entrevista em profundidade tem por objectivo analisar as opiniões dos indivíduos sobre diferentes dimensões da vida social consideradas pertinentes para a pesquisa. Neste sentido, e mesmo que ela seja não directiva, os temas suscitados são normalmente da iniciativa do investigador. Como se verá no Quadro 12, a sua vantagem consiste essencialmente na possibilidade de poder a partir dela captar o sentido das acções sociais. Tende a ser uma das técnicas mais divulgadas, também porque não envolve custos financeiros tão elevados como o inquérito por questionário. No entanto, para se poder extrair das entrevistas em profundidade todo o seu rico potencial de informação, é necessário trabalho árduo e demorado.

As entrevistas podem ainda ser directivas, semi-directivas ou não directivas. Esta identificação gradualista da directividade tem a ver com o grau de determinação prévia das perguntas. O guião pode ser relativamente rígido e as pergun-

tas estruturadas pelo investigador de acordo com uma ordem e uma lógica precisas, como é o caso da entrevista directiva. No caso da não directiva, convida-se o entrevistado a organizar o seu próprio discurso de forma livre a partir do tema proposto. Foi esta a técnica utilizada, e brevemente explicada, na investigação sobre as telenovelas mencionada atrás.

Alguns autores consideram que as histórias de vida são um tipo específico de entrevistas em profundidade. Os entrevistados são aqui convidados a falar sobre a sua experiência e trajectória de vida, de forma livre. Quando atrás se falou sobre estratégias intensivas de investigação deixou-se referência a esta técnica.

A entrevista centrada caracteriza-se por se dirigir a uma temática mais específica. Ao restringir fortemente o tema sobre o qual o entrevistado é solicitado a falar permite-se maior possibilidade de generalização.

Os testes visam o conhecimento do comportamento do sujeito em face de uma prova a que é submetido. São susceptíveis de quantificação e permitem comparar diferentes indivíduos sujeitos à mesma aplicação. Os exemplos típicos desta técnica são os testes de inteligência e de personalidade. Geralmente são utilizados pela psicologia e pela psiquiatria.

Finalmente o inquérito por questionário é dos instrumentos mais utilizados pela sociologia e outras disciplinas do campo das ciências sociais. Exemplificaram-se alguns dos seus possíveis usos. Mencionaram-se também as possibilidades que esta técnica encerra de análise extensiva e de generalização das informações recolhidas. No Quadro 12 salientam-se igualmente alguns dos seus limites.

Os questionários podem ser auto-administrados ou de administração indirecta. No primeiro caso é o próprio indivíduo que preenche a sua resposta com ou sem a presença do entrevistador. Nos questionários de administração indirecta as perguntas são formuladas pelo inquiridor e as respostas são, também por ele, registadas.

Esta técnica caracteriza-se por conter uma série de perguntas, que pode ser vasta, segundo forma e ordem previamente estabelecidas. É possível incluir perguntas fechadas – em que o inquirido tem de optar entre uma lista tipificada de respostas – e perguntas abertas – em que o inquirido pode responder livremente. Em geral a tendência, sobretudo quando se pretende abranger um grande número de indivíduos, é de predominarem as perguntas fechadas, que permitem normalizar a informação obtida e fazer apuramentos por computador. As perguntas abertas têm a vantagem de tornar menos rigidificadas as respostas mas, em contrapartida, levantam problemas difíceis de classificação e codificação.

O facto de as perguntas serem padronizadas permite a codificação das respostas e facilita a possibilidade da aplicação de instrumentos de medida. De forma simplificada, podemos imaginar que a cada resposta é susceptível de ser atribuído um valor, que pode retraduzir-se num número. Cada modalidade de

resposta, a aceitação ou discordância desta ou daquela opinião, é então contabilizada e relacionada com outras variáveis como a idade, a profissão ou o sexo dos inquiridos. Através de técnicas estatísticas procede-se ao cruzamento das variáveis. Estes cruzamentos, que podem ser múltiplos, dependem das relações consideradas pertinentes na pesquisa, como atrás já foi indicado. Verificar-se-á assim se é possível estabelecer correlações entre variáveis.

É a construção de uma amostra representativa do universo que se pretende estudar que permite a aplicação do questionário a um conjunto de indivíduos, o qual, mesmo sendo numeroso, é sempre bem menor do que a população total abrangida pela pesquisa. Recorre-se a diferentes técnicas de amostragem, desenvolvidas pelas cada vez mais sofisticadas técnicas estatísticas, mas também facilitadas pela expansão do uso dos computadores. As suas características podem ser consultadas em bibliografia especializada[1].

[1] Cf, entre outros, J. F. ALMEIDA e J. M. PINTO, *A Investigação nas Ciências Sociais*, *op. cit.*

QUADRO 12

Virtualidades e limites de algumas técnicas usadas na pesquisa sociológica

	Vantagens	*Limites*
Inquérito por questionário	1) Torna possível a recolha de informações sobre grande número de indivíduos. 2) Permite comparações precisas entre as respostas dos inquiridos. 3) Possibilita a generalização dos resultados da amostra à totalidade da população.	1) O material recolhido pode ser superficial. A padronização das perguntas não permite captar diferenças de opinião significativas ou subtis entre os inquiridos. 2) As respostas podem dizer respeito mais ao que as pessoas dizem que pensam do que ao que efectivamente pensam.
Entrevista	1) Permite aprofundamento da percepção do sentido que as pessoas atribuem às suas acções. 2) Torna-se flexível porque o contacto directo permite explicitação das perguntas e das respostas.	1) É menos útil para efectivar generalizações. O que se ganha em profundidade perde-se em extensividade. 2) Implica interacções directas. As respostas podem ser condicionadas pela própria situação da entrevista. Estes efeitos devem ser tidos em conta.
Análise documental	1) Pode traduzir-se em informação diversa de acordo com as características do documento. Quer sobre informação muito abrangente (estatísticas, por ex.), quer sobre informação em profundidade (temas específicos).	1) Depende-se das fontes que existem e da sua melhor ou pior qualidade, verosimilhança, representatividade, etc. 2) A quantidade de informação recolhida é em geral enorme e dispersa, o que exige tratamento e análise mais demorados.
Pesquisa de terreno (observação participante)	1) Garante uma informação rica e profunda. 2) Permite flexibilidade ao investigador porque lhe torna possível mudar de estratégia e seguir novas pistas que aparecem.	1) Só pode ser utilizada para estudar pequenos grupos ou comunidades. 2) Levanta dificuldades de generalização.

4.2 Contributos Sociais da Sociologia

4.2.1 *Sociologia, sociedade e reflexividade*

A sociologia é uma ciência social. A especificidade da sua perspectiva enquanto disciplina científica, bem como alguns dos principais conteúdos substantivos do seu trabalho e dos conhecimentos produzidos, constituíram o objecto dos capítulos anteriores. Vamos agora olhar a sociologia enquanto prática social.

Sob este ângulo, a sociologia, como de resto qualquer outra ciência ou outro ramo do saber, pode ser vista pelo lado dos agentes sociais que a praticam – os sociólogos e os utilizadores do conhecimento sociológico –, ou pelo conjunto de instituições que a suportam e reproduzem – universidades, centros de investigação, revistas, bibliografia e outros instrumentos de divulgação – ou, ainda, pelo lado dos impactes sociais da prática sociológica.

Olhar a sociologia como prática social implica, portanto, olhar para os seus contributos sociais e para o que fazem os sociólogos, principais protagonistas da disciplina.

A sociologia, e como ela as restantes ciências sociais, estudam uma realidade de características próprias, em parte para o carácter da disciplina. O facto de ter como objecto de análise a realidade social a que o próprio sociólogo também pertence, coloca-lhe alguns problemas epistemológicos e metodológicos. Mas coloca-lhe, além disso, problemas de ordem moral e de ordem social muito importantes.

Trabalhando sobre as pessoas e as relações que estabelecem entre si, o sociólogo produz conhecimentos que podem afectar a vida dessas pessoas. Isso acontece porque as sociedades humanas possuem capacidades "reflexivas", isto é, são capazes de pensar sobre si próprias e de aprender com as suas experiências e com os conhecimentos que os especialistas vão produzindo acerca delas.

Esses conhecimentos (a que poderíamos acrescentar outros tipos de informação que as pessoas integram cada vez mais nas suas referências e utilizam nos seus cálculos) são recursos que os agentes sociais utilizam nas suas práticas. O que pode acontecer mais ou menos intencionalmente. Por exemplo, uma instituição que encomenda um estudo de caracterização, de sondagem, de avaliação ou de qualquer outro tipo a um sociólogo ou a um grupo de sociólogos, normalmente terá intenção de utilizar esse estudo nas suas decisões. Mas um cidadão comum que, por exemplo, começa a comprar livros aos filhos desde muito cedo, familiarizando-os precocemente com tais instrumentos, porque a tal foi aconselhado, suponhamos, por um colega de trabalho, ou por um funcionário do infantário, estará a incorporar inconscientemente na sua prática conhecimentos que resultaram de estudos sociológicos sobre a escola e o sucesso escolar, cujos resultados já se difundiram e passaram a integrar as práticas e o património de conhecimentos comuns de muitas pessoas.

Os efeitos dos produtos-conhecimento da sociologia sobre a própria sociedade conduzem os sociólogos a tomar especiais cautelas. Embora não possam controlar, em absoluto, as utilizações finais dadas aos seus trabalhos, compete-lhes não se alhearem completamente de tais utilizações, responsabilizando-se, até onde lhes for possível, pela defesa das pessoas e dos tecidos sociais que estudam e pela preservação do rigor científico dos trabalhos que realizam e pela seriedade das práticas deles decorrentes. Mais difícil, porém, é evitar certas distorções do sentido das descobertas, dos conceitos e teorias científicas uma vez divulgados e generalizados. Mas ainda neste caso, o combate a tais distorções, pelo afinamento da pesquisa e pela respectiva análise crítica, é uma tarefa permanente da sociologia.

Quando falamos de "análise crítica" estamos a tocar num ponto central da utilização do conhecimento sociológico. Estamos a referir-nos a um princípio fundamental da sociologia: o que as pessoas dizem, fazem e pensam depende da sua posição e condição social; de igual forma, as instituições sociais produzem e reproduzem fenómenos e contextos que só podem ser compreendidos em função das estruturas sociais. Logo, para compreender as pessoas e o que pensam, dizem e fazem, tal como para compreender o funcionamento das instituições, as suas regras, os seus recursos e as suas lógicas, é preciso referi-las ao sistema social em que se inserem.

Compreender as práticas, as representações, as instituições e os papéis sociais em função do sistema de relações que constitui a sociedade, isto é, reconduzir o que os agentes sociais (colectivos ou individuais) dizem, pensam e fazem à sua posição social, logo aos seus interesses, saberes e recursos, tal é um dos principais contributos sociais da sociologia, de que a sociedade pode beneficiar.

Augusto Comte (1789-1857) foi quem primeiro usou o termo "sociologia", referindo-se-lhe como o vértice da pirâmide das ciências positivas, pois que ela viria a melhorar decisivamente a sociedade, elevando-a ao estádio "positivo". Hoje em dia dificilmente alguém poderia tomar à letra a ambição de Comte. Mas a sociologia mantém, de facto, a ambição de contribuir para a resolução de problemas sociais.

Aliás, uma boa parte da maior ou menor atenção que a sociologia dá, em cada momento, aos vários temas de investigação, tem a ver com a própria importância que a sociedade vai atribuindo a cada um dos seus problemas. Naturalmente, a ciência tem os seus próprios ritmos e uma lógica relativamente autónoma, que lhe permite o desenvolvimento das suas problemáticas específicas de forma descoincidente com a "agenda social", cada vez mais marcada pela agenda criada pelos meios de comunicação social. Mas estes tendem, de qualquer forma, a questionar a ciência e a estimular a sua imaginação.

Outro tanto o fazem os "movimentos sociais" (e também certas organizações), confrontados com a necessidade de resolver na prática os problemas que lhes dão origem, ou de alcançar objectivos que se propõem. Por isso, ou, simplesmente, porque os seus processos de constituição e os seus mecanismos de fun-

cionamento oferecem experiências extremamente estimulantes e curiosas, os movimentos sociais confrontam e questionam a sociologia, sugerindo-lhe novos caminhos de interrogação e pesquisa.

Para referir exemplos já abordados em capítulos anteriores, é natural que questões como a do desenvolvimento desigual, da fome, da pobreza, da guerra, do ambiente, da etnicidade, das novas formas de organização familiar, da distribuição do poder, das transformações na organização do espaço e das actividades económicas, ou outros ainda, como a criminalidade, a droga, ou qualquer outro, concitem esforços particulares por parte da sociologia.

A sociologia, porém, não aborda os problemas como o fazem os actores leigos. Para o comum das pessoas, mesmo aquelas que incorporaram no seu saber elementos sociológicos, o problema social define-se geralmente a partir de uma visão parcial, influenciada, em parte, pela sua posição social. A sociologia aborda os problemas sociais transformando-os em "problemas sociológicos"[1].

[1] A propósito da relação entre problema social e problema sociológico ver Peter Berger, *Perspectivas Sociológicas*, Petrópolis, Vozes, 1986.

Quer isto dizer que procura ver para além das definições que as pessoas normalmente dão, ao mesmo tempo que procura reconduzir cada uma dessas definições – transformando-as em objecto de análise sociológica – ao sistema completo de relações em que se insere, quer dizer, às dinâmicas e estruturas sociais mais vastas. Quer dizer, procura *explicar o social pelo social,* ao tentar perceber cada situação concreta em função das pertenças a sistemas de relações sociais mais complexos.

Assim, na análise de um problema, interessa à sociologia compreendê-lo e explicá-lo e não, como fazem geralmente as outras pessoas, emitir juízos de valor ou produzir visões marcadas por ideologias (sistemas de ideias associadas a interesses particulares ou de grupo).

A ruptura com as ideologias e as crenças falsas ou parcelares nunca está definitivamente concluída. Na verdade, o facto de tratar com problemas que interessam a toda a gente, os quais são controversos e provocam disputas, introduz a controvérsia na própria sociologia. Mas, ao contrário do que acontece mais geralmente, no campo sociológico existe consciência das razões dos debates e das discussões, pelo que se controlam, de alguma forma, os limites e as fronteiras entre a parte dos discursos que tem valor científico e aquela que não o tem.

Em que aspectos fundamentais contribui a sociologia para cumprir um papel social útil? Do nosso ponto de vista, são vários esses aspectos e alguns deles têm mesmo grande importância no mundo moderno. No fundamental são os seguintes os principais tipos de contributos:

- *Uma melhor compreensão da vida social.* O homem só existe enquanto ser social. Mesmo a mais individualista das ideologias só se desenvolve em determinadas condições sociais. Muitas das coisas que se passam são produtos da vida social. A compreensão dos sistemas sociais é decisiva, assim, particularmente em momentos de mudança tão rápida como o que vivemos actualmente e quando os problemas que se colocam às pessoas e

às sociedades exigem intervenções que, por mais informadas, tenham maiores hipóteses de sucesso.

- Ao introduzir na explicação dos fenómenos aquilo que o sociólogo norte-americano C. Wright Mills[1] apelidou de "imaginação sociológica", isto é, uma perspectiva que considere a diversidade cultural e histórica das sociedades humanas, a sociologia contribui para a crítica das formas existentes de sociedade e abre, assim, o caminho para a construção colectiva de formas mais justas de organização social. Tivemos um exemplo deste contributo quando falámos, entre outras coisas, do desenvolvimento da ideia de "democracia industrial" ou dos possíveis contributos das novas tecnologias para a solução do problema ambiental (capítulo 2.2).

[1] Cf. C. Wright Mills, *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

- Ao estimular a crítica social e, também, ao longo do seu trabalho de acumulação de conhecimentos sobre a vida em sociedade, a sociologia desmistifica preconceitos, combate falsas crenças e o obscurantismo. Os exemplos desta contribuição foram abundantes ao longo deste curso. Relembremos, apenas, a desmistificação da ideia de "crise da família", a identificação dos principais factores de produção do insucesso escolar (capítulo 2.4), a denúncia da manipulação das diferenças étnicas de forma a produzir diferenças sociais (capítulo 2.3), ou a utilização de crenças religiosas para fins políticos (capítulo 2.1), para apenas citar alguns dos múltiplos exemplos possíveis.

- A sociologia oferece a possibilidade de olhar os problemas e os fenómenos a partir de diversos pontos de vista, por vezes antagónicos, e compreender como esses pontos de vista se formam e porque são diferentes. Testemunho disso dão as pessoas cuja profissão se liga ao trabalho com certos grupos desfavorecidos, como os marginais, os toxicodependentes ou certos grupos pobres. Só com a capacidade da sociologia para interpretar universos socioculturais diferentes é possível, na verdade, avançar no combate a tais problemas e reintegrar socialmente as pessoas e os grupos que se encontram em situações problemáticas. Isto porque a consciência crítica e a competência técnica da sociologia lhe permite não apenas penetrar nos universos de tais grupos, mas também perceber de que forma o sistema social, no seu funcionamento, produz tais problemas e de que forma terá de ser corrigido para os resolver;

- Ao descobrir, sistematizar, classificar, ordenar e clarificar conhecimentos e informações sobre os sistemas sociais, a sociologia ajuda a tornar conscientes realidades que não o eram. Na verdade, nós não temos consciência de grande parte das coisas que fazemos ou que vemos fazer. Isso deve-se a um conjunto de factores, de que se destaca a complexidade dos sistemas sociais.

  Num contexto de globalização das sociedades este problema torna-se mais importante.

  Cada pessoa ou grupo de pessoas não pode ter consciência de todos os dados que afectam as suas vidas. Da ciência espera-se um contributo para

a reconstrução do sistema completo de relações que torne mais conscientes as razões para fazermos o que fazemos. Mas a não-consciência não resulta apenas da complexidade dos sistemas e da infinita multiplicidade de factores que influenciam as práticas e as representações sociais. Os interesses provocam também desconhecimento, na medida em que seleccionam o visível e distorcem as imagens. Ao restituir uma imagem "objectiva" da realidade, a sociologia contribui para clarificar muitas distorções provocadas pelas ideologias.

- Um caso específico deste contributo de explicitação e racionalização de realidades não-conscientes passa pela elucidação das relações entre as práticas e as instituições. Estas, pelo seu peso, pela sua durabilidade e pela sua lógica autónoma tendem a aparecer aos actores como exteriores às suas práticas. Na verdade, porém, as instituições são feitas pela repetição sistemática de actividades mais ou menos semelhantes. Elas facilitam a vida social na medida em que constituem uma espécie de "memória colectiva" a respeito da maneira de fazer as diversas coisas que devem ser feitas, a qual é incorporada em cada agente particular que, uma vez socializado na norma institucional, a toma como um dado "objectivo" e exterior. Ao relembrar que a instituição e a norma só existem na medida em que os actores as praticam e reproduzem, a sociologia facilita o esforço de inovação social;

- As acções têm, geralmente, consequências pretendidas, mas têm também consequências não pretendidas. Por exemplo, uma inovação tecnológica pode visar a redução de custos ou a protecção do ambiente. Mas pode provocar, sem o desejar, desemprego. No mundo moderno, em rápida mudança, é cada vez mais presente a necessidade de diagnosticar e prognosticar, com o maior rigor possível, as determinantes sociais e institucionais das acções. O diagnóstico e o prognóstico cientificamente informados são decisivos, aliás, para afrontar os grandes problemas que as sociedades terão que superar. Cada vez mais, também, tais diagnósticos e prognósticos terão de levar em linha de conta aspectos explícitos e não explícitos das situações e consequências pretendidas e não pretendidas das acções. Cada vez mais as ciências sociais, e a sociologia em particular, serão, pois, chamadas a realizar estudos de caracterização, avaliação e prospecção em que assentarão ou de que beneficiarão as políticas e os movimentos sociais.

- Por fim, devem ser considerados os contributos da sociologia para outras ciências sociais. A realidade social pode ser olhada de diferentes perspectivas, a que correspondem diferentes ciências sociais. A compreensão dessa realidade exige, por isso, o contributo de todas as ciências. Assim, por um lado, cresce a tendência para desenvolver a interdisciplinaridade no estudo e na análise do social. Mas, para além disso, verifica-se uma crescente incorporação da perspectiva sociológica, que concede a primazia às relações e à interacção social, noutras ciências. O progressivo abandono da perspectiva economicista na economia é exemplo desta tendência.

Quando falamos dos contributos sociais da sociologia, há que ter sempre presentes três tentações básicas. A primeira é a da notoriedade. A segunda é a da presunção. A terceira é a desconcentração. À medida que cresce a visibilidade da sociologia e o seu prestígio, cresce a solicitação da intervenção de sociólogos. Este processo é concomitante com a afirmação do poder comunicacional dos *media*, os quais solicitam, com frequência, a opinião de sociólogos no sentido de, comentando os mais diversos temas, elucidar os respectivos contornos sociológicos. O perigo, neste plano, consiste na tentação de, a partir do estatuto profissional, algumas pessoas debitarem opiniões a respeito de assuntos para os quais não têm especial preparação sociológica, quer dizer, que não estudaram com o rigor característico da ciência.

O segundo perigo é, porém, bem mais importante. Consiste na presunção de que a sociologia possa ter respostas e soluções "milagrosas" para todos os problemas. Como acontece com todas as ciências, não apenas o processo de produção de conhecimentos em sociologia é complexo e sempre incompleto, como a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos não é imediata. Além disso, devendo responsabilizar-se pela utilização dos seus produtos, o sociólogo não se substitui aos outros agentes na construção da sociedade e na condução da mudança social. A sociologia dá um contributo, porventura decisivo, mas esse vai no sentido de auxiliar os agentes, dotados do poder de agir, e não de os substituir.

Quando esses agentes solicitam explicitamente a contribuição profissional dos sociólogos, raramente têm consciência da morosidade e complexidade do processo de produção de conhecimentos sociológicos. Tendem, pois, a pressionar no sentido de obter respostas mais rapidamente do que elas são possíveis. Assim se manifesta o perigo da desconcentração em relação aos procedimentos científicos e técnicos que informam o trabalho sociológico, no sentido de, mesmo à custa da qualidade, serem satisfeitos acriticamente os desejos de rapidez de quem encomenda um serviço à sociologia.

4.2.2 *Desenvolvimento e profissionalização da sociologia em Portugal*

Os serviços solicitados à sociologia são serviços (ou conselhos) profissionais. Quer dizer, são altamente qualificados, assentes num estudo prolongado e num treino intelectual específico e especializado e são fornecidos a troco de uma remuneração. A preparação para o exercício da profissão é oficialmente certificada (pelas escolas que fornecem as licenciaturas) e os sociólogos profissionais possuem as suas associações, que visam garantir a sua organização, garantir a elevação dos padrões cognitivos, técnicos e deontológicos do exercício profissional da sociologia e promover o seu reconhecimento.

Em Portugal o grupo profissional dos sociólogos está numa fase de grande crescimento e afirmação. Mas está, ainda, em processo de sedimentação e consolidação. Tal deve-se ao atraso com que a sociologia se implantou no nosso

país. Durante o regime ditatorial anterior ao 25 de Abril a sociologia estava limitada – e mesmo assim desde muito pouco tempo antes – a um pequeno núcleo de investigadores pioneiros, esforçados em burlar a política obscurantista do regime fascista. Eles estavam, quase todos, agrupados no que é hoje o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A disciplina só com a democracia se pôde organizar e crescer.

Calcula-se que, nos nossos dias, exerçam a profissão de sociólogos em Portugal mais de duas mil pessoas. Não se conhecem precisamente as principais características sociográficas e as inserções profissionais de todas. No entanto, existem alguns testemunhos representativos do trabalho que os sociólogos fazem, o que nos permite analisar aquelas inserções.

Durante a organização do II Congresso Português de Sociologia, realizado pela Associação Portuguesa de Sociologia em Fevereiro de 1992, foi feito o registo de algumas dimensões do perfil de cerca de oitocentos sociólogos, os quais constituem uma muito boa amostra da profissão. Mais de 60% dos participantes no II Congresso Português de Sociologia eram mulheres. Predominavam as camadas jovens, já que 40,5% tinham menos de 24 anos, 19,1% tinham entre 25 e 29 anos, 23,8% entre 30 e 39 anos, 12,3% entre 40 e 49 e apenas 4,4% mais de 50 anos. O distrito de Lisboa, onde ele se realizou, era a residência de mais de 50% dos participantes no Congresso. No entanto, verifica-se uma distribuição pelo território nacional que abrange já todos os distritos, principalmente o Porto (onde residiam 12%) e Coimbra (4%).

A docência é ainda uma das principais aplicações profissionais exercidas pelos sociólogos, quer no ensino superior (33,2%), quer no secundário (5,6%) quer, ainda, no primário (8,3%). No entanto, verifica-se já a existência de uma relativa multiplicidade de papeis profissionais, com 34,6% dos sociólogos a exercerem actividades científicas e técnicas não docentes, 3,2% de directores e quadros dirigentes e 15,1% com outras profissões.

As instituições onde trabalhavam os sociólogos presentes no II Congresso Português de Sociologia eram o ensino e investigação universitária (31,8%), centros de investigação não universitários (3%), escolas superiores de educação e ensino politécnico (7,7%), ensino superior privado (2,5%), ensino primário, secundário e outro (6,5%), empresas de serviços (8,4%), empresas industriais (2,7%), administração pública (11,6%), serviços públicos (8,8%), autarquias (13,5%) e outros (3,5%).

Os diversos papéis profissionais exercem-se, pois, em diversos contextos institucionais, que vão das empresas e organizações até ao ensino e investigação, passando pelas autarquias e actividades ligadas ao desenvolvimento regional, à cultura e comunicação e à administração pública e políticas sociais.

Nas empresas e organizações os sociólogos trabalham, mais frequentemente, em áreas como a gestão de recursos humanos, a formação profissional, a monitoragem da introdução de novas tecnologias e o planeamento e condução da mudança organizacional, a implementação e acompanhamento de novas formas

de organização do trabalho, a gestão da qualidade, a cultura de empresa, o planeamento estratégico e, ainda, o *marketing* e relações públicas.

Nas autarquias e organismos ligados as desenvolvimento regional os sociólogos podem desenvolver tarefas relacionadas com o planeamento regional e local, o planeamento e intervenção urbanística, a animação local, a reabilitação urbanística e do ambiente, a protecção civil, os projectos de desenvolvimento regional e local, o ensino e a protecção social e, ainda, como agentes de desenvolvimento.

Na área da cultura e comunicação os sociólogos podem ser responsáveis por actividades de animação cultural, de requalificação e protecção do património, de gestão da cultura e das políticas culturais, de *marketing* e publicidade, de comunicação empresarial, de comunicação social ou nas actividades editoriais.

Quando trabalham na administração pública ou em organismos ligados às políticas sociais, os sociólogos podem ocupar-se em projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social, na reinserção social de ex-presidiários, no ensino e na administração escolar, na saúde e na administração hospitalar, no emprego e formação profissional, na avaliação de projectos e programas de política social e em projectos de intervenção multicultural.

Finalmente, os sociólogos trabalham, com frequência, no ensino e na formação, na investigação científica, em empresas de estudos e projectos, em gabinetes de estudos e planeamento, em sondagens e estudos de mercado, na produção de estatísticas e na análise de dados e, ainda, em projectos diversos de investigação-acção.

Aos principais tipos de contribuições gerais que enunciámos acima, outras se podem referir num plano mais profissional [1]. Por exemplo, as que resultam da particular capacidade relacional e competência negocial dos sociólogos, das competências pedagógicas que desenvolveram e dos seus conhecimentos metodológicos tanto no uso de técnicas quantitativas como qualitativas, extensivas e intensivas.

[1] A este propósito ver ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, FERNANDO LUÍS MACHADO e ISABEL VALENTE (orgs), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, APS, Secção do Campo Profissional, Lisboa, 1990.

Não obstante a juventude da sociologia em Portugal, os sociólogos portugueses, juntamente com colegas das outras ciências sociais com os quais tendem a integrar cada vez mais equipas pluridisciplinares, realizaram um trabalho notável. Tal esforço dirigiu-se, antes do mais, para a reprodução alargada da profissão e, depois, para a pesquisa sobre a realidade portuguesa, já razoavelmente conhecida. Por fim, em anos mais recentes, para além da continuação dos dois processos anteriores, os sociólogos têm vindo a dedicar alguma atenção à sua organização profissional.

O principal instrumento de reprodução alargada da profissão são as licenciaturas de sociologia. A primeira que se organizou em Portugal, em 1974, foi a do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Depois foram criadas novas licenciaturas na Universidade de Évora (1979), na Universidade Nova de Lisboa (1979), na Universidade do Porto (1985), na Universidade da Beira

Interior (1986), na Universidade de Coimbra (1988), no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1988) e na Universidade do Minho (1989). Generalizou-se, entretanto, a presença de disciplinas de introdução à sociologia nos currículos de licenciaturas de muitas outras áreas científicas. Estes são, também, indicadores da crescente solicitação social de contribuições da disciplina.

O trabalho de descoberta da realidade social portuguesa tem tradução material nos inúmeros relatórios de pesquisa produzidos, numa quantidade apreciável de livros publicados, na edição regular de cerca de seis revistas e na produção abundante de teses de licenciatura, mestrado e doutoramento. Mas a maior demonstração do esforço feito a este nível consiste no número de comunicações nos Congressos Portugueses de Sociologia, de que já se realizaram dois, o primeiro em 1988 e o segundo em 1992. No primeiro Congresso foram realizadas mais de 75 comunicações, ao passo que no segundo se realizaram cerca de 130, quase todas elas no seguimento de pesquisas sobre a realidade portuguesa[1].

Para além dos congressos, organizados pela Associação Portuguesa de Sociologia, esta organiza outras acções de debate científico e sobre os problemas da profissão[2]. Universidades, centros de estudos e associações científicas e profissionais têm igualmente organizado inúmeros congressos, colóquios, encontros, conferências, entre uma multiplicidade de actividades que vão dando, a par das publicações que daí resultam, público testemunho do trabalho científico feito pela sociologia, ao mesmo tempo que reunem sociólogos para reflectirem sobre os problemas da sua ciência e da sua profissão.

A Associação Portuguesa de Sociologia, com os seus perto de 750 associados, tem naturalmente um papel central na organização profissional dos sociólogos, nomeadamente através das actividades da sua Secção do Campo Profissional. Foram essas actividades que deram origem ao Código Deontológico aprovado no Congresso de 1992, pelo qual os sociólogos voluntariamente se regem.

A maior presença de sociólogos na sociedade portuguesa, que se associa ao crescimento do número de alunos nas diversas licenciaturas, a dinâmica de crescimento da pesquisa e do debate científico, o aumento do número de publicações, uma maior presença de sociólogos nos órgãos de comunicação de massas, a maior participação dos sociólogos nas organizações e nas instituições desempenhando múltiplos papéis profissionais, são factores que se traduzirão no crescimento da visibilidade da sociologia e dos seus contributos, os quais por sua vez serão vertidos em novos instrumentos que a sociedade possui para se pensar a si própria e para lidar com os seus problemas.

[1] O conteúdo destas comunicações está disponível através da publicação das actas dos Congressos. Cf. Vários, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (2 vols), Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990 e Vários, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.

[2] O último, realizado em Vila do Conde em 1993, deu também origem à publicação das actas, com título idêntico ao do próprio Encontro: *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, APS, Lisboa, 1994.

Glossário

Acção colectiva – acção concertada de grupos mais ou menos numerosos de pessoas visando a concretização de interesses comuns. As formas de acção colectiva, que assumem graus diversos de institucionalização, podem surgir com base na pertença a categorias específicas como uma classe, uma minoria étnica, uma profissão ou envolver uma pluralidade de categorias como acontece com os movimentos ecologistas, pacifistas ou de defesa dos direitos humanos.

Causalidade – relação que pode ser estabelecida sempre que se consegue determinar que um fenómeno, ou variável independente, precede ou explica outro fenómeno, ou variável dependente. Diz-se que há uma relação de causalidade sempre que uma determinada ocorrência faz variar, e explica a variação, de outra ocorrência.

Cidadania – pertença dos indivíduos a uma comunidade política (um país) o os direitos a ela associados. O exercício da cidadania traduz-se, portanto, em capacidades de escolha resultantes da posse desses direitos. Nas sociedades contemporâneas o sistema de cidadania está geralmente sujeito a pressões políticas, seja no sentido da conservação de direitos adquiridos, do alargamento dos direitos existentes a categorias sociais que deles estão desprovidas ou da institucionalização de novos direitos.

Classe social – categoria social cujos membros, em virtude de serem portadores de tipos e volumes de recursos semelhantes, seja de propriedade económica, de qualificações escolares e profissionais, de poder ou de prestígio social, tendem a ter condições de existência também semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas práticas e representações sociais, ou seja, naquilo que fazem e naquilo que pensam. A pertença a uma determinada classe impõe geralmente condicionamentos importantes às possibilidades de mobilidade social de cada indivíduo ou família. Por outro lado, essa pertença pode, em certas condições sociais, constituir uma base de mobilização colectiva visando a luta por determinados interesses, caso em que se fala de classes como forças sociais e de conflitos de classes.

Classes médias – sectores sociais que ocupam posições intermédias na estrutura de classes, entre as classes superiores e as classes populares. É comum distinguir-se as velhas e as novas classes médias. As primeiras compreendem pequenos proprietários e trabalhadores independentes, como sejam os comerciantes e prestadores de serviços das zonas urbanas, que exercem profissões por conta própria, e os pequenos agricultores, embora estes tendam a distinguir-se pela especificidade dos seus recursos e da sua actividade económica. Na nova classe média incluem-se, por um lado, profissões altamente qualificadas, a que estão associadas funções científicas, técnicas e de direcção e que se baseiam na posse de qualificações académicas médias ou superiores e, por outro lado, posições profissionais caracterizadas por níveis mais baixos de qualificações e por serem essencialmente de execução, como é o caso dos empregados administrativos ou do comércio.

Condições sociais da produção científica – todos os processos, de natureza heterogénea (v.g. instituições, actores, procuras, políticas), que sendo exteriores ao campo científico interferem na produção e configuração das ciências.

Condições teóricas da produção científica – meios e resultados da pesquisa – teorias, métodos, técnicas, informações empíricas – que em cada momento constituem ponto de partida para a produção de novos conhecimentos.

Correlação – relação que se estabelece sempre que uma variável aparece associada a outra, isto é, quando uma ocorrência varia a outra também o faz. A correlação não implica uma relação de causalidade entre duas ocorrências. Sabe-se que elas co-ocorrem mas não se sabe se uma explica ou produz efeitos na outra.

Desenvolvimento – processo de mudança das sociedades essencialmente no plano da eficácia económica e da justiça social. O desenvolvimento é entendido não como um estado, mas sim como um processo de mudança permanente com o objectivo de cumprir a satisfação das necessidade humanas, que são, elas próprias, dinâmicas. Diz-se dos países e sociedades que estão mais ou menos desenvolvidos conforme suprem melhor ou pior tais necessidades, tal como elas são definidas a cada momento.

Divisão do trabalho – especialização das tarefas produtivas através das quais as várias ocupações são combinadas num sistema económico. Embora todas as sociedades conhecessem formas, pelo menos rudimentares, de divisão do trabalho, a Revolução Industrial introduziu uma enorme complexificação na especialização das tarefas e na sua repartição por sectores de actividade, por sexos, por níveis de qualificação e por diferentes categorias sociais. As relações entre o desempenho de uma actividade num sistema de divisão do trabalho, a identidade pessoal e de grupo, a posição social e a cultura são temas centrais da análise sociológica. A divisão internacional do trabalho, entendida como interdependência de países e regiões no plano dos mercados mundiais, e o papel desempenhado pelas corporações transnacionais são processos característicos da modernidade.

Economia – sistema de produção e de troca que assegura a provisão dos bens e dos serviços numa determinada sociedade. Por essa razão, as instituições económicas têm uma importância central na organização e funcionamento das sociedades. Essa importância resulta igualmente da interferência da economia noutras esferas da vida social. O sistema económico, que durante muitos milénios assentou principalmente nas actividades agro-pecuárias, conheceu profundas transformações com a Revolução Industrial e com a posterior terciarização das actividades produtivas. Para além da economia formal, que as contas oficiais dos Estados registam e contabilizam, existe uma economia informal, subterrânea ou paralela. Esta abarca as actividades não registadas pelas contabilidades oficiais, que vão desde a produção para auto-consumo e a troca directa de serviços até a vários tipos de actividades ilícitas ou ilegais.

Estado – aparelho político (incluindo instituições governamentais e serviços públicos) que corporiza o exercício do poder num determinado território integradamente administrado e que se sustenta num sistema de leis e no monopólio do uso da força e da violência. Os Estados modernos tendem a assumir forma de Estados-Nação, nos quais as pessoas têm o estatuto de cidadãos, se revêem nessa qualidade e sentem pertencer a uma única nação. Nas sociedades democráticas mais desenvolvidas o sistema político assume a forma de Estado-Providência, isto é, um Estado-Nação cuja legitimidade se baseia na democracia e na existência de um compromisso com o bem-estar do cidadãos.

Estilo de vida – conjunto de práticas sociais que expressam os sistemas de preferências característicos de uma determinada condição de classe ou de um certo grupo social e que se manifesta em domínios tão variados como a alimentação, o vestuário, a decoração da

casa, a música, o cinema, a frequência de museus, a televisão, a linguagem, a política, a religião ou a sexualidade. Classes e fracções de classe diferentes tendem a desenvolver estilos de vida distintos.

Estrutura social – refere-se ao facto de as sociedades não consistirem em acções ao acaso e sem sentido, mas terem um carácter organizado, estável e duradouro. Isto significa que as relações que indivíduos e grupos mantêm entre si nas diversas esferas da sociedade obedecem a regularidades sociais. O modo como a sociedade está estruturada condiciona fortemente as acções dos indivíduos que dela fazem parte, mas através dessas acções estes vão recriando e transformando a própria estrutura social.

Etnicidade – designa a relevância que a pertença a determinadas minorias étnicas pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva. A etnicidade tem expressão tanto mais forte quanto mais acentuados forem os contrastes sociais e culturais das minorias étnicas com o meio envolvente.

Família – grupo de indivíduos ligados por laços de sangue, casamento ou adopção, que formam um unidade económica e cujos membros adultos são responsáveis pela socialização das crianças. Todas as sociedades conhecidas detêm sistemas de relações familiares, embora a natureza destas relações possa ser muito variada. Nas sociedades modernas actuais a família nuclear é a forma mais comum de família; mas também podemos encontrar outras formas, como a família extensa, e surgem nova modalidades como a família monoparental e a família recomposta.

Feminismo – movimento de defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Podendo ou não assumir a forma de acção colectiva organizada, este tipo de movimento surgiu no século XVIII na Europa, mas ampliou-se de forma particularmente visível a partir dos anos 70 do século XX.

Género – conjunto de expectativas sociais sobre o comportamento considerado adequado para as pessoas de cada sexo. Este conceito não se refere aos atributos físicos e biológicos que distinguem os homens das mulheres, mas aos traços socialmente adquiridos de masculinidade e feminilidade.

Globalização – desenvolvimento de relações económicas, políticas e sociais a nível mundial. Essas relações incluem o desenvolvimento dos sistemas de comunicações e transportes, o crescimento de organismos e redes transnacionais, a partilha de problemas comuns a todos os Estados-Nação e o desenvolvimento de um mercado mundial. A interdependência entre todas as sociedades e a forma como o colonialismo e o imperialismo ajudaram a globalizar a vida social estão associadas à emergência de níveis de desenvolvimento muito diferenciados no sistema-mundo, que comporta um centro desenvolvido, uma semi-periferia de desenvolvimento intermédio e uma periferia globalmente sub-desenvolvida.

Grupo – conjunto de indivíduos, de dimensão variável, que mantêm entre si relações directas, regulares e duradouras e por isso partilham um sentimento de pertença comum e são reconhecidos como tal pelos que não fazem parte desse conjunto.

Instituição social – formas de organização básica da vida social seguidas pela maioria dos actores. As instituições são modos relativamente solidificados e cristalizados de fazer e de pensar, que

adquirem objectividade e lógicas de funcionamento próprias. Nessas lógicas incluem-se sistemas normativos e simbólicos autónomos com os quais as pessoas se conformam e que interiorizam. Para além disso, as instituições têm associadas sanções e recompensas que ajudam à conformidade das práticas com as regras instituídas. Assim, os modos de comportamento e pensamento que configuram fixam-se no tempo, reproduzindo-as e construindo a ordem institucional.

Matriz disciplinar – cruzamento de problemáticas com problemas abrindo espaço para a formulação de explicações e soluções através de teorias, métodos e técnicas utilizáveis na disciplina científica em causa.

Métodos – caminho crítico da investigação. Os métodos organizam a pesquisa, sob o comando da teoria, seleccionando as técnicas e integrando os resultados parciais. Consistem ainda no conjunto de estratégias a adoptar perante tipos diferenciados de pesquisa – extensiva, intensiva, investigação-acção.

Migração – qualquer movimento colectivo de população, de carácter temporário ou permanente, entre dois espaços geográficos. Esse movimento pode ocorrer dentro de um mesmo país, por exemplo de uma área rural para uma zona urbana, caso em que se fala de migrações internas, ou entre países diferentes, distinguindo-se aqui a emigração e a imigração, para referir, respectivamente, a saída e a entrada de população num determinado país. Pode-se falar ainda de migrações pendulares e de migrações sazonais, para referir deslocações diárias ou semanais entre a residência e o local de trabalho e deslocações periódicas de carácter temporário.

Mobilidade social – movimentos ascendentes, descendentes ou estacionários percorridos por indivíduos, famílias ou grupos entre posições diferentes da estrutura de classes. Esses movimentos podem observar-se no tempo de duas ou mais gerações, por exemplo comparando lugares de classe ocupados por pais e filhos, caso em que se fala de mobilidade intergeracional, ou ser estudado no curso do ciclo de vida de um só conjunto de indivíduos, a mobilidade intrageracional.

Papel social – comportamento socialmente esperado da parte do indivíduo que ocupa determinada posição social. Em todas as sociedades os indivíduos desempenham uma pluralidade de papéis sociais, seja na família, no trabalho ou noutras esfera da vida social. A aprendizagem desses papéis, de modo a que cada um actue da maneira que os outros esperam, faz-se através dos processos de socialização.

Pobreza – condições em que vivem as pessoas, as famílias ou os grupos que o sistema de desigualdades colocou em tal posição que não conseguem o acesso aos meios garantam a eficiência física (caso em que se fala de pobreza absoluta) ou a participação nos padrões de vida tidos por minimamente aceitáveis na sociedade em que vivem (caso em que se fala de pobreza relativa). As situações de pobreza traduzem-se, entre outras coisas, em exclusão social, isto é, em exclusão dos direitos de cidadania instituídos nas sociedade em que vivem as pessoas, as famílias e os grupos mais desfavorecidos. Estes tendem a desenvolver modos de vida específicos que nalguns casos se cristalizam na forma de culturas da pobreza.

Poder – capacidade dos indivíduos ou dos grupos para conseguirem os seus objectivos ou imporem os seus interesses, mesmo contra a vontade de outros. O poder é componente de todas as relações sociais. A distribuição do poder é objecto de luta e conflito social, já que

o poder que se possui é a medida dos resultados que se alcançam e da posição que se ocupa na estrutura das desigualdades sociais e dos mecanismos de dominação que ela comporta.

Problemática teórica – conjunto estruturado de questões que constitui a agenda de cada disciplina científica em cada fase da sua evolução.

Problemas científicos – analisáveis ainda não resolvidos ou só parcialmente resolvidos sobre que cada disciplina se debruça.

Reflexividade – capacidade das pessoas, dos grupos e das sociedades reflectirem sobre si mesmos e sobre os outros. Essa capacidade institui o domínio do simbólico e torna-se eficaz na medida em que fornece elementos cognitivos e representacionais de adequação à realidade. Os conhecimentos e as representações que as pessoas, os grupos e as sociedades possuem e utilizam, geralmente designados por "senso comum", são nas sociedades modernas crescentemente informados pelas ciências sociais. Essa apropriação social das teorias, conceitos ou noções desenvolvidos pelas ciências sociais tem um efeito de retorno ao provocar um permanente reequacionamento de problemáticas e elaborações conceptuais.

Representações – avaliações cognitivas que os indivíduos e grupos fazem sobre qualquer aspecto das condições de existência.

Senso comum – conjuntos heterogéneos de saberes práticos e de preferências que orientam a vida quotidiana dos indivíduos e dos grupos, nos seus comportamentos e opções.

Sistema de disposições *(habitus)* – designa genericamente a maneira como as pessoas tendem a pensar e a agir nas mais variadas circunstâncias da vida. O sistema de disposições é o resultado da interiorização progressiva pelos indivíduos das condições objectivas da classe a que pertencem, nomeadamente através da socialização no âmbito da família de origem, mas também da escola, do meio social em que se vive e de outras experiências sociais e colectivas e constitui a matriz geradora das suas percepções, apreciações e acções. Pertenças de classe semelhantes geram sistemas de disposições semelhantes, razão pela qual se podem identificar muitas afinidades nas práticas e representações de indivíduos da mesma classe social.

Socialização – processo de incorporação e aprendizagem, por parte dos indivíduos, dos sistemas de disposições que lhes permitem movimentar-se na sociedade em que vivem. É através de múltiplos contextos de interacção social em que estão envolvidos que tais processos se efectivam. A família é o primeiro agente socializador, mas cedo surgem novos contextos de socialização – escola, grupo de pares, media, trabalho e outros.

Técnicas de pesquisa – instrumentos operatórios precisos e transmissíveis que podem ser usados em diferentes tipos de investigação para recolha e tratamento de informação sobre a realidade social. O leque de técnicas disponíveis para a pesquisa empírica na sociologia é muito alargado – inquérito por questionário, entrevista, análise estatística, observação participante, análise de conteúdo, entre outras.

Teoria – interroga, formaliza, encaminha a pesquisa, dando conteúdo ao método, seleccionando as técnicas e interpretando os resultados. A teoria constitui o instrumento que comanda todos os passos da investigação e produz inteligibilidades sobre as empirias analisadas.

Terciarização – processo de expansão do sector terciário da economia, onde se inclui um conjunto diversificado de actividades de prestação de serviços, tanto de empresa a empresa como das empresas aos particulares, bem como os serviços prestados pelo Estado. A expressão "sector terciário" visa distinguir essas actividades das que são próprias dos outros sectores da economia, habitualmente designados por sector primário, onde se incluem a agricultura, a pesca e as minas, e sector secundário, que corresponde genericamente às actividades industriais.

Urbanização – processo de concentração populacional que se traduz no crescimento das cidades e zonas urbanas envolventes. Num sentido mais lato, o conceito de urbanização refere-se também à difusão alargada de modos de vida urbanos fora do próprio espaço das cidades. Associados à urbanização ocorrem geralmente processos de suburbanização – afastamento das zonas de residência para áreas suburbanas – e de reurbanização – alargamento do processo de urbanização a zonas que conservam espaços intersticiais de tipo rural.

Valores – sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências.

Variável – conceito operacional e classificatório que, através da partição de um conjunto teoricamente relevante, assume vários valores.

Bibliografia básica

ALMEIDA, João Ferreira de, PINTO, José Madureira, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

CHAMPAGNE, Patrick, LENOIR, Remi, MERLLIÉ, Dominique, PINTO, Louis, *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, 1989.

COSTA, António Firmino da, *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

FERNANDES, António Teixeira, *O Conhecimento Sociológico*, Porto, Brasília Editora, 1983.

GIDDENS, Anthony, *Sociology*, Polity Press, 1989.

NUNES, Adérito Sedas, *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (ed. original 1971).

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

TEXTOS DE BASE
(Cursos formais)

N.º 48 **Proto-História de Portugal** – *Armando Coelho Ferreira da Silva e Mário Varela Gomes.*

N.º 49 **Literatura Portuguesa Clássica** – *Maria Leonor Carvalhão Buescu.*

N.º 50 **Literatura Portuguesa Clássica, Textos complementares** – Coordenação de *Maria Leonor Carvalhão Buescu.*

N.º 51 **História de Portugal Medievo. Economia e Sociedade** – *Maria José Ferro Tavares.*

N.º 52 **História da Arte Portuguesa. Época Moderna (1500-1800)** – *Fernando António Baptista Pereira.*

N.º 53 **Geografia Humana de Portugal. Complementos para Um Ensino a Distância** – *Carlos Alberto Medeiros.*

N.º 54 **Iniciação à Museologia** – Coordenação de *Maria Beatriz Rocha-Trindade.*

N.º 55 **Educação Matemática** – *Teresa Vergani.*

N.º 56 **História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade** – Coordenação de *A. H. de Oliveira Marques.*

N.º 57 **Pré-História de Portugal** – *Armando Coelho Ferreira da Silva, Luís Raposo, Carlos Tavares da Silva.*

N.º 58 **A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas I** – Coordenação de *Maria José Ferro Tavares.*

N.º 59 **A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas II** – Coordenação de *Maria José Ferro Tavares.*

N.º 60 **História de Portugal Contemporâneo. Político e Institucional** – *João Medina.*

N.º 61 **Iniciação à Museologia. Caderno de Apoio** – *Isabel M. Martins Moreira.*

N.º 62 **Latim I. Língua e Cultura** – *João Manuel Nunes Torrão.*

N.º 63 **Latim II. Língua e Cultura** – *Carlos Ascenso André.*

N.º 64 **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa** – *José Luís Pires Laranjeira.* (No prelo).

N.º 65 **Literatura Brasileira** – *Maria Aparecida Ribeiro.*